

---

**ELEMENTOS**  
DE  
**DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO,**  
PARA USO  
DAS  
FACULDADES DE DIREITO DO IMPERIO,  
PELO

**Dr. Vicente Pereira do Rego,**

LENTE DA 3.<sup>a</sup> CADEIRA DO 5.º ANNO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE, E ADVOGADO NOS  
AUDITORIOS DA MESMA CIDADE.

**SEGUNDA EDIÇÃO,**  
mais correcta e consideravelmente alterada.

**RECIFE.**

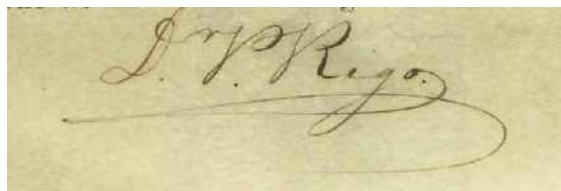
Typographia Commercial de Geraldo Henrique de Mira & C.  
*Rua estreita do Rozario n. 12.*

**1860.**

### **ADVERTENCIA.**

\_\_\_\_\_

Todos os exemplares d'esta edição que não se acharem rubricados pelo autor, reputar-se-hão contrafeitos, e como taes sujeitos à penalidade do art. 261 do Código Criminal.

A photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, yellowish paper. The signature is written in a cursive style and appears to read "J. P. R. de".

*4.<sup>a</sup> Secção. — Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios do Imperio em 13 de Agosto de 1864.*

*Illm. e Exm. Sr.*

*Communico a V. Exc. para seu conhecimento, e para que o faça constar á Congregação d'essa Faculdade, que ouvindo o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, fica approvada a 2.<sup>a</sup> edição do Compendio de Direito Administrativo Brasileiro, composto pelo Doutor Vicente Pereira do Rego, afim de ser adoptado nas Faculdades de Direito; declarando V. Exc. ao mesmo Doutor que não lhe são concedidas as vantagens outorgadas no artigo 72 dos Estatutos, e 257 do Regulamento complementar, por já as ter recebido, quando foi approvada a 1.<sup>a</sup> edição do dito compendio. Deus Guarde a V. Exc. José Bonifacio de Andrade e Silva — Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.*

## ELEMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

---

### PRIMEIRA PARTE

#### CAPITULO I.

*Da administração em geral — Do lugar que ella occupa entre as Instituições do paiz. — Do seu triplo character e dos seus Orgãos.*

##### § 1.º

O ESTADO E O GOVERNO — O *Estado* é uma pessoa moral, que tem necessidades que lhe são proprias; e deve, á similhaça do homem, velar na sua conservação e no seu desenvolvimento.

Para se conservar e desenvolver devia a sociedade substituir ao imperio cego e desordenado das forças individuaes uma força inteligente e suprema, o *Poder publico*, encarregado de satisfazer ao interesse commum, depois de reconhecido e verificado.

Esse *Poder publico*, estabelecido especialmente para dirigir a sociedade nas vias do seu desenvolvimento, e prover incessantemente á sua conservação e felicidade e provêr incensantemente á sua conservação e felicidade, chama-se *Governo*.<sup>1</sup>

##### § 2.º

OS DOUS PODERES — Para funcçionar n'essa vasta esphera d'acção assenta o Governo sobre dous poderes igualmente necessarios em toda a sociedade organizada: o poder que *ordena*, e o que *aplica*; o poder *legislativo*, e o poder *executivo*. A separação e distincção destes dous poderes são as condições primarias de todo o bom Governo. De feito

---

<sup>1</sup> O Governo tomado no sentido mais lato que é tambem o mais verdadeiro, é o *poder* que faz as leis, e que tem por missão especial dirigir a sociedade nas vias do seu desenvolvimento e provêr incensantemente á sua coservação e felicidade.

concebe-se que o poder regulador, que abrange a sociedade no seu todo, não pôde ser encarregado da execução das regras que prescreve para o interessa commum, sem se expôr a perder nas minuciosidades da pratica um tempo precioso ao bem de todos. O poder legislativo deve pois ser *distincto* do executivo.

### § 3.º

DIVISÃO DO PODER EXECUTIVO — Este poder, cujo objecto é aplicar as leis, compõe-se de dous elementos: O *poder administrativo* e o *poder judiciario*. O primeiro occupa-se do interesse publico; o outro regula os interesses privados. O poder judiciario estatue somente sobre as contestações existentes, sobre as demandas que nascem d'um direito litigioso, ou d'um facto, que prejudica a um individuo determinado, e não interessa á sociedade, senão secundariamente, pela sua influencia indirecta sobre a ordem publica. O poder administrativo porém, cuja esphera d'acção é mais ampla, *dispõe e obra sem ser provocado*; e tendo por fim somente a utilidade social, pôde dar todas as providencias que interessam á universalidade dos cidadãos.

### § 4.º

ADMINISTRAÇÃO — É a acção do Governo e debaixo d'esta relação é o seu complemento necessario. Elle é a cabeça; ella é o braço da sociedade. A *Administração* é pois o Governo do paiz, menos a factura das leis, e a acção da justiça entre os particulares.

A autoridade administrativa é a que pela execução das leis d'interesse geral provê á segurança do Estado, á manutenção da ordem publica, e á satisfação de todas as outras necessidades da sociedade; e o poder administrativo propriamente dito estende-se a todas as Leis, que não constituem o fundamento do Direito publico, constitucional, eclesiastico, e internacional, nem se acham sob o dominio do poder judiciario.

O poder administrativo differe da autoridade legislativa em que as determinações do legislador são geraes e permanentes, e as que dimanam da autoridade administrativa, teem as mais das vezes um caracter local, e *essencialmente variavel*. Todavia o que estes dous poderes teem de commum, é que os actos procedentes de ambos trazem o cunho da autoridade publica, e se lhes deve a mesma obediencia.

§ 5.º

LEIS ADMINISTRATIVAS. — SCIENCIA ADMINISTRATIVA. — DIREITO ADMINISTRATIVO. — Não se devem confundir as *Leis administrativas*, nem a *sciencia administrativa* com o *Direito administrativo*.

Chamam-se *Leis administrativas* as que regulam alguns pontos d'acção, ou d'organisação administrativa; taes são as Leis sobre as patentes, a caça, a organização municipal ou provincial, etc. As Leis d'esta natureza são elementos do Direito administrativo; mas não o limitam. Confundir estas cousas seria absorver o todo n'uma das suas partes (Laferrière).

A *sciencia administrativa* é a sciencia do mechanismo e da direcção dos serviços publicos, da jerarchia, da organização interior, e dos principios relativos á administração. Em summa é a posse da parte puramente technica do poder administrativo.

O *Direito administrativo* é a sciencia da acção e competencia do poder central, das administrações locaes, e dos tribunaes administrativos em suas relações com os direitos e interesses dos administrados, e com o interesse geral do Estado.

O estudo do Direito administrativo comprehende pois: 1.º o estudo das *Leis administrativas*; 2.º o das *autoridades administrativas*. O Direito administrativo estende-se tambem a todas as Leis sociaes, á

excepção das que servem de fundamento á organização constitucional, ou que entram no dominio judiciario.

§ 6.º

DIVISÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM ACTIVA, CONSULTIVA, E CONTENCIOSA — As funções das autoridades administrativas resumem-se em tres palavras: *obrar*, *consultar*, e *deliberar*; donde vêem a divisão da Administração em activa, ou complexo dos agentes administrativos; *consultiva*, ou complexo dos conselhos administrativos; e *contenciosa*, ou complexo dos tribunaes administrativos.

A Administração é *activa* quando provê á execução da Lei, ou dá uma providencia de utilidade publica.

A Administração *consultiva* é a que se colloca em cada um dos degraus da Administração activa para esclarecê-la com os seus conselhos. É um acertado expediente do legislador pôr o *conselho* ao lado da *acção*. Todavia as decisões dos corpos consultivos não obrigam, em geral, a Administração activa, que conserva sempre a sua independencia.

A Administração é *contenciosa*, quando julga as questões d'interesse particular, que se ligam á sua *acção*.

§ 7.º

OBJECTO DA ADMINISTRAÇÃO ACTIVA. — A Administração tem, como acabamos de vêr, dous objectos: *a execução da Lei*, e *a utilidade publica*.

A nossa fôrma de Governo dá ao Imperador o direito de “expedir Decretos, Instrucções, e Regulamentos adequados á boa execução das Leis.” (Const. art. 102 § 12). Os Ministros d'Estado tambem proferem ás vezes decisões, e dirigem circulares aos agentes das suas repartições para fazerem executar a Lei.

Quanto á *utilidade publica*, é esta determinada pelo complexo da legislação; mas ella gyra n'um circulo elastico que o interesse geral, ora amplia, ora restringe.<sup>2</sup>

#### § 8.º

REGULAMENTO EM MATERIA ADMINISTRATIVA. — Chama-se regulamento em materia administrativa um acto imperativo, prohibitivo, ou descriptivo, que dimana da Administração superior, ou d'uma magistratura local, e que estatue por via de disposição geral, tendo por fim a *execução da Lei*, ou a *utilidade social*.

O regulamento differe do julgamento em que este só póde aproveitar ou prejudicar ás partes litigantes, ao passo que o outro tem a natureza do *commune praeceptum*, character distinctivo da mesma Lei; mas, como é um acto de magistratura, não póde abrogar as Leis, que são actos de soberania.

Tambem o poder legislativo não póde legislar sobre materia, que por sua natureza pertença á Administração, sem usurpar a autoridade do poder executivo.<sup>3</sup>

#### § 9.º

QUANDO SE ABRE O MEIO CONTENCIOSO —<sup>4</sup> Já vimos que a Administração contenciosa é a que julga os interesses privados que se

---

<sup>2</sup> A este respeito é que se manifesta a Administração propriamente dita. A sua missão é tão extensa como as necessidades geraes da sociedade, sobre que ella provê. Para apreciar e satisfazer essas necessidades recorre a Administração á sciencia e á economia politica; attende tambem aos tempos, aos lugares, e ás circumstancias que podem modificar diversamente a intensidade da necessidade e a oportunidade da satisfação.

<sup>3</sup> A Administração, porém, independente na sua marcha, e firmada no interesse publico, fonte da razão governamental, é sempre senhora de fazer novos regulamentos, de revogar, ou alterar os antigos. Nem tão pouco póde ficar atada pelos actos d'outra Administração anterior; o que todavia não priva a terceiros de se prevalecerem dos direitos adquiridos em virtude da Lei ou dos regulamentos geraes da Administração anterior.

Um regulamento administrativo, que prejudique a um particular, não póde ser-lhe opposto, sem que tenha sido promulgado, ou intimado a esse individuo.

V. Coelho da Rocha, 2.<sup>a</sup> Edição, Tom. 1.º § 28 in fine.



prendem á acção administrativa. Abre-se o meio contencioso, todas as vezes que o interesse privado é ferido por uma decisão procedente d'uma autoridade que está sob a alçada do Conselho de Estado. Entende-se por interesse privado um interesse formal e positivo, que a Administração não podia ferir arbitrariamente. Assim a jurisdição administrativa seria competente sobre uma contestação relativa ao gozo d'uma corrente navegavel ou caudal; porém um funcionario publico não poderia seriamente recorrer do Decreto que o demittisse.

A jurisdição administrativa é todavia incompetente, quando o interesse publico não se acha envolvido na questão, e só há collisão entre os interesses privados, ainda que estes dimanem de factos ou actos de origem administrativa.

Os tribunaes civis são os unicos competentes para julgar, quando se trata de determinar os effeitos e as consequencias da Lei sob a relação das contestações a que esses interesses dão lugar entre particulares.

#### § 10.

AUTORIDADE DA COUSA JULGADA — PRINCIPIOS GERAES DO PROCESSO — A autoridade da coisa julgada não tem em materia administrativa o mesmo sentido absoluto, que em materia civil. De feito, novas circunstanciaspodem pôr novamente em litigio uma questão, e provocar um julgamento differente. Porém a maxima *non bis in idem* tambem se applica ás decisões da Administração contenciosa.

Os julgamentos administrativos são susceptiveis de opposição ou embargos, e em geral admittem recursos. Elles dispoem somente a

---

<sup>4</sup> Uma coisa é *contenciosa*, quando está em questão; quando é, ou póde ser disputada. A jurisdição contenciosa é a dos Juizes naturaes e ordinarios. É principio contenciosa é a dos Juizes naturaes e ordinarios. É principio e regra que a mesma Administração deve julgar as reclamações que se erguem por occasião dos seus actos, quer ellas se apoiem em simples interesses, quer se fundem em direitos. — O contencioso administrativo é pois a jurisdição da Administração, que é o Juiz natural e ordinario dos seus actos.

respeito dos negocios que lhes são submettidos, e não generalisam. Quando se interpõe appelação perante o contencioso, não se póde formar nova demanda.

Finalmente, os principios geraes do Direito administrativo, como todos os verdadeiros principios de Direito, são fundados na razão, justiça e equidade, independentemente da utilidade publica.

Mas, logo que há uma Lei directa e positiva, a Administração faz d'ella applicação geral com uma rigorosa racionalidade.

### § 11.

#### DIVISÃO DA ADMINISTRAÇÃO ACTIVA E DOS SEUS ORGÃOS.

— A mesma Administração se acha naturalmente dividida em *geral* e *local*. Mas, se *deliberar* é facto de muitos, *obrar* é facto d'um só. Segunda este principio d'uma verdade incontestavel e plenamente justificado pela experiencia, deve a Administração activa ser organizada de modo que ao lado da *acção* se ache sempre o *conselho*. Os seus órgãos tambem se dividem em *geraes* e *especiais*.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Os órgãos geraes da Administração activa entre nós são: O Imperador, o Conselho d'Estado, os Ministros, os Presidentes das Provincias, os Chefes de Policia, os seus Delegados e Subdelegados, e as Camaras Municipaes.

Houve tambem entre nós, como em França, Conselhos Geraes das Provincias, creados pelo art. 72 da nossa Constituição que nos artigos seguintes determinou a sua organização, eleição, attribuições, etc. Mas foram substituidos pelas Assembléas Provinciales em virtude do art. 1.º do Acto Addicional (Lei n. 16 de 12 de Agosto de 1834).

Tivemos igualmente Conselhos do Governo de Provincias creados em cada uma d'ellas pela Lei 5.<sup>a</sup> de 20 de Outubro de 1823; os quaes tambem foram extinctos, e as attribuições que lhes competiam com os Presidentes, passaram a ser por estes só exercidas, em virtude da L. de 3 de Outubro de 1834, arts. 12 e 13, ficando por esta revogadas aquella e as mais que se lhe oppozessem.

Não existem porém no nosso paiz um Tribunal especial de contas, nem uma Universidade, nem algum dos outros órgãos especiaes da administração activa que ha em França.

As administrações collectivas e os Conselhos technicos são antes ramos collateraes e auxiliares do que órgãos da Administração.

Comtudo, se a acção administrativa manifesta sob diversas fórmas o poder executivo do Estado, a sociedade tambem tem o seu direito d'exame e inspecção sobre a Administração. A intervenção social e o direito d'exame, quanto aos actos dos Ministros, são representados entre nós pela Assembléa Geral Legislativa: quanto aos dos

## CAPITULO II

*Orgãos da Administração Geral.— O Imperador considerado como 1.º  
Orgão da mesma Administração.*

### § 12.

O IMPERADOR E SUAS ATRIBUIÇÕES — O Imperador, cuja Pessoa é Inviolavel e Sagrada, não está sujeito a responsabilidade alguma (Const. art. 99).

As suas principaes attribuições, como Chefe do Poder executivo, são: Convocar a nova Assembléa Geral ordinaria; Nomear Bispos, Magistrados, Commandantes da força de terra e mar, Embaixadores, e mais Agentes diplomaticos e commerciaes; Provêr os Benefícios Ecclesiasticos, e mais empregos civis e politicos; Dirigir as negociações politicas com as Nações estrangeiras; Fazer tratados de alliança offensiva e defensiva, de subsidio e commercio; Declarar a guerra e fazer a paz; Conceder cartas de naturalisação na fórma da Lei, titulos, honras, ordens militares e distincções; Expedir os Decretos, Instrucções, e Regulamentos adequados á boa execução das Leis; Decretar a applicação dos rendimentos destinados pela Assembléa Geral aos varios ramos da Publica Administração; Conceder ou negar o Beneplacito aos Decretos dos Concilios e Lettras Apostolicas, e quaesquer outras Constituições Ecclesiasticas que se não oppozerem á Constituição; e finalmente Provêr a tudo que fôr concernente á segurança interna e externa do Estado, na fórma da Constituição (art. 102).<sup>6</sup>

---

Presidentes das Provincias, pelas Assembléas Legislativas Provinciaes; e a respeito dos Chefes de Policia, Delegados e Subdelegados, pelas Camaras Municipaes. Assim pois a acção do poder administrativo e a inspecção social apresentam-se sempre uma a par da outra.

<sup>6</sup> Além disto exerce o Imperante o Poder Moderador; Nomeando os Senadores (art. 43); Convocando a Assembléa Geral extraordinariamente; Sancionando os Decretos e Resoluções da mesma Assembléa (art. 62); Prorogando-a ou adiando-a, e dissolvendo a Camara dos Deputados; Nomeando e demittindo livremente os Ministros de Estado; Suspendendo os Magistrados (art. 154); Perdoando e moderando as penas impostas aos

§ 13.

DIVISÃO DOS ACTOS DO GOVERNO — Podem os actos do Governo ser divididos em tres classes: 1.<sup>a</sup> Regulamentos d'Administração publica, ouvido o Conselho d'Estado; 2.<sup>a</sup> Regulamentos expedidos na fórma d'aquelles, isto é, com audiencia do mesmo Conselho; e 3.<sup>a</sup> Decretos promulgados com a rubrica do Imperador por conselho de um ou mais Ministros, mas sem o parecer do Conselho d'Estado.<sup>7</sup>

§ 14.

ACTOS ORGANICOS OU REGULAMENTARES — Os actos da Administração, considerada como supplente do Legislador, são *organicos* ou *regulamentares*. Os actos organicos são os que teem por objecto a organização d'algun ramo da Administração publica. Os regulamentares são os destinados a regular os pormenores da execução. Ha uma terceira especie d'actos que não apresentam precisamente nenhum d'estes dous caracteres, e que são qualificados somente pelo seu objecto.

§ 15.

REGULAMENTOS D'ADMINISTRAÇÃO PUBLICA — São os actos pelos quaes se manifesta a Autoridade do Chefe do Estado *em virtude d'uma delegação especial do Poder Legislativo*. Elles teem força obrigatoria, como a Lei, e são promulgados e inseridos na Collecção das Leis do Imperio. Mas differem pela sua origem; e se elles se estendem ao futuro pela sua providencia, se abrangem certas generalidades no seu

---

réos condemnados por sentença; e Concedendo amnistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade e o bem do Estado (art. 101).

<sup>7</sup> A Lei estatue em termos geraes; ella não póde prevêr nem regalar tudo. Para que a sua execução não seja variavel nem arbitraria, e os seus principios sejam desenvolvidos, é mister que entre a Lei que ordena, e o agente que lhe presta o seu braço, se interponha uma autoridade que falle por ella, quando não tenha dito tudo; que decrete os meios secundarios que ella não prescreveu; e que determine a sua vontade, quando a não tenha exprimido claramente. Tal o officio da Administração que o exerce por meio dos Regulamentos d'Administração publica e dos Decretos. Diz-se que a Administração é o *Substituto* do Legislador (*Vivien*).

objecto, com tudo não tem o character de permanencia que é proprio da Lei (Degerando).<sup>8</sup>

§ 16.

FÓRMAS DOS REGULAMENTOS D'ADMINISTRAÇÃO PUBLICA.

— Os Regulamentos, denominados d'Administração publica, devem ser em geral precedidos d'audiência do Conselho de Estado, e promulgados.

A alta importancia d'esses Regulamentos exige a intervenção do Conselho d'Estado, que dá á sua redacção a ordem, simplicidade, e clareza desejaveis; assegura a unidade de applicação das regras administrativas; e impede que em casos semelhantes variem as soluções com os serviços ou as Repartições Ministeriaes. Uma das condições da boa redacção dos Regulamentos d'Administração publica é evitar-se a inserção de disposições copiadas da Constituição e das Leis; para que pela sua transposição não se diminua a autoridade d'ellas, nem se altere o seu sentido, e não seja induzido em erro o Governo, que poderia em Decretos ultteriores modificar essas disposições legislativas como puramente regulamentares. Mas o Conselho d'Estado, quando deve ser consultado,

---

<sup>8</sup> Não ha porém uma regra fixa que determine os limites da alçada da Lei e do Regulamento d'Administração publica. Em certas materias as mesmas Constituições se encarregam de fazer a demarcação, e segundo as fórmulas do Governo, dão maior iniciativa, ora ao Poder Legislativo, ora ao Executivo. Assim em França, como entre nós, o Legislador tem tido sempre sob a sua alçada o estabelecimento do imposto, e um Regulamento d'Administração publica não poderia crear uma contribuição. Mas na maior parte dos casos a Constituição é muda; e concebe-se que devem escapar-lhe os pormenores, além de haver materias que em razão das affinidades, ou por considerações especiaes, tornam impossivel toda a classificação. Os impostos, por exemplo, pertencem á Lei, e todavia a Administração póde autorisar certas taxas de pouca importancia, ou inteiramente locais, em virtude d'uma simples approvação geral inserta no orçamento (Vivien).

Se pois é difficil estabelecer uma regra absoluta, ha todavia traços geraws que se podem marcar, e que permitem limitar o officio da Lei e do Regulamento.

Á Lei pertencem todas as providencias permanentes e duraveis que interessam á generalidade dos cidadãos; e ao Regulamento as disposições accidentaes e passageiras que são susceptiveis de modificações segundo os lugares. As questões que exigem uma solução immediata e conhecimentos technicos, são da alçada dos Regulamentos; e as que demandam o apparatus de fórmulas lentas e solemnes, devem ser resolvidas pelo Legislador.

emite apenas um simples parecer, com que o Governo não é obrigado a conformar-se.

Quanto á necessidade da *promulgação* dos Regulamentos d'Administração publica, é porque elles são appendices da Lei, e como taes devem ser levados ao conhecimento dos cidadãos, afim de se tornarem executorios para com todos. (V. L. de 4 de Dezembro de 1830, art. 3.º)

§ 17.

REGULAMENTOS EXPEDIDOS NA FÓRMA DOS D'ADMINISTRAÇÃO PUBLICA — Distinguem-se ordinariamente os Regulamentos d'Administração publica dos Regulamentos ou Decretos expedidos na fôrma dos primeiros. Assim, por exemplo, os serviços publicos são estabelecidos pela Lei, ou pelos Regulamentos d'Administração publica. Faz-se porém mister organisâ-los, regular a sua marcha, o seu exercicio, e a Administração provê a isso por Decretos. Todavia acontece muitas vezes que a Lei, que creou esses serviços, exige que os mesmos Decretos sejam expedidos na fôrma dos Regulamentos d'Administração publica; isto é, com audiencia do Conselho d'Estado.

Os Regulamentos expedidos na fôrma dos d'Administração publica são pois aquelles cujo objecto é menos geral, por versarem sobre materias que não interessam á universalidade dos cidadãos, mas que em razão da sua importancia são sujeitos ás fôrmas dos Regulamentos d'Administração publica; isto é, á audiencia do Conselho d'Estado, e á inserção na Collecção das Leis.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Assim os Regulamentos que versam sobre a autorisação das sociedades anonymas, de doações e legados a estabelecimentos publicos, de comunidades religiosas, etc, são expedidos na fôrma, de Regulamentos d'Administração publica.

§ 18.

O QUE SE ENTENDE POR DECRETOS. — Os Decretos São os actos ordinarios da Autoridade Imperial. O Decreto é expedido sob proposta d'um Ministro, e ás vezes sem proposta ministerial. No 1.º caso (que é o mais frequente), é referendado pelo Ministro que o propoz; e no 2.º pelo Ministro competente. Esses Decretos nem sempre são submettidos a deliberação do Conselho d'Estado. Todavia póde a Administração recorrer a elle, quando assim convier.<sup>10</sup>

§ 19.

MEIOS DE RECURSO CONTRA OS ACTOS DO GOVERNO. — Ha dous meios de recurso contra os actos do Governo: o meio *gracioso* e o *contencioso*.

Pelo meio gracioso dirige-se o cidadão ao mesmo Governo, para que reforme os seus actos, sem formulas solemnes, e por uma simples petição.

Tem lugar o recurso *gracioso*, todas as vezes que não ha *direito lesado*, mas um *simples interesse offendido*. Se os direitos porém foram violados, se as formulas exigidas, não foram guardadas, tem lugar o meio *contencioso* (§ 9.º).<sup>11</sup>

### CAPITULO III

*Do Conselho d'Estado, considerado como Orgão Auxiliar da Administração Geral.*

---

<sup>10</sup> A nomeação dos funcionarios publicos, as providencias que as circunstancias exigem para a manutenção da tranquillidade publica e segurança do Estado, certas autorisações, o exercicio dos direitos de tutela sobre pessoas moraes, são regulados por Decretos. Por elles tambem o Imperador convoca, adia, proroga, ou dissolve o corpo legislativo.

<sup>11</sup> Quanto á interpretação das Leis e dos Regulamentos nas relações do Estado com os particulares, pertence ella ao Conselho de Estado, que dirime então pelo meio contencioso uma especie de questão prejudicial; porque para se admittir similhante demanda, e sempre mister que haja um processo pendente perante um tribunal civil, ou administrativo.



## § 20.

CONSELHO D'ESTADO. — SUA HISTORIA — O Conselho d'Estado é ao mesmo tempo o Orgão mais elevado da Administração activa e o Supremo Tribunal administrativo (Pradier).<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Foi pela 1.<sup>a</sup> vez creada no Brasil uma especie de Conselho d'Estado pelo Decreto de 16 de Fevereiro de 1822, que lhe deu a denominação de Conselho de Procuradores Geraes das Provincias, e o mandou convocar, para n'elle representarem inteiramente as mesmas Provincias respectivas, nomeando as que tinham até quatro Deputados nas Cortes de Portugal, um Procurador; as que tivessem de quatro até oito, dous, e dahi para cima, tres; os quaes Procuradores poderiam ser removidos pelas suas respectivas Provincias no caso de não desempenharem devidamente as suas obrigações, se assim o requeressem dous terços das suas Camaras em vereação geral e extraordinaria, procedendo-se então á nomeação d'outros em sen lugar na fórma determinada pelo citado Decreto.

As attribuições d'esse Conselho eram: 1.<sup>a</sup> aconselhar o então Principe Regente D. Pedro, todas as vezes que por elle fôsse mandado, em todos os negocios mais importantes e difficeis; 2.<sup>a</sup> examinar os grandes projectos de reformas que se deviam fazer na Administração geral e particular do Estado que lhe fôsem communicados; 3.<sup>a</sup> propôr as medidas e planos, que parecessem mais urgentes e vantajosos ao bem do Reino-Unido e á prosperidade do Brasil; 4.<sup>a</sup> advogar e zelar cada um dos seus membros pelas utilidades da sua Provincia respectiva.

Reunia-se o referido Conselho em uma sala do Paço, todas as vezes que o mesmo Principe Regente o mandava convocar, ou quando ao Conselho parecia necessario reunir-se por assim o exigir a urgencia dos negocios publicos; para o que dava parte a S. A. R. pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino; era presidido pelo Principe Regente; e ás suas sessões assistiam os Ministros e Secretarios d'Estado que tinham assento e voto no dito Conselho, o qual foi installado por Decreto do 1.<sup>o</sup> de Junho de 1822, e reuniu-se pela primeira vez no dia seguinte com os Procuradores Geraes eleitos e residentes na Côrte, não obstante faltarem ainda os d'uma Provincia.

Pela Carta de Lei 4.<sup>a</sup> da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Imperio de 20 de Outubro de 1823 foi revogado o Decreto de 16 de Fevereiro de 1822, ficando extincto o Conselho de Procuradores de Provincias, creado por elle, e passando a servir como Conselheiros d'Estado provisoriamente os Ministros e Secretarios d'Estado.

Mas em consequencia da dissolução da mesma Assembléa Geral Constituinte creou o Imperador D. Pedro I pelo decreto 2.<sup>o</sup>, de 13 de Novembro de 1823 um novo Conselho d'Estado, composto de dez membros que nomeou logo, incluindo os seis Ministros que já eram Conselheiros d'Estado natos pela citada Lei de 20 de Outubro, para o fim de fazerem o projecto de Constituição promettida, e accommodada ás luzes, civilização e localidades do Imperio, e além d'isso tratarem dos negocios de maior monta.

O mesmo Conselho d'Estado foi confirmado e reorganizado pelos arts. 137 e seguintes da Constituição que tornou vitalicios os seus membros; mas foi outra vez supprimido pelo art. 32 da Lei das Reformas Constitucionaes n. 16 de 12 de Agosto de 1834, mais conhecida sob o nome de — Acto Adicional á Constituição. Foi emfim creado o novo Conselho d'Estado pela providente Lei n. 234 de 23 de Novembro de 1841; para cuja execução baixou o Regulamento n. 124 de 5 de Fevereiro de 1842; o qual, comquanto fôsse expedi do para servir de regimento provisório do Conselho d'Estado actual, tem continuado a observar-se em virtude do Decreto n. 222 de 9 de Setembro do mesmo anno, ficando a Secção, a que pertencem os negocios do Imperio, incumbida de propôr as alterações que a experiencia mostrasse ser necessario fazerem-se naquelle Regulamento.



§ 21.

SERVIÇOS DO CONSELHO D'ESTADO. — Tres são as diversas ordens de serviços que o Conselho d'Estado é destinado a prestar: 1.º assistir ao Monarcha com o conselho sobre os negocios de maior transcendencia que dependem da sua immediata resolução; 2.º discutir os projectos de Leis, Regulamentos, e Instrucções que por exigirem grande variedade de conhecimentos theoricos e praticos, não podem ser cabalmente discutidos no Conselho dos Ministros; 3.º servir de centro, onde venham reunir-se todas as noções estadisticas das diversas repartições da Administração publica, e se resolvam as duvidas que occorrerem entre ellas, e para o qual enfim possam recorrer as partes, que se julgarem lesadas nas estações subalternas do poder executivo.<sup>13</sup>

§ 22.

COMPOSIÇÃO ACTUAL DO CONSELHO D'ESTADO — Compõe-se o actual Conselho d'Estado, não de dez membros somente, como d'antes se compunha pelo art. 138 da Constituição; mas de doze membros ordinarios, além dos Ministros, que ainda não o sendo, teem n'elle assento, e de mais doze Conselheiros extraordinarios.

O Conselho d'Estado exerce as suas funcções, reunidos os seus membros, ou em Secções. Ao Conselho d'Estado reunido preside o Imperador; e ás Secções presidem os Ministros d'Estado, a quem pertencem os objectos das consultas (L. citada de 23 de Novembro de 1841, art. 1.º).

---

<sup>13</sup> Quem tiver alguma idéa do que seja Administração, não deixará de reconhecer que os tres objectos, que acabamos de mencionar, são de indeclinavel necessidade para o bom governo de qualquer paiz, e que todas as referidas especies de attribuições não podem ser devidamente exercidas senão por uma só corporação — O Conselho d'Estado, — que segundo o define Macarei, é — uma Assembléa de homens doutos, chamados pelo Monarcha para lhe assistirem com o sem conselho nos negocios do Governo e da Administração.—

Assim os Conselheiros d'Estado ordinarios, como os extraordinarios, são nomeados pelo Imperador; e são vitalicios: porém póde o Imperador dispensa-los das suas funcções por tempo indefinido (L. citada, arts. 2.º e 3.º).

Aos Conselheiros d'Estado extraordinarios compete: 1.º servir nos impedimentos dos ordinarios, sendo para isso designados; 2.º ter assento e voto no Conselho d'Estado, quando forem chamados para alguma consulta (L. citada, art. 3.º).<sup>14</sup>

### § 23.

ATTRIBUIÇÕES DO CONSELHO D'ESTADO — O art. 7.º da mesma L. cit. resume assim as attribuições do Conselho d'Estado:

“Incumbe ao Conselho d'Estado consultar em todos os negocios em que o Imperador houver por bem ouvi-lo, para resolvê-los, e principalmente:

1.º Em todas as occasiões em que o Imperador se propozer exercer qualquer das attribuições do poder moderador, indicadas no art. 101 da Constituição;

2.º Sobre declaração de guerra, ajustes de paz, e negociações com as nações estrangeiras;

---

<sup>14</sup> Os Conselheiros d'Estado são responsaveis pelos conselhos que dão ao Imperador, oppostos á Constituição e aos interesses do Estado, e manifestamente dolosos, nos negocios relativos ao exercicio do poder moderador, devendo ser julgados em taes casos pelo Senado, na fórmula da Lei da responsabilidade dos Ministros d'Estado, que é de 15 de Outubro de 1827 (Const. art. 143, e L. citada de 1841, art. 4.º).

Para ser Conselheiro d'Estado se requerem as mesmas qualidades que para Senador (Const. art. 140, e L. citada, art. 4.º). Essas qualidades são: 1.ª ser cidadão Brasileiro e estar no gozo dos direitos politicos; 2.ª ter d'idade 40 annos para cima; 3.ª ser pessoa de saber, capacidade e virtudes, sendo preferidos os que tiverem serviços feitos á patria; 4.ª ter de rendimento annual por bens, industria, commercio, ou emprego, a somma de 800\$000 (Const. art. 45).

Os Conselheiros antes de tomarem posse prestam juramento nas mãos do Imperador de manter a Religião C.A.R, observar a Constituição e as Leis, ser fieis ao Imperador, e aconselhá-lo segundo suas consciencias, attendendo somente ao bem da Nação (Const. art. 141, e L. citada, art. 5.º).

O Principe Imperial, logo que tem 18 annos completos, é de Direito do Conselho d'Estado: os demais Principes da Casa Imperial, para entrarem no mesmo Conselho, ficam dependentes da nomeação do Imperador. Estes e o Principe Imperial não entram no numero marcado, e somente são convidados para o Conselho reunido: o mesmo se pratica com os antigos Conselheiros d'Estado, quando chamados (Const. art. 144, e L. citada, art. 6.º).

3.º Sobre questões de prezas e indemnisações;

4.º Sobre conflictos de jurisdição entre as autoridades administrativas, e entre estas e as judiciarias;

5.º Sobre abusos das autoridades ecclesiasticas;

6.º Sobre Decretos, Regulamentos, e Instrucções para a boa execução das Leis, e sobre propostas que o poder executivo tenha de apresentar á Assembléa Geral.”<sup>15</sup>

#### § 24.

SECÇÕES ADMINISTRATIVAS — Em virtude do Regulamento de 5 de Fevereiro de 1842 acha-se o Conselho d’Estado dividido em quatro Secções: 1.ª dos Negocios do Imperio; 2.ª dos da Justiça e Estrangeiros; 3.ª dos da Fazenda; 4.ª dos da Guerra e Marinha (art. 1.º)

Cada uma d’estas Secções compõe-se de tres Conselheiros. As Secções que se occupam dos negocios de dous Ministerios, são presididas pelo Ministro a quem toca o objecto que n’ellas se discute.<sup>16</sup>

Quando a importancia e complicação dos negocios o exigem, podem reunir-se duas ou tres Secções sob a presidencia do Ministro que pedir a reunião.

Os Ministros d’Estado prestam ás Secções todos os esclarecimentos necessarios para acerto das deliberações, e marcam o dia, hora, e lugar das conferencias de cada Secção.

---

<sup>15</sup> O art. 142 da Constituição tambem dispõe que os Conselheiros d’Estado sejam ouvidos em todos os negocios graves e medidas geraes da publica Adminitração; mas especificando quasi os mesmos casos do art. 7.º da L. citada exceptua das attribuições do poder moderador, indicadas no art. 101 da Constituição, o caso do § 6.º que se refere á nomeação e demissão dos Ministros d’Estado.

<sup>16</sup> O Ministro Presidente da Secção nomeia um relator para cada negocio. Discutida e votada a materia, apresenta o relator o parecer minutado, o qual depois de approvado é assignado na conferencia seguinte pelos membros da Secção que não deram voto separado. Mas o Ministro Presidente não vota, nem mesmo no caso de empate.

O Imperador reserva a si o direito de resolver os pareceres das Secções, sem que ouça o Conselho reunido.

Quando o parecer da Secção é algum projecto de Lei, Decreto, Regulamento, ou Instrucções, a Secção respectiva dá-lhe todo o desenvolvimento preciso, para que o Conselho d’Estado o possa discutir regularmente (arts. 2.º a 11 do citado Regulamento).

§ 25.

CONFERENCIAS DO CONSELHO PLENO — Para haver conferencia do Conselho d'Estado sob a presidencia do Imperador é preciso que estejam presentes pelo menos sette Conselheiros em effectivo exercicio.

As suas conferencias teem lugar nos Paços Imperiaes, quando o Imperador ha por bem convocá-lo.

Os Conselheiros fallam, e votam, quando o Imperador ordena; e não havendo unanimidade no Conselho os membros divergentes apresentam por escripto os seus votos separados.

Os Ministros d'Estado, ainda que tomem parte nas discussões do Conselho, não votam; nem assistem ás votações quando a consulta versa sobre dissolução da Camara dos Deputados, ou do Ministerio.

As consultas do Conselho são redigidas pela Secção a que toca o seu objecto, e assignadas por todos os Conselheiros; e a Resolução Imperial, tomada sobre parecer da Secção, ou consulta do Conselho, é expedida por Decreto (arts. 12 a 20 do Regulamento).

§ 26.

OBJECTOS DAS DELIBERAÇÕES DO CONSELHO D'ESTADO — Podem ser contenciosos ou não contenciosos.<sup>17</sup> Quanto a estes, incumbe a cada Secção examinar as Leis provinciaes, e todos os negocios de que a encarregar o seu Presidente, podendo ouvir a quaesquer empregados publicos, que são obrigados a prestar todos os esclarecimentos que ella exigir, verbalmente ou por escripto, sob pena de desobediencia, e a quaesquer outras pessoas, cujas informações lhe possam ser uteis.

Quando no exame dos negocios incumbidos ás Secções entenderem estas ser necessaria alguma Lei, Regulamento, Decreto, ou

---

<sup>17</sup> Dos objectos contenciosos trataremos na 2.<sup>a</sup> Parte d'estes Elementos.

Instrucções, o propoem, expondo mui circumstanciadamente os motivos da sua convicção, e as principaes providencias, que se devem expedir (arts. 21 a 23 do Regulamento).

§ 27.

CONCLUSÃO — Pelo que fica dito, as attribuições do Conselho d'Estado, considerado como Orgão geral da Administração activa, podem ser divididas em tres partes principaes; que são: 1.º um exercicio de funcções puramente consultivas; 2.º uma cooperação na alta tutela administrativa; 3.º um exercicio de funcções governamentaes.

É o que se deduz do art. 442 da nossa Constituição, e das nossas Leis organicas do Conselho d'Estado.<sup>18</sup>

## CAPITULO IV.

*Dos Ministros considerados como Orgãos supremos da Administração Geral.*

§ 28.

PRINCIPIOS GERAES. — O principio em que assenta toda a Administração activa, é a *unidade* dos funcçionarios. A unidade na Administração é designada pelo nome de *centralisação*. Ella consiste na subordinação dos administradores locaes á Autoridade central que os nomeia e demitte, e reserva para si a decisão dos negocios mais importantes. Mas

---

<sup>18</sup> Cabe porém aqui acrescentar algumas disposições geraes do Regimento do Conselho d'Estado.

Deve haver sempre doze Conselheiros d'Estado em effectivo exercicio, um dos quaes escreve as actas dos negocios que devem ser conservados em segredo.

Se algum Conselheiro em serviço effectivo não poder exercer as suas funcções por mais de 15 dias continuos, é designado o Conselheiro extraordinario que ha de servir durante o seu impedimento, cessando o qual cessa a substituição.

O Conselheiro que é dispensado do exercicio das suas funcções, passa a Conselheiro extraordinario.

Deve haver no Conselho, e em cada uma das suas Secções, tres livros: um para registro das actas respectivas; outro para registro das Ordens Imperiaes; e outro para registro dos pareceres e consultas (Regulamento n. 124, arts. 52, 53, 55, e 59).

em cada ramo dos serviços publicos, em cada grau da jerarchia administrativa, um só agente centralisa a direcção e a responsabilidade.

Entre os agentes uns, verdadeiros *funcionarios*,<sup>19</sup> teem character e autoridade a respeito de todas as pessoas; são officialmente conhecidos do publico, e lhe servem de medianeiros para com o poder executivo. Estes são os agentes directos. Outros, simples empregados, sem character publico, nem notoriedade official, preparam o trabalho dos agentes directos, e são seus auxiliares. Todos os agentes directos estão collocados sol) a Autoridade do Chefe do Estado, e ligados entre si por uma forte jerarchia. Por este duplo character é que elles recebem, e transmittem alternadamente uma direcção uniforme, e são a expressão viva do principio de centralisação. Na serie dos agentes directos occupam os Ministros e Secretarios d'Estado o 1.º lugar em ordem descendente.

Os Ministros são pois os agentes immediatos do Poder central, os Chefes das grandes divisões da Administração publica. Estas divisões chamam-se Repartições ministeriaes, e os mesmos Ministros, Secretarios d'Estado em tal ou tal Repartição (Const. art.132.).

#### § 29.

NOMEAÇÃO DOS MINISTROS.— A nossa Constituição enumera no art. 101 entre as attribuições do Imperador a de nomear e demittir livremente os Ministros d'Estado (§ 6.º); e no art. 131 dispõe que — haverá differentes Secretarias d'Estado; que a Lei designará os negocios pertencentes a cada uma, e o seu numero; que as reunirá, ou separará, como mais convier.<sup>20</sup> —

---

<sup>19</sup> A qualificação de *funcionario* não compete a todos os membros d'um serviço publico. Para possuir essa qualidade, é mister estar revestido d'uma porção da autoridade e do poder publico; e por consequente os *officiaes* ou *empregados*, os agentes da força publica e de policia, não entram no numero dos *funcionarios* (Mauricio Block).

<sup>20</sup> As Leis regulamentares, que entre nós teem determinado o numero, a organização, e as attribuições das Secretarias d'Estado, são: a C. de L. de 23 d'Agosto de 1821; Decretos de 3 de Julho de 1822, e de 13 de Novembro de 1823; LL. de 20 d'Outubro de 1838, art. 32, e de 30 de Novembro de 1841, art. 39; em virtude das quaes foi expedido o Regulamento de 22 de Dezembro de 1841; Decretos de 4 de Janeiro e 26 de Fevereiro de 1842; Decretos n. 2,350 de 5 de Fevereiro, e n. 2,368 de 5 de Março de 1859.

Os Estrangeiros posto que naturalizados, não podem ser Ministros d'Estado (art. 136). Os Senadores e Deputados podem ser nomeados para o cargo de Ministro ou Conselheiro d'Estado com esta diferença: que os Senadores continuam a ter assento no Senado; e os Deputados deixam vagos os seus lugares na Camara, e se procede a nova eleição, na qual podem ser reeleitos, e accumular as duas funcções, que tambem accumulam, se já exerciam qualquer dos mencionados cargos, quando foram eleitos (arts. 29 e 30).

§ 30.

DIVISÃO DAS ATTRIBUIÇÕES MINISTERIAES — A existencia do Ministerio é indispensavel. O Poder regulador, que domina todo o systema social, não póde descer ao minucioso da pratica e applicação. Seja qual fôr a pessoa a quem se confie o poder executivo, não o póde administrar por si; e daqui a necessidade da delegação a diversos agentes collocados n'uma jerarchia, da qual o Imperante na Monarchia representativa constitue o 1.º grau, e os Ministros o 2.º em ordem descendente (Macarel). O Ministro é um funcionario publico, responsavel no que lhe diz respeito, nomeado pelo Chefe do Estado, que o admite á sua confiança para administrar um ramo dos negocios publicos, indicar-lhe os que exigem ordens especiaes da sua parte, recebê-las directamente, transmitti-las, e fazê-las executar (Merlin, Repert.).

As attribuições dos Ministros são *geraes* ou *especiaes*.

---

Em virtude da L. de 23 d'Agosto de 1821 foi a antiga Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino dividida, passando parte dos seus negocios para a Secretaria d'Estado da Justiça, então creada, e ficando parte para a do Reino, que depois da Independencia se chamou Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio. O Decreto n. 2,368 de 1859 reorganisou esta Secretaria d'Estado.

Pelo Decreto de 13 de Novembro de 1823 foi igualmente desmembrada da Repartição dos Negocios do Imperio a dos Estrangeiros, encarregando-se cada uma d'ellas a um Ministro differente.

Deu-se nova organização ás Repartições da Justiça e Fazenda, assim como tambem foram reformadas as Secretarias d'Estado dos Negocios da Guerra e Marinha, por Decretos de 19 e 20 d'Abril de 1844, em virtude do art. 44 da L. de 21 d'Outubro de 1843.

A Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça foi ultimamente reformada pelo Decreto n. 2,350 de 1859.

§ 31.

ATTRIBUIÇÕES GERAES — Os Ministros *preparam* os projectos de Leis e tambem os Regulamentos d'Administração publica, que submettem á approvação e assignatura do Imperador, e referendam (Const. art. 132).

A necessidade da referenda é fundada na responsabilidade que incumbe ao Ministro, pela parte que lhe cabe, e na garantia devida aos cidadãos quanto á applicação dos actos do poder executivo ás necessidades publicas. Devendo cada acto governamental ser considerado em si mesmo, e em suas relações com a marcha geral dos negocios, é natural que se manifeste o concurso de dous pensamentos no mesmo acto; o que dirige o todo, e outro mais especial que rege os pormenores. Os Ministros tambem preparam os projectos de Decretos, e os propõem ao Imperador.

“Em geral (diz Cabantous) promovem a execução das Leis e dos Regulamentos d'Administração publica. Para completar esta definição basta acrescentar que promovem tambem a execução dos actos do poder executivo, além dos Regulamentos d'Administração publica. O meio, por que exercem as suas funcções, é a correspondencia immediata com as autoridades que lhes são subordinadas.”

Como attribuições geraes, os Ministros expedem ordens relativas ás despesas publicas, que estão a cargo das suas Repartições respectivas, ficando sujeitos a prestar contas; e *reformam* os actos das autoridades inferiores.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Todos os Ministros das diversas Repartições entre nós devem remetter annualmente ao da Fazenda os orçamentos concernentes ás despesas d'ellas, fazendo individuação das ordinarias e extraordinarias, e dando a razão de cada uma d'ellas com tabellas explicativas, que indiquem a particular applicação de cada uma e a sua legalidade (L. de 8 d'Outubro de 1828, arts. 9.º e 10).

Os Ministerios, em cujas Repartições se verificam receitas especiaes, não podem augmentar os creditos abertos para as suas despesas com o producto de taes receitas que entram para o Thesouro e Thesourarias no fim de cada trimestre (L. n. 628 de 17 de Setembro de 1851, art. 39).



## § 32.

ATTRIBUIÇÕES ESPECIAES — As attribuições especiaes dos Ministros são tão variadas como as necessidades sociaes que lhes incumbe dirigir ou satisfazer. A distribuição dos Ministerios e das attribuições especiaes de cada Ministro em França corresponde ás tres grandes exigencias sociaes; 1.<sup>a</sup> a vida material do povo; 2.<sup>a</sup> a vida intellectual; 3.<sup>a</sup> a segurança para o Estado, para as pessoas, e para os bens. Para a *vida material do povo*, o Ministerio do interior, o das obras publicas, da agricultura, e do commercio. Para a *vida intellectual*, o Ministerio da instrucção publica e dos cultos. Para a *segurança do Estado, das pessoas, e dos bens*, os Ministerios dos Negocios Estrangeiros, da Guerra, do Interior, da Justiça, Marinha e Fazenda. Ha pois em França oito Repartições ministeriaes, exclusivamente administrativas, incluidos os dous novos Ministerios; o da instrucção publica e dos cultos, e o da agricultura, do commercio e das obras publicas: os quaes não são mais do que desmembramentos do Ministerio do Interior.<sup>22</sup>

---

Nos relatorios, que teem de apresentar á Camara dos deputados até o dia 15 de Maio, devem os Ministros expor circunstanciadamente a necessidade ou utilidade das suas respectivas despesas (L. de 15 de Dezembro de 1830, art. 42).

Os orçamentos devem ser apresentados desenglobadamente, sendo especificada cada uma das verbas das despesas cuja totalidade prefizer a somma pedida para qualquer serviço (L. de 11 d'Outubro de 1837, art. 16).

Quando os Ministros fazem pedidos para novas obras publicas, devem justificá-los com o orçamento e a planta das mesmas; e tambem dar conta do despendido nas obras já começadas, bem como do que mais é preciso despende para a sua conclusão (L. citada, art. 17).

<sup>22</sup> Entre nós porém vê-se da legislação citada na nota ao § 29, que não ha mais de seis Ministerios ou Secretarias d'Estado, que são: 1.<sup>a</sup> a dos Negocios do Imperio; 2.<sup>a</sup> a da Justiça; 3.<sup>a</sup> a dos Negocios Estrangeiros; 4.<sup>a</sup> a da Fazenda; 5.<sup>a</sup> a da Marinha; e 6.<sup>a</sup> a da Guerra.

Entende-se por Ministerio o complexo das attribuições de cada Ministro. Os Ministerios são vastas administrações, tendo cada um suas attribuições distinctas, uma organização particular, e um pessoal numeroso de agentes e empregados, mas concorrendo todos para o mesmo fim: assemelha-se a immensos reservatorios, donde se diffudem por uma multiplicidade de canaes a toda a superficie do paiz, e por assim dizer, a todas as suas veias, a acção e vida administrativas (Blanche).

## § 33.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO IMPERIO — Por disposição da L. de 23 d'Agosto de 1824 ficaram pertencendo á Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio — todos os objectos d'agricultura, industria e artes; estradas, canaes, minas, commercio e navegação interior; estabelecimentos pios, Instrucção Publica, Escolas, Collegios, Universidades, Academias, e mais Corporações de Sciencias e Bellas Artes; todos os melhoramentos do Interior, e quanto é relativo á estadistica e economia publica; a expedição de todas as graças e mercês, de titulos de grandeza, ordens, condecorações, empregos honorificos, incluindo os da casa Imperial, nomeações de officios ou cargos, e todas as resoluções em assumptos de cerimonia e etiqueta; promulgar todas as Leis, Decretos, Resoluções e mais ordens sobre os objectos da sua Repartição, communicâ-las ás estações competentes e fiscalisar a sua exacta execução.<sup>23</sup>

## § 34.

MINISTERIOS DOS NEGOCIOS DA JUSTIÇA, E DOS ESTRANGEIROS. — Em virtude da citada L. de 23 d'Agosto de 1821, §§ 5.º e 6.º ficaram pertencendo á Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça todos os objectos de Justiça civil e criminal, todos os negocios ecclesiasticos, a expedição das nomeações de todos os lugares de

---

<sup>23</sup> Pela Repartição dos Negocios do Imperio fazem-se despezas com os seguintes objectos: — Dotações do Imperador, da Imperatriz, da Princeza D. Januaria, e da Imperatriz, Viuva de D. Pedro I; alimentos das Princezas e dos Principes, e ordenados dos mestres da Familia Imperial; Gabinete Imperial: Conselho d'Estado; Presidencias de provincias; Camaras dos Senadores e Deputados; ajudas de custo de vinda e volta dos Deputados; Faculdades de Direito e de Medicina; Academia de Bellas-Artes, e Museu; Hygiene publica: empregados de visita e saude dos portos; Lazaretos e Instituto vaccinico; Archivo publico; Correio geral e paquetes a vapor; Commissões d'engenheiros, canaes, pontes, estradas, e outras obras publicas geraes, e auxiliares ás obras provinciaes que o Governo julgar mais convenientes; Catechese e civilisação aos indios, colonias militares, etc.

A repartição das terras está sujeita ao Ministerio do Imperio pela L. n. 601 de 18 de Setembro de 1850, e pelo Regulamento n. 1318 de 30 de Janeiro de 1854.

magistratura, officios e empregos, pertencentes a esta Repartição, a inspecção das prisões, e quanto é relativo á segurança publica.

Compete-lhe igualmente a promulgação de todas as Leis, Decretos, Resoluções e mais Ordens sobre assumptos da mesma Repartição, a sua communicação ás estações competentes, e a fiscalisação de sua fiel observancia.<sup>24</sup>

§ 35.

MINISTERIO DA FAZENDA — O Ministro d'Estado dos negocios da Fazenda, a que privativamente compete o expediente de todos os negocios pertencentes á administração e fiscalisação da Fazenda nacional, referenda, e assigna todos os actos do poder executivo que são relativos ao objecto da sua Repartição.

O Ministro da Fazenda, tendo recebido dos outros Ministros os orçamentos relativos ás despesas das suas Repartições, apresenta annualmente na Camara dos Deputados até o dia 8 de Maio com o seu relatorio, a proposta para a fixação das despesas geraes, impressa, e acompanhada assim do balanço geral da receita e despesa do Thesouro nacional, pertencente ao anno que finda, como do orçamento geral de todas as despesas, e da importancia das imposições e rendas publicas (Constituição, art. 172, LL. de 8 d'Outubro de 1828, e de 31 d'Outubro de 1835, art. 13).<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> O Ministerio da Justiça faz despesas com os seguintes objectos, além da sua Secretaria: Supremo Tribunal de Justiça, Relações, e Justiças de 1.<sup>a</sup> instancia; Policia e segurança publica, Guarda Nacional, Telegraphos; Bispos, Cathedraes, Relação metropolitana, Parochos, Vigarios geraes e Previsores, Seminarios Episcopaes, Capella Imperial e Cathedral do Rio de Janeiro, e repressão do trafico de Africanos.

Ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros pertencem as Legações e Consulados, empregados diplomaticos em disponibilidade, despesas extraordinarias no exterior, ditas no interior, etc.

<sup>25</sup> Por este Ministerio são pagos os juros e amortisação da divida publica externa, os da interna fundada, e os da inscripta antes da emissão das apolices, e pagamento em dinheiro das quantias da mesma divida, menores de 400\$000, na fórmula do art. 95 da L. de 24 d'Outubro de 1832; e fazem-se despesas com os seguintes objectos: — Caixa d'amortisação, filial da Bahia, e empregados no resgate e substituição do papel moeda:

§ 36.

MINISTERIOS DA MARINHA E GUERRA — Ao Ministerio dos negocios da Marinha competem as despesas seguintes: — Quartel general da marinha, Conselho supremo militar, auditorias, corpo d'armada e classes annexas; ditos de fuzileiros navaes, e de imperiaes marinheiros; companhias de invalidos, contadorias, intendencias e accessorios; arsenaes, e capitancias dos portos; navios armados, ditos de transporte, e desarmados; hospitaes, e pharóes; academia de marinha, escolas, e bibliotheca; reformados, material, obras, etc.

Finalmente ao Ministerio da Guerra pertencem a contadoria geral, pagadoria das tropas, escolas militares, o observatorio astronomico; archivo militar, e officina litho-graphica; arsenaes de guerra e armazens d'artigos bellicos; hospitaes, commandos d'armas, officiaes do exercito e reformados; exercito, corpo de saude; gratificações diversas, invalidos, pedestres, recrutamento e engajamento; fabrica de polvora, dita de ferro de Ypanema, presidio da ilha de Fernando; obras militares, despesas diversas e eventuaes, e exercicios findos.

§ 37.

CONSELHOS — Conforme o principio — que ao lado da acção deve achar-se o *conselho*, — collocou o legislador Francez junto a cada esphera da administração *activa*, e por conseguinte em cada Ministerio, um certo numero de commissões, e conselhos especiaes, destinados a

---

pensionistas do Estado, aposentados, e empregados de repartições extinctas: Thesouro nacional, Thesourarias, Juizo dos feitos da Fazenda, alfandegas, consulados, recebedorias, mezas de rendas e collectorias; casa da moeda, officina e armazem do papel sellado; typographia nacional, e officina das apolices; administrações dos proprios nacionaes e dos terrenos diamantinos; ajudas de custo a empregados de Fazenda; curadoria d'africanos livres; e medição de terrenos da marinha; premios de lettras, descontos de assignados das alfandegas, commissões, corretagens e seguros; juros dos emprestimos dos cofres dos orphãos: reposições, e restituções de direitos, e outras; corte e conducção do pau-brasil; obras, gratificações, eventuaes, e exercicios lindos; pagamentos d'enprestimos do cofre de orphãos; ditos dos bens de defuntos e ausentes, e de depositos de qualquer natureza (V. Decreto n.º 2,343 de 29 de Janeiro do 1859, cap. 1.º).

esclarecer os agentes propostos á direcção d'esses serviços, a deliberar sobre os negocios que lhes são relativos, a dar pareceres e proferir decisões em certos casos, posto que raros (Pradier).

Essas especies de conselhos reúnem, segundo Vivien, nas mesmas mãos a participação activa e habitual nos mesmos negocios, e a deliberação; combinação feliz, porém mais favoravel aos simples melhoramentos, do que ás refórmãs, e que só póde ser applicada a objectos especiaes.<sup>26</sup>

### § 38.

FÓRMAS DOS ACTOS MINISTERIAES — Como agentes supremos da administração, exercem os Ministros a autoridade que lhes compete, por meio de *regulamentos*, *instrucções*, *decisões*, e por certos *contractos* que celebram para occorrer ás exigencias dos serviços que lhes são confiados.

---

<sup>26</sup> Entre nós não existem semelhantes instituições em tão grande escala. Citaremos por exemplo o Conselho supremo militar, creado no Rio de Janeiro pelo Alv. do 1.º d'Abril de 1808, para tratar dos negocios que pertenciam ao Conselho de guerra e Almirantado, aos quaes substituiu somente na parle militar. A L. n. 874 de 23 de Agosto de 1856 creou tambem um Conselho Naval, cuja organização foi regulada pelo Decreto n. 2,208 de 22 de Julho de 1858.

Havia mais antigamente um Conselho da Fazenda que foi extinto, passando para o Thesouro publico nacional a sua jurisdicção voluntaria a respeito de certos objectos, e a contenciosa para as Justiças ordinarias, pela L. de 4 d'Outubro de 1831 (V. Decreto n. 2,343 de 29 de Janeiro de 1859, cap. 3.º).

Na alta administração porém, afóra o Conselho d'Estado, quando os negocios, que se agitam em qualquer das Repartições ministeriaes, são tão importantes e complicados que demandam o accôrdo de todos os Ministros, reúnem-se estes em Conselho sob a presidencia d'aquelle que na organização do Ministerio tiver sido nomeado Presidente do Conselho dos Ministros, em virtude do Decreto n. 523 de 20 de Julho de 1847.

Esta reunião constitue o que se chama — Conselho dos Ministros, — e tem lugar ou no Paço Imperial, ou na casa do designado pelo Imperador para Presidente. Esse Conselho delibera ácerca dos negocios d'alta administração, da legislação administrativa, e de tudo quanto diz respeito a policia geral, segurança do Estado, e manutenção da Autoridade Imperial.

O Conselho dos Ministros exerce funcções puramente consultivas, porque não póde sem o *placet* do Imperador proferir decisão alguma obrigatoria.

Mas as suas deliberações nem por isso deixam de ter summa importancia, pois não podendo o Monarcha funcionar sem os seus Ministros, e recusando estes o seu concurso, obrigam-no a mudar de Ministerio, e por isso mesmo a modificar o systema politico do Governo (Maguitot et Delamarre).

De feito os Ministros funcionam, ou por via da referenda com que subscrevem, e legalizam os actos do poder executivo, ou em seu proprio nome e em virtude da autoridade que esse poder lhes ha delegado.

Os actos que os Ministros exercem em seu nome pessoal, denominam-se *instrucções* ou *circulares*, se teem character interpretativo; ou *decisões* e *regulamentos*, se o seu character é autoritativo ou d'autoridade (Cabantous).<sup>27</sup>

### § 39.

CONTRACTOS — São estes celebrados por um Ministro a bem d'um serviço geral, ora com fornecedores, ora com empresarios d'obras publicas. Os contractos do Governo devem por via de regra ser feitos com publicidade e concurrencia. A execução das obrigações contrahidas pelos contractadores é assegurada por uma caução movel ou immovel (fiança, deposito ou hypotheca), por sequestro, detenção pessoal, e penas

---

<sup>27</sup> *Regulamentos ministeriaes* são actos administrativos que procedem d'um Ministro, e destinados, quer em virtude dos preceitos da Lei, quer da iniciativa do mesmo Ministro, a preparar certas providencias de ordem publica e d'interesse geral.

As *Instrucções ministeriaes* teem por objecto, ou expedir com algum *desenvolvimento* as ordens exigidas por alguma circumstancia grave, ou esclarecer os subalternos ácerca do espirito da Lei ou do Regulamento, cuja execução lhes é recommendada. As *instrucções ministeriaes* são *individuaes*, quando se dirigem a um só funcionario, e *circulares*, quando, sendo do mesmo teor, são endereçadas a todos ou a certos funcionarios d'uma administração.

As *Decisões ministeriaes* são proferidas pelos Ministros, ou em solução das questões que lhes são submettidas por autoridades inferiores, ou como applicações de Decretos ou Regulamentos a petições ou reclamações, feitas perante elles por causa de direitos contestados, ou para deferirem favoravel ou desfavoravelmente, em razão do seu poder discricionario, as petições individuaes. N'este caso não podem as decisões dos Ministros ser atacadas pelo meio contencioso; mas as que versam sobre reclamações feitas era favor de direitos contestados, podem sê-lo sempre perante o Conselho d'Estado; porque teriam mediante a devida intimação força e effeitos de julgamentos (Pradier).

Trataremos na 2.<sup>a</sup> Parte da jurisdicção contenciosa dos Ministros. Quanto á sua jurisdicção graciosa, são elles os superiores hierarchicos, e teem o direito de invalidar as decisões dos agentes subalternos. Podem igualmente reformar as suas ou as dos seus antecessores, emquanto não houver direitos adquiridos. Excederão porém os seus poderes, se repellirem as reclamações nos casos excepcionaes em que se abre um recurso gracioso perante o Chefe do Estado; ou se repellirem as petições que lhes devem ser apresentadas, ou por particulares, ou por outro Ministro (Chaveau Adolphe).

rigorosas nos casos de fraude ou negligencia (Decreto n. 657 de 5 de Dezembro de 1849, art. 2.º).

O Governo tem sempre o direito de rescindir o contracto, indemnizando o contractador quando a rescisão não provier de culpa sua (V. Cod. Civ. Fr. art. 1794, e Cod. Comm. Braz., art. 236). Essa indemnização porém versa sobre despesas feitas e não sobre lucros realisaveis. Se fôsse o contractador, quem não cumprisse as condições do contracto, far-se-hia outro com um terceiro por conta e risco d'aquelle.<sup>28</sup>

#### § 40.

RESPONSABILIDADE MINISTERIAL. — A responsabilidade dos Ministros, nos limites das attribuições de cada um, póde recahir sobre actos do Governo, ou da Administração, prejudiciaes ao interesse publico. Em França *somente* o Senado póde promover-lhes a *accusação* e entregá-los, ou aos *tribunaes ordinarios*; ou, no caso de attentado contra a segurança nacional, ao *tribunal supremo* que o Imperador é obrigado a invocar (Pradier).<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Quanto ao contencioso entre os fornecedores ou contractadores e o Governo, é da competencia da autoridade administrativa. Cessa porém esta competencia, quando não se trata do interesse do Estado (Foucart, Magnitot et Delamarre, Blanche).

Os contractos do Governo differem das contencões particulares: 1.º pela junção d'um orçamento, d'uma minuciosa avaliação, e d'um relatorio dos encargos; 2.º pela assistencia e assignatura dos funcionarios publicos contractantes que dão assim ao acto toda a authenticidade necessaria (Pradier).

Entre nós os contractos de receita ou despesa, celebrados com o Governo, são regidos pela L. de 22 de Dezembro de 1761, e pelo Alv. de 28 de Junho de 1808, etc.

<sup>29</sup> Entre nós podem os Ministros ser responsabilizados pelos delictos especificados no art. 133 da Const. por meio do competente processo, que póde ter lugar, ou por denuncia dada á Assembléa geral em reclamação, queixa, ou petição de qualquer cidadão, ainda que não seja o offendido, dentro em tres annos; ou por denuncia d'algun membro das Camaras legislativas no prazo de duas legislaturas depois de commettido o delicto, ou ex-officio, sendo dada por alguma commissão das mesmas Camaras ácerca dos delictos que encontrarem no exame de quaesquer negocios.

Se examinada a denuncia, ouvido o Ministro denunciado, e discutida a materia na Camara dos Deputados, se decreta a accusação; é o Decreto apresentado ao Senado, e seguindo-se ahi os termos do libello accusatorio, offerecido por uma Commissão da Camara dos Deputados, da defeza do réo, e do debate, tem lugar a sentença, que sendo condemnatoria, póde ser uma vez embargada; tudo na fórma da L. 1.ª de 15 d'Outubro de 1827, cap. 3.º Secção 1.ª (Const. arts. 38 e 47 § 2.º).



## CAPITULO V.

### Administração Provincial.

*Dos Presidentes de Provincias e das Assembléas Provinciaes.*

#### § 41.

RAZÃO D'ORDEM — Depois de haver tratado no Capitulo antecedente dos agentes directos da Administração Geral, que na sua ordem hierarchica occupam o 1.º lugar, e se podem chamar supremos (os Ministros d'Estado como agentes immediatos do Poder central e Chefes das *grandes divisões da Administração*); segue-se naturalmente tratar dos agentes *superiores*, immediatos áquelles na jerarchia administrativa, e que presidem ás *grandes divisões do territorio*, ou se chamem governadores, intendentes, *prefeitos*, ou *presidentes*.

#### § 42.

PRINCIPIOS GERAES — A autoridade administrativa tem uma função geral que é prover por meio de regulamentos á execução das Leis, manutenção da ordem publica, segurança do Estado, e ás differentes necessidades da sociedade; e duas funções especiaes: 1.<sup>a</sup> exercer suprema inspecção sobre certos estabelecimentos publicos; 2.<sup>a</sup> administrar com zelo o patrimonio publico. Ora, os administrados, sobre quem se exerce diariamente a acção administrativa, estão espalhados por toda a superfície do territorio. O mesmo se dá ácerca de todos os estabelecimentos publicos e das causas communs, que ella deve proteger por sua tutela, ou conservar por sua gerencia. Como porém serão exactamente transmittidas, e fielmente executadas as suas ordens em tão grande espaço?

A esse fim póde conduzir a necessaria reunião de tres meios: 1.º dividir o territorio em grandes provincias; 2.º collocar um agente



directo e superior do poder executivo em cada uma dellas; e 3.º manter esses agentes n'uma dependencia salutar.

Por connexão pois, e ordem de materias releva tratar aqui primeiramente da divisão territorial.

#### § 43.

DIVISÃO DO TERRITORIO EM GERAL — Da bem feita divisão administrativa do territorio resultam economia e celeridade na expedição dos negocios, e imparcial justiça nas decisões. Deve pois o Legislador dividir o paiz de maneira que fiquem satisfeitos os interesses geraes.

É porém obvio que n'um territorio de grande extensão não bastaria a divisão só por si, para se conseguir o fim geral da acção administrativa; e por isso devem-se fazer subdivisões: mas o estabelecimento d'uma como d'outra cousa deve reger-se por principios differentes.

Quanto á 1.<sup>a</sup> divisão: isto é, a que deve estar mais proxima ao Governo, convém que a circunscripção adoptada não se restrinja em limites muito estreitos. Estas divisões administrativas chamam-se commummente *provincias*. D'ellas deve a Administração colher grandes vantagens.

Quanto á 2.<sup>a</sup> divisão ha a observar uma cousa. Como em todos os paizes ha certas agglomerações de habitantes, que teem edificado cidades, ou formado povoações; ou quando tenham espalhadas as suas habitações pelo territorio, afim de poderem melhor cultivá-lo, nem por isso se deve inferir que tenham querido segregar-se uns dos outros; é claro, que taes agglomerações formam tantas pequenas sociedades, quantos são os seus interesses distinctos, quantas as suas relações particulares, com um territorio, que lhes pertence, e que ellas cultivam.

Não cabe pois na alçada do Legislador destruí-las; o que lhe incumbe, é organisá-las do melhor modo possível, respeitando a sua existencia individual. A 1.<sup>a</sup> divisão está visto que é toda artificial, e póde variar até certo ponto em sua extensão. A 2.<sup>a</sup> porém é natural, e não poderia ser destruída sem se destruírem os fundamentos da Sociedade.<sup>30</sup>

§ 44.

DIVISÃO TERRITORIAL DO IMPERIO. — Pela nossa Constituição, art. 2.<sup>o</sup> ficou o territorio do Imperio dividido em Provincias na fórma em que já se achava, podendo ser subdivididas, como teem sido, conforme o pede o bem do Estado; e pelo art. 1.<sup>o</sup> doCodigo do Processo Criminal foi determinado que nas Provincias do Imperio continuasse a divisão d'ellas em comarcas, termos (ou municipios), e districtos.

A divisão dos termos em districtos já competia ás Camaras municipaes pelo art. 55 da L. do 1.<sup>o</sup> d'Outubro de 1828, quando a L. de 11 de Setembro de 1830, arts. 3.<sup>o</sup> e 9.<sup>o</sup> dispoz que os districtos das Capellas filiaes Curadas, nos quaes devia haver Juizes de paz, fôsem marcados pelas mesmas Camaras, em cujos termos estivessem taes

---

<sup>30</sup> Onde houver uma cidade, ou povoação, forçoso é admittir uma divisão particular, que comprehenda a porção do territorio, cultivada pelo trabalho dos habitantes, ou necessaria ás suas diversas precisões.

Essas divisões inferiores teem nomes particulares em toda a parte. Os seus habitantes tem interesses communs, e este é o motivo da sua estreita união. Os seus limites devem pois ser os que indicarem os interesses locais bem apreciados.

Póde porém acontecer que essas duas especies de divisões territoriaes não bastem para a boa administração da Sociedade, e seja necessario estabelecer pequenos centros intermedios d'acção entre as provincias e os municipios. Sendo pois necessaria est'outra divisão, é pelo menos mister que as cabeças das comarcas tenham mais importancia do que os municipios que as circumdam; que offereçam mais recursos de toda a especie, e sobre tudo que se escolham os lugares do territorio particular de cada provincia, onde feiras e mercados mais consideraveis façam d'elles pontos de reunião mais habitual dos municipios circumvizinhos (Macarel).

Capellas, com tanto que cada um d'elles não comprehendesse menos de 75 fogos.<sup>31</sup>

## SECÇÃO I.

### *Dos Presidentes das Provincias.*

#### § 45.

PRINCIPIOS GERAES — Vimos quem são os agentes directos da acção administrativa no centro do Imperio. Temos agora de examinar os agentes, a quem póde a Administração suprema confiar a execução das providencias que julgar convenientes á segurança geral, e manutenção da ordem publica. Esses agentes são os que presidem ás grandes divisões territoriaes, e que por isso chamam-se entre nós *Presidentes* de Provincias. Sendo elles, como são, sentinellas postadas em todos os principaes pontos do Imperio, não devem ser estranhos a movimento algum do corpo social.

Encarregados de instruir o Governo, devem ver tudo, e sobre tudo velar como guardas da paz publica, devem prevenir os delictos por todos os meios que as Leis poem á disposição da policia administrativa. Debaixo d'estas differentes relações devem fazer com que todas as classes sintam a sua acção, e estar em contacto com todos os cidadãos. Em fim tal é a natureza das attribuições, de que devem gozar, que a sua

---

<sup>31</sup> Estas disposições foram ainda confirmadas pelo art. 2.º do Codigo do Processo, e reguladas pelos arts. 4.º e 8.º das Instrucções de 13 de Dezembro de 1832, expedidas para a execução do mesmo Codigo, dispondo igualmente que haja tantos districtos quantos forem marcados pelas respectivas Camaras municipaes, contendo cada um pelo menos 75 casas habitadas, que é o que se entende por fogos.

Porém a divisão dos termos em districtos, feita em virtude do Codigo do Processo, póde ser alterada, porque a Lei o não prohibe, logo que se reconheçam os seus inconvenientes. Todavia não é concedido pela Lei ás Camaras illimitado arbitrio ácerca da divisão dos termos em districtos (Avisos de 22 de Novembro de 1833 e de 15 de Julho de 1834).

Compete actualmente ás Assembléas provinciaes legislar sobre a divisão civil, judiciaria, e ecclesiastica da respectiva Provincia, e mesmo sobre a mudança da sua capital para o lugar que mais convier, pela L. de 12 d'Agosto de 1834, art. 10, § 1.º. Mas a divisão ecclesiastica não altera a civil, como foi declarado pelo Aviso de 31 de Janeiro de 1835.

acção, quasi sempre subordinada ás circumstancias, deve variar com ellas; pois fôra impossivel traçar com precisão os seus limites.<sup>32</sup>

§ 46.

CREAÇÃO DAS PRESIDENCIAS. — Collocados no 1.º grau da administração activa local, como agentes de todos os Ministros, e encarregados de administrar as provincias pela Lei da sua criação, foram os Presidentes primeiramente instituidos pela C de L. 5.ª de 20 d'Outubro de 1823, que fixou-lhes as funcções e prerogativas. A sua instituição foi depois confirmada pelo art. 165 da Constituição, o qual dispõe que — haja em cada provincia um Presidente nomeado pelo Imperador que o póde remover, quando entender que assim convém ao bom serviço do Estado.<sup>33</sup>

§ 47.

ATTRIBUIÇÕES E PREROGATIVAS PRESIDENCIAES. — O art. 166 da Constituição dispõe que a Lei designará as attribuições, competencias, autoridade, e quanto convier ao melhor desempenho da administração das provincias. — As Leis que actualmente determinam as principaes attribuições dos seus Presidentes, são as de 12 d'Agosto (Acto Adicional) e de 3 d'Outubro de 1834, que revogou a L. 5.ª de 20 d'Outubro de 1823, a qual era o seu antigo regimento.

---

<sup>32</sup> Não se póde porém dissimular que no exercicio d'um poder difficil de definir, o abuso está muito perto do uso. Apesar disto esses eminentes funcionarios devem evitar cuidadosamente todos os actos arbitrarios; porque nada ha que aliene mais a affeição dos cidadãos ao seu governo, do que os abusos do poder.

Cumpra finalmente notar uma differença essencial entre a natureza da autoridade que estes agentes teem a exercer, e a que deve pertencer aos Ministros. A do Ministro tem sempre certa especialidade; encerra-se n'uma esphera determinada e distincta do serviço publico. O Presidente pelo contrario deve corresponder-se com todos os Ministros, e executar todas as providencias, que disserem respeito á extensão da sua provincia, seja qual fôr o serviço a que pertençam (Macarel).

<sup>33</sup> Como agentes primarios da Administração geral, decidem os Presidentes, com recurso para o Ministro do Imperio, de todas as materias, ainda que não sejam contenciosas, com a obrigação de submeter á decisão do mesmo Ministro os negocios provinciaes e municipaes que attingirem directamente o interesse geral do Estado. São pois os Presidentes das provincias os subordinados immediatos dos Ministros, e os Chefes da Administração activa em cada circumscripção provincial.

O Presidente da Provincia é a 1.<sup>a</sup> autoridade d'ella. Todos os que n'ella se acham, lhe são subordinados, seja qual for a sua classe ou graduação, excepto na Côrte e seu municipio. Tem o tratamento de excellencia e honras militares de capitão—general (L. de 3 d'Outubro de 1834, arts. 1.º e 2.º).<sup>34</sup>

#### § 48.

#### ADMINISTRAÇÃO E FISCALISAÇÃO DAS RENDAS PUBLICAS —

Quanto a estas compete mais especialmente aos Presidentes das provincias: 1.º ordenar as despesas não determinadas por Lei em casos urgentes e extraordinarios, que não admittam a demora de recurso ao Tribunal do Thesouro sem prejuizo do serviço publico (L. de 4 d'Outubro de 1831, art. 48, e Dec. n. 736 de 20 de Novembro de 1850, art. 70); 2.º

---

<sup>34</sup> As attribuições que lhe competem, como órgão e agente superior da Administração central, são as seguintes: 1.<sup>a</sup> executar as Leis; 2.<sup>a</sup> exigir dos empregados subalternos as informações e participações convenientes para a boa execução das Leis; 3.<sup>a</sup> inspecionar todas as repartições para conhecer o seu estado e providenciar, para que estejam segundo as Leis; 4.<sup>a</sup> dispôr da força a bem da segurança e tranquillidade da provincia, mas só em caso extraordinario e indispensavel pôde mobilisar a Guarda Nacional para fóra dos respectivos municipios, nem deve consentir em reuniões d'ella fóra das suas parochias; 5.<sup>a</sup> exercer sobre as Thesourarias provinciaes as attribuições da L. de 4 d'Outubro de 1831, que organisou o Thesouro Nacional; 6.<sup>a</sup> provêr os empregos que a Lei lhe incumbe, e provisoriamente os que compelem ao Imperador; 7.<sup>a</sup> commetter a empregados geraes negocios provinciaes, e viceversa; 8.<sup>a</sup> suspender a qualquer empregado por abuso, omissão, ou erro d'officio, promovendo immediatamente a sua responsabilidade; 9.<sup>a</sup> cumprir e mandar cumprir todas as Ordens e Decretos do Governo geral sobre qualquer objecto da administração da provincia que lhe são remettidos; 10.<sup>a</sup> deferir juramento e dar posse a empregados cujo exercicio se estender a toda a provincia ou comarca, e sendo corporações aos presidentes d'ellas; 11.<sup>a</sup> decidir temporariamente os conflictos de jurisdição entre as autoridades da provincia; 12.<sup>a</sup> participar ao Governo geral os embaraços que encontrar na execução das Leis, e todos os acontecimentos notaveis que ocorrerem na provincia, ajuntando-lhes reflexões sobre a sua origem, circumstancias e resultados; 13.<sup>a</sup> informar com brevidade os requerimentos e representações que por seu intermedio se fazem ao Governo, bem como as promoções militares que devem ser-lhe apresentadas para dar sobre ellas o seu parecer, sem o que não podem ser confirmadas; 14.<sup>a</sup> conceder licenças a empregados publicos até tres mezes e por motivo justo (L. cit. art. 5.º). Esta ultima attribuição é regulada pelo Decreto n. 247 de 15 de Novembro de 1842.

Como delegado do Chefe do poder executivo, compete-lhe mais: 1.º convocar de dous em dous annos nova Assembléa provincial, de modo que possa reunir-se no prazo marcado; 2.º convocá-la extraordinariamente, prorogá-la, e adiá-la, quando o exigir o bem da provincia; 3.º suspender a publicação das Leis provinciaes nos casos e pela fórmula marcados nos arts. 15 e 16 do Acto Adicional (V. Aviso de 7 d'Outubro de 1854); 4.º expedir ordens, instrucções, e regulamentos adequados á boa execução das Leis provinciaes (art. 24 do Acto Adicional).

aprovar a arrematação dos contractos de receita e despesa publica, e mandar que se renovem os leilões, quando presumam que a arrematação foi feita contra as Leis e Instrucções (L. cit. art. 56, e Dec. cit. art. 81); 3.º suspender interinamente as transacções prejudiciaes á Fazenda, quando os Inspectores as não corrijam, até decisão do Thesouro (L. cit. art. 87, e Dec. cit. art. 82).<sup>35</sup>

#### § 49.

RESPONSABILIDADE DOS PRESIDENTES.— Os Presidentes das Provincias são responsaveis por prevaricação, peita, suborno, concussão, excessos, ou abuso d'autoridade, ou influencia do emprego; por falta de exacção no cumprimento dos seus deveres, por irregularidade de conducta, e por peculato.<sup>36</sup>

#### § 50.

VICE-PRESIDENTES — Pelo art. 9.º da L. 5.ª de 20 d'Outubro de 1823 foi creado um Vice-presidente em cada provincia, o qual era o

---

<sup>35</sup> Pelo Decreto de 9 de Dezembro de 1835 se deram instrucções aos Presidentes das provincias. Por disposição do art. 5.º da C. de L. 2.ª de 15 de Novembro de 1827 rubricam, e encerram elles o livro auxiliar do grande livro da divida publica. Por Provisões de 17 de Novembro de 1825, e 11 de Maio de 1829 se fixaram os limites da autoridade dos Presidentes das provincias e dos respectivos Commandantes d'armas. Áquelles como 1.ºs administradores d'ellas são sujeitos e subordinados em objectos d'administração, assim os Commandantes das armas como as Camaras municipaes, segundo foi declarado, quanto aos 1.ºs pela Portaria de 10 de Novembro de 1829, e quanto ás 2.ªs dispõe o mesmo o art. 78 da L. do 1.º d'Outubro de 1828, explicado pela Portaria de 9 de Setembro de 1829.

<sup>36</sup> Faz-se effectiva essa responsabilidade pelo processo competente em Juizo privativo que é o Supremo Tribunal de Justiça, promovido por queixa ou denuncia do offendido, ou por denuncia de qualquer do povo, nos casos de infracção da Constituição, de suborno, peita, peculato, ou concussão; ou ex-officio por denuncia do promotor publico, ou a requisição do Procurador da Corôa; ou por acto do mesmo Tribunal Supremo de Justiça; ou por effeito de remessa das Relações e Autoridades Judiciarias que por occasião de lhes serem presentes alguns autos ou papeis n'elles encontrarem crime de responsabilidade d'algun Presidente.

A requisição do Procurador da Corôa, Soberania, e Fazenda nacional, a que alludimos, tem lugar quando não ha parte offendida que se queixe: caso em que esse funcçionario pôde fazer ex-officio a sua requisição que ordinariamente é feita em virtude de ordem do Governo que para isso lhe subministra os documentos necessarios (Conselheiro Maia). Os termos do respectivo processo seguem a marcha traçada pelos arts. 20 e 25 da L. de 18 de Setembro de 1828, arts. 161 e 162 do Cod. do Proc. e Decr. n. 719 de 20 d' Outubro de 1850.

Conselheiro do Governo respectivo que obtinha maior numero de votos entre os eleitos para o Conselho (V. a nota ao § 11).

Na falta do Presidente e ausencia do Vice-presidente occupava esse lugar o Conselheiro presente de maior numero de votos até a chegada do Vice-presidente ou doutro Conselheiro mais votado. Na falta d'uns e d'outros seguiam-se os supplentes na ordem da sua maior votação; e na de todos os membros do Conselho do Governo e de seus supplentes servia de Presidente da provincia o da Camara municipal da capital para expedir aquelles negocios que fôsem de mera competencia do Presidente (arts. 17, 18 e 19 da L. citada).

Porém depois da promulgação do Acto Addicional e por disposição dos arts. 6.º e 7.º da L. de 3 d'Outubro de 1834, que revogou a de 20 d' Outubro de 1823, passaram a ser nomeados pela Assembléa Legislativa Provincial seis cidadãos para servirem de Vice-presidentes, um no impedimento d'outro, na ordem numerica da substituição que era determinada pelo Imperador, a cujo conhecimento era levada para esse fim por intermedio do Presidente da Provincia a lista dos nomeados pela Assembléa Provincial que renovava essa eleição de dous em dous annos, podendo reeleger os mesmos.

Mas actualmente são os Vice-presidentes das provincias da livre nomeação do Imperador que os póde remover, quando entender que assim convém ao bom serviço do Estado, em virtude do Decreto n. 207 de 18 de Setembro de 1841, que revogou os citados arts. da L. de 3 d'Outubro de 1834.<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Os Vice-presidentes, durante a sua serventia, teem o mesmo tratamento, e vencem por inteiro o ordenado que compete aos Presidentes, quando por qualquer impedimento estão estes privados de o receber, na conformidade da Lei: teem porém somente a metade, se os Presidentes, ainda que impedidos, teem direito a recebê-lo.

Assim os Vice-presidentes como os Presidentes não podem entrar em exercicio, sem que primeiramente prestem juramento de bem servir o respectivo emprego nas mãos do Presidente da Assembléa Provincial, estando esta reunida, e não estando, prestam-no nas mãos do Presidente da Camara municipal da capital, reunida ella, e fazendo-se



## § 51.

SECRETARIOS DO GOVERNO — Estes funcionarios tambem foram instituidos depois da nossa emancipação politica pelo art. 4.º da precitada L. 5.<sup>a</sup> de 20 d'Outubro de 1823; em virtude da qual eram igualmente Secretarios do extincto Conselho do Governo provincial, mas sem voto, nomeados como são ainda, pelo Imperador e amoviveis, quando elle o julgar conveniente. Não podem ser eleitos membros das Assembléas provinciaes por disposição do art. 83 da L. n. 387 de 19 d'Agosto de 1846; assim como tambem não podiam ser membros do Conselho geral de provincia, nem os Secretarios do Governo, nem os Presidentes, nem os Commandantes d'armas, pelo art. 79 da Constituição.<sup>38</sup>

**SECÇÃO II.***Das Assembléas Provinciaes.*

## § 52.

PRINCIPIOS GERAES — Feita a circumscripção administrativa do territorio, a associação formada por cada uma das suas grandes, divisões tem interesses distinctos a satisfazer, bens particulares a

---

imediatamente publica a toda a provincia a sua posse por editaes das Camaras respectivas (L. de 3 d'Outubro de 1834, arts. 9.º e 10.º).

Todavia uma vez juramentado o Vice-presidente não precisa repetir o juramento para tomar conta da presidencia da provincia, sempre que ella lhe fôr entregue por qualquer impedimento do Presidente; cumprindo á Camara municipal respectiva fazer publico por editaes esse acto, logo que elle seja communicado officialmente pelo Vice-presidente em exercicio. Assim foi declarado pelo Aviso Imperial n. 21 de 26 de Fevereiro de 1850.

No acto da entrega da presidencia a um Vice-presidente, ou a outro successor, é o Presidente obrigado a entregar-lhe igualmente um relatorio do tempo da sua administração para informá-lo do estado da provincia e dos negocios publicos (Av. de 11 de Março de 1848).

Os Presidentes e Vice-presidentes não podem receber algum outro vencimento além do ordenado que lhes competir como taes, por qualquer titulo que seja, excepto por aposentadoria, reforma, jubilação, tença, ou pensão (L. citada, art. 11).

<sup>38</sup> Hoje tambem não podem ser membros das Assembléas provinciaes, os Generaes em chefe, os Inspectores de fazenda geral e provincial, os Chefes de policia, os Delegados e Subdelegados, os Juizes de direito e Municipaes, representando os districtos em que exercem autoridade ou jurisdicção, pela L. n. 842 de 19 de Setembro de 1855, art. 1.º § 20.



administrar, certas despesas communs a fazer, e certos encargos a repartir. Ahi tambem se apresentam n'uma vasta esphera d'interesses igrejas, escolas e prisões a construir, estradas e canaes a abrir; ahi haverá principalmente impostos a decretar; isto é, além dos votados pelo poder legislativo geral, os que se devem addicionar para se concluirem essas grandes obras provinciaes.

É pois mister que a execução das Leis geraes, confiada ao agente superior do poder executivo, seja combinada com o interesse das localidades. Para este fim o unico meio é chamar os cidadãos comprehendidos n'essa associação a tomar parte na determinação de todas as providencias referidas; nem é possivel que se elles recusem a isso no Governo representativo, porque é principio — que os cidadãos devem intervir na decretação de impostos e distribuição de encargos.<sup>39</sup>

#### § 53.

INSTITUIÇÃO DAS ASSEMBLÉAS PROVINCIAES. — A Assembléa Provincial representa o interesse local, colectivo, e economico da provincia; auxilia a administração activa pelo concurso das suas luzes;

---

<sup>39</sup> Assim é que ao lado do administrador, delegado para presidir a uma provincia, deve-se collocar um conselho, uma assembléa, composta de cidadãos escolhidos em toda a extensão da mesma provincia. Mas, como se fará a sua escolha? A solução é facil. É tambem um principio nos Governos representativos — que todo o corpo que vota impostos, deve ser electivo: logo as Assembléas provinciaes devem ser formadas por eleição. Não é porém somente como providencia de sabia administração que a eleição é boa; é um direito sagrado, e não uma simples formula administrativa, mais ou menos conveniente, mais ou menos opportuna.

Assim pois formadas as Assembléas provinciaes, não é difficil conceber-se as suas vantagens. Eliaes são destinadas a servir de contrapezo á oppressão administrativa, assim como as Camaras nacionaes são instituidas para servir de contrapezo á oppressão politica. Mas estes dous resultados não se podem conseguir, emquanto o paiz não goza de instituições livres. É pois mister que as localidades, isto é, as provincias e os municipios, sejam providos d'esse remedio, assim como o Estado. É mister em summa que reproduzam em miniatura a organização que faz a força e a felicidade do Estado.

É todavia claro que deve haver immensa differença entre as funções das Assembléas nacionaes e as dos corpos que se devem estabelecer nas provincias e nos municipios. A Assembléa provincial, ou a Camara municipal, não deve ter o direito de oppôr resistencia alguma ao agente encarregado de administrar; salvo, se este quizer executar as Leis d'um modo arbitrario e oppressivo. N'uma palavra a sua inspecção só póde versar sobre a gerencia dos interesses secundarios da sociedade, de modo que a sua influencia possa modificar, corrigir, e ainda dirigir até certo ponto a acção dos administradores (Macarel).

delibera ácerca dos actos de disposição e gerencia do patrimonio commum, e dos melhoramentos que julga convenientes. É pois um Conselho electivo, collocado ao lado do Presidente para ajudar, esclarecer e fiscalisar a sua administração, no que respeita aos interesses locais.

Assim a Assembléa provincial é o poder legislativo da provincia, o Presidente é o poder executivo della. A 1.<sup>a</sup> delibera, e o 2.<sup>o</sup> executa.<sup>40</sup>

#### § 54.

ORGANISAÇÃO — Cada uma das Assembléas provinciaes deve ter um numero determinado de membros; a saber, a da Bahia 42, a de Minas Geraes 40, a de Pernambuco 39, a de S. Paulo 36, a do Ceará 32; as de S. Pedro, Maranhão, Pará, Alagoas e Parahiba 30; as de Sergipe e Piauí 24 ; as de Goyaz, Rio Grande do Norte e Matto Grosso 22; as de Santa Catharina, Espirito Santo, Amazonas e Paraná 20; e finalmente a do Rio de Janeiro tantos quantos derem os seus districtos eleitoraes, á razão de 5 (exceptuados o districto ou districtos da Côrte e seu municipio); se bem que esse numero seja alteravel por Lei geral (art. 2.<sup>o</sup> do Acto

---

<sup>40</sup> Segundo os principios expostos, a nossa Constituição reconhece, e garante no art. 71 o direito de intervir todo o cidadão nos negocios da sua provincia, e que são immediatamente relativos a seus interesses peculiares. Consequentemente dispõe no art. 72, que esse direito seja exercido pelas Camaras dos districtos, (ou municipios), e por Conselhos que com o titulo de Conselhos geraes das provincias creou em cada uma dellas, excepto na Capital do Imperio; e nos artigos seguintes determinou a organização d'esses Conselhos, as condições de elegibilidade dos seus membros, suas funcções, attribuições, etc.

Mas em Agosto de 1834 foi promulgado o Auto Addicional, cujo 1.<sup>o</sup> artigo declara que o direito reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição passava a ser exercido, além das Camaras dos districtos que conservou, por Assembléas que substituindo os Conselhos geraes se estabeleceram em todas as provincias, exceptuando tambem a Côrte e seu municipio que por isso se chama — neutro, —e esta sujeito immediatamente aos Poderes geraes do Estado.

São pois hoje as Assembléas provinciaes que exercem as funcções, e fazem as vezes dos antigos Conselhos geraes das provincias.

Addicional), como ultimamente foi alterado pela L. n. 842 de 19 de Setembro de 1855, art. 1.º § 16.<sup>41</sup>

§ 55.

ATTRIBUIÇÕES — Além d'outras attribuições compete ás Assembléas provinciaes legislar, assim sobre a fixação das despesas municipaes e provinciaes, e dos impostos para ellas necesarios, com tanto que estes não prejudiquem as imposições geraes do Estado, como sobre a repartição da contribuição directa pelos municipios da provincia, e sobre a fiscalisação das rendas publicas provinciaes e municipaes, e das contas da sua receita e despesa (Acto Adicional, art. 10 §§ 5.º e 6.º).<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> As nossas Assembléas provinciaes são electivas. A sua eleição faz-se da mesma maneira que a dos Deputados á Assembléa geral e pelos mesmos eleitores; mas cada legislatura provincial dura só dous annos, podendo os membros d'uma ser reeleitos para as seguintes (art. 4.º do Acto Adicional).

A nomeação dos respectivos Presidentes, Vice-presidentes e Secretarios, a verificação dos poderes dos seus membros e seu juramento, a sua policia e economia interna, fazem-se na fórma dos seus regimentos. Todos os annos ha uma sessão que dura dous mezes, podendo ser prorogada, quando o Presidente da provincia o julgar; conveniente (arts. 6º e 7,º do Acto Adicional).

O Presidente da provincia assiste somente á installação da Assembléa provincial que tem lugar no dia designado por Lei da mesma Assembléa; tem assento igual ao do Presidente da Assembléa, á sua direita; e ahi lhe dirige a sua fallá d'abertura ou relatorio, instruindo-a do estado dos negocios publicos e das providencias que mais precisas são para o melhoramento da provincia (art. 8.º do citado Acto).

<sup>42</sup> A mesma attribuição tem os Conselhos geraes de França, e é considerada com o uma delegação do poder legislativo por Pradier e outros Publicistas Francezes, que dizem: que

“a repartição, das contribuições directas é a mais importante das attribuições conferidas aos Conselhos geraes sob a autoridade do poder legislativo que ella é tambem a mais essencial das suas funcções; e que d'ella recebem elles o seu caracteristico no complexo da administração consultiva:”

pelo que collocam essa attribuição em 1.º lugar.

Entre nós tambem o poder legislativo nacional exerce certa inspecção e fiscalisação sobre os actos das Assembléas provinciaes, como se vê dos arts. 16 e 20 do Acto Adicional, e do art. 8.º da Lei interpretativa n. 105 de 12 de Maio de 1840; segundo os quaes compete á Assembléa geral: 1.º decidir definitivamente, se um projecto de Lei provincial, a que um Presidente de Provincia negou sancção, deve ser ou não sancionado; e 2.º examinar, se os actos legislativos provinciaes o offendem a Constituição, os impostos geraes, os direitos d'outras provincias, ou os tratados; casos estes, em que o poder legislativo geral póde revogá-los. Por igual tem Conselho d'Estado inspecção sobre esses actos, segundo o art. 21 do seu Regulamento n. 124 de 5 de Fevereiro de 1842, que attribue fevereiro de 1842, que attribue a cada secção do mesmo Conselho o exame das Leis provinciaes (V. art. 17 do Acto Adicional).

## § 56.

SANCÇÃO DA PRESIDENCIA — As Leis e Resoluções das Assembléas provinciaes sobre os objectos especificados nos arts. 10.º e 11.º do Acto Additional são enviadas directamente ao Presidente da provincia para sancioná-las. Exceptuam-se porém as que versam: 1.º sobre a policia e economia municipal; 2.º sobre a receita e despesa municipal; 3.º sobre os empregos municipaes; 4.º sobre a organização dos regimentos internos das mesmas Assembléas provinciaes; 5.º sobre a pronuncia do Presidente ou Vice-presidente da provincia, continuação do respectivo processo, e suspensão do exercicio das suas funcções, nos casos em que pelas Leis tem lugar a suspensão; 6.º sobre a suspensão ou demissão do magistrado, contra quem houver queixa de responsabilidade; e 7.º sobre representações á Assembléa e ao Governo geraes contra as Leis d'outras provincias que offenderem os direitos da Assembléa provincial representante. São estes pois os objectos sobre que as atribuições exercidas pelas Assembléas provinciaes não são sujeitas a fiscalisação alguma; porque as suas Leis e Resoluções são n'esses casos decretadas por ellas sem dependencia da sancção do Presidente, nos termos do art. 13 do Acto Additional.

## § 57.

FAZENDA PROVINCIAL — A provincia é essencialmente uma pessoa civil, capaz de contrahir obrigações, de adquirir, possuir, alienar, e estar em Juizo; tem suas receitas e despesas proprias; e por conseguinte seu *budget* <sup>43</sup> ou orçamento, e sua contabilidade.

---

<sup>43</sup> O *budget* ou orçamento é um resumo da receita e despesa, previstas para um tempo determinado; uma exposição official da receita e despesa publicas.

A palavra *budget*, derivada da latina bulga, tornando-se gauleza, significava sacco, algibeira, ou bolsa. A Inglaterra applicou-a ao grande sacco de couro que por muito tempo continha as peças apresentadas ao parlamento para lhe expor os recursos e as necessidades do paiz. A imitação das formulas e expressões da phraseologia constitucional da Grãa Bretanha introduziu aquella palavra na linguagem financeira da França. Entre nós tambem tem sido recebida no uso a palavra *budget*. Em todos os

## § 58.

RENDAS PROVINCIAES — As rendas publicas, de que se compõe a receita do Estado, dividem-se em *geraes* e *provinciaes*; umas e outras em *ordinarias* e *extraordinarias*. São rendas *geraes* todo o producto, realizado em qualquer das provincias do Imperio, e que tem de ser applicado ás despesas *geraes*; e rendas *provinciaes* o producto destinado ás despesas particulares das provincias, onde se arrecadam.

A L. de 24 d'Outubro de 1832, art. 77, dividiu as rendas publicas em receita geral e provincial; no art. 78 enumerou as que pertencem á receita geral; no art. 83 dispoz que ficavam pertencendo á receita provincial todos os impostos então existentes, não comprehendidos na receita geral; e no art. 36 declarou quaes eram as despesas *provinciaes* (V. Aviso de 3 de Dezembro de 1847).

A L. de 8 d'Outubro de 1833 tambem dispoz no art. 35, que pertenceriam á receita provincial todos os impostos então existentes não comprehendidos na receita geral; e em virtude dos artigos seguintes as rendas *provinciaes* eram escripturadas á parte e arrecadadas pelas Thesourarias respectivas, segundo os regulamentos então existentes, ou os que eram de novo organisados pelos Presidentes em Conselho com approvação do Governo. O seu producto era recolhido em cofre distincto, e distribuido pelo Presidente em Conselho na conformidade da citada L.<sup>44</sup>

---

tempos fizeram-se e quadros ou orçamentos das despesas e receitas dos Estados: porém duas circumstancias que não são muito antigas, impozeram a lei de organisá-los, e de empregar na sua organização mais zelo e methodo. Uma d'essas circumstancias foi o augmento gradual das despesas publicas modernas; a outra é a necessidade de serem previamente determinados pelos representantes dos contribuintes os sacrificios annuaes, que convém fazer ao Estado, e os meios de satisfazê-los.

<sup>44</sup> A receita e despesa provincial era d'antes fixada pelos Conselhos *geraes* sobre o orçamento dos Presidentes das provincias. No dia da abertura d'esses Conselhos os Presidentes apresentavam o seu relatorio impresso com o orçamento da receita e despesa *provinciaes*, e as contas do anno findo, e lhes ministravam todos os esclarecimentos que pediam. Os Secretarios, e os Inspectores das Thesourarias assistiam ás discussões, sendo para isso convidados pelos Conselhos.

Organizados os orçamentos, eram remettidos á Camara dos Deputados por intermedio do Ministro da Fazenda para serem corrigidos e approvados pela Assembléa geral.

## § 59.

DESPEZAS PROVINCIAES — Na citada L. do Orçamento geral de 8 d'Outubro de 1833, art. 9.º foram também designadas como despesas provinciaes as seguintes: Presidencia, Secretaria, e Conselho do Governo; Conselho geral, Justiças territoriaes, e guardas policiaes; escolas menores d'instrucção publica, e bibliothecas publicas; jardins e hortos botanicos; passeio publico, e iluminação; professores empregados de saude, vaccina, catechese, e colonisação; parochias, soccorros, e ordinarias ás Camaras; casas de misericordia, hospitaes, expostos e seminarios; casas de prisão com trabalho, reparo, e construcção de cadeias; conducção, e sustento de presos pobres; obras publicas d'interesse e serviço da provincia; reparo das igrejas matrizes; e todas as mais que dizem respeito á sua administração e economia peculiar. Posteriormente algumas modificações se teem operado n'essas verbas de despesas provinciaes; ou porque se crearam novas despesas por Leis provinciaes, ou porque foram transferidas para o orçamento geral algumas d'aquellas.

## § 60.

RELAÇÕES DAS ASSEMBLÉAS PROVINCIAES COM OS PODERES GERAES DO ESTADO — A este respeito, e em vista do interesse geral incumbe-lhes: 1.º promover cumulativamente com a Assembléa e o Governo geraes a organização da estatistica da provincia, a catechese e civilisação dos indigenas, e o estabelecimento de colonias; 2.º exercer

---

Quando as rendas provinciaes não chegavam para as despesas, os Conselhos geraes representavam á Camara dos Deputados, indicando quaes os objectos que podiam soffrer alguns impostos sem maior gravame dos povos, e bem assim os que deviam ser substituidos por outros com vantagem da renda e dos contribuintes. O mesmo podiam praticar a respeito dos impostos da receita geral arrecadados nas suas provincias.

Hoje porém que o Acto Addicional deu nova organização á administração provincial, e acabou com os Conselhos geraes, que foram substituidos por Assembléas legislativas provinciaes, ficaram estas revestidas do direito de decretar impostos para ocorrer ás despesas provinciaes, com a unica limitação de não prejudicarem as imposições geraes do Estado (V. L. n. 40 de 3 d'Outubro de 1834, arts. 33, 34 e 39, L. n. 93 de 31 d'Outubro de 1835, art. 12 e Aviso n. 125 de 2 d'Abril de 1857).

cumulativamente com o Governo geral nos casos e pela forma marcados no § 35 do art. 179 da Constituição o direito que esta concede ao mesmo Governo geral, relativamente á suspensão das garantias individuaes, nos casos de rebelião ou invasão de inimigos, pedindo-o a segurança do Estado; 3.º velar na guarda da Constituição e das Leis na sua provincia, e representar á Assembléa e ao Governo geraes contra as Leis d'outras provincias que offenderem os seus direitos (Acto Additional, art. 11 §§ 5.º, 8.º e 9.º).

## **CAPITULO VI.**

### *Administração Municipal.*

*Dos Juizes e Camaras Municipaes, considerados como Autoridades administrativas locais.*

### **SECÇÃO I.**

#### *Dos Juizes Municipaes.*

#### § 61.

SUA HISTORIA E ORIGEM. — Antigamente, quando nenhuma distincção se fazia entre as funcções judicarias e administrativas, havia em todos os termos certos Juizes territoriaes, denominados *almotacés*, que eram eleitos annualmente em numero de 24, servindo dous cada mez, segundo a Ord. Liv. 1.º, Tit. 67, §§ 13, 14 e 15. Exerciam certas attribuições de policia administrativa e judicaria: taes como provêr ao aceio da cidade ou villa da sua jurisdicção, segundo a Lei que lhes servia de regimento, o qual era a Ord. Liv. 1.º, Tit. 68, (§ 18); inspeccionar os pezos e medidas, mandando aferi-los nas épocas marcadas na citada Ord. § 16; taxar os preços do pescado, § 12; inspeccionar a matança do gado, o pezo da carne e do pão, §§ 5.º e 6.º; e fiscalisavam a observancia das posturas (cit. Ord. pr. e § 11).



Além d'estas e outras attribuições referidas na mesma Ord., julgavam summariamente as causas sobre servidões urbanas e os embargos d'obra nova dentro das cidades ou villas da sua jurisdição, observando n'essas causas a ordem do processo marcada na citada Ord. §§ 1.º, 2.º e 22; e estas eram as suas attribuições judiciais.<sup>45</sup>

## § 62.

SUAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS — Além das attribuições de policia administrativa e judicaria, que o art. 64 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842 incumbe aos Juizes municipaes cumulativamente com os Delegados dos Chefes de policia, são os mesmos Juizes substitutos d'estes no caso, e pela fórmula determinada pelo art. 53 do citado Regulamento; e exercem outras funções administrativas. Presidem aos Conselhos de recurso da qualificação dos votantes, os quaes são compostos d'um Juiz municipal, como presidente d'elles, do Presidente da Camara municipal respectiva, e do Eleitor mais votado da parocchia, cabeça do municipio, nos termos do art. 33 da L. n. 387 de 19 d'Agosto de 1846, em virtude da qual exercem varias funções eleitoraes. Tambem fazem parte dos Conselhos de revista da Guarda nacional,

---

<sup>45</sup> Os almotacés porém foram abolidos pelo Decreto de 26 d'Agosto de 1830, que transferiu para os Juizes de paz as attribuições d'almoçaria que ainda estavam em vigor, e que não tinham sido expressamente transferidas para as Camaras municipaes ou para outras autoridades pelas Leis respectivas de suas creações.

Posteriormente (em 1832) creou o Codigo do Processo (arts. 5.º, 33,34 e 35) em cada Termo um Juiz municipal, que era nomeado pelo Governo geral na Côte e provincia do Rio de Janeiro, e pelos Presidentes em Conselho nas outras provincias sobre listas triplices, organisadas pelas respectivas Camaras municipaes de tres em tres annos, para exercer cumulativamente a jurisdição policial.

Mas hoje em virtude da L. n. 261 de 3 de Dezembro de 1841 são todos os Juizes municipaes nomeados pelo Imperador (art. 13); servem por quatro annos (art. 14); exercem as attribuições policiaes que competiam aos Juizes de paz (art. 17 § 2.º); a sua autoridade comprehende um ou mais Termos ou municipios, segundo a sua extensão e população, podendo haver nos grandes e populosos os Juizes municipaes necessarios com jurisdição cumulativa (art. 20); e tambem conhecem, e julgam definitivamente todas as causas de almoçaria, que excedem a alçada dos Juizes de paz (art. 114 § 3.º). É pois visto, que os Juizes municipaes exercem hoje a jurisdição dos antigos almotacés na parte que não foi transferida para outras autoridades; e que são elles as de maior categoria nos municipios depois dos Juizes de direito que presidem ás comarcas, quanto aos negocios judiciais. O Decreto n. 1,884 de 7 de Fevereiro de 1857 decidiu que os Juizes de direito em correição tambem exercem attribuições administrativas.



compostos do mais graduado official effectivo da mesma Guarda de cada municipio, o qual serve de presidente, do Juiz municipal, e do Presidente da Camara, na fórma do art. 21 da L. n. 602 de 19 de Setembro de 1850, e do art. 43 do Decreto n. 722 de 25 d'Outubro do mesmo anno. Finalmente dão posse aos Delegados e Subdelegados de policia, quando as Camaras municipaes, que deviam dá-la, não se poderem reunir com a necessaria brevidade; participando immediatamente os Juizes municipaes, que derem essa posse, aos Presidentes das respectivas Camaras. Av. n. 87 de 11 d'Abril de 1849.

§ 63.

SUA SUBSTITUIÇÃO — OS Juizes municipaes são substituidos nos seus impedimentos por 6 supplentes, nomeados por 4 annos, pelo Governo geral na Côrte, e pelos Presidentes nas provincias, d'entre os cidadãos notaveis do lugar pela sua fortuna, intelligencia, e boa conducta, segundo a ordem em que seus nomes fôrem collocados na lista respectiva. Esgotada esta, faz-se outra pela mesma maneira, servindo os incluidos nella pelo tempo que faltava aos 6 supplentes da 1.<sup>a</sup>; e em quanto a nova lista se não fórma, servem de substitutos os Vereadores da respectiva Camara municipal pela ordem da sua votação. (L. de 3 de Dezembro de 1844, art. 19, e Decr. n. 649 de 21 de Novembro de 1849).<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Nos municipios que são tão insignificantes pela sua pouca extensão, população, ou importancia que se não fazem absolutamente precisos Juizes municipaes letrados, ou quando por isso se reúnem dous ou mais municipios sob a jurisdição d'um só Juiz municipal, serve o lugar d'este em cada Termo o 1.º supplemte da lista, de que trata o art. 19 da citada L. de 3 de Dezembro de 1841, segundo o disposto nos arts. 32 e 33 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, e nos Decretos n. 276 de 24 de Março de 1843, e. n. 651 de 24 de Novembro de 1849.

Mas isto tem lugar por disposição da Lei. e não por delegação do Juiz municipal, que não póde delegar a sua jurisdição, segundo o principio do nosso Direito constitucional — que os Delegados de qualquer dos poderes publicos não podem subdelegar sem expressa faculdade concedida pela Constituição do Estado. Av. n. 99 de 13 de Setembro de 1838.

## SECÇÃO II.

### *Das Camaras Municipaes*

#### § 64.

SUA HISTORIA — Entre nós sempre houve Camaras municipaes em todos os Termos ou municipios, que tambem se denominavam Concelhos. Já antes da nossa emancipação politica lhes pertencia o regimen economico dos seus municipios; já tinham inspecção sobre abertura, concerto e reparos dos caminhos, fontes, pontes, calçadas, etc. Era igualmente das suas attribuições fazer restituir ao Concelho as possessões, caminhos, e servidões, que andassem alheadas (Ord. Liv. 1.º Tit. 66, §§ 11, e 24).<sup>47</sup> Já lhes competia fazer posturas para a economia e bom governo interno da cidade ou villa que governavam (citada Ord. § 28); e tinham outras attribuições economicas e administrativas, constantes da mesma Ord., muitas das quaes ainda hoje exercem.

As Camaras eram presididas por um Juiz de Fóra, ou Ordinario, e com estes exerciam algumas, funcções judiciaes; pelo que julgavam os feitos das injurias verbaes, de furtos pequenos, e da almotaçaria.

Os seus membros se chamavam Vereadores (nome que ainda hoje conservam), e eram electivos, mas annuaes, na fórmula da Ord. Liv. 1.º, Tit. 67. Tambem servia perante as camaras um procurador do Concelho, Ord. Liv. 1.º Tit. 69.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> V. Av. n. 101 de 28 de Março de 1855.

<sup>48</sup> Finalmente a nossa Constituição no Tit. 7.º que trata — da administração e economia das provincias, — e no Cap. 2.º — das Camaras — ratificou a instituição municipal; dispondo nos arts. 167, 168, e 469, que

“em todas as cidades e villas haja Camaras para o governo economico e municipal das mesmas cidades e villas: que sejam, electivas, e compostas do nuiuero de *Vereadores*, que a Lei designar, servindo de *Presidente* o mais votado; e que o exercicio das suas funcções

## § 65.

PRINCIPIOS GERAES — Não ha povoação que desde o principio da sua formação não lenha reconhecido a necessidade d'uma administração e d'uma policia local. Esta administração e esta policia exigem acção e vereação; e a razão mostra que os mais sabios devem ser d'ellas encarregados. Ora, estes reguladores escolhidos a principio entre as pessoas, cuja idade era um penhor de sabedoria, foram successivamente conhecidos pelos nomes de *anciões*, *gerontes*, *edis*, *duumviros*, *consules*, *maiores* (maiores) e officiaes municipaes.<sup>49</sup>

## § 66.

PODER MUNICIPAL E SUAS FUNÇÕES — Os cidadãos, considerados sob o aspecto das relações locais que nascem da sua reunião no mesmo ponto, tal como uma cidade, uma villa, uma povoação, formam *municipios*. Desde que se fórma essa reunião, manifestam-se duas especies de interesses; o *peçoal e particular*, o *geral e commum*. O 1.º resume-se nos direitos proprios de cada individuo; O 2.º compõe-se

---

municipaes, formação das suas posturas policiaes, applicação das suas rendas, e todas as suas particulares e uteis attribuições seriam decretadas por uma Lei regulamentar."

Esta Lei é a do 1.º d'Outubro do 1828 que lhes serve de regimento, e deu-lhes a denominação de — municipaes — extinctas as funções diversas das exaradas na mesma Lei, ou em contradicção com ella.

<sup>49</sup> Foi sobre essa 1.ª camada que os Legisladores levantaram o edificio social. Tendo este sido elevado a maior altura, e reunindo-se muitas povoações para formarem uma nação, acima das municipalidades parciaes ergueu-se uma municipalidade geral, a que se deu o nome de *Governo*. A reunião dos pequenos povoados n'um só corpo os collocou n'uma posição inteiramente nova. Cada um ficou existindo como uma familia particular, e ao mesmo tempo como fracção d'uma familia mais consideravel; e debaixo d'estas duas relações ficou subordinado a dous regimens muito distinctos —, a *Lei municipal*, e a *Lei politica*. O regimen municipal sahio naturalmente dos costumes, dos habitos, e sobre tudo das necessidades dos habitantes.

Donde resulta, que o regimen *municipal* não foi organizado por publicistas, nem imposto, como quasi todas as instituições da idade media, pela ignorancia armada; mas é uma arvore antiga, producção do terreno que ella cobre com seus ramos, e sob cuja sombra tutelar se reuniram os homens espontaneamente, movidos só pelo amor da sua conservação. Eis-aqui pois um verdadeiro poder natural, reconhecido pelo simples bom senso, e do qual se deve cuidar em tirar proveito para o paiz.

dos que pertencem á generalidade dos habitantes, como corpo moral e politico.<sup>50</sup>

§ 67.

O QUE É O MUNICIPIO — Entende-se por *município* uma sociedade de pessoas e familias, unidas nas cidades e nos campos por meio de relações locais e *habituaes*, que exigem para segurança dos interesses privados e publicos uma certa *communhão* de direitos e deveres reciprocos (Laferrière). O município não é uma simples divisão administrativa, obra artificial do Legislador, mas uma pessoa moral.

Elle fórma a unidade primaria, a que se refere a divisão territorial sob a relação administrativa. Como sociedade local tem o município uma existencia propria, e uma existencia relativa: sob o 1.º aspecto é um, e fórma um todo; sob o 2.º é uma parte d'um todo mais

---

<sup>50</sup> Cada individuo como arbitro dos seus negocios domesticos, rege-os, como lhe apraz. O mesmo porém não se póde dar a respeito dos negocios ou cousas communs como direitos, que é mister defender; pastagens, cujo uso importa regular; bosques, cuja conservação exige uma vigilancia continua; e predios ruraes, que se devem cultivar e aforar. Se todos os habitantes fôsem chamados a velar na manutenção d'esses differentes objectos, se tantas vontades obrassem simultaneamente e com poderes iguaes, ou nada se faria, ou tudo far-se-hia mal.

Os membros d'essas associações locais foram pois levados pela ordem natural das cousas a reunir n'uma só vontade todas as vontades individuaes; a confiar áquelles que julgassem mais dignos, o direito exclusivo de concorrer para a administração do patrimonio commum; em summa, a escolher mandatarios, que obrassem em nome delles, e mormente a bem dos seus interesses. Mas o cuidado dos membros d'essas associações parciaes não devia parar ahí.

Porquanto, se importava a todos que os negocios communs fôsem bem administrados, cada um não era menos interessado em que uma sabia providencia arredasse do recinto das povoações tudo o que podesse comprometter a segurança dos cidadãos, perturbar a sua tranquillidade, corromper a salubridade do ar, e embaraçar o transito nas ruas praças publicas.

Por conseguinte o mandato que confere a poucos a administração dos negocios communs, também lhes impõe a obrigação de fazerem com que os habitantes gozem das vantagens d'uma boa policia; ou, o que vem a ser o mesmo, de manterem no recinto dos povoados a segurança, a tranquillidade, o azeite, e a salubridade. Esses mandatarios das municipalidades, que chamamos Vereadores, em França são designados pelo nome de *officiaes* ou *conselheiros municipaes* (Macarel).

Os conselheiros municipaes porém não são agentes do Governo, funcionarios publicos, porque exercem um poder colectivo no ambito do município. Sendo encarregados unicamente da vigilancia e gerencia dos interesses municipaes, o poder, de que gozam, lhes é proprio, e são mandatarios somente dos eleitores, que os collocaram á testa da *communhão*.

vasto; não póde estar separado d'elle; e tem uma vida relativa e subordinada á organização geral. O municipio é considerado como uma pessoa moral em razão dos seus direitos de propriedade, que abrangem bens de differente natureza, e do seu direito de estar em Juizo.<sup>51</sup>

§ 68.

ATTRIBUIÇÕES MUNICIPAES EM GERAL — Os Conselhos municipaes de França, collocados junto da administração activa, como os conselhos geraes e os de districtos, tambem a esclarecem com os seus pareceres, e a autoridade superior com os seus votos; e são igualmente chamados a deliberar sobre certas materias, que devem ser-lhes submettidas. Emfim como gerentes dos interesses municipaes regulam, em virtude da autoridade que lhes é propria, certos objectos d'interesse municipal.

Entre nós as Camaras municipaes são corporações meramente administrativas, e não exercem jurisdição alguma contenciosa (L. do 1.º d'outubro de 1828, art. 24). O direito de intervir nos negocios das suas provincias, e que são immediatamente relativos aos seus interesses peculiares, é tambem exercido pelas Camaras (Const. arts, 71 e 72). Os negocios que começam nas Camaras municipaes, são remettidos officialmente ao 1.º Secretario da Assembléa provincial, como eram outr'ora ao do Conselho geral para serem ahi decididos (Const. art. 82).<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> O Conselho municipal em França é tambem electivo, e colocado ao lado do seu presidente (maire) para coadjuvar, esclarecer, e fiscalisar a sua administração no tocante aos interesses do municipio (Cabantous). Esse conselho compõe-se d'um presidente e seus adjunctos, e dos conselheiros municipaes. O presidente (maire) é um magistrado collocado pelo poder executivo á frente do municipio, como delegado do Governo para a administração geral, o como executor das providencias que interessam ao municipio (Pradier).

<sup>52</sup> As Camaras compete o governo economico e municipal das cidades e villas (Const. art. 167). Mas não podem conhecer, por exemplo, de injurias; porque não podem exercer actos de jurisdição contenciosa (Avisos de 25 de Novembro de 1830, e n. 101 de 28 de Março de 1855). Pertence-lhes porém a policia administrativa dos seus municipios, assim

## § 69.

BENS MUNICIPAES — A este respeito dispõe a mesma L. citada, que os Vereadores tratem nas vereações dos bens e obras do Concelho, assim como do governo economico e policial da terra, e do que n'este ramo fôr a prol dos habitantes (art. 40). Devem pois procurar saber o estado em que se acham os bens dos Concelhos para reivindicarem os que se acharem alheados contra a determinação das Leis, e fazer repôr no antigo estado as servidões e caminhos publicos, não consentindo de maneira alguma que os proprietarios dos predios usurpem, tapem, estreitem, ou mudem a seu arbitrio as estradas municipaes (art. 41).

Deve porém a Camara desempenhar esta attribuição, ou pela execução de posturas respectivas, promovida pelos seus agentes (procurador e fiscaes), na conformidade dos arts. 81 e 85; ou pelo que deliberar e acordar, precedendo todas as necessarias informações e

---

como aos seus fiscaes nas respectivas freguezias, na conformidade das Leis e Regulamentos, como declara o Reg. de 31 do Janeiro de 1842, art. 1.º § 8.º

Tendo as Camaras municipaes a seu cargo tudo quanto respeita á policia e economia das povoações e seus Termos, compete-lhes tambem prover sobre o alinhamento, limpeza, illuminação e desobstrucção das ruas, caes e praças; conservação e reparo de muralhas, feitas para segurança dos edificios e prisões publicas; calçadas, pontes, fontes, aqueductos, chafarizes, póços, tanques; e quaesquer outras construcções em beneficio commum dos habitantes, ou para decóro e ornamento das povoações (L. do 1.º d'Outubro de 1828, art. 66 § 1.º).

Compete-lhes igualmente provêr sobre a construcção, reparos e conservação das estradas, e caminhos; plantações d'arvores para a conservação dos seus limites e commodidade dos viajantes; e das que forem uteis para sustentação dos homens e animaes, e outros objectos de defesa (L. e art. cit. § 6.º). Assim pois as obras que tiverem por objecto promover a navegação de rios, abrir canaes ou construir estradas, pontes e calçadas, ou aqueductos, sendo do Termo d'alguma cidade ou villa, são promovidas pelas respectivas Camaras. Não havendo porém emprezarios, com quem se contractem as referidas obras, são feitas por conta dos rendimentos dos Concelhos ou da Fazenda publica (L. de 29 d'Agosto de 1828, arts. 3.º e 15, e Instrucções de 23 de Janeiro de 1829, art. 24 § 4.º).

As Camaras deliberam em geral sobre os meios de promover e manter a tranquillidade, segurança, saude, e commodidade dos habitantes; sobre o aceio, a segurança, elegancia e regularidade externa dos edificios e ruas das povoações; e sobre estes objectos formam as suas posturas, que são publicadas por editaes, antes e depois de confirmadas (L. do 1.º d'Outubro de 1828, art. 71), É-lhes porém prohibido todo o ajuntamento para tratar ou decidir negocios não comprehendidos no seu regimento, como proposições, deliberações e decisões, feitas em nome do povo, e por isso nullos, incompetentes, e contrarios á Constituição, art. 167; ou para depôr autoridades, ficando entendido que são subordinadas aos Presidentes das provincias, 1.ºs administradores dellas (L. cit. art. 78).

exames, e ficando livre aos que se sentirem agravados, o recurso do art. 73 (Av. de 16 de Novembro de 1830).<sup>53</sup>

§ 70.

CONTAS — A Camara presta contas annulmente, depois de havê-las tomado ao seu procurador, fazendo-as então publicas pela imprensa onde a houver, e na falta d'ella por editaes affixados nos lugares publicos; e a Assembléa provincial, a quem hoje compete pelo art. 10 do Acto Addicional a fiscalisação do emprego das rendas municipaes e das contas da sua receita e despeza, provê sobre ellas, como acha conveniente. Apparecendo algum alcance, procede-se immediatamente á sua arrecadação, assim como á das rendas e de quaesquer dividas que se deixaram de cobrar, pena de responderem os Vereadores pelos prejuizos resultantes da sua negligencia (art. 46 da L. cit.).<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> Mas não podem as Camaras vender, aforar, ou trocar bens immoveis do Concelho sem autoridade do Presidente da provincia, em quanto se não reunir a Assembléa provincial, e na Côrte sem a do Ministro do Imperio, e expondo os motivos e vantagens da alienação, aforamento ou troca, com a descripção topographica, e avaliação por peritos dos bens que se pretenderem alienar, aforar, ou trocar (art. 42). Obtida a faculdade, as vendas devem ser sempre feitas em leilão publico, e a quem mais der, excluidos os officiaes que servirem então nas Camaras, e os que tiverem feito a proposta, e exigindo-se fianças idoneas, quando se fizerem a pagamentos, por se não poderem realizar logo a dinheiro, sob pena de responsabilidade pelo prejuizo dahi resultante (art. 43). Da mesma fórma, e com as mesmas cautelas e responsabilidade se devem fazer os arrendamentos dos bens dos Concelhos; mas estes contractos podem as Camaras celebrar por deliberação sua, e ser confirmados pelos Presidentes das provincias, e na Côrte pelo Ministro do Imperio (art. 44).

Não dispondo porém a Lei que os aforamentos se façam em publico, como dispõe a respeito das vendas e arrendamentos, e sendo antes muito conveniente, que para os que se acharem de posse sem titulo de aforamento, se estabeleça um preço, certo e rasoavel, com attenção ás circumstancias do tempo e dos lugares, assim se deve observar (Av. de 29 de Março de 1830). Mas, quando as Camaras acharem não ser a prol dos Concelhos que se alienem, ou arrendem os bens, devem mandá-los aproveitar, pondo n'elles bons administradores, para que venham a melhor arrecadação, ficando os respectivos Vereadores responsaveis pela falta de exacção (art. 45).

Devem finalmente requerer os tombamentos dos bens dos Concelhos aos Juizes de 1.<sup>a</sup> instancia, a quem pela L. de 22 de Setembro de 1828, art. 2.<sup>o</sup> § 1.<sup>o</sup> compete fazer tombos pertence a corporações; e geralmente devem defender perante as Justiças os seus direitos, para que lh'os façam manter, não fazendo sobre elles avença alguma (art. 51).

<sup>54</sup> O anno para as contas das Camaras municipaes do Imperio conta-se do 1.<sup>o</sup> d'Outubro ao ultimo de Setembro seguinte. Estas contas devem achar-se nas capitaes das provincias no 1.<sup>o</sup> de Dezembro para serem apresentadas ás Ássembléas provinciaes. As



## § 71.

OBRAS — podem as Camaras ajustar d'empreitada as obras que houverem de fazer, mettendo-as primeiramente em pregão para preferirem aquelles que se offerecerem por menor preço, precedendo vistoria legal, publicação do plano, e sua avaliação; e na falta de empreiteiros podem mandâ-las fazer por jornaleiros sob administração. E quando as obras fôrem de grande importancia, e alguns socios ou empresarios se offerecerem a fazê-las, devem as Camaras enviar as propostas ás Assembléas provinciaes (art. 47 da L. citada).<sup>55</sup>

## § 72.

RENDAS — As Camaras devem fazer pôr em boa guarda todas as rendas, fóros, coimas, e mais cousas que lhes pertençam, em arca forte de tres chaves, das quaes uma deve estar em poder do seu Presidente, outra no do fiscal, e outra no do secretario (art. 48 do seu Regimento). Nelia se póde depositar o valor das fianças para livramento de crimes, em moeda, apolices da divida publica, trastes d'ouro e prata ou joias preciosas, de que trata o art. 105 do Codigo do Processo Criminal.

---

Camaras devem balancear exactamente as suas contas, contendo as da receita: 1.º quanto effectivameate se arrecadou; 2.º a que anno pertence; 3.º quanto se deixou de cobrar; e 4.º se a divida está em execução ou fallida. E na conta da despesa se deve declarar: 1.º quanto se despendeu, e em que; 2.º a que anno pertence; 3.º qual seja a sua divida passiva; e mais declarações exigidas, sob as penas pecuniarias comminadas pela Resolução de 31 d'Outubro de 1831.

O exame da receita e despesa da Camara municipal da Côrte pertence á 4.ª Secção da Secretaria do Imperio, quanto ao expediente (Regulamento n. 346 de 30 de Março de 1844, art. 17 § 4.º). As contas porém da mesma Camara são remedidas á Assembléa geral, depois de approvadas pelo Governo, perante quem são prestadas annualmente. L. de 26 de Maio de 1840, art. 24.

Os inspectores das Thesourarias provinciaes devem exigir das Camaras municipaes a prestação de contas das quantias que tiverem recebido, em virtude das Leis geraes de orçamento (Circular de 13 de Janeiro de 1836). As Camaras municipaes em virtude da L. de 4 d'Outubro de 1831, art. 6.º § 3.º tambem são obrigadas a dar contas ao Thesouro publico, por meio das respectivas Thesourarias, de todos os dinheiros da nação, cujo dispendio lhes for encarregado, sendo taes contas differentes d'aquellas de que trata o art. 46 da L. do 1.º d'Outubro de 1828.

<sup>55</sup> Assim as obras que tiverem por objecto promover a navegação de rios, abrir canaes, ou construir estradas, pontes e calçadas, ou aqueductos, sendo do Termo d'alguma cidade ou villa, devem ser promovidas pelas respectivas Camaras, etc., segundo a L. e Instrucções citadas ao § 68.



Não podem porém as Camaras quitar ou desobrigar de coima nem de divida alguma do Concelho, pena de nullidade e de pagarem o duplo (art. 52). Pelo Aviso n. 75 de 9 de Julho de 1842 foi declarado que as multas impostas aos Vereadores que faltarem ás sessões, estão comprehendidas no citado art. 52 para não poderem ser quitadas sem fundamento.<sup>56</sup>

### § 73.

APPLICAÇÃO DAS RENDAS MUNICIPAES — Não devem as Camaras despende as rendas dos Concelhos senão em objectos das suas attribuições, nem dar aos Juizes ou outros empregados senão o que por Lei estiver determinado, ou no futuro fôr ordenado pelo poder legislativo (L. do 1.º d'Outubro de 1828, art. 74). Assim devem fazer a despesa ordenada pelo art. 47 do Codigo do Processo para a estada dos Juizes de direito nos lugares da reunião do Jury, pelo art. 307 do mesmo Codigo com as custas dos processos crimes em que o promotor publico decahir, e com as especificadas nos arts. 23 e 99 da L. de 3 de Dezembro de 1841, e nos arts. 467, 469 e 472 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842. O procurador da Camara tambem não póde fazer despesa alguma que não seja autorisada por postura municipal ou determinada por deliberação da respectiva Camara (L. do 1.º d'Outubro de 1828, art. 75).

Não podendo porém as Camaras provêr a todos os objectos das suas attribuições, devem preferir os que fôrem mais urgentes; e nas cidades ou villas onde não houver casas de misericordia, devem attender principalmente á criação dos expostos, sua educação, e dos mais orphãos e desvalidos (L. citada, art. 76). Geralmente devem ellas propôr á respectiva Assembléa provincial, assim os meios de augmentar as suas

---

<sup>56</sup> Pelo art. 37 da L. do Orçamento geral de 8 d'Outubro de 1834 ficaram pertencendo á Camara municipal da Côrte: 1.º os impostos então existentes que outr'ora eram arrecadados pela policia na comprehensão do seu municipal, e a cargo da mesma Camara a sua arrecadação; 2.º os rendimentos dos fóros de marinhas na mesma comprehensão, podendo aforar para edificações os terrenos que ainda não o estivessem, reservados os que o Governo destinasse para estabelecimentos publicos, e salvo o prejuizo que taes aforamentos podessem causar aos estabelecimentos da marinha nacional, etc.

rendas, como a necessidade ou utilidade de fazer d'ellas alguma extraordinaria applicação (L. citada, art. 77).<sup>57</sup>

§ 74.

SUJEIÇÃO DAS CAMARAS AOS PRESIDENTES DAS PROVINCIAS — Sendo as Camaras municipaes subordinadas nos objectos proprios das suas attribuições aos Presidentes das provincias, como 1.ºs administradores dellas, para quem pódem tambem recorrer os cidadãos que se sentirem aggravados pelas deliberações, acordãos e posturas das mesmas Camaras, nos termos dos arts. 73 e 78 do seu Regimento, é consequente que não podem ter força de obrigar os actos administrativos das municipalidades que importarem disposições regulamentares e permanentes, em quanto não são provisoriamente approvados e mandados executar pelo Presidente da provincia respectiva; o qual pela mesma razão póde suspender a sua execução, mas não nullificá-los; o que só terá lugar por acto do poder legislativo provincial, a quem Compete revogá-los ou apprová-los definitivamente.<sup>58</sup>

§ 75.

ORGANISAÇÃO E SESSÕES DAS CAMARAS. — A maioria dos votos na eleição dos Vereadores da Camara municipal designa qual seja o seu Presidente, segundo a Constituição art. 168, e a L. do seu regimento art. 12. O numero dos seus membros está fixado em nove nas cidades, e

---

<sup>57</sup> Em harmonia com esta disposição estam o art. 10 §§ 5.º e 6.º, e o art. 11 § 3.º do Acto Adicional; em virtude dos quaes as Assembléas provinciaes legislam, quer sobre a fixação das despesas municipaes e os impostos para ellas necessarios, com tanto que estes não prejudiquem as imposições geraes do Estado, propondo as Camaras os meios de occorrer ás despesas dos seus municipios; quer sobre a *repartição da contribuição directa pelos municipios da provincia*; quer sobre a fiscalisação do emprego das rendas publicas municipaes, fixadas sobre *orçamento* das respectivas Camaras; e bem assim compete ás Assembléas provinciaes autorisar as Camaras municipaes para contrahir empréstimos com que occurram ás suas respectivas despesas.

<sup>58</sup> Por igual, competindo aos Presidentes das provincias suspender qualquer empregado por abuso, omissão, ou erro d'officio, promovendo-lho immediatamente a responsabilidade (art. 5.º § 8.º do seu Regimento), e sendo as Camaras municipaes subordinadas aos Presidentes, como fica dito, segue-se que podem tambem suspendê-las.

sette nas villas, além do secretario que não é electivo, mas nomeado pela Camara (L. citada, arts. 4.º e 79).

Para se completar porém a Camara, d'uma villa elevada a cidade devem os sette Vereadores da antiga continuar a formar a nova pelo mesmo modo e na mesma ordem, tomando assento em 8.º e 9.º lugar os novamente eleitos; e quando haja impedimento ou falta de Vereadores da antiga ou nova eleição, devem ser chamados os supplentes das respectivas listas. Av. n. 159 de 22 de Janeiro de 1839.

A eleição dos Vereadores é feita de quatro em quatro annos no dia 7 de Setembro em todas as parochias dos respectivos Termos das cidades ou villas, nos lugares designados pelas Camaras e annunciados 15 dias antes por editaes, affixados nas portas principaes das ditas parochias (L. citada, art. 2.º).<sup>59</sup>

## CAPITULO VII

*Dos Orgãos especiaes da Administração, e d'algumas Instituições administrativas.*

### SECÇÃO I.

*Estabelecimentos d'Instrução Publica.*

---

<sup>59</sup> As Camaras municipaes fazem cada anno quatro sessões ordinarias de tres em tres mezes, no tempo que ellas mesmas marcam; e duramos dias necesarios, mas nunca menos de seis (L. citada, art. 25). Pela razão de ser muito difficultoso aos Vereadores (por morarem alguns talvez em lugares distantes) o seu comparecimento ás respectivas sessões em dias interpolados, podem estas ser celebradas em dias consecutivos, segundo o genuino sentido do art. 25 da L. citada. Esta para suavisar raciona velmente o munus publico não adoptou a disposição da Ord. Liv. 1.º Tit. 66 § 1.º que obrigava os membros das corporações municipaes a irem á vereação em dias certos de cada semana, nem determinou que fôsem ás sessões ordinarias em dias seguidos ou interpolados, antes deixou ao arbitrio das Camaras a designação do tempo das suas reuniões, segundo as circumstancias peculiares dos differentes municipios, com tanto que em cada trimestre haja pelo menos seis dias de reunião. Av. de 20 de Setembro de 1854.

Occorrendo porém algum negocio urgente, que não admitta demora; o Presidente póde convocar a Camara extraordinariamente (L. cit. art. 26). Achando-se reunidos nas cidades ou villas cinco Vereadores, podem deliberar: a maioria de votos decide; e no caso d'empate, tem o Presidente o voto de qualidade (L. cit. art. 27).

## § 76.

DIVISÃO DO ENSINO — o ensino dado pelo Estado divide-se em tres graus: 1.º ensino *primario*, que em todos os tempos e por todos os homens de tino tem sido considerado como o meio mais poderoso de civilisação; 2.º ensino *secundario*, que comprehende os conhecimentos dados nos collegios ou lyceus publicos; e 3.º ensino *superior*, que se applica aos conhecimentos transmittidos nas Faculdades de direito, de sciencias medicas, de theologia, e outras cujo ensino é necessario ao aperfeiçoamento do espirito humano, e aos progressos d'uma multidão d'artes. Este ensino é necessario á sociedade em geral; e não se dirige menos ao individuo cujo talento é aproveitado, do que ás necessidades da sociedade que lucra com o progresso e a propagação de todos os conhecimentos uteis.<sup>60</sup>

## § 77.

ENSINO PUBLICO — Entre nós a instrucção primaria e gratuita é garantida a todos os cidadãos peta Constituição, art. 179 § 32; e com quanto ella prometta, no § 33 do mesmo artigo, collegios e universidades, onde se ensinem os elementos das sciencias, bellas lettras e artes, ainda não ha uma universidade no Brasil, como fôra para desejar; porque só

---

<sup>60</sup> Ha em França uma instituição encarregada da educação e instrucção publicas, que se denomina — *Universidade*,— e que considerada em sua organização pôde ser definida: *o Governo applicado á direção universal da instrucção publica; ou o corpo do magisterio, instituido por Lei para dar em nome do Estado o ensino publico (Pradier, Laferrière).*

O corpo universatario de França, presidido pelo Ministro da instrucção publica, compõe-se d'inspectores geraes, d'inspectores d'academia, e primarios; de reitores, de professores encarregados do ensino, etc. Dous conselhos collocados, um á frente da instrucção publica (o conselho imperial), e outro junto de cada academia (conselho academico), são encarregados de discutir os interesses do ensino. Os membros do conselho imperial, os inspectores geraes, os reitores, e os professores do ensino superior, são nomeados e demittidos pelo Imperador sobre proposta do Ministro. Os inspectores d'academia, os membros do conselho academico, e os professores do ensino secundario são nomeados e demittidos pelo Ministro por delegação do Imperador.

A instituição d'esses órgãos especiaes e d'esses centros d'instrucção publica tem por fim coordena-la, e dar-lhe uma direcção uniforme o regular que para este ramo da publica administração, ainda mais do que para outros, é de tão manifesta utilidade.

assim se poderia uniformisar toda a instrucção publica com o ensino superior do Imperio.

Tambem não existe entre nós um Ministerio especial da instrucção publica, como ha em França. Os objectos relativos a este ramo da administração geral são expedidos pela Secretaria d'Estado dos negocios do Imperio, em virtude da L. de 18 d'Agosto de 1821 § 2.º mandada observar pela de 20 d'Outubro de 1823, art. 2.º; á excepção dos que respeitam ás Academias militares e da marinha que estam sob a inspecção dos Ministros da guerra e marinha; os quaes consequentemente nomeam os respectivos directores, a quem endereçam as suas ordens, instrucções, e regulamentos.<sup>61</sup>

#### § 78.

ESTABELECIMENTOS EXISTENTES — Além das duas Faculdades de direito, creadas com a denominação de Cursos Jurldicos de Olinda e S. Paulo pela L. de 11 d'agosto de 1827, ás quaes se deram ultimamente os novos Estatutos de 28 d'Abril de 1854 (Decreton. 1,386), existem duas Faculdades de medicina, uma na Côrte, e outra na Bahia pela L. de 3 d'Outubro de 1832; ás quaes deram-se igualmente novos Estatutos em 28 d'Abril de 1854 (Decreto n. 1387). Ha mais na Côrte uma Academia de marinha, e uma Escola central do exercito, regidas pelos respectivos Estatutos, publicados pelos Decretos n. 27 de 31 de Janeiro de 1839, e n. 404 do 1.º de Março de 1845.<sup>62</sup> Estes differentes estabelecimentos d' instrucção superior são regidos por Directores

---

<sup>61</sup> Hoje tambem competo ás Assembléas provinciaes legislar sobre a instrucção publica e estabelecimentos proprios a promovê-la, não comprehendendo as Faculdades de medicina, os Cursos juridicos, Academias já existentes, e outros quaesquer estabelecimentos d' instrucção que fôssem, ou fôrem creados por Lei geral (Acto Adicional, art. 10 § 2.º). Da lettra e do espirito d'esta sabia disposição se deduz que as Assembléas provinciaes só podem legislar sobre o ensino primario e secundario, e não sobre a instrucção superior.

<sup>62</sup> Alterados pela Resolução n. 634 de 20 de Setembro de 1851, e pelos Decretos n. 1,534 e 1,536 de 23 de Janeiro de 1855, n. 1,760 de 7 de Maio de 1856, n. 2,116 do 1.º de Março de 1858, e n. 2,163 do 1.º de Maio do mesmo anno.

nomeados pelo Imperador, e immediatamente sujeitos á inspecção aos respectivos Ministerios.

Ha tambem na Côrte, e sob a immediata inspecção do Ministro do Imperio os seguintes estabelecimentos d'instrucção secundaria ou do 2.º grau: uma Academia Imperial de bellas artes, que foi ultimamente organizada pelo Decreto n. 805 de 23 de Setembro de 1854, e respectivo Reg. de 14 de Março de 1855, devendo começar no mesmo anno de 1855 um novo curso dividido em 5 secções, de architettura, esculptura, pintura, sciencias accessorias, e musica; e fazendo o Conservatorio d'esta parte da Academia, pela nova Lei da sua organização;<sup>63</sup> um internato, denominado — Collegio de Pedro II,— instituido por Decreto de 2 de Dezembro de 1837, e inaugurado a 25 de Março de 1838;<sup>64</sup> e um instituto de meninos cegos, creado pelo Decreto n. 1,428 de 12 de Setembro da 1854.<sup>65</sup>

#### § 79.

ENSINO PARTICULAR — Posto que seja um principio, consagrado pelo art. 179 § 24 da nossa Constituição que — *nenhum genero de industria* póde ser prohibido, uma vez que se não opponha aos *costumes publicos*, etc., — e um Decreto das Côrtes de Portugal de 28 de Junho de 1821, mandado observar pela Lei de 20 d' Outubro de 1823, art.

---

<sup>63</sup> Deu-se tambem nova organização ao Conservatorio de musica pelo Decreto n. 1,542 de 23 de Janeiro de 1855.

<sup>64</sup> Deu-se-lhe igualmente novo Regulamento pelo Decreto n. 1,556 do 17 de fevereiro de 1855. Mas por ultimo baixou o Decreto n. 2006 do 24 de Outubro de 1857, alterando algumas disposições dos anteriores, relativos á instrucção primaria e secundaria da Côrte, o creando um externato no Collegio de Pedro II.

<sup>65</sup> Existem outrosim na Capital do Imperio as seguintes instituções auxiliares da instrucção publica: uma Bibliotheca e um Museu nacional, um Instituto historico e geographico Brasileiro, e um Conservatorio dramatico. E em todo o Imperio ha mais de 20 Lyceus, ou collegios publicos, incluidos os dous collegios das artes preparatorias das Faculdades de direito e o de D. Pedro II; mais 148 aulas avulsas, e 1,571 escolas primarias, cujo numero augmenta d'anno a anno.

Finalmente para instrucção do clero Brasileiro existem, ou devem existir, nas 10 Dioceses do Imperio, Seminarios Episcopaes, regidos por sacerdotes, denominados Reitores, que se acham sob a inspecção immediata, vigilancia, zelo, e cuidados dos respectivos Prelados Diocesanos, e sujeitos á acção administrativa do Ministro da Justiça. Pela Lei n. 781 de 10 de Setembro de 1854, art. 2.º § 2.º foi autorisada a creação de Faculdades theologicas em dous dos actuaes Seminarios Episcopaes.

2.º declarasse *ser livre o estabelecimento de escolas primarias particulares, sem dependencia d'exame ou licença*; todavia o principio da liberdade do ensino tem soffrido restricções entre nós, sem duvida pela influencia que o ensino tem na moral publica, e a necessidade de habilitações intellectuaes e moraes nos que se propoem ser mestres da mocidade.<sup>66</sup>

## SECÇÃO II.

### *Da Policia.*

#### § 80.

DEFINIÇÃO — A Policia é uma instituição encarregada de manter a ordem publica, a liberdade, propriedade e segurança dos cidadãos. O character principal da policia é a vigilancia, e o objecto da sua solicitude é toda a sociedade.

A palavra policia vem do Grego Polis, que significa — cidade.— Dahi derivam os Gregos *Politeia*, e nós *policia*. A palavra grega *politeia* significa propriamente *governo d'uma cidade*; isto é, d'um Estado, porque os Estados da antiguidade grega começaram todos pelo recinto d'uma só cidade.

No uso moderno tem-se applicado o nome de policia especialmente áquella parte do governo que tem por objecto a manutenção da ordem publica e da segurança individual.

---

<sup>66</sup> O Decreto n. 1,331 A de 17 de Fevereiro de 1854, approvando o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario no municipio da Côrte, nos arts. 99 e seguintes, prohibe que alguém abra escola ou outro qualquer estabelecimento d'instrucção primaria e secundaria sem previa autorisação do respectivo Inspector geral; e exige que o pretendente justifique idade maior de 21 annos, e para ser director d'um estabelecimento d'instrucção mais de 25 annos, além de outras condições e penhores de moralidade e capacidade profissional por meio d'exames, etc. de conformidade com a Resolução n. 630 de 17 de Setembro de 1851, art. 1.º §§ 2.º 4.º e 5.º A mesma restricção tem sido legalmente estabelecida n'esta e n'outras provincias do Imperio por actos dos respectivos poderes legislativo e administrativo.



A policia, prescindindo da acanhada, e injuriosa significação que lhe empresta muitas vezes a linguagem dos partidos, é *a propria ordem que preside a uma sociedade*. A perfeição que ella consegue, é considerada como attributo da civilização, e os maiores chefes dos estados illustraram seus nomes na historia por terem *policiado* as nações, cujo governo lhes fôra confiado.<sup>67</sup>

#### § 81.

DIVISÃO — A policia divide-se em *politica, administrativa, e judiciaria*. A policia politica, secreta por sua e na essencialmente preventiva, é a que tem por objecto prevenir as conspirações contra o Governo. Os seus auxiliares são *ostensivos* ou *secretos*.

A policia administrativa é a que tem por fim a manutenção habitual da ordem publica em qualquer lugar e em todas as partes da administração geral. A policia administrativa consiste em impedir as infracções das Leis; o seu character tambem é essencialmente preventivo.<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> N'um sentido mais restricto a policia abrange tudo quanto importa ao bem-estar habitual, á segurança, e por assim dizer ao *conchêgo* do povo. Comprehende-se pois, quão extenso é o seu dominio, e em quantos interesses toca. Confiada a agentes puros e honestos, contida em justos limites, é tutelar, e vela sobre a sociedade, como uma providencia; exercida com violencia, entregue a si mesma, ou dirigida pelo espirito de partido, infunde a perturbação nos animos, incute o terror, e cumplice do despotismo presta-lhe o mais forte e detestavel apoio.

Se se quizesse estudar a policia em todos os objectos que ella comprehende, seria mister passar em revista toda a administração; porque não ha ramo d'esta, que não tenha sua policia; isto é, suas regras, maximas, leis escriptas e não escriptas.

Circumscrevendo-nos porém n'um circulo menor, consideremos a policia somente em suas relações com os interesses geraes que não fazem parte d' algum serviço publico, e a cujo respeito fórma ella por si só um poder distincto.

Esses interesses podem ser classificados em tres categorias principaes: a *segurança* do Estado, a *protecção* das pessoas, e a *salubridade* publica.

A policia tambem intervém na industria e no commercio, dous dominios da actividade privada, que não dependem da administração; mas sobre os quaes deve o Estado com um cuidado constante exercer uma vigilancia d'ordem e tutela geral (Vivien).

<sup>68</sup> A segurança do Estado, a das pessoas, a salubridade, a industria, e o commercio são os grandes interesses, sobre que vela a policia administrativa. Esta subdivide-se em *municipal* e *rural*.

A policia municipal pertence manter constantemente a ordem nas cidades, villas, e povoações, e velar na segurança, aceio, e comodidade da viação publica. A policia rural é



§ 82.

POLICIA JUDICIARIA — Entende-se por policia judiciaria a que investiga os crimes ou delictos, que a policia administrativa não póde prevenir ou impedir que se commettam. O Codigo d'instrucção criminal Francez lhe confere as mais amplas attribuições para esse fim, assim como para colligir as provas dos crimes ou delictos e entregar os seus autores aos tribunaes encarregados de os punir. As suas attribuições são exercidas por muitos e diversos agentes policiaes, Juizes de paz, d'instrucção, etc.

A policia judiciaria consiste pois em verificar os crimes, delictos ou contravenções, e investigar quem sejam os seus autores. O seu character é essencialmente repressivo (Cabantous).<sup>69</sup>

§ 83.

AUTORIDADES POLICIAES — A policia administrativa e judiciaria é incumbida na conformidade das Leis e Regulamentos: 1.º ao Ministro da Justiça no exercicio da suprema inspecção que lhe pertence, como 1.º chefe e centro de toda a administração policial do Imperio; 2.º aos Presidentes das provincias no exercicio da suprema inspecção que n'ellas teem pela Lei do seu regimento, como seus 1.ºs administradores e encarregados de manter a segurança e tranquillidade publica, e de fazer executar as Leis; 3.º aos Chefes de policia no municipio da Côrte e nas provincias; 4.º aos Delegados e Subdelegados nos districtos de sua jurisdicção; 5.º aos Juizes municipaes nos respectivos Termos; 6.º aos Juizes de paz nos seus districtos; 7.º aos inspectores de quarteirão nos

---

a que tem relação com os fructos e bens do campo. Em França designam-se communmente com o nome de delictos ruraes as infracções das Leis e dos Regulamentos sobre a policia rural, seja qual fôr a penalidade que os reprima.

<sup>69</sup> Entre nós já hoje se acham mais estremadas a policia administrativa e a judiciaria, quanto ás respectivas attribuições de cada uma; mas não quanto ás autoridades que as exercem, algumas das quaes accumulam funcções de policia administrativa e judiciaria, que aliás são muito distinctas, e devem ser exercidas por autoridades e agentes diversos, como o são em França e n'outros paizes.

seus quartelões; 8.º ás Camaras municipaes nos seus municipios, e aos seus fiscaes nas respectivas freguezias. (Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, art. 1.º).<sup>70</sup>

### SECÇÃO III

#### *Organisação Policial.*

##### § 84.

CHEFES DE POLICE — Ha no municipio da Côrte e em cada provincia um Chefe de policia com os Delegados e Subdelegados necessarios. O Chefe de policia reside na capital (L. de 3 de Dezembro de 1841, art. 1.º e Regulamento cit. art. 4.º).

Os Chefes de policia são directamente nomeados pelo Imperador d'entre os Desembargadores e Juizes de direito que tenham servido pelo menos por tres annos o lugar de Juiz de direito, e n'elle dado provas de desinteresse, actividade e intelligencia (L. cit. arts. 1.º e 2.º e Regulamento cit. art. 21). São conservados nos lugares, enquanto bem servem, e o Governo julga conveniente (Reg. Art. 22).<sup>71</sup>

##### § 85.

DELEGADOS E SUBDELEGADOS — Por via de regra ha um Subdelegado em cada districto de paz, sendo muito populoso ou extenso,

---

<sup>70</sup> Quanto ás attribuições de policia administrativa, e judiciaria que exercem, as autoridades policiaes subalterna, V. Cod do Proc. Crim. art. 12; LL de 15 d'Outubro de 1827, art. 5.º §§ 4.º 5.º e 14; do 1.º d'Outubro de 1828, art. 66; de 3 de Dezembro de 1841, arts. 4.º e 7.º e Reg. n. 120, arts. 2.º e 3.º

<sup>71</sup> No municipio da Côrte e nas provincias do Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Parahiba, Ceará, Maranhão, Pará, Minas Geraes, S. Paulo, Espirito Santo, e Santa Catharina, ha Chefes de policia especiaes. Nas outras provincias porém pôdem exercer conjunctamente as funcções de Juizes de direito da capital e sua comarca ou Termo (Reg. art. 5.º e Decr. n. 1,295 de 16 de Dezembro de 1853). O Chefe de policia da Côrte tem os Delegados e Subdelegados que o Governo sobre informação sua julga conveniente nomear, marcando-lhes districtos, dentro dos quaes devem residir (Reg. art. 6º). Os Chefes de policia das provincias teem um Delegado em cada Termo, e tantos Subdelegados, quantos os Presidentes respectivos julgam conveniente nomear sobre informação dos mesmos Chefes de policia.

e havendo n'elle pessoas idoneas paia exercer esse e outros cargos publicos (Reg. art. 7.º).

Quando se reúnem dous ou mais Termos em virtude do art. 31 da L. cit. ha um só Delegado: mas nos Termos das grandes cidades, como nas da Bahia, Recife, etc., póde haver mais de um Delegado, marcando o Presidente da provincia o districto de cada um (Reg. arts. 8.º e 9.º).

Os Delegados e Subdelegados são nomeados pelo Imperador na Côrte e pelos Presidentes nas provincias sobre proposta dos Chefes de policia, que devem fazê-la acompanhar de todas as necessarias observações, informações, documentos e esclarecimentos que justifiquem a idoneidade dos propostos, comprehendendo tres nomes; e sendo regeitada, faz-se nova proposta (Reg. art. 25).<sup>72</sup>

#### § 86.

INSPECTORES DE QUARTEIRÃO — Em cada quartelão há um agente de policia, denominado — inspector, nomeado pelo Delegado sobre proposta do Subdelegado respectivo d'entre as pessoas bem conceituadas do mesmo quartelão e maiores de 21 annos (Cod. do Processo Criminal, arts. 4.º e 16, combinados com o 9.º da L. da Ref. de 1841). Os inspectores de quartelão não são tirados do numero dos guardas nacionaes activos, senão quando nos districtos não haja outras pessoas idoneas para esse cargo (Reg. art. 45). São conservados, em quanto merecem a confiança dos Subdelegados; e quando a desmereçam, são por estes suspensos e interinamente substituidos, até que a demissão seja

---

<sup>72</sup> Os Delegados suo propostos d'entre os Juizes municipaes, de paz, bachareis formados, ou outros quaesquer cidadãos (excepto os parochos); com tanto que residam nas cidades ou villas cabeças de Termo ou dos Termos (no caso da reunião de que trata o art. 31 da cit. L. de 3 de Dezembro de 1841), tenham as qualidades precisas para serem eleitores, e sejam homens de reconhecida probidade e intelligencia (Reg. art. 29).

Os Subdelegados são propostos, ouvido o Delegado, d'entre os Juizes de paz dos respectivos districtos, d'entre os bachareis formados, e outros quaesquer cidadãos que n'elles residam, e lenham as qualidades exigidas nos Delegados (Reg. art. 27).

Os Delegados e Subdelegados são conservados, em quanto bem servem, e o julgam conveniente o Governo na Côrte e os Presidentes nas provincias (Reg. arts. 28 e 29).

ordenada pelos Delegados a quem aquelles representam a necessssidade d'ella (Reg. 44).

## **SECÇÃO IV.**

### *Organização Judiciaria.*

#### § 87.

RAZÃO D'ORDEM — Havendo tratado da organização policial, segue-se naturalmente tratar da organização judiciaria do Imperio; tanto por connexão de materias, como por ser o poder judiciario homologo ao administrativo, pois ambos são elementos do executivo; e tambem por que ha entre nós autoridades que exercem simultaneamente funções policiaes e judiciarias.

#### § 88.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA — A organização judiciaria constitue o mechanismo da administração da justiça. A acção d'esta deve fazer-se sentir em todo o territorio do Estado; e por isso o poder judiciario é distribuido por diversas autoridades estabelecidas para administrar justiça n'uma extensão dada do territorio.

Creadas as autoridades judiciarias para applicar as Leis, a facilidade e regularidade d'esta applicação requerem que ellas se dividam, segundo a natureza dos negocios, em civis, criminaes e commerciaes. O fim da sua instituição é decidirem com justiça as diversas questões que lhe forem submettidas. Para se conseguir este fim e evitarem-se os riscos da parcialidade e do erro, tem-se estabelecido entre as differentes autoridades e tribunaes judiciais uma jerarchia, segundo a qual as decisões proferidas em 1.<sup>a</sup> instancia, pelo menos em negocios de maior monta, possam ser reformadas por appellação n'outra instancia superior; tendo esta mesma como regulador um Tribunal Supremo, instituido para assegurar a uniformidade da Jurisprudencia e a restricta execução das

Leis, cassando as decisões que as violarem. Em harmonia com estes principios foi delineada a nossa actual organização judiciaria; e eram os mesmos em que assentava a antiga organização, salvas algumas differenças.<sup>73</sup>

§ 89.

PRINCIPIOS GERAES — 1.º Toda a Justiça dimana do Imperador, *em cujo Nome é administrada por magistrados que Elle nomeia e institue* (Const. art. 102, § 3.º).

2.º Os Juizes de direito, nomeados pelo Imperador, são perpetuos (Const. art. 153). Os Juizes municipaes porém são temporarios, assim como os de paz, que são electivos.

3.º Ninguém póde ser distraindo dos seus Juizes naturaes, não se podendo consequentemente crear commissões especiaes nem tribunaes extraordinarios, sob qualquer pretexto ou denominação que seja (art. 179 § 17).

4.º As jurisdicções são estabelecidas pela Lei, e não podem ser mudadas senão por ella.

5.º Os debates, quer no crime quer no cível, como a inquirição das testemunhas, e todos os mais actos do processo, são publicos (Const. art. 159, e Disp. Prov. art. 11).

6.º Em geral ha dous graus de jurisdicção para se chegar ao julgamento final d'uma demanda (Const. art. 158). E assim o erro do 1.º

---

<sup>73</sup> De feito a legislação não podia deixar de acompanhar o andamento da sociedade, e soffrer alterações nos seus diversos ramos. Mas além d'esta causa, a introdução do Direito Romano, e a consideração de que começaram a gozar os Jurisconsultos, concorreram para se estabelecerem diversos Juizos e Tribunaes, e uma nova ordem judiciaria mais complicada. O Direito Canonico tambem influiu n'este sentido; e successivamente se foram creando Relações, Tribunaes, e magistrados especiaes, civis, criminaes, e militares; dos orphãos; da fazenda publica, etc., até se completar o quadro da organização judiciaria que existia ao tempo da promulgação do nosso Pacto fundamental.

Juiz póde ser reparado em grau de appellação pelo Juiz superior. Todavia negocios ha que em razão da sua mediocre importancia não passam d'um só gráu de jurisdição, segundo a Lei das alçadas.

7.º O recurso de revista nunca é considerado como 2.º ou 3.º grau. E um meio extraordinario aberto somente para as violações da Lei, e pelo qual se não póde discutir de novo o merito da questão (Const. arts. 163 e 164).

#### § 90.

Jurisdição judicarias — Comprehende-se geralmente na organização judiciaria o complexo das jurisdições ordinarias: a saber, os Juizes de paz, os arbitros, os Juizes de 1.<sup>a</sup> instancia, civil, criminal, e do commercio, os Jurados, as Relações, os Tribunaes de commercio que hoje tambem são de 2.<sup>a</sup> instancia, e o Supremo Tribunal de Justiça.<sup>74</sup>

Porém os Conselhos de disciplina da Guarda nacional, e os tribunaes militares formam jurisdições especiaes que não entram na organização judiciaria. Tambem não entram n'ella o Senado, a Camara dos Deputados, e as Assembléas provinciaes, quando constituidos em tribunaes de justiça, que estam aliás fóra da alçada do Supremo Tribunal, e são privilegiados.

Quanto ao Conselho d'Estado, e em geral ás jurisdições administrativas, por nenhum titulo podem ser confundidas na ordem judiciaria.

---

<sup>74</sup> A divisão judiciaria do Imperio consiste em ser o seu territorio dividido em quatro districtos judiciais das Relações; cada um dos quaes tem uma Relação, cuja séde é na capital de cada uma das provincias do Rio de Janeiro (isto é, na Côrte), da Bahia, de Pernambuco, e do Maranhão. Os districtos das Relações acham-se divididos em provincias, e estas em comarcas; as comarcas sem Termos ou julgados, e estes em districtos de paz.

Ha em todas as vinte provincias do Imperio, segundo dados officiaes da sua Estatistica judiciaria, 149 comarcas com Juizes de direito, 280 Termos com Juizes municipaes e de orphãos letrados, além dos municipios annexos, e dos que teem substitutos; os quaes todos reunidos prefazem o numero de 894 Termos.

## SECÇÃO V

### *Organização Militar.*

#### § 91.

PRINCIPIOS GERAES — Quasi todos os Publicistas lamentam como um mal necessario a existencia d'uma força armada permanente, formando um corpo isolado no meio da nação ás ordens immediatas do Governo, e destinada assim a repellir as aggressões que inimigos externos possam dirigir contra o seu territorio ou os seus direitos, como a reprimir os malfeitores ou os rebeldes internos que tentem comprometter a segurança publica.

Nenhum Publicista porém poz em duvida a necessidade d'essa força, que deve estar continuamente disponivel, posto que seja muito para sentir a perda real que ella causa á industria, á agricultura e ao commercio.<sup>75</sup>

#### § 92.

LEGISLAÇÃO — Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independencia e integridade do Imperio, e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos (Const. art. 145). A força militar é essencialmente obediente; e não se póde reunir, sem que lhe seja ordenado pela autoridade legitima (art. 147). Ao poder executivo compete privativamente empregar a força armada de mar e terra, como lhe parecer conveniente á segurança e defesa do Imperio (art. 148); e bem assim nomear os commandantes da mesma força, e removê-los, quando o pedir o serviço da nação (art. 102 § 5.º).

---

<sup>75</sup> Seria para desejar que depois da necessaria instrucção dos soldados, podessem elles ao menos em parte, voltar aos seus lares para ahi exercerem o ramo de industria que lhes conviesse; com tanto que estivessem promptos a reunir-se aos seus corpos ao 1.º signal, ou mesmo em diferentes quadras para fazerem exercicios no decurso do anno (Magnitot et Delamarre).

A manutenção da tranquillidade publica e a execução das ordens da autoridade competente por meio da força armada, requerem que esta seja sujeita a uma organização e disciplina proprias, e a tribunaes excepçionaes, ainda em tempo de paz. Comprehende-se, que se o exercito não fôsse sujeito a uma rigorosa obediencia em tudo o que é relativo ao serviço, não poderia o Chefe do poder executivo cumprir a missão que lhe foi dada pelo art. 102 § 15 da Const. De — provêr a tudo o que fôr concernente á segurança interna e externa do Estado. —

Ao poder legislativo porém compete — fixar annualmente sobre informação do Governo as forças de mar e terra, ordinarias e extraordinarias — (Const. art. 15 § 11). O ultimo plano da organização dos corpos do exercito para circumstancias ordinarias é o que foi approvedo pelo Decreto n. 782 de 19 d’Abril de 1851, na conformidade das Resoluções n. 542 de 21 de Maio e n. 568 de 24 de Julho de 1850.<sup>76</sup>

### § 93.

QUADRO DO EXERCITO — Os corpos moveis constam: 1.º de 13 batalhões de infantaria, sendo 7 de fuzileiros e 6 de caçadores; 2.º de 5 regimentos de cavallaria ligeira (segundo as alterações feitas pelos Decretos n. 1,074 de 30 de Novembro de 1852, e n. 1,695 de 24 de Dezembro de 1855); 3.º d’um regimento d’artilharia a cavallo; e 4.º de 4 ditos a pé. Os corpos fixos de guarnição acham-se distribuidos pelas provincias, assim como as companhias d’artifices e pedestres com denominação e numeração especiaes a algumas dellas.

O estado maior general que fórma o ponto culminante da nossa organização militar, compõe-se de 29 individuos: a saber, um

---

<sup>76</sup> Segundo esse plano compõe-se o nosso exercito no seu estado completo dos officiaes de linha de que tratam os citados Decreto e Resoluções, de todos os corpos moveis, dos corpos e companhias de guarnição ou fixos, e das de pedestres. As classes dos officiaes dividem-se: 1.º em estado maior general; 2.º em um corpo de engenheiros; 3.º em estado maior de 1.ª classe; 4.º em estado maior de 2.ª classe; 5.º em repartição ecclesiastica; 6.º em um corpo de saude Militar.



marechal do exercito, 4 tenentes-generaes, 8 marechaes de campo, e 16 brigadeiros.

O corpo de engenheiros consta actualmente de 162 officiaes superiores, além do seu commandante que se comprehende no estado maior-general; sendo 8 coroneis, 14 tenentes-coroneis, 20 maiores, 30 capitães, 30 — 1.ºs tenentes, 60 — 2.ºs tenentes; e dos subalternos necessarios para preencher o estado completo do batalhão de engenheiros, creado pelo Decreto n. 1,535 de 23 de Janeiro de 1855, segundo o de n. 1,843 de 19 de Novembro de 1856, em virtude da autorisação concedida pelo § 4.º do art. 5.º da L. n. 862 de 30 do mesmo anno.

O Estado maior de 1.ª classe compõe-se de 90 individuos: a saber, 6 coroneis, 8 tenentes-coroneis, 12 maiores, 24 capitães, 24 tenentes, e 24 alferes. O de 2.ª classe é composto de 126 individuos: 12 coroneis, 18 tenentes-coroneis, 24 maiores, 24 capitães; 24 tenentes, e 24 alferes.<sup>77</sup>

#### § 94.

FIXAÇÃO DAS FORÇAS DE TERRA E MEIOS DE COMPLETALAS. — A Lei vigente que fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1859 a 1860 (n. 981 de 15 de Setembro de 1858), dispõe que constarão de 16,000 praças de pret de linha em circumstancias ordinarias, de

---

<sup>77</sup> Na nossa organização militar tambem entra a Religião que não foi olvidada pelo Legislador; isto é, a vida e saude espirital dos militares, em cujo beneficio foi creada a repartição ecclesiastica, composta de 40 capellães para lhes ministrarem os soccorros religiosos no meio das fadigas e perigos marciaes, pelo Decreto n. 1,826 do 1.º d'Outubro de 1856, em execução da L. n. 862 de 30 de Julho do mesmo anno.

Similhantermente foi attendida na organização do exercito a necessidade de prover-se ao curativo e conservação da saude corporea dos que o compõem, pela prompta applicação de medicamentos adequados ás innumeradas molestias a que está sujeita a humanidade. Foi pois para occorrer efficaçamente a essa necessidade que se creou o corpo de saude militar. Este consta de 280 individuos; dos quaes um é cirurgião mór do exercito, 4 são cirurgiões móres de divisões, e 8 de brigadas; 32—1.ºs cirurgiões subalternos, e 64—2.ºs cirurgiões ditos; 8 pharmaceuticos, e uma companhia d'enfermeiros, composta d'um 1.º sargento, 4—2.ºs ditos, 8 cabos d' esquadra, e 150 soldados, dos quaes 100 são enfermeiros-mores e enfermeiros, e 50 ajudantes d'enfermeiros; pelo Decreto n. 1,900 de 7 de Março de 1857, expedido para execução do § 8.º do art. 5.º da citada L. n. 802 de 1856.

24,000 nas extraordinarias, e de 1,040 praças de pret em companhias de pedestres (art. 1.º); e autorisa o Governo a destacar até 4,000 praças da Guarda nacional em circunstancias extraordinarias (art. 5.º) Porém para tornar menos gravosa essa imposição pessoal dispõe no art. 3.º que se completem as forças fixadas pelo engajamento voluntario; e somente na insufficiencia d'este meio pelo recrutamento, em conformidade das disposições em vigor, continuando a ser de 600 \$ — a quantia que exime o recrutado do serviço.<sup>78</sup>

#### § 95.

ORGANISAÇÃO DA FORÇA NAVAL — O Quartel general da marinha é a 1.ª repartição militar da armada nacional por cujo intermedio o respectivo Ministro transmite as ordens imperiaes, e recebe as participações de tudo que é concernente ao movimento, á disciplina, e economia do serviço militar naval, assim no littoral do Imperio como no estrangeiro.

A força naval acha-se organizada, segundo o disposto no Decreto n. 667 de 26 de Janeiro de 1850, e compõe-se de 40 navios de vela; sendo 2 fragatas; 2 corvetas de bateria coberta, ou de 1.ª ordem; 8 ditas de bateria descoberta ou de 2.ª ordem brigues e brigues-barcas; 16 canhoneiras fortes, patachos ou brigues-escunas; e 20 navios a vapor; a saber, 4 fragatas de força de 300 cavallos, 6 corvetas de 220 ditos, 4 vapores de 100 a 160, e 6 de 48, além d'um numero indeterminado de lanchões e barcos armados, quando forem necessarios. Em caso de guerra, conforme as circunstancias exigirem, póde ser elevado o numero dos navios da armada.<sup>79</sup>

---

<sup>78</sup> Os que se alistam voluntariamente, servem por seis annos, e os recrutados por nove. Além d'isto os voluntarios percebem uma gratificação que não póde exceder de 400\$ — e concluido o seu tempo de serviço recebem uma data de terras de 22,500 braças quadradas (art. 4.º) O contingente necessario para completar as ditas forças é distribuido em circunstancias ordinarias pela capital do Imperio e provincias (art. 3.º).

<sup>79</sup> Em circunstancias ordinarias conserva-se em armamento o numero de 36 navios, e mais 6 em disponibilidade; com tanto que a guarnição de todos não exceda o numero de praças de todas as classes, decretado na Lei de fixação de forças navaes. A

## § 96.

FIXAÇÃO DA FORÇA NAVAL — A Lei que fixa esta força para o anno financeiro de 1859 a 1860 (n. 960 de 22 de Julho de 1858), dispõe que constará: 1.º dos officiaes da armada e das demais classes que fôr preciso embarcar, conforme as lotações dos navios, e o estado maior das divisões navaes; 2.º em circumstancias ordinarias de 3,000 praças de marinhagem e de pret dos corpos de marinha, embarcadas em navios armados e transportes; e de 5,000 em circumstancias extraordinarias.

Os corpos de marinha são o de imperiaes marinheiros, o batalhão naval, e a companhia de imperiaes marinheiros de Matto Grosso, os quaes se regem por diversos regulamentos.

O corpo de imperiaes marinheiros consta de 24 companhias além de de 4 companhias de aprendizes, conforme o seu regulamento que foi mandado pôr em execução pelo Decreto n. 304 de 2 de Junho de 1843.<sup>80</sup>

---

disponibilidade consiste em ter o navio tudo o que é necessario para seu completo armamento, com excepção somente de munições de boca e guerra, e da guarnição que n'esse caso compõe-se da 6.ª parte da sua lotação, pelo que respeita ás praças de pret e marinhagem, tendo além do commandante os officiaes que fôrem indispensaveis ao serviço.

São todavia construidas successivamente e sem interrupção as embarcações precisas para completar o quadro fixado. Inteirado o quadro, são postas nos estaleiros, e n'elles conservadas d'um terço a meio de adiantamento seis embarcações de vela e a vapor, proprias para substituir as que se fôrem arruinando.

<sup>80</sup> Pelo Decreto n. 535 de 11 de Setembro de 1847 foi organizado um corpo especial de infantaria para o serviço de guarnição, tanto a bordo dos navios da armada, como nos arsenaes de marinha com a denominação de fuzileiros navaes, composto em sita totalidade de 1,200 praças distribuidas por dez companhias, e do estado maior e menor correspondentes, em observancia da Resolução do Corpo legislativo que autorisou o Governo para essa criação, mandada executar pelo Decreto n. 451 A de 31 de Julho do mesmo anno.

Porém o Decreto n. 1,067 A de 24 de Novembro de 1852 determinou que o corpo de fuzileiros navaes passasse a denominar-se — batalhão naval; — e deu-lhe regulamento e nova organização, reduzindo-o a 8 companhias com 1,216 praças ao todo. E o Decreto n. 914 de 11 de Fevereiro do mesmo anno mandou observar as Instrucções sobre a admissão e ensino dos recrutas, tanto para o corpo de fuzileiros navaes, como para o de imperiaes marinheiros.

O corpo de saude da armada que tambem o tem, como o exercito, foi reorganizado pelo Decreto n. 739 de 25 de Novembro de 1850; compõe-se d'um cirurgião em chefe,

## § 97.

ESTAÇÕES NAVAES — Pelo Decreto n. 326 de 2 d'Outubro de 1843 estabeleceram-se tres estações navaes em toda a extensão das costas do Imperio; uma ao sul, outra no centro, e outra ao norte. Esse Decreto porém foi modificado pelo de n. 475 de 23 de Setembro de 1846, que supprimiu a 2.<sup>a</sup> secção, ou do centro, ficando o seu districto reunido ao da 1.<sup>a</sup> secção, ou do sul; formando ambas uma só estação naval sob as ordens immediatas do quartel general da marinha; e continuando a estação do norte sem alteração: devendo porém o respectivo commandante em chefe dirigir a sua correspondencia official com o Governo, relativa ao serviço e disciplina da sua divisão, por intermedio do quartel general da marinha.<sup>81</sup>

**SECÇÃO VI.***Organisação Ecclesiastica.*

## § 98.

RAZÃO D'ORDEM — Tratando-se n'este Capitulo dos órgãos especiaes da administração e d'algumas instituições administrativas, como as que se referem á instrucção publica, á policia, e ás organizações judiciaria e militar; segue-se naturalmente tratar da organização ecclesiastica, ou das instituições religiosas, posto que fóra da alçada da administração propriamente dita: porquanto, pelas mutuas relações de alliança que existem entre a Igreja e o Estado, duas sociedades distinctas e independentes, não se póde em Direito administrativo deixar de

---

capitão de mar e guerra, 20—1.º cirurgiões 1.ºs tenentes, 40—2.º cirurgiões 2.ºs tenentes, 2—1.ºs pharmaceuticos, e 4—2.ºs ditos; e deu-se-lhe regulamento por Decreto n. 783 de 24 d'Abril de 1851.

<sup>81</sup> Os commandantes das estações, e na sua ausencia os commandantes de quaesquer navios d'ellas, devem satisfazer as exigencias dos Presidentes das provincias, não só quando fôrem feitas para manter a ordem e tranquillidade publica; mas ainda quando tenham por fim o bom do serviço nacional em qualquer dos seus ramos; uma vez que os mesmos commandantes se convençam da necessidade ou conveniencia de taes exigencias, e que ellas se não opponham ao desempenho d'alguma especial commissão de que se achem encarregados.

atender a essas importantes relações pela sua salutar influencia ao bem-estar social e na ordem publica.

§ 99.

LEGISLAÇÃO — Havendo sido entre nós adoptada pelo art. 5.º da Constituição a Religião Catholica como Religião do Estado, por ser a que ha sido sempre professada pelos cidadãos Brasileiros, tem consequentemente o territorio do Imperio uma divisão ecclesiastica, apropriada aos principios e ás exigencias d’essa Religião, assim como uma hierarchia propria dos seus ministros.

Em geral é o poder executivo o competente para provêr os beneficios ecclesiasticos (Constituição, art. 102 § 2.º). Assim o Imperador do Brasil, não só como Grão Mestre da Ordem de Christo, senão tambem como Chefe do poder executivo, tem o direito de provêr e apresentar qualquer beneficiado da Igreja Brasileira, e de mandar collâ-lo (Resoluções de 9 de Novembro de 1824, e de 4 de Dezembro de 1827).

Por esta mesma legislação compete ao Imperador a apresentação dos Bispos pela amplitude dos poderes imperiaes e pelo inalienavel direito de suprema inspecção que lhe é inherente. Competindo pois ao poder executivo nomear os Bispos em virtude do citado art. 102 § 2.º da Constituição, a sua nomeação é expedida pela Secretaria de Estado dos negocios da Justiça (L. de 23 d’Agosto de 1821 § 5.º).<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> Ao poder legislativo porém pertence a criação dos bispados; não só porque compete-lhe crear ou supprimir empregos publicos (Constituição art. 15 § 16), e os Bispos são empregados publicos geraes (Acto Additional, art. 10 § 7.º); sendo absurdo que se podessem nomear Bispos sem bispados ou dioceses (a não ser *in partibus*); como tambem, porque lhe pertence tratar da divisão ecclesiastica do Imperio: attribuição esta, que nos limites das provincias compete ás Assembléas provinciaes pelo mesmo Acto Additional, art. 10 § 1.º; sem que todavia possam ellas legislar sobre a divisão dos bispados; pois que além d’outras razões iria isso entender com as funcções episcopaes que teem character geral (Av. de 4 de Junho de 1832, e de 21 de Abril de 1837).

§ 100.

JERARCHIA ECCLESIASTICA — Ha em todo o Imperio um arcebispado que é o da Bahia, metropole ecclesiastica do Brasil; 6 bispados com cabidos, que são os de Marianna, S. Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, e Pará; 3 sem cabidos nas provincias de Goyaz, Cuiabá, e Rio Grande do Sul; e estam creados mais 2, um no Ceará e outro na Diamantina. Nas Sés archiepiscopal da Bahia e episcopal de Pernambuco ha 18 capitulares, sendo 5 dignidades; e 4 nas outras.

Na Capella imperial e cathedral do bispado do Rio de Janeiro ha 6 dignidades de monsenhores, 16 conegos de 2.<sup>a</sup> jerarchia, divididos em duas classes de presbyteros e diaconos, e muitos outros empregados do côro e altar sem serem conegos. Ha na Sé do Pará 4 conegos, nas de Marianna e S. Paulo 10, e nas do Pernambuco e Bahia 9, havendo n'estas duas mais 4 conegos de meia prebenda; e em todas ellas muitos outros empregados do côro e altar.

§ 101.

DIVISÃO ECCLESIASTICA — Sendo esta, assim como a nomeação dos ministros da Religião, tão interessante á Igreja quanto ao Estado, é manifesto que deve ser feita de commum acôrdo entre ambos os poderes espiritual e temporal. Assim a divisão das dioceses deve ter lugar por concordatas entre a Santa Sé e o Governo: Assim tambem tem sido feita em França a divisão das parochias pelos Bispos e approvada pelo Governo, não podendo ser alterada ou modificada senão pela mesma fórma.

Alli como entre nós a divisão ecclesiastica esta em harmonia com a civil. Ha ahi pelo menos uma parochia em cada districto de paz. Entre nós porém nas freguezias maiores ou mais populosas pôde haver mais d'um districto de paz em cada uma d'ellas. Podem tambem erigir-se tantas Capellas filiaes ou Curadas, quantas a necessidade exigir.

Em França os Bispos de acôrdo com os Prefeitos regulam o numero e a extensão d'essas Igrejas filiaes; os planos convencionados são submettidos ao Governo, e não podem ser postos em execução sem autorização sua.

Entre nós compete ás Assembléas provinciaes legislar sobre a divisão, quer civil ou judiciaria, quer ecclesiastica das respectivas provincias, pelo art. 40 § 4.º do Acto Addicional: donde é visto que esta attribuição não se póde estender aos limites dos bispados que em geral abrangem mais d'uma provincia, ou pelo menos partes d'outras; e só póde entender com as freguezias de cada provincia. Todavia a divisão ecclestaística não altera a civil (Av. de 31 de Janeiro de 1835).<sup>83</sup>

---

<sup>83</sup> Do Relatorio apresentado á Assembléa geral legislativa na 3.ª sessão da 9.ª legislatura (1855) pelo Ministro da Justiça, por cuja Secretaria correm os negocios ecclesiasticos, consta que tiveram o *exequatur* imperial alguns Decretos consistoriaes, desmembrando diversas freguesias d'uns bispados e annexando-as a outros Esses actos da Santa Sé, solicitados pelo Governo em execução da L. n. 693 de 10 d'Agosto de 1853, alteraram a nossa divisão ecclesiastica.

Pela citada L. n. 693 foi o Governo autorizado a impetrar bullas da Santa Sé, não só para a criação dos novos bispados do Ceará e da Diamantina na provincia de Minas Geraes, tendo por limites os das respectivas provincias que estavam sujeitas á jurisdição ecclesiastica do arcebispado da Bahia e do bispado de Pernambuco; senão tambem para a desmembração de parte dos territorios d'outras provincias, passando d'uns bispados para outros, afim de estabelecer se uma divisão ecclesiastica mais regular n'essas dioseses.

## SEGUNDA PARTE

### CAPTULO I

*Da Administração Contenciosa. — Divisão dos Tribunais Administrativos*

#### § 102.

RAZÃO D'ORDEM — Definiu-se no Cap. I. da 1.<sup>a</sup> Parte por — Administração *contenciosa* — a que julga as questões de *interesse privado* que se ligam á acção administrativa. Indicou-se, quando se abre o meio contencioso; o que se entende por interesse privado; quando é competente a jurisdição administrativa; tratou-se da coisa julgada em materia administrativa, e d'alguns principios geraes do respectivo processo. Mostrou-se tambem succintamente no fim do Cap. II, que ha dous meios de recurso contra os actos do Governo: o *gracioso* e o *contencioso*.

Tendo-se porém de tratar n'esta 2.<sup>a</sup> Parte mais especificamente da Administração contenciosa, dada a respectiva definição, segue-se demonstrar de que se compõe o contencioso administrativo, expondo os principios seguintes:

#### § 103.

PRINCIPIOS GERAES — O contencioso administrativo compõe-se todas as reclamações procedentes da violação das obrigações impostas á Administração pelas Leis e Regulamentos que a regem, ou pelos contractos celebrados com ella.

Provém o contencioso administrativo do exercicio do poder executivo no tocante a um *direito* adquirido. Se porém o acto administrativo offende simples *interesses*, as reclamações puramente administrativas dependem somente da jurisdição *graciosa*.



De feito tem Administração dous poderes nas suas mãos: discricionário, inteligente e livre; e outro passivo, regulado e dominado pela Lei, Regulamento, Decreto, ou contracto que o rege. São os actos do 2.º poder que dão lugar ao contencioso administrativo.

A quem deverá pois pertencer o direito de julgar o contencioso administrativo? Julgar-se-ha a Administração a si mesma? Não cabe aqui discutir estas questões, aliás de grande interesse. Limitar-nos-hemos a indicar os argumentos invocados a favor da Administração para julgar o contencioso administrativo, como mais valiosos.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A Justiça administrativa deve fazer prevalecer, sendo necessário, a equidade e o interesse do Estado, que é o de todos, sobre as disposições inflexíveis e estreitas da legislação positiva (Locré, do Conselho d'Estado).

Importa ao interesse publico que a acção administrativa não seja entorpecida em sua marcha, como aconteceria, se fôsse outorgado ao poder judiciario (cujo caracteristico é a independencia) o direito de ter a espada e a balança alçadas sobre a cabeça do Governo, chamá-lo todos os dias a Juizo, e atacá-lo de frente.

A Administração, livre e flexivel no seu proceder, provê por expedientes proprios d'ella á extrema variedade das materias. Crear tribunaes uniformes era sua composição, sujeitá-los a fórmulas immutaveis, seria renunciar a essa vantagem.

As Leis administrativas são inteiramente distinctas das Leis civis; exibem estudos especiaes, e assentam em principios geraes d'outra ordem. Para applicá-las com discernimento é mister estar iniciado nas exigencias dos negocios publicos, e havê-los tido entre mãos.

As causas administrativas demandam uma solução prompta e pouco dispendiosa; ao passo que as judiciaes acarretam custas e dilações que revoltam a consciencia publica. O contencioso administrativo ha mister de centralisação coma o proprio Governo, e ser devolvido, ao menos por via de recurso, a um tribunal unico.

Atribuir o contencioso administrativo á autoridade judiciaria seria fazer nascer conflictos incessantes que excitariam numerosos clamores.

Crear tribunaes administrativos especiaes seria degradar a Justiça ou destruir o Governo, conforme se fizessem dependentes ou independentes. Chauveau Adolphe, cuja opinião adoptamos, resume assim o seu pensamento:

“Ao meu ver o contencioso administrativo nasce das consequencias e resultados da interpretação dos actos administrativos: Os tribunaes (judiciarios) não podem explicar, modificar, nem annular o acto administrativo; logo deve o julgamento do contencioso administrativo pertencer á jurisdição administrativa. A existencia do Conselho de Estado é uma garantia que dá o poder executivo, do que a decisão não será definitiva, autos de ser submettida a um conselho numeroso illustrado.”

Tendo porém o contencioso administrativo somente por objecto as contestações, suscitadas por occasião d'um direito resultante, ora das Leis que regem a Administração, ora dos contractos celebrados por ella; a politica propriamente dita, as negociações diplomaticas, os actos do Governo, as questões judiciaes ou puramente administrativas, os actos legislativos, são-lhe estranhos (Pradier).

§ 104.

ORIGEM DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. — O principio cm que assenta desde 1824 toda a nossa organização politica, é a separação dos poderes do Estado; a Constituição reconhece no art. 9.º que “a divisão e harmonia dos poderes politicos é o principio conservador dos direitos dos cidadãos, e o mais seguro meio de fazer effectivas as garantias individnaes;” porque a separação dos poderes é a 1.ª condição de todo o Governo livre: logo a profunda separação dos poderes administrativo e judiciario é tambem uma das suas bases; e d’essa separação se deriva naturalmente a instituição da Justiça administrativa.<sup>2</sup>

§ 105.

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA — Passando pois a tratar da Justiça administrativa cumpre definir a sua *Jurisdição e competencia*. A jurisdição, segundo Boncenne e outros, é o poder do Juiz; a competencia é a medida d’esse poder: noção simples e verdadeira que mostra ao mesmo tempo a relação que existe entre a jurisdição e a competencia, e a ordem em que cada uma d’ellas deve ser tratada.

Ora, sendo a jurisdição em geral o poder do Juiz, segue-se que a *Jurisdição administrativa é o poder dos Juizes administrativos*. Assim fica resolvida só pela força d’uma definição precisa a questão fortemente debatida acerca da existencia d’uma jurisdição administrativa: questão que se reduz a esta; se a acção administrativa

---

Todavia estes principios demandam ainda mais algum desenvolvimento para hera se poder comprehender o que seja a Administração contenciosa, e em que consiste o contencioso administrativo.

<sup>2</sup> Mas antes de proseguir releva observar, que tratando na 1.ª Parte dos órgãos geraes e especiaes da Administração activa, descemos do cume a base da pyramide administrativa; isto é, da autoridade central ás autoridades locais: tratando agora da Administração contenciosa temos de subir da base ao cume; isto é, das jurisdições locais á jurisdição central. A razão d’esta inversão é porque na ordem puramente administrativa a direcção parte do centro para chegar a todos os pontos da circumferencia; no entanto que na ordem contenciosa as contestações partem das localidades para se elevar gradualmente até o poder central.

póde dar lugar a reclamações, e se deve haver magistrados encarregados de as julgar!<sup>3</sup>

§ 106.

SUA DIVISÃO — A jurisdição judiciaria é *uma* pelo seu objecto e pelo fim da sua instituição, n'este sentido; que ella nunca deve acolher interesses que não constituam ao mesmo tempo direitos. Porém a jurisdição administrativa é dupla: *graciosa* ou *contenciosa*, segundo aprecia *interesses* ou discute *direitos*.<sup>4</sup> Participando dos attributos do Governo ella póde concedera considerações de humanidade ou de prudencia o que as Leis a autorisariam a recusar: mas só tem esta faculdade, quando as reclamações que julga, são fundadas em simples interesses.

Se porém ellas teem por objecto *direitos*, a Lei deve presidir á decisão, assim como perante a autoridade judiciaria; com a differença de que em lugar da equidade natural e a conveniencia publica que se deve consultar nos casos duvidosos; distincção importante e muitas vezes desconhecida. Por terem-na esquecido, muitos bons espiritos contestaram sem razão a jurisdição administrativa, suppondo que ella applicava o seu poder discricionario ao reconhecimento dos *direitos*, quando só faz uso d'elle na apreciação dos *interesses*.

---

<sup>3</sup> O que deu origem a essa discussão, e a perpetuou, foi confundirem-se indevidamente tres questões essencialmente distinctas: a necessidade d'uma jurisdição administrativa, a sua separação da jurisdição judiciaria, a utilidade e conveniencia d'essa separação. A estas tres questões deve-se responder afirmativamente: a resposta da 1.<sup>a</sup> é dictada pelo bom senso, a da 2.<sup>a</sup> pela legislação, e a da 3.<sup>a</sup> pela theoria do Direito publico. Concebem-se as duvidas do legista acerca da 2.<sup>a</sup> e as objecções do publicista contra a 3.<sup>a</sup>; mas a 1.<sup>a</sup> não é susceptivel de controversia senão pela sua estranha confusão com as outras duas, ou por effeito de má intelligencia quanto ao sentido da palavra *jurisdição* (Cabantous).

<sup>4</sup> A jurisdição *graciosa* é commettida aos mesmos administradores, segundo a ordem hierarchica que os liga entre si. Esta accumulção necessaria ao bem do serviço não póde ser censurada em nome dos direitos privados; pois estes direitos não constituem a materia da jurisdição *graciosa*.

A jurisdição *contenciosa* porém pertence, ora a conselhos instituidos para esse fim, ora aos mesmos administradores; mas seria para desejar que estes nunca tivessem tal attribuição.

§ 107.

TRIBUNAES ADMINISTRATIVOS — Chamam se assim as autoridades collectivas ou individuaes que as Leis teem encarregado de estatuir sobre o contencioso da Administração. D'entre essas autoridades umas conhecem de materias muito numerosas e variadas, como o Conselho d'Estado, os Ministros, os Presidentes das provincias; são os tribunaes administrativos geraes: outras só conhecem d'uma ordem determinada de materias, como o Tribunal do Thesouro; são os tribunaes administrativos especiaes.<sup>5</sup>

§ 108.

SUA CLASSIFICAÇÃO — Os diversos tribunaes, cujo complexo compõe a jurisdição administrativa contenciosa podem ser classicados de differentes maneiras, segundo a face pela qual se encaram.

Conforme o numero das suas attribuições dividem-se em geraes e especiaes; conforme o numero dos graus de jurisdição que comportam, dividem-se em tantas series quantos são os graus que admittem; e conforme a força e autoridade das suas decisões, dividem-se em tres categorias: 1.<sup>a</sup> d'aquelles cujas decisões são sujeitas a appellação; 2.<sup>a</sup> dos que julgam em ultima instancia; e 3.<sup>a</sup> do Conselho d'Estado que fórma por si só uma classe, e que reúne á qualidade de tribunal d'appellação para muitos d'entre elles a de Supremo Tribunal de Justiça administrativa em relação ás jurisdições do 1.º e 2.º grau.

---

<sup>5</sup> A jurisdição administrativa contenciosa apresenta assim uma organização completa, e exerce attribuições exclusivamente proprias. Não é um desmembramento da jurisdição judiciaria; mas tem uma origem, uma existencia, e uma natureza perfeitamente distinctas e independentes da jurisdição judiciaria.

Em summa toda a justiça judiciaria é *delegada*; mas nem toda a justiça administrativa o é. A delegação da 1.<sup>a</sup> está escripta na Constituição; mas a da 2.<sup>a</sup> resulta somente das diversas Leis organicas. Estas differenças teem sem duvida uma grande importancia; mas não autorisam a dizer que toda a Justiça administrativa seja *retida* ou *reservada* de facto, e ainda menos que o deva ser como principio.

§ 109.

SUA COMPETENCIA — Expostos assim o principio e os caracteristicos do poder commettido aos tribunaes administrativos, segue-se indicar a medida e os limites d'esse poder. Por outras palavras, tendo-se tratado da jurisdicção, segue-se tratar da competencia.

A competencia dos tribunaes administrativos encerra-se no circulo do contencioso administrativo; nome com que comumente se designa o objecto da jurisdicção administrativa contenciosa. O contencioso administrativo é essencialmente distincto do contencioso judicial; se bem que tão certa seja a sua differença, quanto difficil o determiná-la precisamente.<sup>6</sup>

§ 110.

DIVERSAS ESPECIES D'ACTOS ADMINISTRATIVOS — Se o acto é regulamentar e geral, póde a sua reforma ser pedida administrativamente; mas não pelo meio contencioso. A sua interpretação, applicação e a apreciação das suas consequencias pertencem exclusivamente aos tribunaes judiciaes, por serem as disposições regulamentares antes actos de legislação do que de administração.

---

<sup>6</sup> A formula já tão conhecida, segundo o qual — o contencioso judicial da ordem civil abrange as luctas entre direitos puramente privados, ao passo que o contencioso administrativo comprehende aquellas em que o interesse geral se acha em frente d'um direito privado, — basta sem duvida para dar uma idéa theorica dos dous termos da comparação; mas é muito superficial para ajudar a resolver as numerosas controversias que a pratica suscita. É pois mister um exame mais minucioso da questão para conhecer e indicar os limites divisorios que uma proposição absoluta não poderia exprimir.

No contencioso administrativo o litigio é sempre suscitado por um acto administrativo. Chama-se assim todo o acto emanado da Administração, seja qual for a sua natureza ou forma. Na falta d'um tal acto, ou se o litigio lhe é estranho, ha necessariamente contencioso judicial, ainda quando a Administração seja parte no processo; mas daqui não se segue que se dê o contencioso administrativo, sempre que se agitar questão acerca d'um acto administrativo.

É mister fazer a este respeito muitas distincções, assim em razão da natureza do acto como do objecto da contestação. O acto póde ser ou regulamentar e geral, ou limitado a um ou muitos casos particulares, ou meramente contractual. A contestação póde ter por objecto a reforma, a interpretação, a applicação ou as consequencias do acto.

Se porém o acto é especial; isto é, limitado a um ou muitos casos particulares, constitue verdadeiramente ura facto administrativo. Por conseguinte a sua reforma, e até a sua interpretação só podem ser pronunciadas pela autoridade administrativa, graciosa ou contenciosa, segundo as distincções que mais adiante serão indicadas; mas sempre com exclusão da autoridade judiciaria, a cujo respeito a acção administrativa deve ficar independente e separada.<sup>7</sup>

A derradeira classe dos actos administrativos comprehende os contractos da Administração com os particulares. Por via de regra os actos d'esta especie, ainda que celebrados na fôrma administrativa, são regidos pelas Leis civis, e todas as difficuldades a que podem dar lugar, são da alçada judiciaria; salvas as excepções formaes que o Legislador tenha julgado conveniente estabelecer.

#### § 111.

DIVISÃO GERAL DAS MATERIAS DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. — O contencioso administrativo abrange duas classes de materias perfeitamente distinctas: umas que lhe pertencem em razão da sua natureza, e sem que seja precisa uma disposição expressa para lh'as attribuir; e outras a que só póde elle applicar-se em virtude da vontade expressa do Legislador. Seria superfluo pretender caracterisar as 2.<sup>as</sup>. As primeiras porém comprehendem todas as reclamações fundadas n'um direito, e tendentes á reforma ou interpretação d'um acto administrativo propriamente dito. Entende-se por tal aquelle que consiste na applicação da autoridade d'uma Lei ou d'um Regulamento a um

---

<sup>7</sup> Vê-se pois, que o principio da competencia administrativa está todo na necessidade do manter a independencia da Administração a respeito da autoridade judiciaria. Essa competencia tambem só comprehende essencial e necessariamente os casos em que a acção administrativa encontre resistencias que se opponham á sua marcha. Assim como a Administração tem a força para triumphar da opposição material, assim deve ter a jurisdicção para vencer a resistencia legal. A jurisdicção é pois a consequencia, o complemento da acção administrativa. Mas, se a reclamação que faz objecto do litigio, não tende nem a contestar, nem a comprometter tal acção, cessa a competencia administrativa, salvo quando o Legislador a tenha expressamente imposto.

individuo ou a um caso particular; o que exclue os actos regulamentares e os contractuaes.<sup>8</sup>

## § 112

MATERIAS GRACIOSAS ADMINISTRATIVAS — É porém mister distinguir tambem o objecto da jurisdição administrativa contenciosa d'aquelle que o é da não contenciosa; assim como se tem distinguido o contencioso administrativo do judiciario. Já se sabe que a jurisdição administrativa não contenciosa chama-se *graciosa*. As materias de que ella conhece, são designadas igualmente pelo nome de materias graciosas, em contraposição ás contenciosas que recebem o seu nome da jurisdição encarregada de estatuir sobre ellas.

As materias graciosas abrangem todas as reclamações, para cujo julgamento está a jurisdição administrativa revestida d'um poder discricionario, donde lhe vem a denominação de jurisdição graciosa, para exprimir que n'esta qualidade presta ella serviços, e não profere decisões.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Mas ainda mesmo n'estes limites a applicação e as consequencias do acto administrativo escapam á jurisdição administrativa, principalmente se esse acto ataca o direito de propriedade, o de liberdade individual, ou qualquer outro collocado pelas Leis sob a égide e no dominio exclusivo da jurisdição judiciaria.

Taes são em resumo as regras que servem para distinguir o contencioso administrativo do judiciario, e para determinar a alçada de cada uma d'estas jurisdições.

<sup>9</sup> A determinação dos casos em que a jurisdição graciosa deve ser invocada, fórma uma das mais graves difficuldades que offerece o Direito administrativo. Todavia é de muito interesse pratico, como o provam as três proposições que se seguem:

1.<sup>a</sup> Em materia graciosa o recurso para o Conselho d'Estado por mau julgamento e pelo meio contencioso nem sempre é admissivel; ao passo que o é em toda a materia contenciosa, directa ou indirectamente, excepto quando se trata d'uma decisão proferida em ultima instancia.

2.<sup>a</sup> Em materia graciosa é regra que sempre se póde appellar da Administração mal informada para a Administração melhor informada; mas em materia contenciosa a autoridade da cousa julgada applica-se com o mesmo rigor que perante a jurisdição judiciaria.

3.<sup>a</sup> Emfim as materias graciosas não apresentam na ordem e no curso do processo formalidades de rigor, nem prazo fatal; mas o processo contencioso offerece muitas dilações e formalidades, posto que o seu numero seja muito menor do que no judiciario.



## § 113.

ACÇÃO ADMINISTRATIVA E JURISDICÇÃO GRACIOSA. — Não se deve confundir o exercício d'esta com o d'aquella. Ambas são exercidas pelos mesmos funcionarios; mas o seu objecto é essencialmente distincto. A 1.<sup>a</sup> comprehende todos os actos emanados da autoridade dos administradores, emquanto não ha reclamação da parte dos interesses privados por occasião d'algun d'esses actos. A 2.<sup>a</sup> abrange somente os que teem por fim estatuir sobre as reclamações dos interesses privados assim provocados. É só a contradicção que faz do administrador juiz; a contradicção é que substitue a jurisdicção á acção: caracteristico patente e preciso que fixa claramente o limite divisorio entre a acção administrativa e a jurisdicção graciosa. Foi por terem-no desconhecido que autores estimaveis buscaram a differença entre estas duas ordens de funcções na maior ou menor generalidade do acto. Segundo pensavam, ha simples administração, quando os administradores ordenam a execução das Leis ou Regulamentos, e jurisdicção graciosa, quando fazem applicação da Lei aos casos particulares, sem que as suas decisões encontrem o interesse privado por contradictor.<sup>10</sup>

## § 114.

MATERIAS GRACIOSAS E CONTENCIOSAS. — Para concluir-se esta theoria resta mostrar o que distingue as materias *graciosas* das *contenciosas*. Esta questão reduz-se a saber, quando uma reclamação contra um acto administrativo cabe na alçada da jurisdicção graciosa ou da contenciosa.

Admitte-se que pertence á jurisdicção graciosa a reclamação que se funda n'um *simples interesse*, e á contenciosa a que invoca um

---

<sup>10</sup> É porém evidente que debaixo d'estas duas formas os administradores usam do mesmo direito, e exercem a mesma iniciativa. Pouco importa que a sua acção seja quanto ao objecto, individual ou collectiva. É sempre administração pura e simples, em quanto não ha contradicção e debate empenhado. Em summa a acção cessa somente onde começa a jurisdicção; e esta onde se trava um debate.



*direito adquirido*. Mas, quaes sejam os signaes d'um e d'outro; e quaes as circumstancias em que cada um d'elles se produz, e o que principalmente importa fixar. Ha simples interesse, se o acto ou facto contra o qual se reclama, não foi praticado em menoscabo d'uma obrigação legal da Administração. Ha porém direito adquirido no caso contrario. Para completar-se a mesma theoria basta indagar, quaes sejam as fontes das obrigações da Administração. Estas fontes são duas: a Lei e os contractos. Logo, todas as vezes que uma reclamação de natureza administrativa se fundar n'um texto de Lei ou Regulamento, ou n'uma disposição contractual, pertence á jurisdição contenciosa. N'outro qualquer caso entra na alçada da graciosa.<sup>11</sup>

#### § 115.

JUIZES ADMINISTRATIVOS — Entre nós não existem tantos tribunaes e juizes administrativos como em França. Podem todavia ser considerados como taes em certos casos os Juizes municipaes, os Auditores da marinha, os chefes de repartições fiscaes, as juntas de qualificação eleitoral, as juntas revisoras das listas dos jurados, os conselhos de qualificação da Guarda nacional, os Presidentes de provincias, e os Ministros d'Estado em 1.<sup>a</sup> instancia. Em 2.<sup>a</sup> n'outros casos os mesmos Presidentes e Ministros, os conselhos municipaes de recurso, os de revista da Guarda nacional, o Tribunal do Thesouro Publico, e o Conselho d'Estado. (V. Av. n. 18 de 10 de Janeiro de 1856 in fine).

---

<sup>11</sup> Esta regra para não enganar na applicação deve ser subordinada á condição essencial de todo o contencioso; isto é, á existencia do character puramente privado da reclamação. Deve além d'isto ser combinada com as noções dadas sobre a distincção entre o contencioso administrativo e o judiciario. Demais ella só tem lugar, quando o Legislador não a tem expressamente derogado; derogações infelizmente muito frequentes, e que contribuem mais do que tudo para tornar tão duvidosos e contestaveis os principios geraes do Direito administrativo (Cabantous).

## CAPITULO II.

*Dos Juizes Municipaes, Presidentes e Ministros, considerados como tribunaes administrativos, e outros.*

### § 116.

JUIZES MUNICIPAES — A estes compete a imposição das multas a que se referem o art. 26 do Regulamento n. 151 de 11 d'Abril de 1842, dado para a arrecadação da taxa e meia sisa dos escravos, e outros Regulamentos e Leis fiscaes.

### § 117

PRESIDENTES DAS PROVINCIAS — Exercem jurisdição contenciosa administrativa; por exemplo, no caso previsto pelo art. 5.º § 11 do seu Regimento de 3 d'Outubro de 1834, decidindo temporariamente os conflictos de jurisdição que se suscitarem entre as autoridades da provincia, em 1.ª instancia; e tambem provisoriamente as questoes suscitadas acerca dos abusos das autoridades ecclesiasticas nos casos do art. 1.º §§ 1.º e 2.º do Decreto n. 1,911 de 28 de Março de 1857; assim como as mencionadas no art. 1.º § 1.º do Decreto n. 870 de 1851, que se moverem entre os chefes das repartições fiscaes, ouvindo as Thesourarias de fazenda, e remettendo os papeis respectivos com a sua decisão ao Thesouro Nacional, na fórmula do art. 20 do Decreto n. 2,343 de 29 de Janeiro de 1859.

Em 2.ª instancia porém conhecem dos recursos interpostos das deliberações, acordãos e posturas das Camaras municipaes, em virtude do art. 73 da L. do 1.º d'Outubro de 1828; e bem assim da indevida inscripção ou omissão na lista geral dos jurados, pelo art. 101 da L. de 3 de Dezembro de 1841, etc.

§ 118.

COMPETENCIA DOS MINISTROS — Cada Ministro exerce as funções de Juiz administrativo ordinario acerca das materias que pertencem ás attribuições do seu Ministerio; o que offerece aos cidadãos a vantagem d'um primeiro exame simples, muitas vezes rapido, isento de despesas, e mais geralmente de parcialidade. Demais a applicação da jurisdição ministerial funda-se ordinariamente em textos legaes. Assim os Ministros tambem estatuem sobre as contestações que nascem dos contractos de fornecimentos, celebrados com elles ou em seu nome para os serviços das suas Repartições respectivas.

Os Ministros constituem pois um tribunal administrativo ordinario do 1.º grau. Devem conhecer de todo o contencioso que não tiver sido attribuido por uma disposição positiva a outra jurisdição. Assim cabem na sua alçada, quando não são expressamente attribuidas a outro juiz, todas as difficuldades que se referem á applicação das Leis administrativas. Assim compete-lhes proferir decisões sobre os litigios que se agitam no tocante aos negocios das suas respectivas Repartições.<sup>12</sup>

§ 119.

AUTORIDADES ENCARREGADAS DO RECRUTAMENTO PARA O EXERCITO — Ha em França um conselho, denominado de revisão, encarregado em cada departamento de rever as operações do recrutamento, de ouvir as reclamações a que essas operações possam dar lugar, de julgar as causas de isenção e deducção do contingente. As suas decisões são *definitivas*, mas póde-se recorrer d'ellas por incompetencia, excesso de poder, e violação da Lei, havendo controversia.

---

<sup>12</sup> Quanto a regras de processo, não ha formulas especiaes para os pleitos administrativos e sua instrucção no que toca aos Ministros. Os meios de recurso, os prazos para a sua interposição, etc., são os mesmos que para os negocios de direito commum. As decisões contenciosas são proferidas; ora directamente sobre pareceres das Secções do Conselho d'Estado, ou de certas commissões consultivas, ou das Secretarias do Ministerio; ora mediante informações ministradas pelos Presidentes das provincias e mais autoridades subalternas.

Entre nós o recrutamento tem sido incumbido a diversas Autoridades militares, policiaes e judicarias, como pelo Decreto n. 73 de 6 d'Abril de 1841 a officiaes do exercito, nomeados pelo Governo no municipio da Côrte, e nas provincias pelos Presidentes, aos commandantes da Guarda nacional e do corpo de permanentes debaixo da direcção dos Juizes de direito, Chefes de policia, etc.<sup>13</sup>

§ 120.

CONSELHOS DA GUARDA NACIONAL — Ha igualmente em França conselhos de recenseamento, e jurys de revisão da Guarda nacional. Os 1.ºs decidem as admissões, e determinam o alistamento definitivo de cada companhia. Elles constituem uma jurisdicção do 1.º grau; são encarregados da qualificação de todos os Francezes de 24 a 50 annos que julgam aptos para o serviço; estatuem sobre todas as reclamações relativas ao domicilio real; chamam para o serviço *os estrangeiros que gozam dos direitos civis*, e que julgam conveniente admittir como devendo fazer parte da Guarda nacional; conhecem de todas as incompatibilidades e exclusões; e estatuem sobre as dispensas de serviço, invocadas pelos cidadãos. Os recursos contra as decisões dos conselhos de recenseamento são interpostos para os jurys de revisão. Estes são conselhos instituidos para julgarem em grau de appellação todas as reclamações apresentadas aos conselhos de recenseamento. Ha um jury de revisão em cada cantão; e tambem ha recurso das decisões d'esses jurys por incompetencia, excesso de poder, e violação da Lei.

---

<sup>13</sup> A fôrma do recrutamento é regulada pelas Instrucções de 10 de Julho de 1852, pela L. n. 45 de 29 d'Agosto de 1837, pelas Instrucções mandadas observar pelo citado Decreto n. 73, pelo Regulamento n. 1,089 de 14 de Dezembro de 1852 que determina o modo pratico de distribuir-se o numero do recrutas annualmente precisos para o serviço do exercito, sendo a sua distribuição feita pelos Presidentes das provincias, *os quaes conhecem de todas as reclamações: que haja a esse respeito*, e finalmente pelo Decreto n. 1,041 de 10 de Junho de 1854, que estabelece varias regras sobre o recrutamento.

Este Decreto porém, assim como o de n. 1,089 de 1852, foram ambos alterados ultimamente por outro de n. 2,171 do 1.º de Maio de 1858, estabelecendo novas regras acerca do recrutamento e do modo pratico da distribuição de recrutas pela Côrte e provincias. Quanto ao da armada nacional, V. tambem o Decreto n. 1,591 de 14 d'Abril de 1855.

A nossa L. vigente n. 602 de 49 de Setembro de 1850, que deu nova organização á Guarda nacional do Imperio, tambem creou pelo art. 20 um *conselho de qualificação*, encarregado da classificação dos cidadãos, guardas nacionaes, de 48 a 60 annos, em listas de serviço activo e de reserva, feitas em cada parochia ou capella, ou no districto de cada companhia ou corpo, na conformidade dos Regulamentos respectivos, com recurso suspensivo para um *conselho de revista*; e d'este sem suspensão para o Governo na Côrte, e para os Presidentes nas provincias. O recurso compete não só ao cidadão indevidamente incluído ou excluído, mas tambem a qualquer official ou guarda.<sup>14</sup>

§ 121.

CONSELHOS SANITARIOS — Prevenir as molestias contagiosas, obstar ao seu desenvolvimento, tomar medidas para assegurar a saude publica, e remetter aos tribunaes ordinarios os que infringem as prescripções estabelecidas, tal é o dever de todo o Governo. Em França pertence esse cuidado, quanto á execução, a agentes principaes ou ordinarios, e quanto á deliberação, a *conselhos* que se denominam *sanitarios*. Esses conselhos deliberam ácerca de tudo o que concerne á *policia sanitaria*; e acham-se collocados ao lado de cada agente principal para esclarecer á marcha da Administração activa: mas além d'isso como verdadeiros juizes administrativos decidem em ultima

---

<sup>14</sup> O conselho de qualificação é composto de officiaes da Guarda nacional; e o conselho de revista compõe-se do official mais graduado de cada municipio, do *Juiz municipal* e do Presidente da Camara. Onde não ha Juiz municipal nem substitutos, serve o Delegado ou Subdelegado de policia, art. 21 da 6, cit.

A organização e trabalhos dos conselhos de qualificação e revista são regulados pelos capitulos 1.º e 2.º tit. 1.º das Instruccões, mandadas observar pelo Decreto n. 722 de 25 d'Outubro de 1850.

Os recursos interpostos pelas partes interessadas das decisões dos conselhos de revista para o Governo no municipio da Côrte, e para os Presidentes nas provincias podem ser apresentados na respectiva Secretaria dentro do prazo de seis mezes depois de encerradas as sessões do conselho de revista (as quaes duram por espaço de dez dias quando muito), sem outra formalidade mais do que ser instruído com o proprio requerimento que houver sido por elle indeferido; e se o Ministro ou o Presidente da provincia, exigindo ainda as informações e os esclarecimentos que julgar necessarios, lhe dá favoravel decisão, é o seu despacho directamente communicado ao competente chefe da Guarda nacional para ter o devido cumprimento (art. 59 das Instruccões citadas).

instancia (salvo o recurso para o Conselho d'Estado por incompetencia ou excesso de poder) sobre a applicação dos Regulamentos sanitarios ás diversas occurrencias (Pradier).

A *policia sanitaria* porém comprehende as providencias necessarias, ou para prevenir a invasão, ou para impedir o progresso das molestias contagiosas. Essas providencias muito rigorosas e multiplicadas, quando a sciencia medica era unanime em reconhecer o principio do contagio, tendem gradualmente a se modificar e restringir com grande vantagem para as relações internacionaes; desde que a opinião medica liga menos importancia ao contacto material do que á ausencia dos cuidados hygienicos e á acção do ar atmospherico, para explicar a transmissão e o desenvolvimento das molestias epidemicas (Cabantous).<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> A policia sanitaria rege-se entre nós pelo Decreto n. 828 de 29 de Setembro de 1851, que mandou executar o Regulamento da Junta central de hygiene publica, creada pelo art. 3.º da Resolução n. 598 de 14 de setembro de 1850, a qual incorporou na mesma Junta os estabelecimentos de inspecção de saude dos portos, e o instituto vaccinico. O citado Regulamento n. 828 estabeleceu nas provincias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, e Rio Grande do Sul, commissões de hygiene publica, compostas de tres membros, nomeados pelo Governo, e nas outras provincias somente Provedores de saude publica; fazendo porém parte das ditas commissões os Commissarios vaccinadores provinciaes, Provedores de saude dos portos, e Delegados do Physico mór do exercito.

Ficou todavia subsistindo o Decreto n. 268 de 29 de Janeiro de 1843, que creou a inspecção de saude dos portos do Brasil com as alterações decretadas nos arts. 12 a 18 do citado Regulamento n. 828, que no art. 19 declarou tambem em vigor o Decreto n. 464 de 17 d'Agosto de 1846, que regularisou o instituto vaccinico da Côrte, e generalisou-o a todo o Imperio tambem com as modificações determinadas nos arts 20 a 24 do mesmo Reg.

As funcções da policia sanitaria são exercidas pelas referidas autoridades na fórma prescripta pelo citado Regulamento, especialmente no Capitulo 5.º, havendo recurso das decisões das commissões provinciaes de hygiene e dos Provedores de saude publica para a Junta central, assim como d'esta para o Conselho d'Estado.

Releva porém acrescentar que algumas alterações foram posteriormente feitas nas disposições do Reg. da Junta central de hygiene publica n. 828 pelo Decreto n. 2,052 de 12 de Dezembro de 1857, cujo art. 9.º extinguindo as commissões de saude publica que existiam em algumas provincias do Imperio, e os Provedores existentes n'outras, creou em cada provincia um Inspector de saude publica, e determinou que, emquanto não fôsem nomeados os Inspectores de saude nas provincias, onde havia commissões de hygiene, fôsem as suas funcções exercidas pelos Presidentes das mesmas commissões. Os ditos Inspectores exercem a mesma autoridade que as commissões substituidas por elles, havendo tambem recurso das decisões dos Inspectores para a Junta central, como prescreve o art. 16 do citado Decreto n. 2,052; ou para o seu Presidente, segundo pertencer a uma, ou a outra d'estas autoridades.

### CAPITULO III.

*Do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, considerado como Tribunal de contas.*

§ 122.

PRINCIPIOS GERAES — Os dinheiros publicos, isto é, em 4.º lugar as quantias percebidas por meio de impostos directos, ou indirectos, e em 2.º as rendas provenientes dos proprios nacionaes, devem necessariamente passar por uma multiplicidade de mãos, desde o collector que as recebe do povo, até o Thesoureiro, ou o Ministro da fazenda que é o seu ultimo depositario.

Cada um d'esses agentes é obrigado pela sua gerencia; isto é, deve dar conta do emprego dos dinheiros que recebeu, e despendeu; por outras palavras é *responsavel*. Por conseguinte o numero das contas que devem ser verificadas, é immenso, e as suas minuciosidades serão tão multiplicadas que só uma corporação especial poderá proceder exactamente em taes operações.

Essa corporação especial que de facto exerce jurisdicção, porque tem sempre de regular e decidir os debates entre a Administração e os seus agentes, é pois a que tem sido designada pelo nome de — *Tribunal de contas*.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> A missão d'esse tribunal deve sem duvida ser a de examinar a gerencia e julgar as contas de todos os responsaveis pelos dinheiros publicos em receita e despesa; isto é, dos recebedores e pagadores.

Deve verificar por uma parte, se as receitas estam conformes ás Leis, e se as contas que lhe são submettidas, conteem todas as que foram effectuadas e por outra parte, se as despesas são conformes aos creditos legaes, e se fundam em documentos justificativos e regales.

O effeito dos seus julgamentos será pois estabelecer, se os que prestam contas, estam quites, se são credores ou devedores. Mas ha um limite muito, importante que se deve traçar aos poderes d'essa jurisdicção. Cumpre que ella não tenha o direito de julgar do merito dos actos administrativos que houverem dado lugar ás receitas e despesas. Em



## § 123.

DEFINIÇÃO — Já se vê pois ser o *tribunal das contas* um elevado tribunal administrativo, encarregado de verificar ou julgar todas as contas financeiras.

O tribunal das contas é uma instituição judiciaria pelo seu nome, pela sua divisão em camaras ou secções, pelas habilitações dos seus membros, e principalmente pela sua inamovibilidade.<sup>17</sup> Apesar de todas estas analogias, não deixa de ser pelo seu objecto e por sua natureza uma jurisdição de ordem administrativa. A sua fôrma é judiciaria; mas a sua essencia é administrativa. O que porém prova que com effeito o tribunal das contas é estranho á ordem judiciaria em França, é que os recursos de revista contra as suas sentenças são interpostos para o Conselho d'estado, e não para o tribunal de cassação.

## § 124.

---

summa a sua jurisdição não se deve estender aos que ordenam, porque aliás poderia usurpar o poder administrativo, propriamente dito; constituir-se juiz da conveniencia d'esta ou d'aquella despesa; e em todo o caso tornaria illusoria a responsabilidade ministerial, e a dos agentes secundarios da Administração.

Pelas mesmas razões não póde o tribunal recusar aos pagadores a abonação dos pagamentos por elles feitos em virtude de ordens revestidas das formalidades prescriptas pelas Leis, e acompanhadas dos recibos das partes que receberam, e das peças que o que deu a ordem, houver determinado que se lhes ajunte (Macarel).

<sup>17</sup> A inamovibilidade dos seus membros que tanto o distingue de qualquer outro tribunal administrativo, em nada altera o seu caracter essencial. Esta garantia tão preciosa para os que lhe são sujeitos, póde ser-lhes concedida sem perigo para a Administração a quem as suas decisões não podem attingir, em consequencia da separação fundamental entre o que ordena, e o *responsavel*.

O primeiro é o encarregado de fazer o emprego ou a applicação dos creditos regularmente abertos, e consequentemente de expedir ordens ou mandados de pagamento. O agente responsavel é quem sob as diversas denominações de *recebedor*, *thesoureiro*, ou *pagador*, move os fundos; isto é, recebe ou paga, em execução das ordens expedidas.

O tribunal das contas, ainda que a Lei não lh'o prohiba expressamente, não póde conhecer das questões d'estado que se suscitarem por ocasião das contas, por pertencer esse genero de questões exclusivamente á competencia judiciaria.

Em summa o tribunal das contas tem a plenitude de jurisdição para os factos de contabilidade, e para tudo o que lhe diz respeito; mas nunca é juiz das pessoas dos responsaveis (Cabantous).



TRIBUNAL DO THESOURO — Entre nós não existe um tribunal especial de contas; mas as suas funções são exercidas pelo Tribunal do Thesouro Nacional, creado pelo art. 170 da Constituição do Imperio, organizado e regulado pela L. de 4 d'Outubro de 1831, estabelecido na Côrte, e ultimamente reformado pelos Decretos n. 736 de 20 de Novembro de 1850, e n. 2,343 de 29 de Janeiro de 1859.

Dispõe o citado artigo da Constituição que

“a receita e despesa da fazenda nacional será encarregada a um Tribunal debaixo do nome de — Thesouro Nacional,— aonde em diversas Estações, devidamente estabelecidas por Lei, se regulará a sua administração, arrecadação, e contabilidade em reciproca correspondencia com as Thesourarias e Autoridades das provincias do Imperio.”

Essas Thesourarias, reguladas pela mesma L. de 4 d'Outubro de 1831, foram igualmente reorganisadas pelo Decreto n. 870 de 22 de Novembro de 1851.

As principaes attribuições do Tribunal do Thesouro Nacional e das Thesourarias provinciaes consistem em regular e verificar as contas de receita e despesa publicas, e na fiscalisação, *contabilidade* ou escripturação d'ellas.<sup>18</sup>

§ 125.

ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL — Esta *na sua maior generalidade* está a cargo da Assembléa geral legislativa e do poder executivo.

---

<sup>18</sup> Estas contas são os nossos balanços organizados no Thesouro, não por annos, mas por exercidos, na fôrma da L. de 20 de Fevereiro de 1840. Chama-se *exercício* o tempo a que os créditos são affectos; e *credito* a fixação dá somma que um Ministro é autorizado a gastar em um serviço determinado.

“Entender-se-ha por exercicio, diz a citada L., o tempo a que são affectos os creditos abertos por uma Lei d'orçamento, e que se prolonga desde o 1.º de Julho de cada anno até o ultimo de Junho do anno seguinte.”

A Assembléa geral compete especialmente: 1.º fixar todos os annos as despesas publicas e repartir a contribuição directa; 2.º autorisar o Governo para contrahir empréstimos; 3.º estabelecer meios para o pagamento da divida publica; 4.º regular a administração dos bens nacionaes e decretar a sua alienação; e 5.º crear impostos, sendo a iniciativa da Camara dos Deputados (Const. art. 15, §§ 10, 13, 14, 15, art. 36 § 4.º e art. 171).

Ao poder executivo compete decretar a applicação dos rendimentos destinados pela Assembléa geral aos varios ramos da publica administração (Const. art. 102 § 13).

A mesma administração porém em detalhe está a cargo do Thesouro Nacional, das Thesourarias provinciaes, da Caixa da amortisação e dos Presidentes das provincias.

#### § 126.

ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS RENDAS PUBLICAS — A arrecadação das rendas publicas, sob a suprema inspecção e direcção do Tribunal do Thesouro Publico, e debaixo da inspecção especial dos inspectores de fazenda das Thesourarias provinciaes, está a cargo da Thesouraria geral do Thesouro, das mesmas Thesourarias, das Alfandegas, mezas do consulado, e de rendas internas, recebedorias, collectorias, administrações e agencias, na conformidade dos seus respectivos regimentos, e dos procuradores fiscaes do Thesouro e das Thesourarias.

A distribuição das rendas publicas; isto é, a conveniente e legal applicação d'ellas ás despesas do Estado, é feita: 1.º na sua totalidade pela Assembléa geral legislativa na Lei annual da fixação das despesas publicas (Const. art. 15 § 10); 2.º pelos Ministros d'Estado, d'aquellas sommas que a cada um d'elles são concedidas para despende dentro do afino financeiro nos differentes objectos ou artigos a seu cargo

(Const. art. 102 § 13); 3.º pela Caixa da amortização, pelas Thesourarias e pagadorias, das quotas que lhes são respectivamente consignadas nas despesas publicas de que são incumbidas, conforme os seus regimentos.

§ 127.

FISCALISAÇÃO — A fiscalização das rendas publicas, que é relativa, assim á receita como a despesa, e que consiste pelo que pertence á receita, em vigiar, se as rendas arrecadadas e administradas o são pelo modo e no tempo determinados nas Leis e ordens que as autorisam, e regulam; e pelo que diz respeito á despesa, em averiguar, se a distribuição das rendas foi feita com a mesma legalidade e regularidade; está em geral encarregada ao Tribunal do Thesouro Publico Nacional pela L. de 4 d'Outubro de 1831, e pelo Decreto n. 736 de 1850; e em particular a cada um dos membros do mesmo Tribunal na orbita de suas attribuições; aos inspectores, contadores e fiscaes das Thesourarias, pelo Decreto n. 870 de 1851; aos Presidentes das provincias pela L. de 3 d'Outubro de 1834; aos inspectores das Alfandegas, pelo seu Regulamento de 22 de Junho de 1836; aos administradores das mezas do consulado e de rendas, e das recebedorias, pelo respectivo Regulamento de 30 de Maio de 1836; e a todos os empregados de fazenda em geral.<sup>19</sup>

§ 128.

ESCRITURAÇÃO — O methodo de escripturação, adoptado em todas as repartições fiscaes, é o mercantil por partidas dobradas; porque n'este sentido e em execução da L. de 4 d'Outubro de 1831, art. 17 § 2.º e art. 61, se teem expedido Regulamentos para as Contadorias do Thesouro, para as das provincias, e para todas as estações subalternas do Thesouro, e das Thesourarias, estabelecendo o numero e denominação dos livros necessarios; regulando as differentes operações que n'elles se

---

<sup>19</sup> Uma exacta fiscalização é sem duvida da mais restricta necessidade: porquanto, ao passo que attesta a moralidade dos funcçionarios publicos, faz augmentar os recursos do Thesouro, e impede muitas vezes que se lancem novas imposições sobre o povo.

devem lançar, com applicação da fôrma e linguagem technica, de que nasçam as precisas concisão e clareza; e distribuindo o trabalho da maneira mais conveniente ao seu desempenho.<sup>20</sup>

§ 129.

ORGANISAÇÃO E ATTRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL DO THESOURO — Thesouro Nacional, ou a administração central da fazenda, é composto das seguintes estações: 1.<sup>a</sup> Secretaria d’Estado dos negocios da fazenda; 2.<sup>a</sup> directoria geral das rendas publicas; 3.<sup>a</sup> dita da tomada de contas; 4.<sup>a</sup> dita da contabilidade; 5.<sup>a</sup> dita do contencioso; 6.<sup>a</sup> Thesouraria geral, além de duas pagadorias, e d’um cartorio (Decretos n. 736 de 20 de Novembro de 1850, art. 13, e n. 2,343 de 29 de Janeiro de 1859, arts. 6.º — 11).

Ao Tribunal do Thesouro compete, entre outras attribuições contenciosas, as seguintes: 1.<sup>a</sup> julgar as contas de todas as repartições e empregados que tiverem a seu cargo a arrecadação e o dispendio dos dinheiros publicos ou de quaesquer valores pertencentes á nação, fixando no caso de alcance o debito de cada um dos *responsaveis*; 2.<sup>a</sup> suspender os que não satisfizerem a prestação das contas nos prazos marcados pelas Leis ou Regulamentos, e determinar a prisão e sequestro dos que as não apresentarem no prazo que lhe fôr de novo concedido e notificado; 3.<sup>a</sup> mandar passar quitações aos thesoureiros, recebedores, pagadores, almoxarifes, e a quaesquer outros *responsaveis*, quando correntes em

---

<sup>20</sup> A tomada de contas, quanto á receita e despesa, effectua-se por meio da revisão e exame, não só material, mas tambem legal, de todos os balanços e contas que sobem ao Tribunal do Thesouro e as Thesourarias das provincias; e das de todas as repartições em que se despendem dinheiros publicos.

A revisão ou exame material refere-se á descoberta do merito arithmetico das contas, e o legal estende-se a indagar: 1.º se as rendas foram arrecadadas, recebidas e administradas pelo modo e no tempo determinados nas Leis e ordens que as autorisam; 2.º se as despesas ou distribuições das rendas foram tambem feitas pelo modo e no tempo marcados nas Leis e ordens que as autorisam e regulam (V. Apontamentos de Direito Financeiro Brasileiro pelo Dr. José Mauricio Fernandes Pereira de Barros).

suas contas, e levantar os sequestros aos que julgar desonerados para com a fazenda nacional, etc.<sup>21</sup>

§ 130.

SECRETARIA D'ESTADO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA — É a repartição encarregada de fazer todo o expediente e correspondencia do respectivo Ministro e do Tribunal do Thesouro. A direcção da Secretaria de fazenda está a cargo do respectivo official-maior, o qual no que é relativo ao seu expediente, cumpre as disposições em vigor e as ordens que receber do Ministro da Fazenda (Decreto cit. art. 14).

A directoria geral das rendas publicas tem a seu cargo a direcção, inspecção e fiscalisação das rendas geraes que se realisarem pelas repartições sujeitas ao Ministerio da Fazenda.<sup>22</sup>

§ 131.

DIRECTORIA GERAL DA CONTABILIDADE — É a estação que tem a seu cargo: 1.º tomar annualmente as contas de todos os empregados da Côrte e provincia do Rio de Janeiro, encarregados da

---

<sup>21</sup> O Tribunal do Thesouro continúa a julgar os recursos interpostos das decisões das repartições fiscaes e autoridades administrativas, nos casos do § 2.º do art. 2.º do Decreto n. 736 de 1850, com *voto deliberativo*. Além disto compete-lhe: 1.º julgar as contas que para esse fim lhe forem remetidas extraordinariamente; 2.º fixar e julgar á revelia dos *responsaveis* o debito dos que deixarem de apresentar as contas da sua gerencia; 3.º impor as multas do art. 36 da L. de 17 de Setembro de 1851 (Decreto n. 2,343 de 1859, arts. 3.º e 4.º). Deve em fim ser necessariamente ouvido como carpo *consultivo* nos casos indicados no art. 5.º do mesmo Decreto de 1859.

Das decisões porém do Tribunal do Thesouro sobre tomada de contas ha recurso de *revista* para o Conselho d'Estado por motivo de incompetencia, excesso de poder, violação de Lei, e preterição de formulas essenciaes, Decreto citado, arts. 26 e 28 (135 infra). O Av. de 4 de Janeiro d'este anno marca os prazos em que deve ser interposto o mesmo recurso para o Conselho d'Estado.

<sup>22</sup> A directoria geral das rendas tem agora dous subdirectores, sendo os trabalhos distribuidos por ambas as subdirectorias. O director é substituido em suas faltas ou impedimentos pelo subdirector mais antigo, e os subdirectores pelos chefes de secção da directoria, segundo sua antiguidade (Decreto citado, art. 18).

Ficou extinto o lugar de director geral da despeza publica, creado pelo art. 1.º do Decreto n. 736 de 1850. As attribuições que lhe competiam pelo art. 19 do mesmo Decreto, passaram para os outros directores geraes, na fôrma determinada pelo art. 11 do Decreto n. 2,343 de 1859.

arrecadação e dispendio de dinheiros publicos e d'outros valores; as da agencia Brasileira em Londres, e de qualquer outra que haja de estabelecer-se em paiz estrangeiro; e bem assim revêr as que forem tomadas pelas Contadorias de marinha e guerra, pelas Thesourarias das provincias, e pela administração do correio e suas agencias; 2.º fazer a escripturação parcial da Côrte e provincia do Rio de Janeiro, e a central de todo o Imperio; 3.º organizar os orçamentos e balanços geraes; 4.º fazer todo o expediente relativo á escripturação e contabilidade; 5.º escripturar o grande livro da divida publica; 6.º liquidar a divida activa e passiva da nação, e fazer todo o trabalho concernente ao activo e passivo d'ella.<sup>23</sup>

### § 132.

DIRECTORIA GERAL DO CONTENCIOSO, — A esta compete:

1.º escrever os lermos d'arrematações, fianças e contractos em que fôr parte a fazenda publica; 2.º promover e dirigir a cobrança da divida activa da nação em todo o Imperio por meio do Juizo privativo dos feitos da fazenda na Côrte e nas provincias; 3.º apresentar ao Tribunal até o fim do mez de Março de cada anno um quadro das execuções promovidas contra os devedores da fazenda com declaração do estado em que se acharem, além d'outros esclarecimentos que poder ministrar, e em geral quanto for relativo ao *contencioso* da nação.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> O Chefe superior d'esta estação é o Director geral da contabilidade, e compete-lhe a inspecção, direcção e fiscalisação dos trabalhos da mesma estação, devendo exercer as suas attribuições por meio d'ella e das Thesourarias das provincias.

A directoria geral da contabilidade é dividida em tres repartições, denominadas — Contadorias do Thesouro Nacional; — cada uma das quaes tem por chefe um contador que deve assistir e dirigir immediatamente os trabalhos d'ella, segundo as instrucções e ordens do Director geral (Decreto n. 736 de 1850, arts. 20, 21, e 22). A 1.ª Contadoria tem duas secções com as denominações de — secção de expediente e liquidação, — e — secção de escripturação de creditos.—Competem á 1.ª secção as incumbencias designadas nos §§ 1.º a 4.º, e á 2.ª as do § 5.ª do art. 12 do Decreto n. 2,343 de 1859 (art. 13).

<sup>24</sup> O Chefe superior d'esta estação é o procurador fiscal do Thesouro, o qual tem um ajudante que deve assistir aos trabalhos d'ella e dirigi-los immediatamente, conforme as instrucções e ordens do mesmo procurador fiscal. Ambos estes funcionarios devem ser formados em Direito (Decreto n. 736 de 1850, arts. 24 e 25).

## § 133.

THESOURARIA GERAL — É a estação por onde se deve realizar a entrada de todas as sommas cobradas nas repartições d'arrecadação da Côrte e provincia do Rio de Janeiro, e das provenientes de quaesquer outras operações de movimento de fundos, por ella ou com ella praticadas, ou de operações de credito, e bem assim a sahida das mesmas sommas por movimento de fundos. Tem por chefe o Thesoureiro geral a quem compete regê-la immediatamente pela fôrma determinada no respectivo regulamento (Decreto n. 736, art. 28).

O Thesoureiro geral e os pagadores teem sob a sua responsabilidade os fieis que o Ministro da Fazenda julgar precisos para os coadjuvarem e substituíem em suas faltas e impedimentos, podendo exigir d'elles as seguranças e fianças que lhes parecerem necessarias (Decreto cit. art. 30).<sup>25</sup>

## § 134.

THESOURARIAS PROVINCIAES — As das provincias da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Maranhão, S. Paulo, Minas Geraes, e Pará, são compostas d'um Inspector, um contador, e um procurador fiscal. Cada uma d'essas estações provinciaes tem uma contadoria, uma

---

Na directoria geral do contencioso, além do procurador fiscal, do seu ajudante e dos escripturarios necessarios para o serviço a seu cargo, deve haver mais dous empregados, bachareis formados em Direito, com a denominação de officiaes da directoria geral do contencioso, aos quaes incumbe a direcção das secções em que se dividir a mesma directoria; mas não podem ser transferidos para os lugares de chefes de secção nas outras repartições do mesmo Thesouro.

O assentamento da divida activa e a organização dos respectivos quadros, que competiam á directoria geral do contencioso, na fôrma do art. 24 do citado Decreto n. 736, passaram para a 3.<sup>a</sup> contadoria da directoria geral de contabilidade (Decreto n. 2,343 de 1859, arts. 15 e 16).

<sup>25</sup> A directoria geral das rendas publicas está dividida em tres secções, e cada contadoria em duas, sendo cada uma das secções immediatamente regida por um empregado com o titulo de chefe de secção, Decreto cit. art. 33 (§ 130). V. Reg. n. 451 de 22 d'Abril de 1857.

No processo executivo pelas dividas activas da fazenda nacional ainda se observa no que são applicaveis, as disposições da L. de 22 de Dezembro de 1761, tit. 3.<sup>o</sup> (Decreto cit. art. 79).



thesouraria, uma secretaria, e um cartorio com a denominação da provincia a que pertencem.

As contadorias das mesmas Thesourarias são divididas em secções, e n'ellas ha para o serviço d'escripturação e contabilidade quatro classes de escripturarios e praticantes, além dos chefes de secção e mais empregados. As Thesourarias das outras provincias são compostas d'um inspector e d'um procurador fiscal, de duas classes d'escripturarios somente, além dos demais empregados, devendo os 2.ºs escripturarios e amanuenses das respectivas secretarias ser tirados por acesso do Thesouro e das Thesourarias de 1.ª ordem, ou d'entre os praticantes habilitados por concurso. Exceptuam-se as Thesourarias de Goyaz e Matto Grosso, onde ha tambem praticantes d'entre os quaes podem ser nomeados os 2.ºs escripturarios e amanuenses (Decreto cit. arts. 40 — 43).<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> A cada uma das Thesourarias de fazenda competem na respectiva provincia as seguintes attribuições correlativas ás do Tribunal do Thesouro Nacional: 1.ª tomar as contas de todas as repartições e pessoas encarregadas da arrecadação e dispendio dos dinheiros ou valores pertencentes á nação, qualquer que seja o Ministerio a que forem subordinadas, fixando no caso d'alcance o debito de cada um dos responsaveis; 2.ª suspender os que não satisfizerem a prestação de contas, ou não entregarem os livros, saldos e documentos nos prazos marcados nas Leis ou Regulamentos, e determinar a prisão e sequestro d'aquelles que os não apresentarem no prazo que lhes for de novo concedido; 3.ª mandar passar as quitações aos thesoureiros, recebedores, pagadores, almoxarifes, e a quasquer outros responsaveis, quando as suas contas estiverem correntes, e levantar os sequestros aos que julgarem desonerados para com a fazenda nacional.

Além das attribuições que pertencem ás Thesourarias de fazenda pelo art. 1.º do Decr. n. 870 de 1851, tambem lhes compete: 1.º impôr as multas do art. 36 da L. n. 628 do mesmo anno aos responsaveis que não apresentarem as contas da sua gerencia nos prazos marcados; 2.º fixar e julgar á revelia dos responsaveis o debito em que se acharem pelas contas ou pelos livros e documentos que lhes fizerem carga; 3.º liquidar e fixar provisoriamente o vencimento de inactividade de quaesquer empregados que forem aposentados ou jubilados (Decr. n. 2,343 do 1859, art. 21).

Ha tambem em cada Thesouraria de fazenda uma secção do contencioso, a qual tem por chefe o procurador fiscal com incumbencias analogas ás da directoria geral do contencioso do Thesouro Nacional, sendo o serviço do expediente da mesma secção feito pelos empregados da secretaria que o inspector respectivo designar (Decreto n. 870 de 22 de Novembro de 1851 ,art. 1.º, §§ 3.º 4.º e 5.º arts. 13 e 14).

Nas Thesourarias de fazenda em que pela importancia dos servicos cargo das secções do contencioso, o Governo nomear ajudantes dos procuradores da fazenda de 1.ª instancia, são as mesmas secções regidas immediatamente pelos ditos ajudantes, conforme as instrucções e ordens dos procuradores fiscaes que continuam a ser os



## CAPITULO IV.

*Do Conselho d'Estado, considerado como Tribunal administrativo d'ultima instancia.*

### § 135.

CARACTER DA JURISDICÇÃO DO CONSELHO D'ESTADO. — É este o Tribunal administrativo superior do 2.º grau que, assim entre nós como em França, póde ser considerado por tres faces: 1.ª como Juiz de 1.ª e ultima instancia; 2.º como Juiz d'appelação, e é esta a sua *função habitual*; 3.º como Juiz de *cassação*.

O Conselho d'Estado tem pois a plenitude da jurisdição administrativa; todas as jurisdições ordinarias vão reunir-se na vasta esphera das suas attribuições: em relação á jurisdição ordinaria e extraordinária do 1.º grau, é (Conselho d'Estado um Tribunal d'appelação; em relação ás jurisdições especiaes do 1.º e 2.º grau, exerce elle uma attribuição que equivale á de Supremo Tribunal de Justiça Administrativa, porque compete-lhe annular os actos e decisões do Tribunal do Thesouro e dos chefes das Repartições Fiscaes nos casos de incompetencia, excesso de poder, violação de Lei, ou de formulas essenciaes, pelo Decreto n. 2,343 de 29 de Janeiro de 1859, arts. 28 a 30 (V. nota ao § 129 in fine).<sup>27</sup>

### § 136.

PROCESSO — Entre nós tambem ha, como em França, até o numero de dez advogados que officiam perante o Conselho d'Estado, e

---

chefes d'ellas. O serviço do expediente d'essas secções e feito em cada Thesouraria pelos empregados que o inspector designa d'entre os da secretaria e contadoria (Decr. n. 2,343, art. 17).

<sup>27</sup> Mas as principaes funções contenciosas do mesmo Conselho referem-se aos seguintes objectos de que elle conhece ordinariamente em 1.ª e ultima instancia: 1.º das questões de prezas e indemnisações; 2.º dos conflictos de jurisdição entre as autoridades administrativas, e entre estas e as judicarias; e 3.º dos abusos das autoridades ecclesiasticas (L. n. 234 de 23 de Novembro de 1811, art. 7.º §§ 3.º, 4.º e 5.º).

aos quaes somente é permittido assignar as petições e quaesquer allegações ou arrazoados que tiverem de ser apresentados ao Conselho e ás suas Secções; bem como assistir aos depoimentos e mais actos do processo. Podem igualmente os interessados assistir por seus advogados á leitura dos relatorios das Secções, e fazer os reparos precisos para a sua rectificação. O advogado porém que faltar ao respeito devido ao Conselho, ás Secções, ou a qualquer dos Conselheiros, póde ser demittido; e sendo em acto do seu officio, além de demittido é punido na fórma das Leis (Regulamento n. 424 de 5 de Fevereiro de 1842, arts, 36-38).

Em geral observam-se no nosso Conselho d'Estado todas as disposições do processo actual que, contribuindo para o descobrimento da verdade sem prejuizo da celeridade indispensavel á marcha administrativa, são indispensaveis, e não se oppoem ás determinações do citado Regulamento (art. 31).

No nosso processo administrativo observa-se geralmente o seguinte: a parte apresenta na respectiva Secretaria d'Estado uma petição acompanhada dos documentos com que pretende justificar a sua intenção. Se a petição é attendivel, a Secção propõe que sejam ouvidos os interessados; para o que faz-se-lhes a intimação.<sup>28</sup>

### § 137.

INCIDENTES — D'estes os mais importantes são certamente os que suspendem o curso do processo: taes são entre nós o fallecimento

---

<sup>28</sup> A Secção póde tambem requerer ao seu Presidente avaliações, inquirições de testemunhas, depoimentos de partes, e quantas diligencias julgar necessarias para esclarecimento da verdade, ás quaes procede por si mesma, quando seja possivel. Na conferencia seguinte áquella em que a Secção tem ultimado as sobreditas diligencias, ou que o Presidente attendendo á natureza do negocio designa, apresenta ella o seu relatorio.

Os prazos assignados ás partes para responderem, recorrerem, ou produzirem quaesquer documentos e provas, não podem exceder de dez dias, residindo ellas na Côte, ou no seu termo. O Ministro da Justiça póde todavia marcar em Avisos os prazos que além d'esses dez dias devem ser concedidos ás partes em attenção ás distancias em que residirem, ou estiverem os documentos e provas que houverem de produzir, Regulamento cit. arts. 33—36, 39 e 40. (V. Av. de 4 de Janeiro d'este anno de 1860).

da parte ou do seu advogado, a falsidade, e os embargos opostos á decisão.

Assim pois suspende-se o processo administrativo: 1.º fallecendo a parte ou o seu advogado, ou impossibilitando-se este de exercer as suas funcções antes do ultimo relatorio da secção; 2.º sendo arguido de falso algum documento ou alguma testemunha (Reg. n. 124 art. 41).<sup>29</sup>

### § 138.

EMBARGOS — Antes de tratar d'este incidente cabe dizer de que decisões e autoridades administrativas, em que prazo, e por que fórma se interpõe, entre nós o recurso em materia contenciosa para o Conselho d'Estado; assim como é a fórma por que este profere, e se executa, a sua decisão.

Podem as partes recorrer para o Conselho d'Estado das resoluções dos Presidentes das provincias em negocios contenciosos, dentro em 40 dias, por petição munida dos precisos documentos que manifestem as razões do gravame soffrido; e os Presidentes a remettem com informação ou sem ella á respectiva Secretaria d'Estado.

Tambem se póde interpor similhante recurso das decisões dos Ministros d'Estado em materia contenciosa; e tanto este como aquelle que se interpõe dos Presidentes, são decididos por *Decreto Imperial*, sem se ouvir ou ouvindo-se as respectivas Secções e o Conselho d'Estado; porque *não tendo este uma jurisdicção propria*, devem as suas decisões

---

<sup>29</sup> Feita a arguição de falsidade a qualquer documento ou testemunha, se parece ás Secções ou ao Conselho que é indispensavel á decisão do negocio, ou a parte não quer desistir dessa prova, fica suspenso o processo, até que em Juizo competente se decida a falsidade.

Se porém a Secção ou o Conselho entende que tal testemunha ou documento não é necessario para a decisão do negocio, continua o processo sem embargo da dita arguição. O mesmo tem lugar, quando a parte que produziu essa testemunha ou documento, nada responde, ou d'elle desiste; pois que apenas se faz similhante arguição, e a Secção ou o Conselho a considera procedente, é intimada a parte que o produziu, para dizer a bem do seu direito (Reg. cit. arts. 42—44).

ser confirmadas pelo Chefe do Estado, e então vem a ser Decretos (Pradier), Reg. cit. arts. 45 e 46.

A Resolução Imperial, tomada sobre parecer da Secção, consulta do Conselho ou sem ella, em virtude do processo administrativo, póde ser *embargada*; mas só nos casos seguintes: 1.º de não ter sido intimado algum dos prejudicados; 2.º de ter corrido o processo á revelia que não possa ser imputada ao condemnado. Ainda assim só teem lugar os embargos, antes que o Decreto Imperial seja remetido á autoridade judiciaria; ou dentro dos dez dias, contados d'aquelle em que foi feita a intimação ao condemnado.<sup>30</sup>

### § 139.

#### COMO DELIBERA O CONSELHO D'ESTADO NO CONTENCIOSO.

— Ha no de França uma Secção do contencioso, composta de 6 Conselheiros d'Estado, de 7 referendarios ou relatores, e 5 auditores ou adjuntos, designados pelo Imperador para exercerem as funcções de commissarios do Governo. Nos negocios contenciosos de certa importancia, e em todos aquelles para os quaes tenha havido nomeação de advogado, o relatorio é feito em nome da Secção do contencioso em sessão publica da assembléa do Conselho d'Estado. Mas não se deve confundir esta assembléa com a *assembléa geral* do Conselho. A assembléa de que se trata, em materia contenciosa, compõe-se : 1.º dos membros da Secção; 2.º de dez Conselheiros, designados pelo Imperador. Quando porém se trata d'um recurso, interposto d'uma decisão ministerial, preparada por uma deliberação da Secção, não podem os

---

<sup>30</sup> Os embargos sao apresentados pelo respectivo Ministro ao Conselho que consulta ao Imperador para os desattender, ou para reformar a Imperial Resolução, ou para ordenar que de novo seja examinada na competente Secção.

No caso porém de ser a Resolução Imperial de novo examinada, póde a sua execução ser suspensa pelo respectivo Ministro, quando na demora não haja perigo, o de não ficar suspensa possa resultar damno irreparavel. A Imperial Resolução é executada, como qualquer sentença judiciaria, pelos mesmos Juizes e pela mesma fórma que aquella o é: mas sendo condemnada a Administração, é a execução administrativamente feita (Reg. cit. art. 47 — 51).

membros d'esta fazer parte da Assembléa do Conselho d'Estado deliberando no contencioso. Quanto aos negocios, para os quaes, não tenha havido nomeação de advogado, não podem ser tratados em sessão publica senão a requerimento d'algum dos Conselheiros d'Estado da Secção, ou do commissario do Governo que dá igualmente as suas conclusões (Pradier).<sup>31</sup>

#### § 140.

PREZAS — É este um dos objectos da jurisdição contenciosa do Conselho d'Estado (V. nota ao § 135). O direito de preza maritima é o de capturar no mar um navio inimigo para haver o dominio não só d'elle, como da carga.

Em tempo de guerra se exerce o direito de preza sobre os navios do estado inimigo, e até sobre os mercantes d'esse estado. As prezas são feitas em geral pelos navios do Estado, mas podem tambem sê-lo por embarcações pertencentes a particulares, armadas em curso com autorização do Governo; e estas chamam-se *corsarios*.

Segundo a Lei (n. 234), compete o conhecimento das questões de prezas ao Conselho d'Estado; mas nos termos do art. 32 do respectivo Regulamento n. 124 de 5 de Fevereiro de 1842, são essas questões decididas pelo Governo em 1.<sup>a</sup> e ultima instancia; a cuja decisão deve preceder audiencia ou consulta da competente Secção, ou de duas ou tres Secções reunidas, ou de todo o Conselho d'Estado reunido, conforme a importancia e complicação do caso.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> No nosso Conselho d'Estado porém não ha uma secção especial do contencioso, porque as materias contenciosas são commettidas a uma ou mais d'uma das quatro Secções em que se divide o Conselho, conforme a natureza da materia ou o objecto da contestação.

<sup>32</sup> Todavia o julgamento da apprehensão das embarcações nacionaes, encontradas em qualquer parte, e das estrangeiras nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriaes do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é prohibida pela L. de 7 de Novembro de 1831; ou quando se reconhecer que os dembarcaram no Imperio: ou se verificar a existencia de signaes de se empregarem no trafico d'escravos; compete em

## § 141.

CONFLICTOS — Entende-se por *conflicto* a contestação suscitada entre duas autoridades que pretendem ambas ser competentes, ou incompetentes, para o mesmo negocio; ou mais resumidamente é toda a lucta de competencia ou incompetencia entre duas autoridades. O conflicto póde ser de *jurisdicção* ou *d'attribuição*.

Chama-se conflicto de jurisdicção a contestação suscitada entre tribunaes ordinarios, e conflicto d'attribuição a contestação suscitada entre os tribunaes ordinarios e os administrativos (Pradier).

Outros porém fazem uma distincção, aliás mais completa, dos conflictos pela maneira seguinte: 1.º conflictos d'attribuições; 2.º de jurisdicções judiciais; 3.º de jurisdicções administrativas. Definem por conflicto d'attribuições o que se estabelece entre uma autoridade judicial e outra administrativa; conflicto de jurisdicções judiciais o que se dá entre dous tribunaes da ordem judicial; e conflicto de jurisdicções administrativas o que tem lugar entre dous tribunaes da ordem administrativa.

O conflicto tambem se divide em *positivo* e *negativo*. Sejam quaes forem as autoridades entre as quaes é suscitado, chama-se *positivo*, quando as duas autoridades disputam entre si o conhecimento do litigio; e *negativo* quando *concordam* em repelli-lo. N'este ultimo caso ha antes acordo do que lucta; mas acordo que suppõe na maior parte dos casos uma divergencia profunda na apreciação dos factos e na interpretação da Lei. É este o motivo que justifica o nome de conflicto

---

1.ª instancia aos Auditores de marinha, na fórmula da L. n. 581 de 4 de Setembro de 1850; os quaes formam os processos verbaes e summarios de que trata o Decreto n. 708 de 14 de Outubro do mesmo anno; e em 2.ª instancia são julgados os respectivos aprezamentos pelo Conselho d'Estado, para quem appellam os mesmos Auditores ex-officio, segundo a fórmula do processo estabelecido especialmente pelo Decreto n. 731 de 14 de Novembro do predito anno do 1850.

*negativo*, dado ao concurso de duas autoridades para recusarem o conhecimento d'um litigio, successivamente devolvido d'uma á outra.

Os conflictos (positivos ou negativos) de jurisdições judiciais são do dominio do processo judicial; e por conseguinte estão fóra da alçada administrativa, que só é competente para conhecer: 1.º dos conflictos positivos d'atribuições; 2.º dos conflictos negativos d'atribuições; 3.º dos conflictos (positivos ou negativos) de jurisdições administrativas (Cabantous).<sup>33</sup>

#### § 142.

PRINCIPIOS GERAES — Um conflicto no sentido o mais generico é uma luta de pretensões. Um conflicto da tal natureza que provoque decisão, e uma luta de pretensões entre magistrados ou funcionarios que querem todos ordenar e decidir, ou que recusam, igualmente ordenar e decidir...

O conflicto foi instituido, como diz Cormenin, com um fim de ordem publica para manter a distineção, separação, e independencia plena e reciproca das materias e funções administrativas e judiciais.

Se a decisão dos conflictos fôsse commettida á autoridade judicial, o Governo passaria para os tribunaes. Se a decisão dos conflictos fôsse entregue á autoridade administrativa sem condição, os tribunaes perderiam as suas attribuições, e os cidadãos as suas garantias.

---

<sup>33</sup> Entre nós compete ás Relações provinciaes decidir os conflictos (positivos ou negativos) de jurisdições judiciais, nos termos da L. de 22 de Setembro de 1828, art. 2.º § 6.º e do Regulamento de 3 de Janeiro de 1833, art. 9.º § 9.º e art. 61. Ao Supremo Tribunal de Justiça compete conhecer e decidir sobre os conflictos de jurisdição e competencia das Relações provinciaes (Constituição art. 164 § 3.º e L. de 18 de Setembro 1828, art. 5.º § 3.º e arts. 34 e 35).

Dos conflictos d'atribuições ou de jurisdições administrativas (positivos ou negativos) conhecera porém *temporariamente* os Presidentes das provincias, em virtude da L. de 3 de Outubro de 1834, art. 5.º § 11; e definitivamente o Conselho d'Estado, na fórmula da L. n. 234 do 23 de Novembro de 1841, art. 7.º § 4.º

A decisão dos conflitos deve pois pertencer ao Governo, ou seja monarchico ou democratico. O conflicto é limitado por meio de regras de equilibrio reciproco entre as duas autoridades administrativa e judiciaria, e pela responsabilidade ministerial, incessantemente invocavel. Em summa o principio é a independencia dos poderes, o meio é o conflicto, e a consequencia é a ordem.<sup>34</sup>

§ 143.

RELAÇÃO ENTRE AS DUAS AUTORIDADES, ADMINISTRATIVA E JUDICIARIA. — *O conflicto positivo d'attribuições*, qual se acha organizado pelas Leis, consiste na reivindicação que faz a a autoridade administrativa d'um litigio levado ao conhecimento da jurisdição judiciaria. A autoridade judiciaria porém não tem o direito reciproco de reivindicar um litigio levado ao conhecimento da jurisdição administrativa.

A razão porque não ha reciprocidade debaixo d'esta relação entre a autoridade judiciaria e a administrativa, é estar aquella sufficientemente protegida pela inamovibilidade dos seus membros; e a sua mesma independencia viria a ser um perigo para o Governo, se ella estivesse armada do poder de *suscitar* o conflicto contra a Administração.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> Diz Pagès:

“Todavia ainda hoje ha menos inconvenientes em attribuir-se a decisão dos conflictos ao Governo do que ao poder judiciario, ou mesmo ao legislativo. O judiciario, poder permanente e colectivo, isto é, invasor por sua natureza, tornaria impossiveis o Governo e a Administração, se podesse a seu grado suscitar e decidir conflitos. E quanto ao poder legislativo, não é da sua competencia ingerir-se na solução d'esse genero de questões; nem está habilitado para isso”.

<sup>35</sup> O conflicto positivo d'attribuição é pois um meio, cujo fim principal é muito menos firmar a ordem legal das jurisdições do que proteger a Administração e os seus actos contra toda a ingerencia da parte da autoridade judiciaria.



## § 144.

O QUE SEJA SUSCITAR O CONFLICTO. — É a autoridade administrativa reivindicar ou chamar a si o conhecimento d'um litigio intentado perante um tribunal judiciario. Este acto toma o nome de *provocação de conflicto*.

O conflicto não póde ser suscitado contra todas as jurisdições judicarias indistintamente. Contra algumas é absolutamente prohibido; contra outras é permiltido somente em certos casos. Assim *nunca* póde o conflicto ser suscitado contra as jurisdições que estatuem em materia criminal; isto é, sobre os crimes propriamente ditos. A razão que se póde dar d'esta prohibição absoluta de suscitar o conflicto contra as jurisdições criminaes, é que a Lei não deve querer, que a marcha da Justiça possa ser empecida pela Administração em causas que envolvem a honra, a liberdade, e algumas vezes a vida dos réos.

Para que pois tenha lugar a provocação do conflicto, é mister que a Administração pretenda ter o direito de conhecer da questão controvertida perante o tribunal judiciario. Se porém a Administração, não contestando a competencia d'esse tribunal, o arguisse somente da omissão de certas formalidades que deviam ter sido previamente satisfeitas perante ella, não poderia fundar sobre esse motivo a reivindicação da causa.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> Não se póde suscitar conflicto depois de julgamentos proferidos em ultima instancia, ou a que se prestou acquiescencia, nem depois de decisões definitivas. A unica excepção a esta regra é, quando o tribunal, depois da rejeição da declinatoria opposta pela Administração, passa a proferir a decisão final, sem aguardar a expiração do prazo para a provocação do conflicto. N'este caso o julgamento ainda em ultima instancia, ou a decisão intervinda, não obsta ao exercicio do direito de suscitar o conflicto, por não poder a illegalidade commettida pela autoridade judiciaria prejudicar a Administração. Enquanto não ha julgamento em ultima instancia, nem acquiescencia, ou decisão definitiva, subsiste o direito de suscitar o conflicto. Por consequencia póde o conflicto ser suscitado em grau d'appellação, se o não foi na 1.<sup>a</sup> instancia; ou se o foi irregularmente depois dos prazos prescriptos.

Sendo porém o julgamento aos conflictos semelhante ao dos negocios contenciosos, segue-se que as regras precedentemente expostas sobre as deliberações do Conselho d'Estado quanto ao contencioso, assim como sobre os casos em que o negocio deve

## § 145.

CONFLICTO NEGATIVO D'ATTRIBUIÇÕES — Esta resulta, como se disse, da dupla declaração d'incompetencia, respectivamente emanada d'um tribunal judiciario e d'outro administrativo, *na mesma causa, entre as mesmas partes, e sobre a mesmo objecto*. Constitue menos um conflicto do que uma especie de *denegação de justiça*; menos uma offensa á ordem publica das jurisdicções do que um prejuizo ao interesse privado das partes. Na realidade não se trata então d'outra cousa mais do que de *regular a jurisdicção* entre a Administração e os tribunaes judiciais.<sup>37</sup>

## § 146.

A QUEM COMPETE DECIDIR OS CONFLICTOS D'ATTRIBUIÇÕES — Sob o imperio da nossa Constituição é o Imperador em Conselho d'Estado o unico Juiz possivel dos conflictos d'attribuições, assim negativos como positivos; porquanto é *Elle a unica Autoridade cuja acção se estende ao mesmo tempo ás ordens judiciaria e administrativa*.

Os conflictos negativos d'attribuições são levados ao conhecimento do Conselho d'Estado por via de petição de *regulamento de juizes* entre a autoridade administrativa e os tribunaes judiciais. Essas

---

necessariamente ser-lhe submettido, ou em que pelo contrario póde deixar de ser tratado perante elle e receber da Secção uma decisão definitiva, são directa e completamente applicaveis em materia de conflictos.

<sup>37</sup> Para que se dê materia para o conflicto negativo d'attribuições, não bastam as tres identidades *d'objecto, de partes, e de causa*; e mister além d'isso que uma das duas jurisdicções, a judiciaria ou a administrativa, tenha realmente desconhecido a sua competencia; por quanto, no caso de serem ambas realmente incompetentes, ha erro das partes, mas não dos Juizes. Quando as partes, tendo-se di rigido a dous tribunaes, um judiciario e o outro administrativo, entre os quaes somente possa dar-se a duvida, e dos quaes um seja realmente competente, não obtiverem dos dous lados mais do que uma declaração d'incompetencia, estarão nas verdadeiras condições do conflicto negativo d'attribuições.

Quando se dão estas condições, podem as partes á sua escolha, ou solicitar a retractação da declaração d'incompetencia, esgotando todos os graus de jurisdicção, ou recorrer immediatamente para obterem um *regulamento de jurisdicção* entre a autoridade administrativa e os tribunaes judiciais. É porém uma faculdade, e não uma obrigação, a de percorrerem previamente a feira hierarchica d'aquella ou d'estes.

petições são apresentadas, instruídas e julgadas como negócios contenciosos ordinários sem derrogação alguma ou excepção das regras concernentes a esse género de negócios. Por conseguinte os Decretos que intervêm sobre conflitos negativos, differem dos expedidos sobre os conflitos positivos d'attribuições, em serem aquelles susceptíveis dos mesmos meios de recurso que os Decretos relativos ás matérias contenciosas propriamente ditas.<sup>38</sup>

§ 147.

CONFLICTOS DE JURISDIÇÕES ADMINISTRATIVAS. — Estes, ou sejam positivos ou negativos, não são evidentemente mais do que *regulamentos de juizes* entre duas jurisdições pertencentes ambas á ordem administrativa. São, como os conflitos negativos d'attribuições, negócios contenciosos ordinários em que as partes podem á sua escolha, ou percorrer os diversos graus de jurisdição, ou recorrer directamente, á autoridade suprema encarregada de estatuir sobre elles.<sup>39</sup>

§ 148.

A QUEM PERTENCE O DIREITO DE SUSCITAR O CONFLICTO — Em França pertence só ao prefeito suscitar o conflicto, e o proprio Ministro não o poderia fazer (Pradier).

Entre nós porém dispõe o Regulamento n. 124 de 5 de Fevereiro de 1842, art. 24, quanto aos *conflitos positivos d' attribuições*,

---

<sup>38</sup> O Decreto que pronuncia *regulamento de juizes* entre a autoridade administrativa e os tribunaes judiciarios, annullando uma das duas decisões que lhe foram submettidas, limita-se a remetter as partes d'uma maneira geral, e sem designação d'um juiz ou tribunal particular, para a autoridade administrativa ou para a jurisdição judiciaria. De feito, como se demonstrou, ha pouco, entre as duas grandes divisões da jurisdição, e não entre duas fracções d'uma ou d'outra, é que existia a duvida, e estava imminente a *denegação de justiça*. É pois natural que a decisão que designa um juiz, não saia dos termos em que fôra provocada, e fôra dos quaes seria superflua.

<sup>39</sup> Sob todos os regimens, ou a titulo de parecer ou de decisão, tem o Conselho d'Estado conhecido dos conflitos de jurisdições administrativas. Hoje elle propõe os Decretos que estatuem sobre esses conflitos como virtual e necessariamente comprehendidos no contencioso administrativo (Cabantous).

“que quando o Presidente d’uma provincia, ou o Procurador da Corôa na Côrte e provincia do Rio de Janeiro, tiver noticia de que uma autoridade judiciaria está effectivamente conhecendo d’algum objecto administrativo, exigirá d’ella os esclarecimentos precisos, bem como as razões porque se julga com jurisdição sobre o objecto.” Por esta disposição pois pertence aos nossos Presidentes nas provincias e ao Procurador da Corôa na Côrte suscitar os referidos conflictos. A marcha a seguir em taes casos é a que se passa a expor.

#### § 149.

FÓRMA DE PROCEDER — Sendo consideradas improcedentes as razões em que a autoridade judiciaria firma a sua jurisdição, ordena o Presidente ou o Procurador da Corôa que cesse todo o ulterior procedimento, e sejam citados os interessados, para n’um prazo razoavel deduzirem o seu direito. Findo o prazo, se o Presidente entende que o negocio é *administrativo*, assim o resolve *provisoriamente* (L. de 3 de Outubro de 1834, art. 5.º § 11), remetendo todos os papeis a respeito d’elle com a sua decisão á Secretaria da Justiça (§ 117).

Se porém entende que o negocio *não é administrativo*, á vista dos novos esclarecimentos que tiver obtido das partes, ou da mesma autoridade judiciaria, declara que não tem lugar o conflicto, e que continue o processo no Fóro judiciario.

O Ministro da Justiça, ou o conflicto tenha sido suscitado pelo Procurador da Corôa, ou por algum dos Presidentes, commette o exame d’elle á respectiva Secção do Conselho d’Estado, a qual depois de ouvidas as partes, se estas o requerem, interpõe o seu parecer (Reg. cit. arts. 25—27).<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Quanto aos *conflictos negativos d’atribuições* dispõe o mesmo Regulamento no art. 28, que quando o conflicto (que impropriamente chama aqui de jurisdição) consistir em se julgarem incompetentes, tanto a autoridade judiciaria como a administrativa, dará a Secção o seu parecer, depois de ouvidas ambas as autoridades.

§ 150.

CONFLICTOS ENTRE EMPREGADOS DE FAZENDA — Ao Ministro da Fazenda compete decidir as questões de competência e *conflictos de jurisdição* que se moverem entre os empregados das repartições fiscaes, devendo ser necessariamente ouvido sobre ellas o Tribunal do Thesouro Nacional com o seu parecer (Decreto n. 2,343 de 29 de Janeiro de 1859, art. 1.º § 1.º art. 2.º e art. 5.º§ 1.º).

Similhantermente é da competência dos Presidentes das provincias decidir *provisoriamente* taes questões, quando se moverem entre os chefes das repartições de fazenda que lhes forem subordinadas, ouvindo as respectivas Thesourarias, e remettendo os papeis concernentes com a sua decisão ao Thesouro Nacional, Decreto cit. art. 20 (§ 117).

§ 151.

ABUSOS DAS AUTORIDADES ECCLESIASTICAS. — RECURSO Á CORÔA. Ainda hoje assim se denomina o meio legal de obviar e reprimir taes *abusos*. Esse recurso era antigamente processado nos termos da L. de 18 de Janeiro de 1765, e do Decreto das Cortes Constituintes Portuguezas de 21 de Maio de 1821, mandado observar pela L. de 20 d'Outubro de 1823, e posteriormente na fórma do Reg. n. 10 de 19 de Fevereiro de 1838.<sup>41</sup>

---

Finalmente no tocante aos *conflictos de jurisdições administrativas* apenas acrescenta o citado Regulamento no art. 29, que quando o conflicto for entre autoridades administrativas, se procederá na fórma dos artigos anteriores no que lhe forem applicaveis.

<sup>41</sup> Independentemente do recurso ao Juizo da Corôa por violencias e usurpações de jurisdição, podem occorrer questões, aliás graves, de competência entre Prelados e autoridades ecclesiasticas. Nos termos do art. 9.º § 10 do Reg. das Relações, e da L. de 22 de Setembro de 1828, art. 2.º § 6.º in fine, a attribuição de decidir taes questões era conferida ás mesmas Relações. Hoje porém deve entender-se que pertence tambem ao Conselho d'Estado. Todavia nem a Lei respectiva nem o seu Regulamento são bem explicitos a esse respeito, como convinha.

Posto que já o Decreto n. 1,406 de 3 de Julho de 1854 houvesse declarado sem efeito e implicitamente revogado pela L. n. 234 de 23 de Novembro de 1841 o citado Reg. n. 10 de 1838, todavia foi o novo Decreto n. 1,911 de 28 de Março de 1857, que derogou expressamente aquelle Reg. de 1838, quanto á competencia das Relações para conhecer dos abusos das autoridades ecclesiasticas; a qual passou para o Conselho d'Estado em virtude da citada L. da sua criação (n. 234), declarando em vigor somente os arts. 13 e 14 do dito Regulamento.<sup>42</sup>

O mesmo Decreto n. 1,911 determinou os casos em que tem lugar o recurso á Corôa; a que autoridades compete conhecer d'elle; a quem cabe o direito de interpô-lo, e de que autoridades; quaes os efeitos da sua interposição; a fórmula d'esta, seu julgamento, e sua execução.

#### § 152.

INTERPOSIÇÃO, E EFEITOS DO RECURSO Á CORÔA. — Tem lugar este recurso nos casos seguintes: 1.º por usurpação de jurisdição e poder temporal; 2.º por qualquer censura contra empregados civis em razão do seu officio; 3.º por notoria violencia no exercicio da jurisdição e poder espiritual, postergando-se o Direito Natural ou os Canones recebidos na Igreja Brasileira.<sup>43</sup>

---

Quando cumprir que o poder temporal intervenha, e isso póde ser indispensavel em certos casos, parece fóra de duvida que deve intervir por meio da autoridade administrativa, e não da judiciaria.

<sup>42</sup> Comquanto, segundo o disposto no art. 3.º do supracitado Decreto n. 1,911, só o Conselho d'Estado seja competente para conhecer dos recursos á Corôa, todavia nos casos de usurpação de jurisdição e poder temporal, ou de qualquer censura ecclesiastica contra empregados civis em razão do seu officio, podem tambem os Presidentes das provincias decidir *provisoriamente* as questões suscitadas, como decidem os conflictos de jurisdição, e indicamos nó § 117.

<sup>43</sup> Cabe o mesmo recurso de quaesquer actos em que se dê usurpação de jurisdição e poder temporal; ou o gravame seja judicial ou extrajudicial; assim na 1.ª como na 2.ª instancia do Fôro ecclesiastico. Póde ser interposto pela parte interessada, ou pelo Procurador da Corôa em certos e determinados casos (1.º e 2.º); e interpõe-se de quaesquer autoridades e Juizes ecclesiasticos. Finalmente é reciproco, podendo ser interposto pelo Bispo, quando algum Juiz ou autoridade temporal usurpar jurisdição ou poder espiritual; caso em que são applicaveis as disposições relativas (Decreto cit. arts. 4.º— 11 e 25).

Exceptuam-se porém: 1.º o procedimento dos Prelados regales *intra claustrum* contra os seus subditos em materia correccional; 2.º as suspensões e interdictos que os Bispos extrajudicialmente ou ex *informata conscientia* impoem aos clerigos para sua emenda e correcção.

E *suspensivo* o recurso que se interpõe no 1.º e 2.º dos casos em que tem lugar, e *devolutivo* no 3.º se o despacho de que se recorrer, fôr interlocutorio; salvo: 1.º se o gravame fôr tal que não possa ser reparado por sentença definitiva; 2.º se da sentença definitiva não couber appellação. Tambem não é *suspensivo* no 3.º dos referidos casos, quando se recorre dos actos dos Bispos em visita, salvo procedendo elles — por via de Juizo (Decreto n. 1,911, arte. 1.º, 2.º, 12, 13 e 14).

#### § 153.

FÓRMA DO JULGAMENTO E SUA EXECUÇÃO — O recurso á Corôa deve ser interposto por petição documentada perante o Ministro na Côrte e os Presidentes nas provincias; os quaes devem decidir logo as questões que occorrerem sobre a suspensão dos recursos, e rejeitar os que fôrem interpostos contra as disposições referidas no § precedente.

Das decisões proferidas nos casos de suspensão e rejeição do recurso, podem as partes recorrer do Ministro da Justiça para o Conselho d'Estado, e dos Presidentes das provincias para o mesmo Ministro.

Interposto o recurso é logo intimado á autoridade ou Juiz ecclesiastico, assignando-se-lhe o prazo de 15 dias para allegar o que convier. Se o gravame fôr judicial, devem ser remettidos pelo Juiz ecclesiastico com a sua resposta os autos respectivos, ficando traslado; salvo, se o facto se dêr na Côrte, e o recurso tiver o effeito devolutivo somente. Com a resposta do Juiz ecclesiastico, ou sem ella, se a não dêr no prazo assignado, ouvido o Procurador da Corôa, e com informação do

Presidente da provincia, é o recurso remettido para o Conselho d'Estado por intermedio do Ministro da Justiça, sem audiencia da parte recorrida.<sup>44</sup>

Decidido o recurso pelo Conselho d'Estado, é transmittida a Resolução Imperial por Aviso do Ministro da Justiça ao Juiz ou autoridade ecclesiastica para fazê-la cumprir, como n'ella se contiver, no prazo que o mesmo Aviso fixar na Côrte, ou fôr fixado pelo Presidente da provincia (Decreto n. 1,911, arts. 15, 20 e 23).<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> O recurso deve ser instruido com os documentos e inquirições que a autoridade ou o Juiz ecclesiastico. Procurador da Corôa, Presidente da provincia, e Ministro da Justiça acharem convenientes para a decisão da questão.

Póde porém a autoridade ou o Juiz ecclesiastico á vista da petição do recorrente reparar a violencia que lhe fez, dando para esse fim os despachos necessarios, e participando ao Ministro da Justiça, ou ao Presidente da provincia, a sua decisão para ficar sem effeito o recurso interposto (Decreto cit. arts. 21 e 22).

<sup>45</sup> Se porém o Juiz ou a autoridade ecclesiastica não quizer cumprir a Imperial Resolução, deve ella ser executada pelo Juiz de direito da comarca, declarando sem effeito as censuras e penas ecclesiasticas impostas aos recorrentes; prohibindo e obstando a que a pretexto d'ellas se lhes faça qualquer violencia, ou cause prejuizo pessoal ou real; mettendo-os de posse de quaesquer direitos e prerogativas, ou redditos, de que houverem sido privados; procedendo e responsabilizando na fórmula da Lei os desobedientes, e que recusarem a execução. No caso de serem necessarias as providencias do Juiz de direito, além das intimações que se fizerem aos Juizes e autoridades ecclesiasticas, deve ser tudo annuciado por editaes nos lugares publicos da comarca (arts. 13 e 14 do Reg. de 19) de Fevereiro de 1838, mandados observar pelo cit. Decreto, art. 24).



## TERCEIRA PARTE.

### MATERIAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

---

#### CAPITULO I.

*Agricultura. — Alinhamento.*

#### SECÇÃO I.

*Agricultura.*

§ 154

RAZÃO D'ORDEM — Temos visto na 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Partes d'estes Elementos a organização geral d'Administração e as principaes attribuições das diversas autoridades que a compõem; a saber:

Os poderes sociaes, divididos em *legislativo* e *executivo*;

A Autoridade judiciaria e a administrativa, dupla ramificação do poder executivo;

A Autoridade Imperial, revestida d'este ultimo poder, delegando a autoridade judiciaria, exercendo especialmente a autoridade administrativa por si mesma e por seus agentes;

Os actos d'essa autoridade e sua diversa importancia;

Os agentes administrativos e sua divisão em agentes directos e auxiliares;

A natureza e extensão das attribuições de todos esses funcionarios;

As instituições consultivas ou *conselhos* collocados ao lado de cada agente directo da Administração nos diversos graus da sua hierarchia;

E por fim as jurisdições, ou collectivas ou individuaes, para estatuírem sobre o contencioso da Administração.<sup>1</sup>

§ 155.

Principios Geraes — A agricultura é incontestavelmente a mais necessaria de todas as artes; porque forma o recurso mais seguro, e o mais solido alicerce da riqueza e do commercio para um povo. A agricultura interessa a toda a sociedade; e por isso a Lei deve-lhe prestar auxilio, protecção e animação.

Assim na ordem das, nossas necessidades physicas a industria agricola é a que ocupa o 1.º lugar. De feito ella fornece meios de subsistencia a toda a nação, materias primas ás fabricas, e objectos de permuta ao commercio.<sup>2</sup>

§ 156.

LIBERDADE DO CULTIVADOR — A historia dos povos e a experiencia dos seculos teem feito reconhecer que a cultura executada por escravos, ainda quando fôsse verdade ser mais lucrativa para os

---

<sup>1</sup> D'ora em diante podemos com uma vista de olhos abranger, assim o complexo da Administração central, provincial e municipal, se a considerarmos sob a relação da sua distribuição pelo territorio; como o complexo da Administração activa, consultiva ou contenciosa, se a encarmos sob o aspecto das formas de que se ella reveste.

Passamos pois a examinar n'esta 3.ª Parte as disposições leaes e regulamentares que determinam sobre cada materia d'interesse publico os direitos e deveres da Administração e dos cidadãos em suas relações respectivas; ou por outras palavras, passamos a explorar os verdadeiros fundamentos do Direito administrativo, como diz Macarel.

<sup>2</sup> A carreira da prduccão geral é tão vasta que o menor dos progressos da agricultura é d'um immenso resultado que se abre aos olhos do observador attento. Daqui a importancia que os Governos devem reconhecer na industria agricola, os incitamentos e a protecção esclarecida que todos lhe concedem.

Isto posto, trata-se de saber sob que condições póde tornar-se efficaz a protecção que a Administração deve á agricultura. É mister que ella lhe conceda, assim como ás outras industrias, toda a liberdade compativel com o interesse publico. Ora a este respeito ha duas especies de liberdade; a do *cultivador*, e a da cultura.

senhores, é sempre desvantajosa ao interesse da sociedade. A principal razão d'este resultado, já ha muito verificado, póde ser assim enunciada: nos Estados onde existe a escravidão ou simplesmente a servidão da gleba, fallece a maior causa de prosperidade para a cultura; o desejo natural que teem todos os homens de melhorar de condição e de tornar a sua sorte e de sua familia tão feliz quanto é possível.<sup>3</sup>

§ 157.

LIBERDADE DA CULTURA — O estudo dos verdadeiros principios da economia publica que não são mais do que os resultados da sã apreciação dos factos geraes, ensina-nos que "a natureza dos productos conforma-se sempre com as necessidades da sociedade." Mostrar-se-hia pois pouco esclarecida a Administração que ordenasse v. gr. a cultura do trigo antes do que outra, sob o fundamento de ser o trigo mais precioso. Se o trigo fôsse tão raro e procurado que o producto das terras assim cultivadas fôsse superior ao d'outra cultura, essa ordem seria superflua; porque o interesse pessoal do cultivador bastaria para incitá-lo a cultivar o trigo.<sup>4</sup>

§ 158.

INSTITUIÇÕES AGRICOLAS. — O territorio deve ser livre em toda a sua extensão, como as pessoas que o habitam. Os proprietarios,

---

<sup>3</sup> Diz J. B. Say:

"Toda a instituição, cujo fim fôsse conservar a escravidão ou a servidão da gleba, seria pois, independentemente dos direitos indestructiveis da nossa natureza, contraria ao desenvolvimento dos progressos agricolas.

Todo o Legislador humano e sabio deve abster-se de estabelecê-la; e se ella existe, a prudencia aconselha a sua abolição, tomando-se todavia todas as precauções exigidas pelo interesse publico para operar essa transição difficil ao mesmo tempo para os trabalhadores e para os senhores."

<sup>4</sup> Por isso, como diz Pradier, a Assembléa constituinte franceza lançou as bases em que assenta, ha mais de meio seculo, a industria agricola da França, inscrevendo no preambulo d'uma Lei de 1791 os dous principios salutaes da *liberdade do cultivador e da cultura*.

Por isso tambem a nossa Constituição consagra um desses principios, dispondo no art. 179 § 24, que "nenhum genero de cultura... póde ser prohibido, uma vez que se não opponha aos costumes publicos, á segurança, e saude dos cidadãos."

melhores juizes do que a Administração, do genero de cultura que mais lhes produz, devem ter a liberdade de variar à sua vontade as suas colheitas, e de dispor de todas as producções das suas propriedades, conformando-se com as Leis, e sem prejudicar os direitos alheios. Todavia essa liberdade não póde bastar por si só para o desenvolvimento da industria agricola. Os esforços separados e individuaes dos proprietarios e cultivadores necessitam, para se tornarem fecundos, da influencia d'um pensamento commum e de se ligarem ao centro geral de actividade que constituo o Governo. Por isso é que ha em França *camaras d'agricultura e um conselho geral*, destinados a servirem de laço de communicação entre os actos parciaes da cultura e o Governo.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Órgãos dos interesses locaes, as camaras consultivas d'agricultura apresentam ao Governo as suas idéas sobre as questões que interessam á industria agricola. Póde ser exigido o seu parecer sobre as mudanças que deve operar-se na legislação concernente á agricultura, e especialmente no que respeita ás contribuições indirectas, ás alfandegas, á policia, e ao emprego das aguas.

Podem tambem ser consultadas sobre o estabelecimento das feiras e mercados, sobre o destino que deve dar-se ás subvenções do Estado e da provincia; e emfims sobre o estabelecimento das escolas regionaes e ruraes. São além d'isto encarregadas da estatistica agricola do districto; e por intermedio dos prefeitos correspondem-se com o Ministro do interior, da agricultura e do commercio.

A instituição das camaras consultivas d'agricultura dá pois aos votos da industria agricola órgãos especiaes nos pontos importantes do paiz, mas necessariamente pouco segregados dos interesses locaes e das vistas particulares. O conselho geral d'agricultura, instituido junto ao Ministro da agricultura e do commercio, composto de 100 membros, dos quaes 86 são escolhidos d'entro os das camaras d'agricultura e 14 de fora, nomeados annualmente pelo Ministro, mas sempre reeligiveis, como os das camaras que o são por 3 annos, é chamado pela sua instituição a dar o seu parecer sobre todas as questões d'interesse geral, a cujo respeito tenham sido consultadas as respectivas camaras, assim como sobre todas as que o Ministro lhe propõe.

Entre nós existem por ora apenas a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, autorisada pelo art. 1.º dos seus Estatutos approvados pelo Decreto n. 1,927 de 25 de Abril de 1857 a promover por todos os meios ao seu alcance o melhoramento e a prosperidade dos diversos ramos de industria do paiz, e auxiliar o Governo sempre que por elle fôr consultada sobre todas as questões concernentes a esse fim; e a Associação Central de Colonisação, incorporada pelo Decreto n. 1,584 de 2 de Abril de 1855, a qual regia-se pelos Estatutos que ficaram sem vigor pelo Decreto n. 2,158 do 1.º de Maio de 1858, que approvou os seus novos Estatutos, além das que já existem nas provincias, para aquisição de colonos industriosos; com cujos auxilios é de esperar que a nossa agricultura vá florescendo, e que se desenvolva tambem nas localidades o espirito de associação para receber com vantagem as instituições de que tanto ha mister.

§ 159.

ENSINO PROFISSIONAL — O da agricultara é dado na França em escolas normaes e regionaes; e tambem se dava outr'ora no instituto nacional agronomico que um Decreto de 1852 supprimiu. As escolas normaes são estabelecimentos ruraes onde os discipulos recebem gratuitamente um ensino agricola essencialmente pratico.

As escolas regionaes porém são consagradas ao mesmo tempo á theoria e á pratica. Servem tambem de modelos para a região a que pertencem; e como taes devem os seus resultados receber a maior publicidade.<sup>6</sup>

**SECÇÃO II.**

*Alinhamento.*

§ 160.

DEFINIÇÕES — Entende-se por *alinhamento*, o acto pelo qual a Administração determina a cada proprietario de terrenos contiguos a uma estrada ou rua publica a linha em que póde estabelecer construcções, plantações, muros ou cercas, ao longo d'essa estrada ou rua publica. Póde-se tambem dizer que o alinhamento e a declaração do limite legal entre a via publica e as propriedades que a orlam; ou como De-Gerando mais claramente deline, é "a fixação do limite que separa a via publica da propriedade privada." Uma das *servidões* mais notaveis e mais duras,

---

<sup>6</sup> Entre nós pertence nas provincias ás Camaras municipaes e aos Presidentes promover em geral tudo o que possa favorecer a agricultara, pelas LL. do 1.º d'Outubro de 1828, art. 66 § 10, e de 20 d'Outubro de 1823, art. 21 § 1.º, etc.

Para o ensino profissional d'agricultura apenas se creou na fazenda nacional da Lagoa de Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro uma escola theorica e pratica, regida por um Vice-director, que havia tido em vista a L. n. 66 de 12 d'Outubro de 1833, art. 4.º e para cuja execução baixou o Regulamento n. 15 do 1.º d'Abril de 1838.

impostas á propriedade rural por interesse da conservação das estradas, é a que resulta da regra do alinhamento.<sup>7</sup>

§ 161.

PRINCIPIOS GERAES. — O limite fixado deve ser respeitado pelos proprietarios *limitrophes*; e para que estes o respeitem, a Lei obriga-os a requererem alinhamento; isto é, a pedirem á autoridade administrativa, ainda mesmo em campo raso, a determinação da linha, segundo a qual poderão fazer ao longo das estradas certas obras, para que n'outro qualquer lugar gozariam de plena liberdade.

A autoridade competente varia em França quanto aos alinhamentos, segundo se trata *de grande ou pequena viação*.<sup>8</sup>

§ 162.

LEGISLAÇÃO. — Entre nós tudo o que diz respeito a alinhamento, limpeza, e desobstrucção das ruas, caes e praças; á construcção, reparo e conservação das estradas e caminhos, plantações

---

<sup>7</sup> Entende-se por *servidão d'alinhamento* a obrigação imposta aos proprietarios contiguos á via publica de não fazerem ao longo d'ella constucção, plantarão, ou cerca alguma, sem previa autorisação da Administração, nem obra de reparo a algum muro de frente que esteja sujeito a recuar em consequencia do alinhamento.

Entende-se por *expropriação por causa de alinhamento* a que póde fazer-se no todo ou em parte das propriedades *limitrophes* da via publica para augumentar-se-lhe a largura. Opera-se essa expropriação pelo simples facto de dar-se o alinhamento e sem intervenção da autoridade judiciaria. O proprietário expropriado não goza das garantias da expropriação por causa d'utilidade publica senão no tocante á indemnisação que lhe é devida.

<sup>8</sup> A grande *viação* comprehende a classificação, conservação, plantação e limpeza, tanto das estradas geraes e provinciaes, das ruas em seguimento de grandes estradas no interior das cidades, villas e povoações, dos caminhos de ferro, construidos ou concedidos pelo Estado; como dos canaes e rios navegaveis, e geralmente de tudo o que interessa ás grandes communicações por terra ou por agua. Ella abrange tambem por uma consequencia natural os meios de execução e conservação, e applica-se igualmente ás aquisições de terrenos, á extracção de materiaes, e a percepção d'impostos de navegação e pedagio, assim como á policia de corretagem.

A *pequena viação* comprehendo todas as vias de comunicação que não estiverem classificadas entre as do grande viação. Aquella subdivide-se em viação vicinal que é a dos caminhos vicinaes; em *viação urbana* que é a dos caminhos não classificados, como as ruas, praças, caes, e passeios nas cidades e villas; e em *viação rural* que é relativa aos caminhos de passagem e cultura.

d'árvores para a preservação de seus limites, á commodidade dos viajantes, etc., compete ás Camaras municipaes que devem prover sobre esses objectos por suas posturas, approvadas provisoriamente pelos Presidentes das respectivas provincias, e definitivamente pelas Assembléas provinciaes (L. do 1.º d'Outubro de 1828, art. 66 §§ 1.º e 6.º e art. 72 Decreto 8.º de 25 d'Outubro de 1831, art. 2.º Acto Addicional, arts. 1.º e 10 § 4.º).

Aos mesmos Presidentes compete igualmente approvar os planos d'edificação das cidades e villas, e as plantas das ruas, estradas e caminhos publicos, organisados pelas Camaras municipaes, ou por seus agentes sob sua direcção e inspecção.<sup>9</sup>

#### § 163.

CONCLUSÃO — Em compensação porém das obrigações rigorosas, e da coacção que a servidão d'alinhamento impõe aos proprietarios confinantes, teem estes, quando em consequencia de novos alinhamentos são as suas propriedades susceptiveis de avançar para a frente da estrada publica, o direito de obter por preferencia a cessão do terreno que ficar devoluto entre ella e as propriedades particulares, com o encargo de pagarem o justo valor d'esse terreno, arbitrado pela autoridade administrativa ou por peritos, no caso de divergencia entre a mesma autoridade e o proprietario preferente.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> As reclamações das partes interessadas, ou sejam relativas ao mesmo alinhamento, ou sejam fundadas na falsa applicação d'um plano geral, ou sejam relativas ás consequencias do alinhamento como no caso de petição d'indemnisação por expropriação total ou parcial, são entre nós decididas administrativamente pelas Camaras municipaes com recurso para as Assembléas provinciaes ou para os Presidentes, das provincias respectivas, e por intermedio destes para o Governo geral, quando a materia for meramente economica e administrativa, nos termos da citada L. do 1.º d'outubro de 1828, art. 73.

<sup>10</sup> Assim pois, em resumo, por interesse da construcção e conservação das estradas e dos caminhos municipaes, como de todas as outras obras d'utilidade publica, os particulares são obrigados a soffrer sob a condição d'uma razoavel indemnisação, primeiramente a occupação temporaria dos seus terrenos para as obras das estradas; e em 2.º lugar a escavação dos seus campos para a extracção dos materiaes necessarios a essas obras. Recordar estes deveres é ao mesmo tempo descrever os direitos da

## CAPITULO II.

*Caça. — Esgotamento de pantanos.*

### SECÇÃO I.

*Caça.*

§ 164.

PRINCIPIOS GERAES — As restricções postas pelas Leis ao direito de caçar são fundadas no interesse da agricultura, na economia da alimentação publica, e na ordem social. De feito sendo a caça um meio d'alimentação publica não ha Governo sabio que não deva occupar-se de regular o seu exercicio. Ha ainda outras considerações que devem provocar a acção das Leis a este respeito. O caçador que busca, ou persegue a caça, é muitas vezes levado pelo seu ardor a atravessar plantações as mais preciosas, e até se dispõe a vencer todos os obstaculos.

Além d'isto sendo nos nossos dias as armas de fogo os instrumentos mais usados para alcançar e derribar a caça, a ordem publica é interessada em que se não achem ellas nas mãos d'individuos perigosos que tenham maus instinctos, que propendam a perturbâ-la, e possam igualmente servir-se das armas para attentar mais facilmente contra a segurança individual e de propriedade.

Em fim a caça póde em alguns paizes offerecer pelos despojos de certos animaes bravios meios de troca ao commercio e materias primas á industria. Póde pois ainda debaixo d'esta relação ser prudente fazer-se da caça objecto de Regulamentos economicos.<sup>11</sup>

---

Administração, modificados petos deveres respectivos que as Leis lhe traçam, e que limitam a sua autoridade n'esta materia.

<sup>11</sup> Tal é em geral a origem das Leis que a previdencia dos Poderes publicos deve prescrever sobre esta materia: taes são em resumo as razões d'estado e economia social que justificam as restricções quanto ao exercicio do direito natural da caça.



§ 165.

LEGISLAÇÃO. — Nada porém do que as Leis francezas dispõem acerca d'abertura e encerramento da caça, das licenças para caçar, da caçada d'animaes damninhos, e da eslagartagem, tem applicação entre nós.

A L. 2.<sup>a</sup> de 15 d'Outubro de 1827, art. 5.º § 14, incumbe aos Juizes de paz procurar a composição de todas as contendas que se suscitarem entre moradores do seu districto acerca de *caçadas*, etc. E finalmente sobre o uso d'armas defesas, para o qual compete hoje ás autoridades policiaes conceder licença, e ás Camaras municipaes designar quaes possam ser permittidas, e em que casos, temos as LL. do 22 de Setembro de 1828, art. 2.º § 1.º de 26 de Outubro de 1831, art. 3.º as disposições do Cod. Criminal, art. 298 § 3.º e art. 299, e a Portaria de 11 de Janeiro de 1837.

**SECÇÃO II.**

*Esgotamento de pantanos.*

§ 166.

PRINCIPIOS GERAES. — Entendem-se por pantanos as terras alagadas e sem esgôto. Posto que façam parte da propriedade particular, nem por isso deixam de estar sujeitos á acção governamental por ser o 4.º dever do Governo velar sobre ludo o que possa augmentar os meios de subsistencia publica, e consequentemente fazer com que seja cultivada toda a extensão do territorio.

Além d'isto são os pantanos uma das causas que mais prejudicam a saude dos homens e prosperidade dos vegetaes. A sua extincção ou conservação deve pois pertencer á iniciativa do Governo. Compreendem-se porém na denominação de *pantanos* somente os que são tão consideraveis que o publico tem um interesse real no seu

escoamento; e assim as disposições legais applicam-se só áquelles cuja extensão é tão importante, que segundo o juizo da Administração a operação do seu esgotamento interessa immediatamente ao bem geral da sociedade.<sup>12</sup>

§ 167.

LEGISLAÇÃO — Entre nós incumbe também ás Camaras municipaes tomar deliberações e prover por suas posturas sobre o *esgotamento de pantanos*, e qualquer estagnação d'aguas infectas, pela Lei que lhes serve de regimento, do 1.º d'Outubro de 1828, art. 66 § 2.º

A Lei n. 598 de 14 de Setembro de 1850, art. 4.º incumbiu igualmente á Junta central de hygiene publica: 1.º propôr ao Governo todas as providencias que julgar necessarias ou convenientes á salubridade publica, e informar sobre as que lhe forem indicadas pelo Governo; 2.º entender na effectiva execução das posturas da Camara municipal, relativas a objectos de salubridade publica, e indicar-lhe as providencias que julgar necessarias ou convenientes, para que se convertam em posturas, recorrendo para o Governo nos casos do art. 73 da citada L. do 4.º d'Outubro de 1828, quando não fôr attendida.

Incumbe também ao Presidente da Junta central na Côrte, e aos Inspectores de saude publica nas provincias, o cuidado de investigarem as causas da insalubridade geral ou parcial d'algun lugar, observarem o curso das molestias reinantes, particularmente das contagiosas; e em geral empregarem a maior vigilancia sobre tudo o que diz respeito á saude publica (V. Decreto Reg. n. 2,052 de 12 de Dezembro

---

<sup>12</sup> O espirito da actual legislação franceza sobre esta materia concilia o interesse dos proprietarios com o interesse publico; e não encarregando mais as administrações locais de effectuarem os esgotamentos, desenvolve o espirito d'empresa industrial. Demais ella faz com que os proprietarios conheçam a natureza da sua propriedade, a existencia de regras particulares a esse respeito, e a liberdade de que goza o Governo, de poder ordenar sem embargo de qualquer opposição os esgotamentos que julgar uteis ou necessarios.

de 1857, que alterou algumas disposições do Reg. n. 828 de 29 de Setembro de 1851).<sup>13</sup>

### CAPITULO III.

*Expropriação por utilidade publica. — Servidões militares.*

#### SECÇÃO I.

*Expropriação.*

§ 168.

#### PRINCIPIOS GERAES —

“Quando se trata do bem publico, este nunca póde consistir em privar-se um particular do *seu*, nem em tirar-se-lhe a minima parte da sua propriedade por uma Lei ou um Regulamento politico. N’esse caso deve seguir-se á risca a Lei civil, que é o palladio da propriedade. Assim, quando o publico precisa do predio d’um particular, nunca se deve obrar pelo rigor da Lei politica; mas é então que deve triumphar a Lei civil que com olhos de mãe encara cada particular, como se fôsse a propria *cidade* toda inteira.

Se o magistrado politico quer fazer algum edificio publico, ou abrir algum novo caminho, é mister que indemnisse; a este respeito o publico é como um particular que trata com outro. É muito bastante que elle possa forçar um cidadão a vender-lhe a sua herdade; e que lhe tire esse grande privilegio que recebe da Lei civil, de não poder ser obrigado a alienar o que é seu.”(Espírito das Leis, liv. 26 cap. 45).<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Ora n’essas disposições se comprehende sem duvida o esgotamento de pantanos, visto ser uma causa que muito póde influir na alteração ou corrupção do ar atmospherico: mas o modo pratico de se proceder n’esta materia, para se levar a effeito o esgotamento dos grandes pantanos em terrenos particulares, não está *especialmente* determinado pelas nossas Leis e Regulamentos administrativos. Mas nem por isso está o Governo inhibido de obrar e proceder n’esses casos como lhe parecer mais justo, e conforme com o interesse publico, segundo as Leis e princípios geraes que regem a acção administrativa.

<sup>14</sup> Esta passagem de Montesquieu exprime claramente o principio fundamental em materia de expropriação por utilidade publica. A necessidade de fazer ceder o interesse particular ao interesse geral exige que se conceda ao Governo o poder de obrigar o cidadão a ceder-lhe a sua propriedade. Mas esse poder nunca tem lugar senão como excepção da regra, segundo a qual na cidade deve-se decidir somente pelas Leis civis o que diz respeito á propriedade. Segue-se pois: 1.º que o Estado só tem o direito de

## § 169.

DEFINIÇÃO — Chama-se *expropriação por utilidade publica a alienação forçada* d'um immovel, destinado a empresas d'utilidade publica, *com o encargo da indemnisação*. É ella pois um sacrificio que a sociedade impõe aos particulares, tendo por fim o interesse geral; sacrificio que não recae somente sobre os proprietarios, mas tambem sobre todos os que teem algum direito na propriedade, ou por ocasião da propriedade, de que a sociedade precisa.

O Legislador porém não devia entregar aos caprichos da Administração a apreciação e declaração da utilidade publica, assim como a expropriação dos particulares. De feito, se ha instituições que mereçam a protecção da Lei, deve-se collocar em 1.º lugar a *propriedade*, base material da *familia*.

A *alienação forçada* é uma restricção ao direito concedido pelas Leis civis ao proprietario de gozar e dispor do que é seu, do modo o mais absoluto, com tanto que não faça da sua propriedade um uso prohibido pelas Leis e pelos Regulamentos; mas é uma restricção exigida pelo interesse social que n'uma sociedade bem organizada exige imperiosamente o sacrificio de todos os interesses privados.<sup>15</sup>

## § 170.

LEGISLAÇÃO PATRIA — É sem duvida fundada nos principios indicados nos dous §§ precedentes que a nossa Constituição, como as diversas Constituições que se teem succedido em França desde 1791 até 1852, dispõe no artigo 179 § 22 que

---

apropriar-se d'uma propriedade particular nos casos determinados pela Lei politica; 2.º que ainda mesmo n'esses casos deve observar a Lei civil a respeito de todas as cousas que não foram subtrahidas ao imperio della.

<sup>15</sup> O rigor do sacrificio tem todavia sido modificado polo Legislador em favor da propriedade; collocando a par da expropriação a indemnisação previa. Assim pois a protecção devida á propriedade sujeita a alienação forçada a formalidades necessarias. É com effeito mister que se verifique a utilidade, e que se indemne previamente o proprietario.

“se o bem publico legalmente verificado exigir o uso e emprego da propriedade do cidadão, será elle previamente indemnizado; assim como que a Lei marcará os casos em que terá lugar esta unica excepção á plenitude do direito de propriedade, e dará as regras para se determinar a indemnisação.”<sup>16</sup>

É pois mister para motivar a expropriação que haja *utilidade publica*. Tinha-se proposto em França substituir a estas palavras as de *necessidade publica* de que se serviram as Constituições antigas: mas temeu-se que esta expressão fôsse tomada n’um sentido muito restricto. De feito a palavra *necessidade* faria suppôr uma *cousa essencial* para a salvação da patria; no entanto que basta uma grande vantagem social para motivar a expropriação; e é o que exprimem os termos adoptados nas Constituiçõe modernas. Assim estradas, canaes e caminhos de ferro constituem obras que não são talvez *necessarias*, mas muito *uteis* (Foucart).

---

<sup>16</sup> A 1.<sup>a</sup> Lei que entre nós foi promulgada depois da lição para execução e em conformidade do art. 179 § 22, é a de 9 de Setembro de 1826; a qual dispõe no art. 1.<sup>o</sup> que “a única excepção feita á plenitude do direito de propriedade, conforme os citados artigo e § da Constituição, terá lugar quando o *bem publico* exigir o uso ou emprego da propriedade do cidadão por *necessidade*.” Mas no art. 2.<sup>o</sup> amplia a mesma excepção a certos casos *d'utilidade*. Donde é visto que n’essa Lei o Legislador Brasileiro traduziu aquella expressão — *bem publico* — da nossa Constituição não só pela palavra *necessidade*, empregada nas antigas Constituições francezas, como tambem pela *d'utilidade*.

Posteriormente foi promulgado o Decreto n. 353 de 12 de Julho de 1845, o qual designa mais especificadamente os casos em que tem lugar a desapropriação, *por utilidade publica* geral ou municipal da Côrte, e dispõe no art. 35, que fica em vigor a L. de 1826 no que toca a desapropriação por *necessidade*. Daqui resulta que entre nós pôde dar-se a desapropriação, assim por *necessidade* como por *utilidade publica* geral.

A L. de 29 d’Agosto de 1828. art. 17, tambem autorisou a desapropriação conforme a L. de 1826 para as obras que tenham por objecto a navegação de rios, abertura de canaes ou construcção de estradas, pontes, calçadas ou aqueductos, sendo os proprietarios por cujos terrenos tenham de ser abertas as estradas ou feitas as demais obras, indemnizados não só das bemfeitorias, mas até do solo, quando á vista dos seus titulos se mostre que devam ser isentos de os dar gratuitamente.

Quanto porém á desapropriação por utilidade municipal ou provincial, é decretada pelas Assembléas provinciaes; ás quaes compete legislar sobre os casos e a fórma porque pôde ter lugar, em virtude do Acto Addicional, art. 10 § 3.<sup>o</sup> Os differentes textos referidos combinam todos em exigir que se verifiquem não só a *restricção*, mas tambem a *necessidade* ou *utilidade publica*, e a *indemnisação* previa.

§ 171.

LEGISLAÇÃO FRANCEZA — As Leis francezas de 1833 e 1841 proclamaram estes principios: 1.º a expropriação por utilidade publica opera-se por autoridade da Justiça; 2.º os tribunaes só podem decretar a expropriação, quando a sua utilidade tenha sido verificada e declarada pelas fórmas prescriptas na Lei; 3.º a fixação da indemnisação é confiada a um Jury especial.<sup>17</sup>

§ 172.

CASOS DE DESAPROPRIAÇÃO — Segundo a nossa Lei de 1826, os casos de *necessidade* são: 1.º defesa do Estado; 2.º segurança publica; 3.º soccorro publico em tempo de fome ou d'outra extraordinaria calamidade; 4.º salubridade publica (art. 1.º).

Os casos *d'utilidade* publica que segundo a mesma Lei deve ser previamente verificada *por acto do poder legislativo*, são: 1.º instituições de caridade; 2.º fundações de casas d'instrução da mocidade; 3.º commodidade geral; 4.º decoração publica (art. 2.º).<sup>18</sup>

§ 173.

VERIFICAÇÃO — A dos casos de *necessidade* a que se destina a propriedade particular, segundo a Lei de 1826, deve ser feita a requerimento do Procurador da Fazenda publica perante o Juiz do

---

<sup>17</sup> Segundo as mesmas Leis, a expropriação por utilidade publica divide-se em quatro periodos: 1.º d'investigação para verificar-se a utilidade publico; 2.º de declaração d'essa utilidade; 3.º de designação das localidades ou dos territorios onde devem ter lugar as obras, e determinação das propriedades particulares a que é applicavel a expropriação; 4.º d'effectiva expropriação, fixação da indemnisação e imissão na posse (Pradieir).

<sup>18</sup> Estes casos porém foram ampliados pela Lei de 1845 aos seguintes que comprehendem em os previstos pela Lei de 1826, quanto á utilidade publica: 1.º construcção d'edifficios e estabelecimentos publicos; 2.º fundação de povoações, hospitaes e casas de caridade ou d'instrução; 3.º aberturas, alargamentos ou prolongamentos d'estradas, ruas, praças e canaes; 4.º construcção de pontes, fontes, aqueductos, portos, diques, cões, pastagens, e de quaesquer estabelecimentos, destinados á commodidade ou servidão publica; 5.º obras destinadas á decoração ou salubridade publica (art. 1.º).

domicilio do proprietario com audiencia deste; mas a verificação dos casos *d'utilidade* tem lugar por acto do poder legislativo, perante quem são levadas a requisição do mesmo Procurador e a resposta da parte (art. 3.º).<sup>19</sup>

#### § 174.

FORMALIDADES — As determinadas pela Lei citada são:

1.<sup>a</sup> Publicação e deposito por 10 dias na Camara municipal respectiva do plano da obra e das plantas dos predios comprehendidos, e convocação dos proprietarios por bandos, editaes e jornaes (art. 3.º);

2.<sup>a</sup> Certidão d'essas publicações, e termo de comparecimento dos proprietarios pelo Secretario da Camara que lhes toma as declarações e reclamações verbalmente ou por escripto; as quaes são depois recebidas pela mesma Camara que ouve o parecer de pessoas profissionaes, dá o seu, e passados 20 dias remette tudo ao Presidente da provincia; o qual interpõe tambem o seu parecer, e submette essas reclamações com os pareceres á decisão do Governo Imperial a quem compete approvar definitivamente os planos das obras (arts. 4.º—7.º);

3.<sup>a</sup> Pronuncia da desapropriação, que compele ao Juiz do Civel de 1.<sup>a</sup> instancia, perante quem é promovida pelo Procurador da Corôa ou outro agente do poder executivo para isso designado, á vista de documentos que prôvem haverem sido praticadas todas as formalidades exigidas pela L. de 1845 (arts. 10 e 11);

---

<sup>19</sup> Quando é determinada por Lei ou Decreto qualquer obra das indicadas, por utilidade publica, comprehendendo predios particulares que devam ser desapropriados no todo ou em parte, são levantados por engenheiros ou peritos o plano da obra e as plantas dos predios comprehendidos, declarando os nomes dos proprietarios (L. de 1345, art. 2.º). Approvados os planos das obras por Decreto Imperial depois de praticadas as formalidades determinadas pela mesma Lei (de 1815), entende-se *verificado o bem publico* para se exigir o uso ou emprego das propriedades particulares comprehendidas nos planos (art. 9.º).

4.<sup>a</sup> Offerta da indemnisação, declarada por termo nos autos pelo Procurador ou agente que promove a desapropriação, e intimada ao proprietario e mais interessados conhecidos, ou publicada pelos jornaes; os quaes interessados, dentro em 40 dias depois da intimação, são obrigados a declarar, se aceitam a dita offerta, ou quanto exigem (arts. 13 e 14).

§ 175.

COMPETENCIA NOS CASOS DE NECESSIDADE. — Os processos porém para se verificar a desapropriação por necessidade publica, em cujo caso declara a L. de 1845 no art. 35 ficar em vigor a de 1826, continuam a ser promovidos no Juizo privativo dos feitos da Fazenda, na fórma dos arts. 4.º—7.º da mesma L. de 1826, a que se refere o art. 2.º § 4.º do Regulamento n. 6 de 12 de Janeiro de 1842, pelo respectivo Procurador fiscal creado pela L. de 29 de Novembro de 1841.<sup>20</sup> No caso de perigo imminente, como de guerra ou commoção, cessam todas as formalidades, e póde-se tomar posse do uso, quando baste; ou mesmo do dominio da propriedade particular, quando seja necessario, para emprego do bem publico, nos termos do art. 1.º da L. de 1826; logo que seja liquidado o seu valor, e cumpridas as disposições dos arts. 5.º e 6.º ficando reservados os direitos para se deduzirem em tempo opportuno (art. 8.º).

§ 176.

DESAPROPRIAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO D'ESTRADAS DE FERRO. — Sobre desapropriações para construcção d'obras e serviços das estradas de ferro do Brasil baixou o Decreto Regulamentar n. 1,664 de 27 d'Outubro de 1855, em execução da Resolução n. 816 de 10 de Julho do dito anno, relativa ao mesmo objecto. Esse Decreto estabelece um processo novo, especial e *summarissimo*, para a desapropriação dos

---

<sup>20</sup> V. Apontamentos do Conselheiro Maia, nota 26.



predios e terrenos que forem necessarios á construcção das obras e mais serviços, pertencentes á estrada de ferro de D. Pedro II e outras do Brasil, e marca as regras para a indemnisação dos ditos predios e terras.<sup>21</sup> (V. tambem o Decreto n. 1,930 de 26 d'Abril de 1857, Cap. 6.º).

## SECÇÃO II.

### *Servidões militares.*

#### § 177.

DEFINIÇÕES — Chamam-se *servidões militares* os onus impostos á propriedade territorial para defesa das praças de guerra. Não se deve porém comprehender n'essa denominação a obrigação imposta aos habitantes de aboletar tropas ou soldados, nem os encargos impostos aos municipios para o aquartelamento.

Entende-se por *terrenos militares* as fortificações e terrenos accessorios, assim no interior como no exterior das fortalezas, e que formam uma dependencia do dominio publico, destinado á defesa do territorio. Essa dependencia é imprescriptivel e inalienavel, emquanto conserva o seu destino. O terreno militar compõe-se pois do terreno das fortificações, e d'um espaço livre no interior da praça.

O espaço interior chama-se *rua da muralha*; e explanada é o espaço livre exterior que deve existir entre toda a fortaleza e a cidade que ella defende. A demarcação do terreno militar deve ser fixada por balisas.

---

<sup>21</sup> A sua desapropriação entende-se foi pela aprovação das respectivas plantas por Decreto. O processo de indemnisação é promovido pelos agentes do empresario ou da companhia perante os Juizes do Civel ou municipaes dos respectivos Termos na falta de acordo com os proprietarios, e instaurado com citação separada de cada um dos proprietarios, os quaes nomeam dous arbitros que nos casos de revelia são nomeados pelo Juiz; sob cuja presidencia reunidos com outros dous nomeados peio empresario ou companhia, e com mais um *designado pelo Governo* procedem no dia, hora e lugar fixados pelo Juiz a avaliação da indemnisação devida, quando os proprietarios não queiram aceitar as offertas do empresario ou agentes da companhia, *sem recurso algum*. O mandado de posse, expedido pelo Juiz depois do pagamento ou deposito da indemnisação, é executado sem embargo de quaesquer embargos, e serve de titulo ao empresario ou companhia.

e compreender exteriormente um espaço maior ou menor, segundo a importancia das fortificações, a partir do cunhal dos muros exteriores. Esta demarcação é necessária, porque a partir dos limites do terreno militar 6 que começa o *raio de defesa* (V. Alv. de 29 de Setembro de 1681, e Reg. do Exercito de 18 de Fevereiro de 1708, Cap. 65).<sup>22</sup>

§ 178.

DETERMINAÇÃO DOS LIMITES E COMPETENCIAS — Os diferentes limites dos terrenos militares são determinados por marcos plantados á custa do Estado e com audiencia dos proprietarios. Mas as contestações sobre as questões de propriedade e indemnisação são da competencia dos tribunales civis. Póde ter lugar a indemnisação, ou por causa de *desapossamento*, ou *demolição d'edificios*, ou *privação de gôzo*.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Além de se tirarem á agricultura e ao commercio certas porções de territorio a prol da defesa nacional, para cobri-lo de fortificações e fazer d'elle uma dependencia do dominio publico, é mister ainda prover de modo que as obras d'arte que protegem as praças de guerra, não sejam embaraçadas pelas emprezas da propriedade particular. O terreno pois, que se estende diante das fortalezas até uma certa distancia da praça, deve com effeito ficar descoberto, para que nada possa servir a occultar ou defender ás disposições do inimigo, e as sortidas dos sitiados não encontrem obstaculo algum.

Da-se pois a denominação de *raio de defesa á extensão de terreno pertencente a particulares*, que a partir da extremidade do terreno militar até certos limites que variam, segundo a importancia da praça, é onerada de servidões para o livre jôgo das fortificações. Somente os terrenos compreendidos no raio de defesa são sujeitos ás servidões militares.

O raio de defesa divide-se em zonas ou linhas paralísias, cujos terrenos intermedios são onerados de servidões mais ou menos graves, segundo as zonas se approximam do terreno militar. É o limite d'esse terreno militar que serve de ponto de partida commum ás três zonas do raio de defesa.

Ha duas excepções ás servidões militares: 1.<sup>a</sup> quando as construcções particulares já existiam antes da fixação do raio de defesa, porque n'este caso são provisoriamente conservadas, e se posteriormente vêm a ser destruidas, teem os proprietarios direito a uma indemnisação; 2.<sup>a</sup> podem-se estabelecer moinhos e fabricas com autorisação da engenharia, mas tambem póde a sua demolição ser ordenada em caso de guerra, sem que haja indemnisação alguma (V. Resol. de 4 de Julho de 1754, declarada por Av. de 30 de Maio de 1755).

<sup>23</sup> Ha *desapossamento*, quando o interesse das praças de guerra obriga o dominio militar a exigir a cessão das propriedades particulares. É um caso d'expropriação.

Quanto á demolição d'edificios é mister que se verifique por titulos que esses edificios ja existiam antes da fixação do raio militar. Se porém as construcções não forem mais do que accessorios d'uma propriedade territorial, regular-se-ha a indemnisação somente pelo valor das construcções sem comprehender-se n'elle a estimação do solo; mas ella

§ 179.

FORMULAS DESTA EXPROPRIAÇÃO — São as mais summarias as que o Direito administrativo francez autorisa quando tenha lugar occupar-se no todo ou em parte uma ou mais propriedades particulares, para n'ellas se fazerem obras de fortificação, cuja urgencia não permitta preencherem-se todas as formalidades prescriptas pela Lei.

Esse processo porém tão rapido é apenas provisorio. Exigido pelo perigo social deve as suas formulas excepcionaes á necessidade de defesa immediata: mas a Legislação protectora dos interesses privados não tardará a reassumir o seu imperio; e a aceitação d'uma indemnisação approximativa e provisional do desapossamento não prejudicará a fixação definitiva que se realizará posteriormente conforme a Lei (Pradier).<sup>24</sup>

**CAPITULO IV.**

*Minas. — Mineiras. — Pedreiras.*

**SECÇÃO I.**

*Minas.*

---

poderá comprehender o valor do sólo no caso contrario; isto é, quando todo elle estiver occupado pelas construcções, ou fôr empregado no serviço destas. É ainda um caso d'expropriação.

A privação de gozo porém é occasionada pela occupação temporaria d'uma propriedade particular, cuja occupação póde prejudicá-la ou diminuir-lhe os productos. Não ha então expropriação; mas ha certamente um detrimento causado ao proprietario.

No caso de rejeição das offertas da Administração, ao Jury d'expropriação é que compete regular definitivamente as indemnisações. Todavia a decisão do Jury não tira a sua força de si mesma; é mister que seja declarada executoria pelo magistrado, seu presidente, que pertence ao Fôro civil.

<sup>24</sup> Entre nos devem observar-se quanto á desapropriação dos terrenos militares, as Leis já citadas que regem esta materia em todos os casos de *necessidade* ou *utilidade* publica geral, e principalmente a L. de 9 de Setembro de 1826, que considera como 1º caso de necessidade publica a *defesa do Estado*. Mas nos casos de perigo imminente, como nos de guerra ou commoção, é applicavel o disposto no art. 8.º da mesma L. segundo qual cessam todas as formalidades, e tem então lugar o desapossamento, ou do uso quando baste, ou mesmo do dominio particular quando necessario ao bem publico, apenas liquidado e indemnizado o seu valor pelos meios legaes, ficando reservados outros quaesquer direitos para serem attendidos em tempo opportuno (V. Av. n. 246 de 11 de Julho de 1856.

## § 180.

PRINCIPIOS GERAES — Os progressos da civilização e as necessidades incessantes que ella faz renascer, dão á exploração das minas uma importancia bem digna de attrahir a attenção dos Governos; e se se considerar quanto a boa ou má exploração das minas interessa á riqueza das nações, comprehender-se-ha facilmente que esses vastos armazens onde a natureza preparou, e depositou tanta riqueza subterranea, não devem ficar entregues aos caprichos do interesse pessoal.

Não o somente na superficie que a terra nos offerece a sua fecundidade; ella encerra tambem no seu seio thesouros que reserva para nós, e que nos são igualmente concedidos, mas sob a condição d'um trabalho muito mais rude. Esses thesouros são substancias metallicas ou combustiveis, dispostas em camadas, massas, ou veios que se prolongam ás vezes por baixo d'uma vasta extensão de muitas leguas, e entranham-se em diversas direcções pelo sólo dentro até profundidades indefinidas. É pois utilissimo ao homem e á sociedade segui-las, e ir extrahi-las de lá.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> A exploração das minas é classificada pelos Economistas na serie das artes pertencentes a industria agricola ou *extractiva*; porque a arte do mineiro de feito limita-se a colher o seu producto do mesmo sólo e das mãos da natureza; e eis-aqui porque os Publicistas classificam tambem esta materia entre aquellas sobre que a Administração pôde exercer a sua influencia na esphera dos interesses agricolas.

Ora é sabida a grande importancia que tem para as nações a descoberta, abertura, e a boa ou má exploração das minas. Mas a quem pertencerão ellas? Ao Estado ou ao proprietario da superficie? Da solução d'esta 1.<sup>a</sup> difficuldade de penderá talvez todo o futuro da exploração das minas d'um paiz.

Desde os tempos mais remotos até os nossos dias, desde os Romanos até nós, tem a Legislação variado sobre este ponto. O principio mais geralmente adoptado na Europa é que o direito de explorar ou de conceder as minas pertence ao Soberano; e por isso se chamava *realengo*. Segundo a Constituição de cada paiz fórma elle uma dependencia dos bens da Corôa ou do Estado Outras Legislações porém o consideram como mixto, e propoem-se conciliar os direitos do Estado com os do proprietario da superficie. Mas, seja qual fôr o systema adoptado pelo Legislador, é evidente que a profundidade da terra não pôde ser possuida, penetrada e explorada sob as mesmas condições que a superficie.

## § 181.

## CONDIÇÕES D'UMA JUSTA LEGISLAÇÃO ÁCERCA DAS MINAS

— Tem pois o Legislador de indagar quaes são as melhores condições a estabelecer para esta propriedade *toda especial*: e devem todas ellas ser dictadas pelo maior interesse da sociedade. Ora, qual será o 1.º de todos os interesses ácerca das minas? Sem duvida é que se trate activamente do seu descobrimento; e uma vez achadas, sejam convenientemente exploradas. Sê-lo-hão porém tanto mais utilmente quanto maior certeza tiver o explorante de lhe serem garantidos os seus direitos por *muito tempo*. Sem isso, como se arriscaria elle a fazer despesas que muitas vezes é impossivel determinar d'antemão, e que podem montar a sommas enormes, e ás vezes em pura perda.

Toda a Legislação acertada deve pois *conceder* perpetuamente, ou por longo espaço de tempo, o direito de *explorar* as minas conhecidas aos que parecerem mais aptos para fazê-lo com proveito.

Deve igualmente declarar que as minas concedidas formarão propriedades distinctas da superfície, para que os possuidores d'esta não opponham incessantes embaraços á exploração do centro. Mas, como ha comparativamente poucas minas conhecidas, deve a Legislação além d'isso animar as suas descobertas, fomentar o desenvolvimento das explorações dentro de justos limites, e por uma activa vigilancia impedir trabalhos que possam comprometter o futuro das minas ou a segurança dos que as explorarem.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Para animar o descobrimento das minas é mister: 1.º torná-las accessiveis a quem as quizer explorar por sua conta e risco; 2.º assegurar a quem se der a esses descobrimentos, ou a propriedade da lavra, ou uma indemnisação equivalente á despesa no caso de ser outrem que colha o proveito; 3.º não poder o proprietario da superficie embaraçar as explorações, sendo indemnisados prejuizos que lhe causarem; 4.º receber o concessionario um espaço subterraneo sufficiente, cujos limites sejam bem traçados e claramente definidos.

§ 182.

DEFINIÇÃO — Entende se por *minas* os lugares profundos da terra, conhecidos por conterem em veios, camadas, ou massas, ouro, prata, platina, mercurio, chumbo, ferro, cobre, estanho, zinco, calamina, bismuth, ou outras materias metallicas, enxofre, carvão de terra ou pedra, madeira fossil, betumes, pedra-hume, e sulfatos de bases metallicas, massas de sal marinho, fontes ou poços d'agua salgada natural ou artificialmente (Pradier).

§ 183.

DIREITOS E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO N'ESTA MATERIA

— 1.º A Administração deve animar e favorecer a pesquisa das minas; 2.º tem o direito de autorisar essa pesquisa no terreno de qualquer proprietario que a isso se recuse; 3.º as minas são propriedades particulares que por interesse geral só a Administração tem o direito de conceder; 4.º antes de fazer essa concessão deve pesar as considerações, segundo as quaes deverá ser feita a tal ou tal pretendente, e decidir-se por aquelle que offerecer mais garantias de boa exploração; 5.º só ella tem o direito de fixar os limites das concessões, de prohibir a exploração de toda e qualquer mina que tenha sido vendida em lotes ou repartida sem sua previa autorisação, e deve regular pelo aclo de concessão n'uma somma determinada os direitos dos proprietarios da superficie, assim come a indemnisação devida pelo concessionario ao inventor que não obteve a concessão; 6.º póde reunir muitas concessões nas mãos d'um concessionario, ou por si só, ou como representante d'uma companhia, o conceder remissão no todo ou em parte do pagamento da renda

---

Creando assim o Estado uma propriedade em proveito do concessionario, e sendo a concessão feita somente em vista dos interesses geraes, convém que elle a usufrua sob a condição de sastifazer esses interesses. É pois muito natural que o Estado conserve sobre esse genero de propriedades uma vigilancia activa que d'algum a sorte dirija essa industria sem pôr-lhe peias (Macarel).

Taes são as regras que parece que as Leis de todos os paizes devem estabelecer ácerca da concessão e exploração das minas.

proporcional, estabelecida sobre as minas; 7.º encarregada da inspecção geral e da policia das explorações tem ella o direito de retirar as concessões, quando as explorações se restringirem ou suspenderem de modo que ameacem a segurança publica ou as necessidades dos consumidores, ou quando os concessionarios recusarem pagar os serviços regularmente postos a seu cargo; 8.º finalmente é ella quem deve requerer ou operar por si mesma a repressão das contravenções (Pradier).

§ 184.

LEGISLAÇÃO — Entre nós pela Ord. Liv. 2.º Tit. 26 § 16 eram os *veeiros* e minas d'ouro ou prata, ou qualquer outro metal, enumerados entre os direitos *reaes*; e ainda hoje *pertencem á nação* as minas dos diamantes e metaes, na fôrma da L. de 24 de Dezembro de 1734 e da Resolução n.º 374 de 24 de Setembro de 1845, que autorisou o Governo para arrendar terrenos diamantinos; os quaes são *do dominio da nação*, como declarou o Aviso n. 54 de 23 de Março de 1838; dizendo que “as minas dos diamantes a ella pertencem da mesma sorte que as dos metaes; e que por isso não se podem fazer explorações algumas em taes terrenos sem authorisação da Assembléa geral.”

Permitte-se porém a mineração a companhias bem como a simples particulares, segundo o Decreto de 16 de Setembro de 1824 e outras muitas disposições; não precisando todavia os subditos do Imperio d'autorisação paraprehenderem a mineração *nas terras de sua propriedade* por meio de companhias de nacionaes ou estrangeiros que podem livremente formar, ficando elles e seus socios sujeitos ás Leis do Imperio e obrigados a pagar somente os impostos n'ellas declarados, ou que para o futuro se determinarem, nos termos do Decreto de 27 de Janeiro de 1829.

Os Presidentes de provincias tambem foram incumbidos de promover a laboração das minas e estabelecimentos de fabricas mineraes nas provincias metalliferas, pela L. de 20 d'Outubro de 1823, art. 24, § 9.<sup>o</sup> <sup>27</sup>

## SECÇÃO II.

### *Mineiras ou Minares.*

#### § 185.

PRINCIPIOS GERAES — Chamam-se mineiras esses lugares proximos á superficie da terra, donde se extrahem os mineraes de ferro, denominados d'alluvião, as terras pyritosas (que são as que conteem *pyrites*; isto é, sulphureto metallico combustivel, ou pedra de fogo), proprias para serem convertidas em sulphato de ferro; as terras aluminosas (que conteem pedra hume); e as turfas ou terras betuminosas. As mineiras não constituem em França uma propriedade especial, como as minas. A Lei não as destacou da propriedade do sólo; o principio, segundo o qual *a propriedade da superficie importa a do centro*, lhes é applicavel. A Lei franceza considera-as como dependencias da

---

<sup>27</sup> Ultimamente permittiu-se á companhia da 1.<sup>a</sup> estrada de ferro d'esta provincia para o Rio S. Francisco explorar e abrir minas de carvão, pedra calcarea, ferro, chumbo, cobre, e de quaesquer outros metaes, ainda preciosos, sem prejuizo dos direitos adquiridos por outros; devendo quando as descobrir, dirigir-se immediatamente ao Governo; para que lhe sejam demarcadas as datas, e estipuladas as condições do seu gozo; e podendo a companhia exercer esta faculdade no seguimento da linha da sua estrada de ferro, e na mesma zona de 5 leguas para cada um dos lados, pelo Decreto n. 1,030 de 7 d'Agosto de 1852 (V. Decreto n. 1,930 de 26 d'Abril de 1857, Cap. 6.<sup>o</sup>).

Similhantes concessões teem sido feitas, ora a particulares ora a companhias, em diferentes datas e varias provincias (V. Decretos ns. 1,982, 1,993, e 2,033 de 1857, e n. 2,238 de 1858). Pelo titulo de cada data mineral que se concede, e pela ratificação que se faça das já concedidas, cobra-se para os cofres geraes o imposto de 2\$000 reis, pela L. de 28 d'Outubro de 1848, art. 33; a qual determina nos arts. 34 e 35 quem deve substituir o guarda-mór geral dos terrenos diamantinos, o preço minimo de cada braça quadrada que se arrendar, e o prazo do arrendamento que não póde exceder de 4 annos, etc. (V. Decr. Reg. n. 465 de 17 d'Agosto de 1846; Av. e Instr. n. 112 de 21 d'Outubro do mesmo anno; Decr. n. 543 de 5 de Dezembro de 1847; Decr. n. 665 de 6 de Setembro de 1852; e Decr. Reg. n. 1,081 de 11 de Dezembro do mesmo anno; Resolução n. 751 de 15 de Julho do 1854; e Aviso n. 214 de 9 de Junho do 1856).



superfície; porque estando collocadas á face do sólo podem ser exploradas sem grande difficuldade nem risco dos recursos futuros (Macarel).

§ 186.

REGRAS ESPECIAES. — A necessidade de poupar as materias primas, produzidas pelas mineiras, e de não deixar dissipar as riquezas que ellas conteem, é causa de sujeitar-se a sua exploração a regras especiaes.

A exploração das mineiras não póde pois ter lugar sem permissão da autoridade administrativa. Essa permissão determina os limites da exploração; as regras a que se deve sujeitar o explorante, relativamente á segurança e salubridade publicas; o prazo em que o proprietario será obrigado a fazer uso da exploração concedida; e a limitação da duração da permissão, quando o interesse publico exigir que seja limitada.<sup>28</sup>

### SECÇÃO III.

*Pedreiras.*

§ 187.

PRINCIPIOS GERAES — Chamam-se *pedreiras* os lugares profundos da terra que encerram lousas, gredas ou crés, pedras d'alvenaria, e outras; marmores, granitos, pedras calcareas e de gesso,

---

<sup>28</sup> Os proprietarios de mineraes d'alluvião estam até sujeitos a obrigações especiaes que lhes impõe a Lei franceza com o fim de favorecer as forjas destinadas á preparação do ferro. O proprietario d'um terreno onde ha mineral de ferro d'alluvião, é obrigado a explorar uma quantidade sufficiente, ou tanta quanta for possivel, para satisfazer as necessidades das fabricas legalmente estabelecidas na sua visinhança; o que todavia não o inhiibe de vender mineral ás fabricas mais distantes, se a sua lavra produzir de sobejo para as exigencias das fabricas circumvisinhas.

Os donos d'essas fabricas tambem teem a faculdade de explorar, se o proprietário o não fizer, intimando-lhe que dentro d'um mez declare, se pretende explorar por si; e no caso de negativa, obteem elles para isso a competente permissão, que fica sem effeito, se deixam tambem passar outro mez sem usar d'ella, tornando o proprietario a entrar na posse de todos os seus direitos, etc. (V. Pradier).

etc. substancias terrosas, seixos de toda a especie, e terras pyritosas, consideradas como estrumes. As pedreiras podem ser exploradas ao ar livre ou por galerias subterraneas. A exploração das pedreiras é franca; isto é, não depende de concessão, nem de licença previa; e o proprietario da superficie é senhor de dispôr das substancias comprehendidas na denominarção de pedreiras (Macarel).<sup>29</sup>

§ 188.

LEGISLAÇÃO — Comquanto seja principio geral do nosso Direito que *todas as minas são de propriedade nacional*, todavia o mesmo uso que ampliou a Ord. Liv. 2.º Tit. 26 § 16 a outros mineraes, tem considerado como fora da regra as *pedreiras* de granito, de marmore, e em geral de pedras calcareas, gesso, greda; e póde-se dizer, as que pela Legislação franceza e d'outros Estados da Europa entram na classe das *pedreiras*. Esta excepção tem sido respeitada pela Assembléa geral legislativa que não tem impugnado o uso que fazem os donos dos terrenos onde se acham taes substancias.

Assim tambem as salinas pelo nosso Direito pertencem ao dono do terreno onde existem: ao Estado, se em terreno devoluto; aos particulares, se em terreno de propriedade particular. E esta é a Legislação da maior parte dos Estados da Europa, os quaes contentam-se com impôr sobre os productos que d'ellas se extrahem, sem se attribuirem direitos sobre ellas; notando-se só a differença de que n'umas partes deixa-se inteira liberdade aos donos para aproveitâ-las, e n'outras exige-se licença previa, para as lavar: mas isto somente para

---

<sup>29</sup> Não deve com tudo a Administração ser indifferente á exploração das pedreiras; deve sempre exercer o seu direito d'inspecção. Esta é exercida em França por diversos modos, segundo a exploração é feita ao ar livre ou sob galerias subterraneas. A exploração das pedreiras ao ar livre tem lugar sem licença, sob a simples inspecção da policia e com observancia das Leis ou dos Regulamentos geraes ou locais. Essa inspecção da policia é exercida cumulativamente com os engenheiros. Quando a exploração tem lugar por galerias subterraneas, é sujeita á inspecção da Administração; isto é, a uma inspecção mais activa, a visitas frequentes dos engenheiros, e deposito dos planos e perfis das obras no escriptorio do engenheiro das minas.

observancia das regras policiaes; e muito poucos são os Governos que se reservam este dominio (V. § 4.º da Consulta do Conselho d'Estado de 27 de Setembro de 1859, a que se refere o Av. de 4 de Janeiro do corrente anno).

## **CAPITULO V.**

### *Pesca.*

#### § 189.

PRINCIPIOS GERAES — Sendo a pesca um meio precioso de alimentação, o Governo que deve favorecer tudo o que possa concorrer para o desenvolvimento dos meios de subsistencia publica, tem igualmente o dever de impedir dentro de certos limites o *despescamento* das costas maritimas, e principalmente dos rios (Macarel).

Estas restricções porém não se devem estender a todas as pescarias: a do alto mar, e a que se exerce nos lagos, oferecem com effeito tão poucos inconvenientes sociaes, que não exigem Regulamentos da Administração publica. A Legislação sobre a pesca comprehende pois somente a *pesca fluvial*, e a *pesca maritima costeira*.

#### § 190.

PESCA FLUVIAL — Esta comprehende a que se faz, assim nas pequenas correntes não navegaveis, como nos grandes rios e correntes navegaveis.

O direito de pescar nas pequenas correntes não navegaveis pertence aos proprietarios ribeirinhos, que o teem cada um do seu lado até o meio da corrente sem prejuizo dos direitos contrarios, adquiridos por posses ou titulos. No caso porém de se tornarem ou serem as correntes declaradas navegaveis, teriam os proprietarios que ficassem privados do direito de pescar, o de receber uma indemnisação previa, feita a

compensação das vantagens que poderiam colher da disposição prescripta pelo Governo.

§ 191.

PESCA MARITIMA — É assim chamada a que se faz no mar, ou nas suas costas e praias, ou nos rios afluentes até o ponto em que as aguas deixam de ser salgadas. As pescas maritimas chamam-se *grandes pescas*, ou *pescas costeiras*, ou *sedentarias*, conforme são feitas no alto mar, nas costas, ou por meio de estabelecimentos fixos, como curraes, pesqueiras, almadravas, etc. O exercicio da pesca costeira de toda a sorte de pescado, tanto no mar e ao longo das costas, como na parte dos rios, correntes, lagos e canaes, onde as aguas são salgadas, é sujeito á condição de ser autorizado pela Administração.<sup>30</sup>

§ 192.

LEGISLAÇÃO. — Entre nós a respeito das pescas devem os Juizes de paz procurar a composição de todas as contendias e duvidas, segundo a L. de 15 d'Outubro de 1827, art. 5.º § 14, a que se refere o art. 91 da L. de 3 de Dezembro de 1841.

O abastecimento dos mercados do peixe está a cargo das Camaras municipaes que sobre elles devem igualmente prover por suas

---

<sup>30</sup> Assim pois em França nenhum estabelecimento de pescaria de qualquer natureza que seja, nenhum curral, nenhum deposito de peixes de conchas, póde ser formado á horda do mar, ao longo das costas, nem na parte dos rios, correntes, lagos e canaes, onde as aguas são salgadas, sem autorisação especial e irrevogavel, dada pelo Ministro da marinha. Todas as outras providencias ordens e precauções, proprias para assegurar a conservação da pesca e regular o seu exercicio, estão entregues á iniciativa da Administração, e são expedidas por Decretos.

Podem-se pois reduzir aos seguintes todos os principios geraes relativos ao exercicio da faculdade de pescar: 1.º a pesca é *fluvial* ou *maritima*; 2.º no tocante a pesca fluvial o direito de pescar é inherente ás propriedades ribeirinhas nas correntes não navegaveis; 3.º póde ser exercido em proveito do Estado nos rios e correntes navegaveis; 4.º a Administração dá as providencias tendentes a prevenir o despescamento dos rios; 5.º o direito de pescar é inteiramente livre nos lagos e viveiros particulares; 6.º finalmente é mister autorisação da Administração para o exercicio da pesca maritima que está sujeita á fiscalisação administrativa, a providencias e ordens expedidas por Decretos ou Regulamentos (Pradier).

deliberações e posturas, nos termos da L. do 1.º d'Outubro de 1828, art. 66 § 10.

Por Aviso de 24 de Dezembro de 1850 foi declarado que aos Presidentes das provincias compete conceder licenças para levantamento de curraes de pescar; mas no Rio de Janeiro mandaram-se demolir, prohibindo-se tornar a fazê-los em qualquer ponto da costa, portos e rios, pelo Aviso de 2 d'Abril de 1853, que foi generalisado por Circular da mesma data (V. Rep. do Dr. Furtado, v.º — *Peixe*). Todas as imposições sobre o pescado foram abolidas pela L. de 15 de Novembro de 1831, art. 51 § 3.º (V. tambem a Circular de 18 de Maio de 1856, e L. n. 876 de 10 de Setembro do mesmo anno).<sup>31</sup>

## **CAPITULO VI.**

### *Regimen das aguas, florestas e muttas.*

#### **SECÇÃO I.**

##### **Aguas.**

##### **§ 193.**

PRINCIPIOS GERAES — O regimen das aguas abrange na accepção mais generica todas as regras concernentes ás aguas, assim em relação á sua, utilidade como aos damnos que possam causar. Mas sob o aspecto administrativo o regimen das aguas comprehende somente as regras relativas ás que estam sujeitas á acção administrativa geral.

São pois excluidas d'ella todas as aguas susceptiveis d'um direito absoluto de propriedade; taes como as pluviaes, as subterraneas,

---

<sup>31</sup> Os pescadores são obrigados a matricular-se nas capitánias dos portos, e n'ellas são divididos em districtos; cada um dos quaes compõe-se dos individuos empregados na *pesca interior e exterior* que residem em bairros ou lugarejos das cidades, villas ou costas, sob a direcção d'um capataz que em cada districto inspeciona os demais pescadores, e dos subcapatazes que são precisos para o coadjuvar; sendo uns e outros da escolha e nomeação do Capitão do porto da respectiva provincia, na fórmula do Decr. Reg. n. 447 de 19 de Maio de 1846, arts. 64, 66, e 86 a 90.

os póços e as cisternas. Todas as aguas d'esta natureza são regidas pelo Direito civil ou pelos Regulamentos locais. A acção da Administração geral estende-se a ellas só quando são derivadas d'outras, cuja disposição e inspecção lhe competem. Assim limitado o regimen das aguas, comprehende duas grandes divsões: as que fazem parte do dominio publico; e as correntes que não são navegaveis nem caudaes (Cabantous).<sup>32</sup>

§ 194.

DEFINIÇÕES — Entende-se por um rio navegavel ou caudal uma reunião d'agua corrente por um alveo ou leito d'uma extensão consideravel, que serve para o transporte de gente e mercadorias em barcos ou jangadas.

Chama-se canal toda a corrente, natural ou aberta pela mão do homem, para receber as aguas do mar, dos rios, ribeiros ou regatos, e conduzi-las d'um lugar para outro. Dividem-se em canaes navegaveis ou fluentes, e canaes artificiaes. Ha varias especies de canaes artificiaes: uns d'irrigação, outros de derivação para as fabricas, e outros d'esgotamento. Os canaes d'irrigação teem por rim especial levar aguas para derramâ-las sobre terrenos cuja aridez se pretenda corrigir, tornando-os assim frescos e ferteis. Os canaes de derivação para as fabricas servem para augmentar o volume das aguas. Os d'esgotamento são canaes artificiaes que servem

---

<sup>32</sup> Dous principios dominam a acção administrativa em relação ás aguas correntes. Á Administração incumbem a conservação dos rios, a direcção e abertura dos canaes. A Administração deve promover e indicar os meios de se obter o livre curso das aguas, de evitar que os campos sejam inundados pela excessiva elevação das represas, dos moinhos, e por outras obras d'arte feitas nos rios; e em summa dirigir, quanto fôr possivel, todas as aguas do territorio para um fim d'utilidade geral, segundo os principios da irrigação.

Se se attender a que pela navegação e fluctuação servem as aguas correntes de meios de comunicação e transporte; que pelo seu pendor e volume fornecem motores á industria; que pela sua extensão abrigam, e alimentara o peixe, preparando assim meios de subsistencia publica; e finalmente que pelos seus principios fecundantes favorecem a agricultura, comprehender-se-ha a razão porque o Legislador deve prover attentamente a este elemento de prosperidade publica (Macarel).

para fazer escoar as aguas dos campos ou pantanos, e eonsequir-se assim o seu esgôto.<sup>33</sup>

§ 195.

RIOS NAVEGAVEIS E CAUDAES. — Estes formam uma dependência do dominio publico; e por isso são imprescriptiveis e inalienaveis. O direito de declarar navegavel um rio que o não era, pertence ao Governo depois d'um inquerito administrativo *de commodo et incommodo* que tem por fim verificar-se a opinião publica sobre as *vantagens* e os *inconvenientes* d'um projecto qualquer. Todavia não póde o rio ser declarado navegavel, senão salva a indemnisação devida aos proprietarios ribeirinhos pela servidão com que os seus predios ficarem onerados. De feito elles conservarão a propriedade das margens do rio, mas sujeita aos ónus estabelecidos para o serviço da navegação.<sup>34</sup>

§ 196.

RIOS NÃO NAVEGAVEIS NEM CAUDAES — As correntes não navegaveis nem caudaes estão incontestavelmente fóra do dominio

---

<sup>33</sup> Para se saber quaes são os direitos da Administração sobre as correntes, é mister fazer-se distinção entre as navegaveis ou caudaes, as correntes não navegaveis nem caudaes; e os canaes artificiaes. A Administração tem acção ou direito administrativo e policial sobre as correntes navegaveis e caudaes; assim como sobre as que não são navegaveis nem caudaes. Mas sobre os canaes artificiaes tem apenas um direito d'inspecção.

<sup>34</sup> Estando porém o dominio publico fluvial fora do commercio, e não devendo nunca soffrer usurpação prejudicial ao serviço publico, segue-se: 1.º que nenhuma plantação, construcção, ou disposição qualquer póde ter lugar na margem ou no alveo d'um rio navegavel ou caudal sem previa autorização administrativa; 2.º que as concessões, por mais amplos que sejam os seus termos, nunca importam transferencia de propriedade, e são essencialmente revogaveis ou modificaveis sem indemnisação. Qualquer estabelecimento não autorizado só existe pela tolerancia da Administração, e para com esta nenhuma prescrição póde legalisá-lo. Quanto ás concessões antigas, são ellas tão revogaveis ou modificaveis como as recentes; só com a differença de que a suppressão ou alteração d'aquellas póde em certos casos dar direito a uma indemnisação (V. Resolução de Consulta de 27 de Julho de 1854).

Mas as contestações sobre as correntes que teem por objecto o interesse privado d'aquelles entre quem se agitam, devem ser julgadas pelos tribunaes ordinarios, sendo a autoridade administrativa a unica competente, quando as contestações teem por objecto a policia ou utilidade commum. As contravenções são administrativamente processadas e punidas (Pradier).

publico: mas é uma questão muito controvertida, se pertencem ao dominio privado, ou se devem ser consideradas *res nullius*, cujo uso commum é regulado pelas Leis policiaes. Parece deduzir-se dos textos e espirito do Direito civil, que as correntes não navegaveis nem caudaes pertencem aos proprietarios ribeirinhos, não só as aguas senão também o seu leito; que é para elles uma propriedade caracterisada, mas não absoluta, por ser necessariamente limitada pelos direitos de policia e inspecção que as Leis teem attribuido á Administração, pelo interesse geral da agricultura e industria (Cabantous).<sup>35</sup>

§ 197.

CANAES ARTIFICIAES — Creados pelo interesse da industria ou da agricultura, são os canaes artificiaes objectos de propriedade privada. Todavia a presumpção de propriedade só se dá, quando se trata d'um canal artificial. Na falta de prova escripta da sua construcção, reconhece-se que um canal foi feito pela mão do homem; pela pesca, pela administração e limpeza, pelo aspecto dos lugares, etc.<sup>36</sup>

§ 198.

LEGISLAÇÃO. — A Ord. Liv. 2.º Tit. 26, tratando dos direitos *reaes* diz no § 8.º:

---

<sup>35</sup> Outros porém entendem que o leito dos rios não navegaveis pertence ao dominio publico, e que tendo os proprietarios ribeirinhos apenas um direito de superficie ou d'usufructo perpetuo, goza a Administração do direito d'inspecção sobre as correntes d'esta categoria. Este direito d'inspecção consiste em assegurar a limpeza e boa conservação das correntes não navegaveis nem caudaes.

Em geral a limpeza de qualquer corrente incumbe a quem d'ella se aproveita. Assim a limpeza dos rios não navegaveis está a cargo dos ribeirinhos, e a dos navegaveis a cargo do Estado. Se porém a limpeza d'estes fôsse causada por facto d'um particular ou de sua fabrica, deveria ser feita á sua custa; porque, quem pratica um acto prejudicial, deve repará-lo. A quota da contribuição de cada contribuinte deve ser sempre proporcional ao grau d'interesse que tem nos trabalhos de limpeza.

<sup>36</sup> A Administração exerce sobre os canaes artificiaes um direito d'inspecção e policia; porque pertence-lhe regular o uso geral das correntes, prescrever a limpeza, e distribuir as despesas de repartição. Se porém ella dispozer do canal artificial para satisfazer o interesse publico, deve uma indemnisação ao proprietario; e no caso que a fabrica estabelecida sobre o canal dêse lugar a inundações, poderia fazê-la demolir (Pradier).



*"E as estradas e ruas publicas, antigamente usadas, e os rios navegaveis, e os de que se fazem os navegaveis, se são caudaes que corram em todo o tempo. E posto que o uso das estradas e ruas publicas, e dos rios seja igualmente commum a toda a gente, e ainda a todos os animaes, sempre a propriedade a elles fica no patrimonio real."*

Mas para bem se entender esta Ord. é mister recorrer à sua fonte.

§ 199.

SYSTEMA ROMANO — Os Romanos que distinguiram os rios publicos dos particulares, que caracterisavam uns e outros com signaes distinctivos, e que distinguiram os navegaveis, ou o que os constituia navegaveis, legislaram que dos primeiros ninguem podia extrahir agua sem licença e autoridade do Principe, nem n'elles fazer obra, pela qual se difficultasse a navegação, ou se alterasse o seu curso; mas que dos segundos fôsse permittido tirar livremente agua, ainda que com esta restricção: *"Nisi Imperator aut Senatus vetet."* <sup>37</sup>

§ 200.

DIREITO FEUDAL — Por este Direito passaram os rios publicos a ser um direito realengo. O mesmo Direito, quanto a esses rios, constituia um direito convencional e particular da nação, e não um direito commum Romano; e em muitas nações não foi depois observado. Com tudo alguns Imperantes adoptaram como direitos reaes todos os referidos

---

<sup>37</sup> Assim os Romanos, que fizeram publico o uso dos rios navegaveis para a navegação e pesca, e dos não navegaveis para a extracção das suas aguas e outros usos, parece que com este uso publico, mas restricto, suppozeram tambem a propriedade commum do povo Romano, bem como quanto ás praias do mar. As ribanceiras porém dos rios publicos eram particulares e publicas para diversos fins.

Não eram pois os rios publicos entre os Romanos um direito realengo; e o que ácerca d'elles foi legislado, era por virtude do imperio e protecção para regular o uso da propriedade commum, e para que nenhum particular com alguma obra d'utilidade propria prejudicasse o uso commum e publico.

no Liv. 2.º dos Feudos, Tit. 56, debaixo da rubrica — *Quae sint regalia*, — especialmente no tocante aos rios publicos.<sup>38</sup>

§ 201.

CARACTERISTICOS DOS RIOS PUBLICOS E PARTICULARES. — São característicos dos rios publicos: 1.º ser navegavel mediata ou immediatamente; 2.º ser *perenne*;<sup>39</sup> 3.º ser grande; 4.º ser geralmente reputado publico; 5.º ser tambem publico o seu uso, etc. Por via de regra os rios se reputam publicos, em quanto se não prova que são particulares. São porém particulares e de uso particular os que não reúnem os referidos característicos; isto é, os que não são perennes; os que tão depressa crescem, como diminuem; os que correm tão somente de inverno, ou com as aguas da chuva; os que nascem em algum predio particular, e correm por entre predios particulares até entrar no rio publico.<sup>40</sup>

§ 202.

CONTINUA A LEGISLAÇÃO — A Resolução de 17 d'Agosto de 1775 fixou as seguintes regras acerca do dominio e posse das aguas: 1.<sup>a</sup> sendo a agua particular, pertence ao senhor do predio onde nasce, e

---

<sup>38</sup> É pois visto: 1.º que a citada Ord. adoptou o Direito feudal, enumerando entre os direitos *reaes* os *rios navegaveis*, e *os de que se fazem os navegaveis*; 2.º que os demais rios publicos que não são navegaveis, nem concorrem para constituir um rio navegavel, nem foram comprehendidos na Ord. nem o eram no Direito feudal; e 3.º que por consequencia o direito relativo a estes, como omisso, se deve regular pelas disposições do D. R. em quanto conforme á boa razão e equidade, segundo a L. de 18 d'Agosto de 1769.

<sup>39</sup> Chama-se *perenne* o rio que corre em todo o tempo, ainda que em algum verão muito secco seque em todo ou em parte.

<sup>40</sup> Os rios particulares, ou propriamente ribeiros, em nada differem das outras cousas particulares; o que o Direito dispõe a respeito d'estas, deve applicar-se áquelles. E assim pertencem aos possuidores dos predios lateraes, lendo cada um direito até ao meio do seu alveo. Mas nascendo n'um predio commum a muitos con-senhores, ou correndo por elle, vêm a ser-lhes commum.

Não deixa porém de ser publico um rio que tem principio em lugar privado, porque a essencia de publico consiste na *perennidade*. Os rios que se dividem em braços ou ribeiros, não perdem a natureza; mas as aguas dos rios publicos, extrahidas d'elles por meio d'artificios, logo que entram em terras de particulares que lhes são adjacentes, perdem a natureza de publicas, e revestem a do predio em que entram (V. Almeida e Souza, Tratado das Aguas, Cap. 1.º e Direitos Dominicaes, §§ 48—54).

tambem ao do predio inferior, se mostrar titulo de compra d'ella, ou açude, ou canal permanente que o faça presumir; 2.<sup>a</sup> o senhor do predio onde nasce a agua, depois de usar d'aquella que lhe fôr precisa, não póde distrahi-la para outra parte em odio e prejuizo dos predios inferiores, devendo-se repartir os sobejos por dias ou horas, segundo o prudente arbitrio de louvados nomeados pelas partes.

O Alvará de 27 de Novembro de 1804 determinou nos §§ 14 e seguintes, como se tiram as aguas dos rios, ribeiros, paúes, ou nascentes, e passam pelas fazendas alheias por canaes ou levadas para regar; e o mesmo para esgotâ-las. As aguas em levadas ou canaes foram pois assim reguladas pelo citado Alvará, cujas disposições se mandaram observar no Brasil inteiramente sem duvida ou interpretação alguma no que fôsse applicavel, por outro Alv. de A de Março de 1819.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> A abundancia e limpeza das aguas proviam antigamente os commissarios da Intendencia geral da policia, na fórmula determinada pelo art. 16 das Instrucções de 4 de Novembro de 1825: mas hoje incumbe ás Gamarras municipaes prover á conservação e aos reparos das fontes, aqueductos, chafarizes, poços e tanques, pela L. do 1.º d'Outubro de 1828, art. 66 § 1.º

Aos Juizes de paz porém compete procurar a composição de todas as contendas e duvidas que se suscitarem entre moradores dos seus respectivos districtos acerca de atravessadouros e passagens de rios ou ribeiros, e do uso das aguas empregadas na agricultura ou mineração, segundo a L. de 15 d'Outubro de 1827, art. 5.º § 14, que lhes conferiu essa attribuição policial, a qual lhes foi conservada pelo art. 91 da L. de 3 de Dezembro de 1841.

Mas as obras que teem por objecto promover a navegação dos rios, abrir canaes ou construir aqueductos; podem ser desempenhadas por empresarios nacionaes ou estrangeiros, associados em companhias ou sobre si, como dispõe a C. de L. de 29 d'Agosto de 1828.

Nas sociedades de mineração ordenou-se a observancia dos Regimentos das terras e aguas mineraes com as mais Leis e Ordens em vigor, pelo Av. 1.º de 23 de Julho de 1831.

Pertence na Côrte á administração das obras publicas vigiar na conservação dos diversos encanamentos, chafarizes e fontes, pelo Decreto do 1.º de Dezembro de 1836, substituido pelo Reg. n. 41 do 12 de Marco do 1810, e afinal pelo de n. 302 de 2 de Junho de 1843.

Para a concessão d'aguas dos aqueductos publicos no municipio da Côrte para uso das casas e chacaras particulares, pelo Ministerio do Imperio deu-se o Reg. n. 39 de 15 de Janeiro de 1840, alterado pelo Decr. n. 295 de 17 de Maio de 1843; o qual dispõe que só tenha lugar por arrendamento animal.

A Resolução n. 353 de 12 de Julho de 1845 enumera no art. 1.º § 4.º entre os casos em que ha lugar a desapropriação por utilidade publica geral ou municipal da Côrte, a construcção de fontes, aqueductos, etc.

## SECÇÃO II.

### *Florestas e Mattas.*

#### § 203.

PRINCIPIOS GERAES — Os Legisladores de todos os tempos teem feito da conservação das florestas um objecto especial do seu zelo; e de feito a existencia das florestas é um bem inapreciavel para os paizes que as possuem; ou porque protegem, e alimentam as fontes e rios; ou por que sustentam, e segurara o sólo das montanhas; ou finalmente porque exercem na atmosphaera uma influencia benefica.

As florestas podem pertencer ao Estado, ás municipalidades, a secções destas, a estabelecimentos publicos, ou a particulares. A Legislação florestal é pois necessariamente complexa. Com tudo as florestas do Estado são sujeitas a regras particulares, e a regras communs a todo o complexo do *regimen florestal*.<sup>42</sup> A Legislação florestal deve pois comprehender duas espécies de disposições: umas

---

A Resolução n. 374 de 24 de Setembro de 1845 e o respectivo Reg. n. 465 de 17 d'Agosto de 1846 tambem regularam a concessão das aguas pertencentes a terrenos diamantinos para a sua mineração.

Finalmente aos Poderes geraes do Estado cumpre promover a navegação dos rios do Imperio, o no interior das provincias ás Assembléas provinciaes, quando não pertençam á Administração geral; pelo Acto Additional art. 10 § 8.º N'esta parte corre por conta do Ministerio do Imperio.

Quanto á navegação por vapor dentro dos rios, foi declarado pela L. n. 60 de 8 d'Outubro de 1833 pertencer ao Governo a faculdade de favorece-la com privilegios. E posto que essa L. seja anterior ao Acto Additional, todavia ella como todas as outras que se possam dizer contrarias ás disposições do mesmo Acto, tem-se entendido que continua em vigor, assim como continuam as Leis provinciaes que se acham nas mesmas circumstancias, segundo o que está expressamente disposto no art. 8.º da Lei interpretativa de 12 de maio de 1840 (V. § 1.º da Consulta do Conselho d'Estado de 27 de Setembro de 1859, a que se refere o Av. de 4 de Janeiro do corrente anno).

<sup>42</sup> Chama-se *regimen florestal* o complexo das regras de gerencia e administração, estabelecidas pela Legislação florestal. São sujeitas ao regimen florestal as florestas e mattas que fazem parte do dominio do Estado, as que pertencem a municipalidades, a secções d'estas, a estabelecimentos publicos; e finalmente aquellas em que uns e outros teem direitos indivisos de propriedade com particulares. Quanto ás que são exclusivamente d'estes, não estam sob o regimen florestal; mas os seus proprietarios, sob a inspecção toda protectora da Administração, exercem n'ellas todos os direitos resultantes da propriedade e conformes á Lei.

communs a todos os proprietarios; e outras especiaes á administração das florestas do Estado.

§ 204.

REGRAS COMMUNS A TODOS OS PROPRIETARIOS — Taes são as que se referem aos direitos de uso, a certas providencias de conservação e segurança, á servidão legal concernente ás arvores d'extremas e ás reservadas para o serviço da marinha, etc.

De feito a destruição das florestas, independentemente dos interesses hygienicos e das necessidades cia industria, exerce a mais perniciosa influencia na agricultura, augmentando a duração das seccas, abrindo livre curso ás grandes ventanias que desfolham, e fatigam as plantas, e tornando as inundações mais frequentes. As florestas porém formam uma das partes mais importantes da riqueza nacional; e é por isso tambem que o Legislador deve dar certas providencias de conservação e segurança para protegê-las dos accidentes calamitosos ou das emprezas particulares. Sendo pois as florestas e mattas uma fonte importante de riqueza para um Estado, a sua conservação é um dever interessante para a Administração.<sup>43</sup>

§ 205.

LEGISLAÇÃO. — As florestas e mattas publicas; isto é

as que não pertencem a particulares, e se acham devolutas, pertencem á nação, desde que pela Ord. Liv. 4.º Tit. 43 § 9.º foram reguladas as *sesmarias*, ou datas de terras para serem aproveitadas e cultivadas.

---

<sup>43</sup> A agricultura, a architectura, e quasi todas as industrias acham n'ellas alimentos e recursos que nada poderia substituir, e necessarias aos individuos. As florestas não o são menos aos Estados. No seio dellas é que o commercio acha os seus meios de transporte e de troca; e a ellas é que os Governos pedem elementos de protecção, segurança e gloria. Tambem n'estes principios se funda toda a Legislação florestal (Magnitot et Delamarre).

Na conservação das florestas e mattas publicas onde as houver, devem os Juizes de paz vigiar, e obstar ainda mesmo nas particulares ao córte de madeiras reservadas por Lei (L. de 15 d'Outubro de 1827, art. 5.º § 12), cuja observancia foi instantemente recommendada pelas Circulares de 19 de Janeiro de 1833, 17 e 19 de Novembro de 1834, e outras.

Todavia já pelo Alv. de 5 d'Outubro de 1795 §§ 9.º e 10.º fôra determinado que não se déssem em sesmarias, nem se cortassem sem licença do Governo as madeiras que podessem servir para a construcção de navios da armada, e que estivessem em mattas proximas aos portos do Brasil.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Havia antigamente conservatorias de córtes de madeiras, que foram extinctas pelo art. 11 da L. de 15 de Novembro de 1831, dando-se destino aos seus empregados pelo art. 12 da mesma L. Não ficaram porém franços os córtes de madeiras, de modo que não seja precisa licença para o Córte das reservadas por Lei; mas a attribuição de dar taes licenças compete á Secretaria d'Estado dos negocios da marinha, cumprindo ainda aos Juizes de paz e mais autoridades locais fazer executar as Leis que prohibem o córte d'algumas madeiras para uso dos arsenaes (Aviso de 3 de Novembro de 1833).

Por Aviso de 3 de Dezembro de 1834 se mandou organizar instrucções acerca do tempo do seu Córte e de maneira de emprega-las; em consequencia do que foi approvada e mandada observar a tabella de 18 do mesmo mez e anno, que as designou, conforme as peças em que devem ser empregadas, por Circular de 7 de Janeiro de 1835.

Por outra Circular de 31 de Dezembro de 1845 foi ainda recommendado que se obstasse ao derribamento das madeiras de Lei proprias para a construcção naval, dando-se novas providencias ao mesmo respeito por mais outra Circular de 18 de Setembro de 1846; e determinou-se a fôrma da respectiva escripturação nas provincias onde ha córtes e depositos de madeiras, pelo Aviso n. 60 de 24 de Março de 1847.

Tambem se ordenou por Aviso de 2 d'outubro do 1850, como deve proceder-se contra os mestres das embarcações que conduzirem madeiras de Lei, reservadas para construcção, sem apresentarem licença da Secretaria da marinha que autorisasse o seu Córte; e por outro Aviso n. 260 de 30 de Dezembro do mesmo anno se determinou, que nos trapiches alfandegados se não recebam madeiras reservadas por Lei, que não venham acompanhadas de documentos que justifiquem a necessaria autorisação do Governo, assim como da guia da capitania do porto.

As Instrucções de 5 de Maio de 1855, em additamento a outras da mesma data para o fabrico da polvora na Fabrica nacional da Estreita, estabelecem regras para o plantio das arvores e córte das madeiras que convém estabelecer-se nos terrenos da mesma Fabrica. O Aviso de 26 de Agosto do mesmo anno recommenda aos Presidentes das provincias das Alagoas e de Pernambuco a fiel observancia dos artigos 81, 87, e seguintes do Regulamento n. 1318 de 30 de Janeiro de 1854 sobre a conservação das mattas existentes n'essas provincias para a construcção naval.

Finalmente o Aviso n. 26 de 26 de Janeiro de 1858 declarou que a multa do art. 27 da L. de 21 d'Outubro de 1843 e do Reg. de 20 de Junho de 1814 não é applicavel ao contrabando das madeiras de Lei ou reservadas, por ser especial para o do pau-brasil. Foi porém abolido pelo art. 12 da L. n. 1,040 de 14 de Setembro de 1850 o estanco da

## CAPITULO VII.

### *Vias de Comunicação.*

#### § 206.

PRINCIPIOS GERAES — Entende-se por caminho (via) em geral um espaço de terreno que serve para communicar um lugar com outro, seja qual fôr a sua extensão ou largura, o independentemente de ser mais ou menos frequentado. Os caminhos, assim considerados genericamente, pódem dividir-se em *publicos* e *particulares*. Esta distincção é fundada em Direito; por isso que, se é do dever da Administração assegurar a communicação das diversas partes do territorio, não póde ella ser obrigada a prover ás precisões dos particulares quanto ao transito de simples commodidade (Pardessus).<sup>45</sup>

#### § 207.

ESTRADAS. — Dividem-se em *imperiaes* ou *geraes*, e *provinciaes*. Entre as estradas geraes distinguem-se as que conduzem da capital as fronteiras, aos portos e emporios de commercio; as que conduzem a cidades menos consideraveis; e as que sem partir da capital estabelecem communicações entre as principaes cidades do interior. Chamam-se estradas provinciaes as que estabelecem communicações entre as cidades d'uma provincia ou de provincias limitrophes.<sup>46</sup>

#### § 208.

PLANTAÇÃO DAS ESTRADAS. — O interesse publico, a conservação das estradas, e a commodidade dos viandantes, exigem a

---

venda do *pau-brasil*, e permittido o commercio d'este producto nos termos da Legislação fiscal que regula o dos outros generos d'exportação.

<sup>45</sup> Os caminhos, ou estam a cargo do Estado, e chamam-se *estradas*; ou a cargo das municipalidades, e chamam-se *vicinaes* ou *municipaes*.

<sup>46</sup> Quanto ás *vias ferreas*, são estradas construidas sobre um plano horisontal, munidas de *trilhos* ou linhas de ferro, collocadas parallelamente em saliencia, nas quaes se encaixam, e gyram as rodas dos vehiculos, empregados no transporte de gente e mercadorias.



destruição dos tapumes florestaes e a regular plantação ao longo das estradas. A obrigação de fazer esta plantação ao longo das estradas geraes e provinciaes, susceptiveis d'ella sem inconvenientes, incumbe, aos proprietarios lateraes ou particulares, ou ás municipalidades, que ficarão com a propriedade das arvores plantadas.<sup>47</sup>

§ 209.

CAMINHOS VICINAES — Dá-se este nome, derivado da palavra latina *vicus* (aldeia ou villa), aos caminhos publicos, estabelecidos em proveito da generalidade dos habitantes d'um municipio. Servem, ou para comunicação dos municipios entre si, ou para os habitantes do mesmo municipio gozarem das cousas d'interesse geral entre elles. O dever da Administração n'esta materia é não privar os habitantes d'um caminho que póde ser-lhes indispensavel, ainda que não estabeleça comunicação entre as cabeças de dous municipios; assim como tambem não sobrecarregar o municipio de despesas sobremaneira consideraveis, conservando todos os caminhos de que o publico está de posse, por menor que seja a sua utilidade.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> As estradas geraes que percorrendo linhas d'uma vasta extensão abrem comunicações d'um interesse geral, são inteiramente construidas e conservadas ás expensas do Thesouro publico. Quanto porém ás estradas provinciaes que estabelecem comunicações no interior d'uma provincia ou com as provincias limitrophes, a sua construcção e conservação estam a cargo das provincias que podem todavia ser coadjuvadas pelo Estado n'essa despesa (Acto Addic. art. 10 § 8.º).

<sup>48</sup> É facil de comprehender-se a utilidade d'uma Legislação sobre os caminhos vicinaes ou municipaes. Importa á agricultura e ao commercio que os meios de comunicação sejam faceis. As grandes estradas, creadas e conservadas pelo Thesouro publico ou pelas provincias, permitem que as cidades comuniquem facilmente entre si. Quanto aos caminhos que existem no interior do paiz, e que estam a cargo das municipalidades, não devem ser abandonados pelo, Legislador á iniciativa local. O seu estabelecimento exige discernimento e observancia das regras d'arte, e a sua conservação muita diligencia.

Dividem-se os caminhos municipaes em caminhos de *grande comunicação*, que servem a um grande numero de municipios, e formam assim com municações que teem alguma cousa de provincial; e em caminhos municipaes *ordinarios*. Uns e outros fazem parte do dominio publico municipal, e por este titulo são *imprescriptiveis*. Uns e outros estam a cargo das municipalidades.



## § 210.

SUA DECLARAÇÃO. — CLASSIFICAÇÃO. — CREAÇÃO. — REPARAÇÃO. — DESCLASSIFICAÇÃO. — Em França os caminhos só teem o character de *vicinaes*, quando teem sido como taes *reconhecidos* e *classificados* pela Administração. A *declaração* de vicinalidade é um acto administrativo que dá aos caminhos os effeitos legaes da vicinalidade e o character da imprescriptibilidade. Ella não faz mais do que reconhecer o estado existente das cousas; verifica a viabilidade; faz desaparecer os obstaculos que poderiam prejudicâ-la; e prescreve os meios que a facilitam: mas assim não é, quando se trata de *crear* um caminho novo, ou de tornar publico um caminho particular, ou de *reparar* um caminho antigo. A declaração de vicinalidade não póde então dispensar a desapropriação por utilidade publica, e só póde haver modificação nas formulas da desapropriação.

A factura dos caminhos novos acarreta o direito de fazer as excavações necessarias e extracções de materiaes. Quando porém um caminho vicinal (ou municipal) deixa de ser util, póde ser *desclassificado*, depois de cumpridas formalidades analogas ás que precederam á sua classificação.<sup>49</sup>

## § 211.

DESPEZAS D'ABERTURA E CONSERVAÇÃO — As despesas dos caminhos municipaes correm por conta das municipalidades a quem interessam ; o que quer dizer, que a repartição dos respectivos encargos deve assentar menos na extensão do caminho comprehendido na sua

---

<sup>49</sup> O caminho desclassificado póde ser conservado como caminho rural ou d'exploração, se não fôr vendido para ser o seu preço recolhido ao cofre municipal. Os proprietarios lateraes teem o direito de adquiri-lo com preferencia a outros quaesquer compradores, pagando o seu valor fixado por peritos. Mas *quid*, quando o caminho desclassificado fôr contiguo d'ambos os lados a proprietarios differentes? Poderão estes fazer-se adjudicar o respectivo terreno até a linha do meio? Não havendo Lei expressa sobre esta divisão que a logica poderia aconselhar, admite-se geralmente que o interesse municipal é o que se deve tomar em consideração: mas esse interesse exige que o terreno seja adjudicado áquelle dos proprietarios lateraes que offerecer maior preço.

circumscripção do que nas vantagens que ellas colhem d'elle. Mas é mister que o caminho seja para os municípios de cujo território não faz parte, um meio habitual e indispensável de communicação. As despesas d'abertura e conservação dos caminhos municipaes são pagas pelas rendas ordinarias das municipalidades, pelas prestações de serviços, por contribuições extraordinarias, e por subvenções dos fundos provinciaes.<sup>50</sup>

§ 212.

PROPRIEDADE. — POLICIA — Os caminhos vicinaes pertencem ás municipalidades. As arvores plantadas n'elles pertencem aos proprietarios lateraes; salvo, se as municipalidades provarem, que são propriedade sua. Não podem porém os proprietarios plantar no sólo do caminho; e são obrigados a observar os Regulamentos locaes nas plantações lateraes dos caminhos. Necessitam igualmente d'uma automação administrativa para poderem construir ou reparar os seus edificios; e na falta d'essa autorisação incorrem nas penas de demolição e multa, que entre nós são comminadas pelas posturas municipaes.

A policia dos caminhos vicinaes pertence em geral á autoridade municipal; mas os de grande communicação estão sob a inspecção da autoridade provincial.

§ 213.

CAMINHOS RURAES — São como taes considerados em França os que de facto servem para a communicação dos municipios; mas que não fizeram objecto d'uma *declaração* de vicinalidade. Devem ser reconhecidos com as mesmas formalidades que os caminhos vicinaes ou

---

<sup>50</sup> As prestações de serviços que foram introduzidas em França para supprir a deficiencia das rendas municipaes, sem todavia exigir enormes sacrificios dos proprietarios, consistem em dias de trabalho, cujo numero não pôde exceder a tres.

Quanto ás subvenções dos fundos provinciaes, ha uma distincção a fazer-se entre os caminhos de grande communicação, e os municipaes propriamente ditos. Os 1.ºs podem sempre receber taes subvenções; os 2.ºs só podem recebê-las excepcionalmente. As propriedades productivas do Estado contribuem para as despesas dos caminhos vicinaes ou municipaes.

municipaes; mas o acto administrativo que os declara *ruraes*, não lhes attribue o sólo respectivo. A propriedade d'este é regida pelas regras do Direito commum. Quando os recursos ordinarios da municipalidade são mais do que sufficientes para cobrir todas as despesas obrigatorias, é que a administração municipal póde applicar fundos para esses caminhos. Certos autores francezes lhes recusam o character d'imprescriptibilidade; outros porém, como Foucart, os consideram imprescriptiveis, em virtude do art. 2,226 do Codigo civil.<sup>51</sup>

#### § 214.

LEGISLAÇÃO. — Pela Ord. Liv. 2.º Tit. 26 § 8.º que tambem enumera entre os direitos reaes as estradas publicas, pertencem estas hoje á nação.

Pela Legislação antiga posterior á citada Ord. os caminhos e atravessadouros particulares, feitos por fazendas tambem particulares que não se dirigem a fontes ou pontes com manifesta utilidade publica, ou a fazendas que não possam ter alguma outra serventia, podem ser abolidos por officio dos Juizes (L. de 9 de Julho de 1773 § 12).

Ninguém podia tambem abrir caminhos ou estradas novas para as minas que estivessem descobertas, sem licença regia, debaixo das penas impostas contra os descaminhadôres da Real Fazenda (Alv. de 27 d'Outubro de 1733). Era igualmente prohibido que alguém pudesse embaraçar os caminhos publicos com tapadas de fazendas; e as Camaras podiam fazê-las embargar, pelo Alv. de 27 de Novembro de 1804 § 7.º

Pelo Decr. das Cortes constituintes portuguezas de 23 d'Agosto de 1821, mandado observar pela L. 6.<sup>a</sup> de 20 d'Outubro de 1823, pertencem á Secretaria d'Estado dos negocios do Imperio os

---

<sup>51</sup> A policia regulamentar e de vigilancia dos caminhos ruraes é confiada á autoridade municipal. Quanto aos caminhos abertos nos campos pelos proprietarios para a cultura das suas terras, e que por tolerancia servem ao publico, são propriedades particulares ou servidões, cujo conhecimento compete aos tribunaes ordinarios (Pradier).

objectos relativos a estradas, Os Presidentes das provincias tambem podem, e devem propor a abertura de melhores estradas e conservação das existentes (L. 5.<sup>a</sup> de 20 d'Outubro de 1823, art. 24 § 5.<sup>o</sup>).

Antigamente incumbia aos commissarios de policia não só a perseguição dos ladrões e salteadores pelas estradas e pelos caminhos publicos, senão tambem solicitarem perante as autoridades competentes a conservação das mesmas estradas e seus reparos, facil e livre transito, a abertura de novos caminhos, etc. (Instrucções annexas á Portaria 2.<sup>a</sup> de 4 de Novembro de 1825, § 14). <sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> Hoje pela L. do 1.<sup>o</sup> d'Outubro de 1828, art. 66 § 6.<sup>o</sup> compete ás Camaras municipaes prover á construcção, aos reparos, e á conservação das estradas e dos caminhos, e á plantação d'árvores para preservação dos seus limites e commodidade dos viajantes. Consequentemente devem as Camaras fazer repor no antigo estado ás servidões e os caminhos publicos, não consentindo de maneira alguma que os proprietarios dos predios usurpem, tapem, estreitem ou mudem a seu arbítrio as estradas publicas (L. cit. art. 41).

Devem pois as Camaras desempenhar esta attribuição, ou pela execução das posturas respectivas que houverem promovido pelos seus procuradores e fiscaes, na conformidade dos arts. 81 e 85; ou pelo que deliberarem, e acordarem, precedendo todas as necessarias informações e exames, ficando livre aos que se sentirem aggravados o recurso do art. 73 (Aviso de 16 de Novembro de 1830).

Os Juizes de paz tambem teem obrigação de procurar a composição de todas as contendas e duvidas que se suscitarem entre moradores dos seus respectivos districtos acerca de caminhos particulares, atravessadouros, etc. (L. de 15 d'Outubro de 1827, art. 5.<sup>o</sup> § 14, suscitado pelo art. 91 da L. de 3 de Dezembro de 1841).

A L. porém, que determina como poderão ser as construcções das estradas desempenhadas por emprezarios nacionaes ou estrangeiros, associados em companhias ou sobre si é a de 29 de Agosto de 1828. Esta mesma L. estabelece no art. 2.<sup>o</sup> a classificação das estradas (comprehendidas nas obras especificadas no art. 1.<sup>o</sup>) em geraes, provinciaes, e municipaes; considerando como geraes as que pertencem á provincia, capital do Imperio, ou a mais d'uma provincia; provinciaes as que são privativas d'uma só provincia; e municipaes as que o forem do Termo d'alguma cidade ou villa; e determinando que as 1.<sup>as</sup> sejam promovidas pelo Ministro e Secretario d'Estado dos negocios do Imperio, as 2.<sup>as</sup> pelos Presidentes das provincias, e as 3.<sup>as</sup> pelas respectivas Camaras municipaes.

Todavia, segundo o Aviso de 4 de Janeiro do corrente anno, ainda não está declarado quaes são as obras, *estradas* e navegação que se devem considerar *provinciaes*: em quanto não houver Lei que faça esta declaração, as concessões que as Assembléas provinciaes fizerem sobre esses objectos, em virtude do § 8.<sup>o</sup> do art. 10 do Acto Addic. devem ficar dependentes da approvação da Assembléa geral, a quem compete regular esta materia, mantendo-se no entanto as concessões já feitas do mesmo modo por que a Lei interpretativa daquelle Acto manteve as Leis provinciaes anteriormente derrotadas que eram offensivas d'elle.

Quanto ás estradas que são servidas por vapor, qualquer que seja a sua extensão, devem ser classificadas entre as geraes (V. o § 3.<sup>o</sup> da Consulta do Conselho d' Estado de 27 de Setembro de 1859, a que se refere o citado Aviso).

§ 215.

LEGISLAÇÃO RELATIVA AO TRANSITO PUBLICO. — O transito por algumas estradas publicas é sujeito ao pagamento de certas taxas d'uso e passagem, denominadas *direitos de portagem*, que se cobram em certas paragens, a que se dá o nome de *barreiras*, — e que são estabelecidas com a necessaria differença entre pedestres e cavalleiros, as diversas especies de animaes, e os differentes vehiculos que por ellas passam. Todo o producto dos direitos de portagem que se arrecada em cada uma das estradas publicas, é applicado ao respectivo concerto e melhoramento.

São porém isentas de pagaras taxas d'uso e passagem as pessoas que transitam pelas mesmas estradas em acto do serviço nacional; e bem assim todos e quaesquer generos e effeitos da nação que por ellas são transportados.<sup>53</sup>

§ 216.

LEGISLAÇÃO RELATIVA A ESTRADAS DE FERRO. — A L. n. 100 de 31 d'Outubro de 1835 autorisou o Governo para conceder a uma ou mais companhias que fizessem uma estrada de ferro da capital do Rio

---

<sup>53</sup> Esta materia é regida, quanto ás estradas construidas por emprezas particulares, pelas disposições da citada L. de 29 d'Agosto de 1828; e quanto ás construidas por administração publica, são as respectivas taxas e barreiras reguladas por uma Resolução de 25 d'Outubro de 1831, alterada e ampliada por outra de 3 de Novembro de 1832, para cuja execução baixou o Regulamento de 17 de Maio de 1833, explicado no art. 7.º pela Ordem de 17 d'Agosto do mesmo anno.

Os proprietarios, por cujos terrenos se teem de abrir as estradas, são attendidos em seus direitos nos termos da L. de 9 de Setembro de 1826, e indemnizados não só das bemfeitorias, mas até do solo; quando á vista dos seus titulos se mostre que devam ser isentos de os dar gratuitamente (L. cit. de 1828, art. 17).

Assim a abertura como o alargamento ou prolongamento das estradas justificam a desapropriação por utilidade geral ou municipal da Côte, segundo tambem dispõe a Resolução n. 353 de 12 de Julho de 1845, art. 1.º § 4.º

As Assembléas provinciaes porém legislam sobre os casos e a fôrma, porque póde ter lugar a desapropriação por utilidade provincial ou municipal (Acto Addic. art. 10 § 3.º). Compete-lhes igualmente legislar sobre as estradas do interior das provincias que não pertençam á Administração geral do Estado (cit. art. § 8.º).

de Janeiro para as de Minas, Rio Grande do Sul, e Bahia, privilegio por 40 annos, para transporte de generos e passageiros.

Pela L. n. 64 de 29 d'Outubro de 1838 foram approvados differentes artigos d'uma Resolução da Assembléa provincial de S. Paulo, que concedeu privilegio exclusivo a uma companhia para a construcção d'uma estrada de ferro na mesma provincia.

O Decr. de 4 de Novembro de 1840 estabeleceu condições para a construcção d'um caminho de ferro do Municipio da Côrte até a referida provincia de S. Paulo, concedendo privilegio exclusivo por 80 annos a Thomaz Cochrane por meio d'uma companhia que deveria organizar para esse fim.

O Governo foi autorizado pela L. n. 641 de 26 de Junho de 1852 para conceder a uma ou mais companhias a construcção total ou parcial d'um caminho de ferro que partindo do Municipio da Côrte vá terminar nos pontos das provincias de Minas e S. Paulo, que mais convenientes forem, com privilegio que não exceda a 90 annos; assim como de outros em quaesquer pontos do Imperio.<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> No mesmo anno a L. n. 670 de 11 de Setembro approvou os privilegios concedidos por Decr. do Governo de 7 d'Agosto a Eduardo e Alfredo de Mornay, e a outro, afim de organisarem o 1.º e 2.º uma companhia para construir um caminho de ferro entre esta cidade do Recife o a villa d'Agua-Preta; e o 3.º outra companhia para construir tambem, melhorar e conservar, duas linhas de estradas na provincia de Minas; os dous 1.ºs por 90 annos, e o ultimo por 50. Mas por outra L. n. 725 de 3 d'Outubro de 1853 foi autorisada a continuacção d'aquella estrada d'Agua-Preta até o rio S. Francisco; e bem assim a construcção d'outra estrada de ferro desde o littoral da Bahia até a Villa do Joaseiro, ou outro ponto que se julgar mais conveniente da margem direita d'aquelle mesmo rio.

Ultimamente a L. n. 838 de 12 de Setembro de 1855 autorisou ainda o Governo a conceder favores a qualquer companhia que no intervallo das sessões do Corpo legislativo tomasse por empreza uma estrada de ferro entre a cidade de Santos e S. João do Rio Claro na provincia de S. Paulo (V. as LL. ns. 912 de 26 d'Agosto e 939 de 26 de Setembro de 1857; e os Decretos ns. 987 e 1,088 de 1852, ns. 1,245 e 1,299 de 1853; ns. 1,599, 1,602, 1,614 e 1,629 de 1855; ns. 1,734 e 1,759 de 1856; ns. 1,930, 1,980 e 1,983 de 1857; e n. 2,123 de 1858).

## CAPITULO VIII.

*Aprendizado. — Fabricas perigosas, insalubres ou incommodas.*

### SECÇÃO I.

*Aprendizado.*

§ 217.

RAZÃO D'ORDEM — Depois da industria agricola que fornece ao homem as materias primas de que ha mister para satisfazer as suas necessidades, segue-se naturalmente a industria manufactura que as transforma n'uma infinita variedade de productos. Deve esta pois ser tambem animada pela Administração; porque do seu desenvolvimento e da sua prosperidade depende a felicidade dos povos.

Podem porém resumir-se os deveres da Administração ácerca d'essa industria nos seguintes termos: consagrar a liberdade do artista e do manufactor, abrir largas sahidas á industria manufactôra, esclarecê-la sem a dirigir, honrar e recompensar os artistas e fabricantes mais habéis, moderar o peso dos impostos que teem de recahir sobre essa industria, proteger os consumidores contra os fabricantes, e tendo a mira no interesse geral dar providencias para regular o exercicio de certas profissões.

Assim pois este Capitulo e os seguintes terão por objecto algumas instituições concernentes á industria manufactôra em suas relações com a Administração do paiz.

§ 218.

DEFINIÇÃO DO APRENDIZADO — Este fórma obreiros habéis, melhora as artes, mantém, e augmenta a prosperidade das fabricas; mas a determinação arbitraria de duração que a Administração prescrevesse, seria um attentado contra a mais indisputavel das propriedades, a do

*trabalho*. A vontade dos mestres, aprendizes e paes, deve ser livre na fixação das condições que aliás variam, segundo a especie d'arte a que o obreiro se destina. A Administração só deve interferir em taes convenções para assegurar a liberdade d'ellas, e ordenar a sua execução, todas as vezes que não forem contrarias á ordem publica.

O contracto d'apprendizado é pois uma convenção pela qual um fabricante, mestre d'officina, ou obreiro, se obriga a ensinar a pratica da sua profissão a outra pessoa que da sua parte se obriga a trabalhar para o mestre, sob certas condições e por um prazo convencionado. Além das razões deduzidas da vantagem de formar obreiros habéis, o interesse das familias pobres milita em favor do aprendizado que não só lhes permite dar a seus filhos sem despesas um officio honesto, senão também as allivia no todo ou em parte do encargo de alimentá-los, educá-los, etc.

#### § 219.

PRINCIPIOS GERAES. — Muitos povos teem estabelecido condições d'apprendizado; mas todos os seus regulamentos são lesivos da liberdade do trabalho. De feito só por isso ficam os obreiros improductivos por um tempo consideravel. Segundo taes regulamentos, ninguem póde comprar nem vender sem ser mestre em tal ou tal arte; ninguem póde ser official sem ter servido como aprendiz por um certo numero d'annos; e durante todo esse tempo o trabalho do aprendiz pertence ao mestre.

Ora, essa duração do aprendizado, raras vezes necessaria, é quasi sempre um roubo feito ao obreiro.

"O patrimonio do pobre (diz Adam Smith) consiste todo na força e destreza dos seus dedos; não lhe deixar livre a disposição d'essa força e destreza, sempre que elle as não empregue em prejuizo dos outros, é *attentar contra a mais indisputavel das propriedades*." <sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> É além d'isto universalmente reconhecido que só a emulação póde dar aos artistas a educação conveniente, e a prolongação do aprendizado embota o espirito, desanima a



## § 220.

LEGISLAÇÃO — Quanto ás formas e condições do contracto d'apprendizado, deveres reciprocos, causas de rescisão, e competencia, as Leis que regem entre nós esta materia, são: relativamente aos orphãos a Ord. Liv. 1.º Tit. 88 § 16; para o contracto de locação de serviços, celebrado entre Brasileiros, a L. de 13 de Setembro de 1830; e com estrangeiros a de 11 d'Outubro de 1837, que nos arts. 2.º 3.º e 4.º estabelece regras providentes para o caso de ser o dito contracto feito com menores estrangeiros, exigindo para sua validade que seja autorizado com assistencia d'um curador especial, ou do curador geral de colonos, onde houver sociedades de colonisação, ou do de orphãos nos outros lugares.

Ambas as LL. citadas attribuem aos Juizes de paz respectivos dos domicilios dos locatarios o conhecimento de todas as acções, derivadas de contractos de locação e serviços que continuam a ser da privativa competencia dos mesmos Juizes, seja qual fôr o seu valor, com recurso para os de direito.<sup>56</sup>

---

industria, e póde chegar até a desenvolver no obreiro os vicios que são consequencias do desgosto.

Debalde se pretenderia sustentar que esses regulamentos favorecem os consumidores; porque tendem a impedir que obreiros ainda ignorantes exerçam uma arte que não sabem. O bom senso publico sabe sempre apreciar os productos que se lhe apresentam; e só o consumidor é quem tem o direito de julgar do que lhe convém.

Não deve pois a Administração propôr-se determinar as condições do apprendizado. Elias differem aliás naturalmente, segundo a espécie d'arte que o obreiro se propõe aprender; e n'isso, como em tudo o mais, o seu tempo de provança depende da sua intelligencia e applicação.

Mas seria outro erro concluir-se dahi, que o apprendizado é inutil. Elle tende a formar obreiros habeis; é pois um bem para as artes que aperfeiçoa, e para as fabricas cuja prosperidade mantém, e augmenta. A liberdade do trabalho porém produzirá esses resultados: sem que para isso seja necessaria a intervenção da autoridade (Macarel).

<sup>56</sup> As Companhias de aprendizes menores, creadas nos arsenaes de guerra, deu-se nova organização pelo Reg. n. 113 de 3 de Janeiro de 1842, e Instrucções em 11 do mesmo mez e anno para execução da L. n. 243 de 30 de Novembro de 1841, art. 39.

Nesses estabelecimentos e companhias não se póde alistar nenhum menor de 8 annos d'idade, nem depois de 12 completos: e só podem ser n'elles admittidos expostos, orphãos indigentes, menores que vivam abandonados, e filhos de paes nimamente pobres.

## SECÇÃO II.

### *Fabricas perigosas, insalubres ou incommodas*

#### § 221.

PRINCIPIOS GERAES — Como se disse no principio d'este Capitulo a industria manufactôra, cujo fim é transformar em productos variados as materias primas, fornecidas pela industria agricola, deve ser livre de tropeços, animada em sua marcha progressiva, e protegida no seu desenvolvimento. A abolição pois dos privilegios de profissões, corporações d'officios, seus juizes, escrivães e mestres, dotou a todo o cidadão da liberdade de fazer qualquer negocio ou exercer a profissão, arte ou officio que lhe aprouver (Const. art. 179 § 25).

Mas deverá essa liberdade tão necessaria ser favorecida á custa do interesse geral, cuja protectôra natural é a Administração? Por mais livre que deva ser a industria manufactôra, é necessariamente sujeita a certas restricções exigidas pela ordem social.

---

Tambem nenhum menor póde ser admittido nas referidas companhias, sem que seu pae ou tutor obrigue por termo, assignado no Juizo dos orphãos respectivo, a pessoa do mesmo menor ao cumprimento dos onus que no citado Regulamento se impõem aos aprendizes menores. Ha nos arsenaes escolas primarias que os aprendizes menores são obrigados a frequentar ate saberem lêr, escrever e contar. Nas horas vagas são entretidos nas diversas officinas em trabalhos proprios da sua idade e capacidade, e applicados aos officios, para que parecem mais idoneos.

Mandaram-se igualmente admittir em companhias de aprendizes marinheiros, menores de 10 até 17 annos d'idade, de constituição robusta e propria para a vida maritima, que se apresentarem voluntariamente, assim como orphãos e desvalidos; os quaes aprendem tambem a lêr, escrever e contar, e fazem todo o serviço de marinheiros que é compativel com as suas forças e idades respectivas, pelo Decreto n. 304 de 2 de Junho de 1843, alterado pelo de n. 411 A de 5 de Junho de 1845, art. 31 (V. Decretos n. 1,517 de 4 de Janeiro de 1855, n. 2,003 de 21 d'Outubro de 1857, e n. 2,188 de 9 de Junho de 1858).

Ultimamente providenciou-se sobre a instrucção publica elementar ou primaria dos menores de 12 annos que vagarem em qualquer dos districtos do Municipio da Côte em estado de pobreza e mendicidade, e sobre o seu futuro destino, pelo Decr. n. 1,331 A de 17 de Fevereiro de 1854, arts. 62 e 63; dispondo que depois de receberem a instrucção do 1.º gráu, sejam enviados para as companhias d'apprendizes dos arsenaes ou de imperiaes marinheiros, ou para as officinas publicas ou particulares, mediante um contracto n'este ultimo caso com os respectivos proprietarios sob a fiscalisação do Juiz dos orphãos.

A Administração, guarda dos interesses de todos, está encarregada de aplicar essas restrições, em cujo numero se acham comprehendidos Os limites postos ao direito de estabelecer certas fabricas, cuja visinhança possa ser perigosa, insalubre ou incommoda; ao de fabricar e empregar certos instrumentos que ameacem a segurança publica e individual; e ao de fundar certos estabelecimentos que absorvessem comum fim d'interesse particular certos, objectos d'utilidade geral.<sup>57</sup>

§ 222.

CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAES. —

A liberdade do trabalho é a regra; as disposições que a coarctam, não podem ser senão a excepção: donde se segue que as providencias respectivas da Lei só podem ser applicadas a estabelecimentos especialmente classificados para esse fim; e que todos os que não fizeram objecto d'essa designação, ficam sob o imperio da Lei commum.

Em França são os estabelecimentos *perigosos*, *insalubres* ou *incommodos*, divididos em tres classes, que se referem a estas diversas qualificações. A 1.<sup>a</sup> classe comprehende os estabelecimentos que devem estar afastados das habitações particulares; e a 2.<sup>a</sup> aquelles cujo afastamento das habitações não é rigorosamente necessario, mas cuja formação todavia importa que se permitia somente depois de haver a certeza de serem as suas operações de tal modo praticadas que não incommodem os proprietarios vizinhos, nem lhes causem damnos. Na 3.<sup>a</sup> classe são collocados os estabelecimentos que podem permanecer sem

---

<sup>57</sup> Assim é que os estabelecimentos industriaes de tal natureza que possam arriscar a segurança dos habitantes, a saude dos homens e animaes domesticos, ou o estado das colheitas e dos fructos da terra, não podem fundar-se por causa d'essas circumstancias, senão em virtude d'uma autorisação administrativa.

São commumente designados, pelos nomes de fabricas *perigosas*, *insalubres* ou *incommodas*. É o principio superior do interesse geral que tem feito derogar a respeito d'ellas o principio secundario da liberdade do trabalho e da industria.

inconvenientes perto das habitações; mas que devem ficar sujeitos á vigilancia da policia.<sup>58</sup>

§ 223.

LEGISLAÇÃO — Pelos Regulamentos fiscaes n. 364 de 15 de Junho de 1844, art. 18, e n. 681 de 10 de Julho de 1850, art. 48, todos os estabelecimentos industriaes estam sujeitos a licenças annuaes das Camaras municipaes.

A fiscalisação porém dos estabelecimentos perigosos, insalubres ou incommodos, está tambem a cargo das mesmas Camaras, e das autoridades sanitarias creadas pela Resolução n. 598 de 14 de Setembro de 1850, art. 3.º.<sup>59</sup>

As Camaras municipaes compete prover por suas posturas á economia e aceio dos curraes e matadouros publicos, á collocação dos cortumes, á venda e fabrico da polvora, de todos os generos susceptiveis d'explosão, e de fogos d'artificios que pelo seu perigo só se podem vender e fazer nos lugares marcados pelas mesmas Camaras, e fora dos povoados, impondo multas aos contraventores (L. do 1.º d'Outubro de 1828, art. 66 §§ 2.º e 11).

---

<sup>58</sup> A Administração, distinguindo tres classes de estabelecimentos industriaes, sujeita a autorização para elles exigida, e por ella concedida, a diversas formalidades, conforme pertencem á 1.ª, 2.ª ou 3.ª classe. Se porém as condições requeridas não são satisfeitas, póde ser retirada a autorização com formalidades pouco differentes das que se observaram para a sua concessão.

As questões de propriedade e de danos materiaes são da competencia dos tribunaes civis; mas a questão de diminuição do valor das propriedades visinhas, resultante da proximidade d'algum dos referidos estabelecimentos, é do dominio da Administração, e julga-se prevenida pela autorização.

<sup>59</sup> A Junta central, ou ao seu Presidente na Côrte, e aos Inspectores de saude publica nas provincias, compete exercerem a policia sanitaria, examinando as localidades, onde se achem fabricas, cujos trabalhos sejam nocivos á saude, ou ainda de cheiro incommodo, marcando as distancias em que devam ficar dos povoados, e podendo mandâ-las fechar, até que se realize a remoção determinada.

Das decisões dos Inspectores de saude publica ha recurso para a Junta central, assim como d'esta para o Conselho d'Estado (Decr. Reg. n. 828 de 29 de Setembro de 1851, art. 40, alterado pelo § 3.º do art. 1.º do novo Decr. Reg. n. 2,052 de 12 de Dezembro de 1857) (V. § 121).

## CAPITULO IX.

*Patentes d'invenção. — Desenhos e Marcas dos Fabricantes. — Direito de contramarca.*

### SECÇÃO I.

*Patentes d'invenção.*

#### § 224.

PRINCIPIOS GERAES — O termo *propriedade* é de difficil applicação ao direito dos inventôres. O principio sagrado da liberdade do trabalho, a necessidade que o inventor tem dos seus semelhantes para a applicação da sua descoberta, e a propensão natural ao homem de reproduzir e limitar as concepções da intelligencia, tornariam impossivel essa propriedade exclusiva, se fôsse licito attribui-la ao inventor. Mas por outra parte *toda a descoberta util é* (segundo a expressão de Kant) *um serviço prestado á sociedade que não póde gozar d'ella contra a vontade do inventor.*

Se pois o inventor dotou a sociedade duma idéa ou d'uma applicação nova, é justo que seja recompensado; e se elle consente que a sociedade goze da sua descoberta, é razoavel que ella reconheça por algum sacrificio o serviço que elle lhe prestou; donde resulta esta transacção: "a sociedade assegurará a todo o inventor, durante um tempo dado, o gozo pleno e inteiro da sua descoberta; com tanto que elle a entregue á sociedade depois de findo o prazo do seu privilegio." (Macarel).

#### § 225.

DEFINIÇÃO. — A *Patente d'invenção* é o titulo dado pelo Governo ao inventor para verificar o direito exclusivo que lhe é concedido de empregar em seu proveito a sua descoberta ou invenção, durante certo prazo.

Essa transacção entre o interesse particular do inventor e os interesses geraes da sociedade teve lugar em todo o tempo; mas sob o imperio da Legislação antiga era muito imperfeita. Umas vezes era sacrificado o interesse do inventor, quando por exemplo se lhe negavam privilegios; outras vezes a sociedade tinha razão de queixa, como quando se concediam privilegios perpetuos (Pradier).

§ 226.

LEGISLAÇÃO — Pela antiga Legislação já era entre nós reconhecido e assegurado o direito dos inventores. Assim dispunha o Alv. de 28 d'Abril de 1809 no § 6.º que

*"sendo muito conveniente que os inventores d'alguma nova machina e invenção nas artes gozassem do privilegio exclusivo, além do direito que podessem ter ao favor pecuniario, estabelecido em proveito da industria e das artes, todos os que estivessem n'este caso, deviam apresentar o plano do seu novo invento á Real Junta do Commercio; e que esta reconhecendo a verdade e o fundamento d'elle, lhes concedesse o privilegio exclusivo por 14 annos, ficando elles obrigados a publicá-lo depois; para que no fim d'esse prazo toda a nação gozasse do fructo da invenção, etc."*

Esse direito foi confirmado pela nossa Constituição no art. 179 § 26, dispondo que — os inventores terão a propriedade das suas descobertas ou das suas producções; e que a Lei lhes assegurará um privilegio exclusivo temporario, ou lhes remunerará em resarcimento da perda que hajam de soffrer pela vulgarisação. — A Lei que rege esta materia, é actualmente a de 28 d'Agosto de 1830; que assegura ao descobridor ou inventor d'uma industria util a *propriedade* e o uso exclusivo da sua descoberta ou invenção (art. 1.º); e autorisa o Governo a mandar passar as patentes respectivas em conformidade das disposições da mesma Lei, sendo sempre ouvido o Procurador da Corôa, Fazenda e Soberania nacional (art. 11).

## § 227.

CARACTER DA PATENTE — Esta não confere em França direito algum; verifica sómente a existencia d'um direito exclusivo do inventor. Esse direito adquire elle pela nova descoberta, sob as condições e pelo tempo, prefixados na Lei. Mas para o inventor adquirir esse direito é mister que a descoberta seja *nova* e *susceptivel de privilegio*. Consideram-se invenções ou descobertas novas; 1.º a invenção de novos productos industriaes; 2.º a invenção de novos meios, ou a applicação nova de meios conhecidos, para obter um resultado ou um producto industrial. Quanto porém ás descobertas *não susceptíveis de privilegio*, o Legislador francez julgou dever premunir os cidadãos contra os seus proprios preconceitos, declarando taes as descobertas pharmaceuticas e as combinações financeiras.<sup>60</sup>

## § 228.

PRAZO DA PATENTE — Entre nós póde a patente ser concedida, segundo a qualidade da descoberta ou invenção, por espaço de 5 até 20 annos: maior prazo porém só póde ser concedido por Lei (art. 5.º da cit. L. de 1830).<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Todavia a Administração não se constitue juiz da realidade e do merito da descoberta; nem ao menos examina, se é nova, ou não. O industrial faz a sua petição. Se n'ella trata d'uma invenção não susceptivel de privilegio, a Administração responde que não dá patentes por taes descobertas. Se pelo contrario elle trata d'alguma invenção classificada entre as susceptíveis de privilegio, a Administração dá a patente por conta e risco do peticionario. Também não se exige a novidade, e os seus caracteristicos são traçados sómente para a apreciação das contestações que possam suscitar-se perante os tribunaes (Pradier).

<sup>61</sup> Pela Lei franceza, não sendo todas as invenções igualmente importantes, podem os mesmos inventores limitar a duração do seu gôzo, requerendo uma patente por 5, 10 ou 15 annos. Mas, uma vez decretada a determinação do prazo, deve servir-lhe de regra, assim como ao publico; e também só por uma Lei póde ser prorogada a duração das patentes.

Em França paga-se uma taxa proporcional á duração de cada patente por annuidades, sob pena de perda do privilegio, se o agraciado deixar de pagar alguma d'ellas.

A nossa L. porém dispõe no art. 4.º que o direito do descobridor ou inventor será firmado por uma patente concedida *gratuitamente*, pagando só o sello e feitio d'ella; e para consegui-la deve: 1.º mostrar por escripto que a industria a que se refere, é da sua propria invenção ou descoberta; 2.º depositar no archivo publico uma exacta e fiel

## § 229.

PATENTES ADDICIONAES — Chama-se patente *principal* a que se dá por qualquer invenção ou descoberta; mas o inventor industrial pode, durante o prazo da sua patente, fazer mudanças ou melhoramentos na sua invenção; chamam-se pois patentes *addicionaes* os certificados que verificam tais mudanças ou melhoramentos, e são dados aos industriais a seu pedido da mesma forma que a patente principal e com os mesmos efeitos, a partir das datas respectivas das petições. Essas patentes adicionaes findam com a patente principal. Além d'isto é lícito ao inventor requerer uma nova patente principal por melhoramentos bastante importantes, mas conformando-se com as prescrições da Lei. O industrial goza então ainda d'outro privilegio pelos melhoramentos que tenha a fazer na sua invenção. Por outro favor muito especial dispôs o Legislador francez, que só o agraciado ou seus successores poderão, durante um anno, obter validamente uma patente por alguma mudança, melhoramento, ou addição ao objecto da patente principal.<sup>62</sup>

## § 230.

CESSÃO. — Quanto a esta dispõe a nossa L. de 28 d'Agosto de 1830 no art. 8.º — que aquelle que tiver obtido uma patente d'invenção,

---

exposição dos meios e processos de que se serviu, com planos, desenhos ou modelos que os esclareçam, quando sem elles se não poder illustrar exactamente a materia (Reg. 2.º de 2 de Janeiro de 1839, art. 6.º § 7.º).

<sup>62</sup> Mas para não desalentar a industria procurou conciliar os direitos dos agraciados com os d'outros industriais que da sua parte descobrissem novos melhoramentos: e autorisou quem quizesse obter uma patente por mudança, addição, ou aperfeiçoamento n'uma invenção já privilegiada, a fazer no decurso do anno uma petição que fôsse depositada em carta fechada no Ministerio das obras publicas, d'agricultura e do commercio, e que se abrisse no fim do anno, sendo então concedida a patente ao industrial no caso de não ter havido melhoramento, mudança ou addição alguma da parte do inventor primitivo e já agraciado.

A nossa L. porém (de 1830) apenas dispõe em termos geraes no art. 2.º que "aquelle que melhorar uma descoberta ou invenção, tem no melhoramento o direito de descobridor ou inventor," sem limitação de tempo, nem designação ou distincção de pessoas.



poderá dispor delia, como bem lhe parecer, usando elle mesmo, ou cedendo-a a um ou mais. — <sup>63</sup>

§ 231

PUBLICIDADE — A este respeito dispõe a citada L. de 1830 no art. 6.º que

“se o Governo comprar o segredo da invenção ou descoberta, fâ-lo-ha publicar: no caso porém de ter unicamente concedido patente, o segredo se conservará occulto, até que expire o prazo da patente. Findo este, é obrigado o inventor ou descobridor a patentear o segredo.”  
<sup>64</sup>

§ 232.

INDUSTRIA ESTRANGEIRA — O art. 3.º da nossa L. determina que “ao introductor d’uma industria estrangeira se dê um premio proporcionado á utilidade e difficuldade da introduccção.” <sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> Em França as patentes, como qualquer outra propriedade, podem tambem ser cedidas no todo ou em parte, com tanto que a cessão seja feita por instrumento publico; e o cessionario, para com quem a Lei guarda menos atenções, e que aliás possui meios pecuniarios para comprar a patente, pague logo a totalidade da taxa. O acto da cessão deve além d’isso ser registrado na secretaria da prefeitura, afim de produzir os seus efeitos para com terceiros.

Essa cessão da patente tem por effeito fazer aproveitar de pleno direito aos cessionarios os certificados addicionaes ulteriormente dados ao agraciado ou a seus successores, e vice-versa. Mas o agraciado conserva sempre a propriedade dos melhoramentos que fizerem objecto de patentes principaes, que por conseguinte constituem uma propriedade distincta.

<sup>64</sup> A Lei franceza de 1844 pelo contrario ordena o deposito no Ministerio competente de todos os desenhos, amostras, modelos, e descripções das patentes dadas. Todos podem pois entrar no conhecimento d’essas peças, e obter copias d’ellas. A mesma Lei prescreve a publicação d’esses desenhos e descripções depois do pagamento da 2.ª annuidade, e o deposito dos originaes no conservatorio das artes e dos officios, logo que expirarem os prazos das patentes.

É facil de vêr n’essa publicidade prescripta pela Lei uma triplice vantagem: 1.ª para o agraciado, cujos meios e productos são levados ao conhecimento de todos; 2.ª para a sociedade que vae-se habilitando assim para entrar no gôzo da invenção; e 3.ª para a moral publica, facilitando a descoberta das *contrafações* e a sua punição d’um modo mais efficaz.

<sup>65</sup> A Legislação franceza porém mais liberal para com as nações estrangeiras, na phrase de Pradier, faz participar os estrangeiros do direito de obter em França patentes d’invenção, conformando-se elles com as condições impostas aos nacionaes. Ella lhes concede até patentes por descobertas já privilegiadas em paiz estrangeiro; mas, para

## § 233.

NULLIDADE OU PERDA DO PRIVILEGIO. — Pela nossa L. de 1830, art. 10.º toda a patente cessa, e é nenhuma, nos casos seguintes: — 1.º provando-se que o agraciado faltou á verdade, ou foi omisso, occultando materia essencial na exposição ou declaração que fez para obter a patente; 2.º provando-se ao que se diz inventor ou descobridor, que a invenção ou descoberta se acha impressa e descripta tal qual elle a apresentou como sua; 3.º se o agraciado não pozér em pratica a invenção ou descoberta dentro em dous annos depois de concedida a patente; 4.º se o descobridor ou inventor obteve pela descoberta ou invenção patente em paiz estrangeiro (n'este caso porém tem como introductor direito ao premio promettido no art. 3.º da mesma L.); 5.º se o genero manufacturado ou fabricado fôr reconhecido como nocivo ao publico ou contrario ás Leis; 6.º cessa tambem o direito de patente para os que antes da concessão d'ella usavam do mesmo invento.<sup>66</sup>

---

que a França não se ache embaraçada na sua concorrência industrial com as outras nações, sujeita essas patentes á condição de terem uma duração igual á das obtidas anteriormente no estrangeiro.

A Lei franceza de 1844 supprimiu as patentes d'importação que consistiam em conceder a quem primeiro introduzisse em França uma descoberta estrangeira, as mesmas vantagens, como se fôsse inventor d'ella. O Legislador francez entendeu com razão que era digno da França dar o exemplo de reconhecimento do direito dos inventores, sem distincção de nacionalidade, e de consignar na Lei o principio d'um direito internacional para garantia das obras do genio industrial entre todos os povos (Macarel). Mas para que um estrangeiro possa obter uma patente em França, é master que a sua descoberta seja nova; isto é, que não tenha tido, nem em França, nem n'outra parle, uma publicidade sufficiente para poder ser executada.

<sup>66</sup> Já se disse na nota ao § 227, que a Administração não examina a descoberta, nem se constituo juiz d'ella, e que dá a patente por conta e risco do peticionario. Ora, póde acontecer: 1.º que a descoberta privilegiada não seja nova (se antes do deposito já havia tido no paiz ou no estrangeiro a publicidade, de que trata o § 231); 2.º que não seja susceptivel de privilegio, e que a Administração não o tenha advertido; 3.º que as explicações industriaes não tenham sido indicadas; 4.º que a descoberta, invenção ou applicação, seja contraria á ordem publica, aos bons costumes, ou ás Leis do Estado; 5.º que o titulo com que a patente foi pedida, indique fraudulentamente um objecto, diverso do verdadeiro da invenção; 6.º que a descripção annexa á patente não seja sufficiente para a execução da invenção, ou não indique completa e fielmente os verdadeiros meios de ser executada; e 7.º finalmente que a patente de melhoramento tenha sido obtida antes do findo o prazo.

Em todos estes casos podem os interessados em França intentar a acção de nullidade da patente perante o tribunal civil do domicilio do agraciado. Podem tambem promover a

## § 234.

CONTRAFAÇÃO — O infractor do direito de patente entre nós perde os instrumentos e productos , e paga além d'isso uma multa igual á 16.<sup>a</sup> parte do valorados productos fabricados e as custas, ficando sempre sujeito á indemnisação de perdas e danos. Os instrumentos, os productos, e a multa são applicados ao dono da patente (L. citada art. 7.º).

A *contrafação* é um delicto que consiste na offensa feita aos direitos do agraciado, ou pelo emprego de meios que façam objecto da sua patente, ou pela fabricação de productos da invenção a que elle se refere.<sup>67</sup>

**SECÇÃO II**

*Desenhos e marcas dos fabricantes. — Direito de contramarca.*

## § 235.

HISTORIA. — PRINCIPIOS GERAES — Em todos os tempos a Legislação protegeu a propriedade dos desenhos ou modelos das fabricas, como uma animação para a arte e industria, e o unico meio de aviventar o

---

perda do privilegio, quando a annuidade não tiver sido paga antes de principiado cada anno da respectiva patente: ou quando o industrial não tiver posto em pratica a sua descoberta ou invenção no paiz, no prazo de dous annos, contados da data da assignatura da patente; ou tiver deixado de praticá-la durante dous annos consecutivos, salvo se provaras causas da sua inacção. O mesmo terá lugar, quando elle tiver introduzido no paiz objectos fabricados no estrangeiro, e semelhantes aos privilegiados pela sua patente. Depois de pronunciadas essas nullidades ou perdas de privilegios pela autoridade judiciaria, deve a Administração fazê-las publicas dá mesma forma porque se publicaram as patentes; porque nisso interessa a sociedade.

<sup>67</sup> A multa e apprehensão dos objectos reconhecidos como contrafeitos em proveito do agraciado, são pois as penas impostas aos infractores; que se reincidirem, ou se tiverem trabalhado como obreiros ou empregados no estabelecimento ou nas officinas dos agraciados, incorrem tambem em França na pena de prisão.

Alli se commina igualmente uma multa a todo o industrial que assumir a qualidade de agraciado sem possuir uma patente, dada na conformidade das Leis; ou que tendo-a, mencionar a sua qualidade deixando do addicionar-lhe estas palavras: *Sem garantia do Governo*.

A nossa L. previne ainda no art. 9.º uma especie que parece não ter sido prevista pela Legislação franceza; que é a de se encontrarem dous ou mais individuos nos meios, por que tenham conseguido qualquer fim, coincidindo ao mesmo tempo em pedir a patente. N'este caso determina a L. quase conceda a todos a mesma patente.

trabalho, proibindo sob pena de confiscação a todos os mestres que trabalham d'empreitada, o servirem-se em proveito seu ou alheio, directa ou indirectamente, dos desenhos que lhes tivessem sido confiados.

Quanto ás marcas das fabricas, obrigatorias sob a antiga monarchia franceza, tão avara da liberdade industrial, e inuteis sob a Legislação de 1791 (que deu no extremo opposto, proclamando a liberdade absoluta do trabalho com grande terror das cidades manufactôras), são ellas actualmente apenas facultativas; e dão lugar, quando contrafeitas ou falsificadas, á acção de perdas e danos da parte do proprietario da marca, e á imposição das penas comminadas contra a falsidade d'escripto particular.

Finalmente, quanto ao direito de contramarca, não havendo Legislação alguma especial que regule o direito de gozar da propriedade d'uma contramarca, só o Direito commum póde ser consultado a esse respeito. A contramarca é propriedade exclusiva de quem primeiro adoptou-a.<sup>68</sup>

## CAPITULO X.

### *Restricções á Industria Manufactôra.*

#### § 236.

PRINCIPIOS GERAES. — A liberdade da industria manufactôra, não menos sagrada do que a da industria agricola, acha-se consagrada pela Legislação que aboliu em França todos os privilegios profissionaes de qualquer denominação que sejam; e que proclamou ser livre a qualquer pessoa fazer profissão do commercio, ou exercer a arte ou o officio que bem lhe parecer;

---

<sup>68</sup> Quando porém duas contramarcas identicas são adoptadas por coincidência entre dous negociantes que fazem o mesmo commercio, não é licito ordenar a supressão da mais recente: salvo, se foi adoptada com a intenção de fazer uma concorrência desleal. Bastará ordenar-se que seja modificada de modo que se evite toda a confusão.

V. quanto á Jurisprudencia o Jornal dos Tribunaes do Commercio por Teulet et Camberlin; Laferrière, Vivien, Pradier, etc...

assim como entre nós pela Const. art. 179 §§ 24 e 25. A fabricação é pois tão livre como a mão que fabrica. Todavia, posto que a industria nasça da liberdade, teem-se introduzido restricções assaz numerosas a esse principio fundamental, em vista do interesse publico; e manifestam-se: 1.º pelos monopolios reservados ao Estado; 2.º pelas autorisações previas a que são sujeitos certos estabelecimentos fabris; 3.º pelas garantias dos objectos fabricados; e por outras estabelecidas a favor da propriedade industrial. Dividiremos pois este Cap. em outras tantas secções.

## SECÇÃO I.

### *Monopolios do Estado.*

#### § 237.

DEFINIÇÃO — Entende-se por *monopolio* a venda, feita por um só, de mercadorias ou generos, cujo commercio deveria ser livre. O Estado reserva a si o monopolio da moeda, e outros: como em França, os da polvora, das cartas da jogar; e tambem entre nós o dos correios de cartas, etc.

#### § 238.

MOEDA — o direito de fabricar, ou como vulgarmente se diz, de *bater moeda*, sempre pertenceu á soberania; e a confiança nas transacções commerciaes, a segurança das fortunas particulares, foram sempre as consequencias d'este monopolio necessario.

Todas as nações cultas, todos os Governos regulares, teem crido obrar sabiamente reservando ao Estado o privilegio da fabricação da moeda. A sociedade tem todo o interesse em que os metaes preciosos, adoptados como medidas de todos os valores dos productos, sejam afinados n'um grau uniforme; em que sejam reduzidos a peças monetarias, perfeitamente iguaes em peso; e em que essas moedas

sejam revestidas d'um cunho commum que as faça reconhecer á simples inspecção occular, e que as garanta.<sup>69</sup>

§ 239.

PENALIDADE — É por isso que em todos os tempos se impozeram as mais graves penas aos falsos moedeiros. Até 1832 lhes era infligida em França a pena de morte. A Legislação franceza commina-lhes a pena de galés perpetuas pela falsificação ou alteração das moedas d'ouro e prata, e a de galés temporarias pela falsificação ou alteração das moedas de bilhão ou cobre.

N'essas penas incorrem, assim os que as falsificam, ou alteram, como os que concorrem para a emissão ou exposição das ditas moedas ou para a sua introducção no territorio francez.

As mesmas penas de galés temporárias, ou perpetuas nas reincidencias são comminadas entre nós pela L. de 3 d'Outubro de 1833 (arts. 8.º e 9.º), que alterou as disposições dos arts. 173 e seguintes do Codigo Criminal; tanto aos fabricantes e introductores de moeda falsa, como aos falsificadores de notas, cautelas, sedulas, e papeis fiduciarios da nação ou do banco de qualquer qualidade e denominação que sejam.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> Sob o regimen da livre concurrencia nada de tudo isto seria possivel; ao menos n'este sentido, que faltariam sempre á sociedade os elementos de confiança que são necessarios ás suas trocas. Só os Governos são proprios para essa fabricação. Logo que a moeda se acha revestida do cunho nacional, fica sob a égide d'um penhor publico, com que póde livremente gyrar.

Faltar-lhe-hia toda a garantia, se a sua fabricação fôsse permittida a todos os que quizessemprehendê-la. Parece pois impossivel haver quem negue o seu assentimento ás Leis que reservam este monopolio ao Estado, e que o sancionam com penas mui severas (Macarel).

<sup>70</sup> Em data de 12 de Janeiro de 1855 celebrou-se entre o Brasil e Portugal uma convenção, promulgada pelo Decr. n. 1,707 de 29 de Dezembro do mesmo anno, para a prevenção e repressão do crime de falsificação de moeda e papeis de credito com curso legal nos dous paizes.

§ 240.

CASA DA MOEDA — o Estado tem pois o privilegio exclusivo da fabricação das moedas. Assim só póde ella ter lugar nas officinas monetarias, chamadas *casas da moeda*, cujo numero tem variado, segundo as épocas; e estam sob a autoridade e vigilancia da Administração central, porque a execução e superintendencia d'essa fabricação pertencem ao poder executivo.

Entre nós foi o Governo autorizado a reformar ou re-organizar a casa da moeda no material e pessoal pela L. n. 59 de 8 d'Outubro de 1833, para cuja execução foi extincta a que existia na Bahia, pelo Decr. Reg. de 13 de Março de 1834, alterado pelo de n. 48 de 25 de Abril de 1840.<sup>71</sup> (V. a L. n. 514 de 28 d'Outubro de 1848, art. 31. e Decrs. ns. 770 de 27 de Março de 1851 e n. 1,22-2 de 26 d'Agosto de 1853).

§ 241.

SYSTEMA MONETARIO — A determinação do valor representativo das differentes especies monetarias não deixa de ter sua importancia para facilitar as transacções commerciaes. As antigas divisões foram substituidas em França por outra divisão muito simples, fundada no systema decimal, cuja unidade monetaria é o franco que se divide em decimos, o decimo em centimos ou centesimos, etc.

Entre nós é da attribuição da Assembléa geral determinar o peso, valor, inscripção, typo, e denominação das moedas (Const. art. 15 § 17).

---

<sup>71</sup> Ha na casa da moeda, além da provedoria, seis officinas: uma de ferraria, outra d'abrigo, outra d'afinação dos metaes, outra de fundição, outra das fieiras, e outra dos cunhos. A provedoria é a repartição por onde se expedem todos os negocios relativos á casa da moeda, com um provedor, um escrivão, dous escripturarios como ajudantes d'este, um thesoureiro, dous fieis de balança, um porteiro, e um continuo (Decr. cit. de 13 de Março de 1834).

A L. n. 52 de 3 d'Oulubro de 1833 mandou recolher ás Thesourarias a moeda de cobre então em circulação e substitui-la por sedulas que ficaram sendo consideradas como moeda corrente, não sendo alguém obrigado a receber em moeda de cobre senão até 1\$000 em cada pagamento. Para execução d'essa L. expediu o Governo o Decr. Reg. de 8 d'Outubro de 1833. Foi pois a cit. L. que creou a moeda papel entre nós d'acôrdo com o Decr. do 1.º de Junho do mesmo anno.<sup>72</sup> Outra L. porém d'aquella data fixou o *padrão monetario do Imperio* (V. Ord. de 18 d'Outubro de 1833).

§ 242.

LEGISLAÇÃO MODERNA — Ultimamente foi o Governo ainda autorisado a substituir algumas ou todas as classes de valores de papel-moeda, servindo de meio circulante, por notas de gyro limitado, pelas LL. n. 552 de 31 de Maio de 1850, e n. 586 de 6 de Setembro do mesmo anno, art. 6.º

Mandou-se porém receber nas estações publicas moedas d'ouro de 22 quilates na razão de 4\$000 por oitava, e as de prata na que o governo estabelecesse; e autorisou-se a retirada da circulação do papel-moeda necessario para o elevar a esse valor e n'elle conserva-lo, pela L. n. 401 de 11 de Setembro de 1846, executada pelo Decr. n. 487 de 28 de Novembro do mesmo anno.<sup>73</sup> O Governo foi igualmente autorisado a mandar cunhar moedas d'ouro de 20\$ — e 10\$—; e de prata dos valores de 2\$ — 1\$ — e \$500 reis, pela L. n. 475 de 20 de Setembro de 1847.

---

<sup>72</sup> Mandou-se substituir essa moeda papel per outra nova, e trocar a moeda de cobre, reduzindo-se a metade o seu valor, pela L. n. 53 de 6 de Outubro de 1835, para cuja execução foi expedido o Decr. de 4 de Novembro do mesmo anno.

<sup>73</sup> V. Decr. n. 2,004 de 24 d'Outubro de 1857.



Em virtude pois das autorizações concedidas por essas Leis fixou o Governo o peso, tóque, e valores das moedas d'ouro e prata pelo Decr. n. 625 de 28 de Julho do 1849.<sup>74</sup>

§ 243.

FABRICO DA POLVORA — O monopolio da fabricação da polvora de guerra e caça existe em França para garantir a independencia e segurança do Estado, a quem interessa que o seu provimento se conserve sempre completo, e que a boa qualidade da polvora seja constante e bem verificada. O fabrico d'ella é pois prohibido aos particulares, sob penas de prisão, d'uma pesada multa, e de confisco das materia primas e dos utensilios. A polvora é conseguintemente fabricada somente por conta do Estado, e só póde estar sob a direcção e vigilancia da Administração, encarregada d'essa parte dos serviços publicos; á qual pertence prescrever as quantidades das materias e os processos da fabricação.

---

<sup>74</sup> Tambem foi o Governo autorizado pela L. n. 514 de 28 d'Outubro de 1848, art. 31, para formular uma pauta, marcando a taxa cobravel pela cunhagem, fundição de metaes, e afinação do ouro na casa da moeda; mas tendo sido essa L. executada pelo Decr. n. 770 de 27 de Março de 1851, foi a respectiva tabella posteriormente alterada, ou antes substituida por outra annexa ao Decr. n. 1,222 de 26 d'A gosto de 1853, marcando igualmente as taxas do tóque e ensaio do ouro e da prata.

Finalmente a L. n. 628 de 17 de Setembro de 1851, art. 11 § 15, autorizou o Governo a fazer as despesas necessarias para recunhar as moedas de 4 e 2 1/2 oitavas d'ouro; e no art. 33 determinou que as moedas d'ouro que não tiverem o peso legal, não sejam recebidas nas estações publicas, mas cortadas no Thesouro e nas Thesourarias, e restituídas ás partes ou trocadas por moeda corrente na razão de 4\$ — por oitava, se ellas o exigirem.

Pelos Avs. ns. 212 e 251 de 25 de Novembro e 21 de Dezembro de 1850 foi declarado, que — por moeda nacional se deve entender, não só a que se tem cunhado no Imperio depois da sua independencia, senão tambem toda a moeda d'ouro e prata que era anteriormente privativa do Brasil, e as peças d'ouro de 4 oitavas do valor de 6\$400, communs ao Imperio e a Portugal; as quaes moedas continuam todas a ser recebidas nas estações publicas pelo padrão da L. n. 401 de 11 de Setembro de 1846, e pelos valores declarados nos Decrs. n. 487 de 28 de Novembro do mesmo anno, e n. 625 de 28 de Julho de 1849, já citados. O mesmo declarou o Av. n. 205 de 24 de Julho de 1851 (V. tambem o Av. n. 323 de 22 de Setembro de 1857, que autorisa a cunhagem de prata dos particulares).

## § 244.

LEGISLAÇÃO PATRIA — Entre nós também foi prohibida a venda da polvora em casas particulares pela L. de 9 de Julho de 1754. Foi igualmente declarada monopólio da Corôa; a estrangeira era prohibida no Rio de Janeiro e n'outras localidades do Imperio: mas depois a Fazenda nacional comprava a que apparecia, para revendê-la (Decr. de 26 de Fevereiro de 1810, suscitado por Provisão de 6 de Março de 1827). O monopólio nacional da polvora também foi respeitado no Tratado com a Grãa-Bretanha, celebrado a 19 de Fevereiro de 1810; e n'outros muitos, feitos com diversas nações e em differentes datas, foi a polvora declarada contrabando de guerra.

Ficou porém livre a importação da estrangeira, observando-se as Leis policiaes acerca da venda e guarda d'ella nas povoações, e pagando 50 por 100 de direitos, pela L. de 15 de Novembro de 1831, art. 51 § 9.º.<sup>75</sup>

## § 245.

CARTAS DE JOGAR. — As cartas de jogar também foram entre nós monopolizadas, como medida fiscal, pelo Alv. 2.º de 28 de Maio de 1808; que determinou a venda d'ellas no Brasil por estanke, mediante a competente arrematarão; e que só o contractador a quem se arrendasse esse contracto, poderia fabrica-las ou vendê-las, ou quem d'elle obtivesse faculdade para o fazer, etc. Mas pela Provisão 1.<sup>a</sup> de 21 de Janeiro de 1824 deu-se por acabado o contracto d'esse genero, e foi permittida a franca entrada das cartas estrangeiras, ficando todavia o seu fabrico sujeito aos Regulamentos que se julgarem precisos, quando houver Legislação a esse respeito, e usando os respectivos fabricantes do carimbo

---

<sup>75</sup> Em varias provincias tem sido, ora permittida, ora prohibida, mormente por occasião de comoções politicas. Assim na Côrte cessou a prohibição da venda, e providenciou-se á cerca da compra na fabrica d'ella, por Av. de 4 d'Agosto de 1842: pelo contrario em S. Paulo, por Av. de 8 de Fevereiro de 1843 (V. Decr. n. 375 de 3 d'Agosto de 1844, Av. n. 112 de 21 d'Abril de 1852, e Instrucções de 5 de Maio de 1855).

ou signal distinctivo que designer as suas fabricas, como mais lhes convier.<sup>76</sup>

## SECÇÃO II.

### *Autorisações previas, necessarias ás Fabricas.*

#### § 246.

PRINCIPIOS GERAES — O 2.º meio, por que se manifestam as restricções á liberdade da fabricação por motivo de interesse publico, refere-se ás fabricas. A liberdade da industria é pois ainda restringida em França pelas autorisações previas a que são sujeitos certos estabelecimentos industriaes, como as *fabricas*.

Dá-se este nome a todos os estabelecimentos de grande fabricação, e especialmente aos que são movidos pelo fogo, pela agua, etc. taes como as fabricas de fiação, as de apisoar pannos, e as fundições.<sup>77</sup> As fabricas que por sua natureza pertencem a alguma das classes dos estabelecimentos perigosos, insalubres ou incommodos, não

---

<sup>76</sup> Assim pois póde qualquer vender cartas de jogar; com tanto que pague o sêllo fixo de \$160 por cada baralho, das fabricadas fóra, logo que forem despachadas nas alfandegas; e das fabricadas dentro do Imperio, antes de expostas á venda; ficando os infractores sujeitos á multa de 10\$ — por cada baralho e ao perdimento dos baralhos, além das penas dos arts. 167 e 168 do Cod. Criminal.

Este delieto é caso de denuncia, nos termos do § 9.º do Alv. de 3 de Junho de 1809; a autoridade policial deve mandar proceder a buscas e mais diligencias, a requisição do Chefe da estação do sêllo; e achando-se baralhos não sellados, incorre o infractor, além do perdimento d'elles, no tresdobro da referida multa a favor do denunciante, pelo art. 39 do Rég. de 10 de Julho de 1850.

<sup>77</sup> Quanto ás fabricas movidas por agua, é mister distinguir, se teem de ser montadas sobre rios navegaveis e caudaes, ou sobre correntes não navegaveis nem caudaes. No 1.º caso o estabelecimento deve ser autorisado pela Administração superior; no 2.º póde sê-lo pelos prefeitos, etc. (Pradier).

Dous motivos principaes servem de fundamento a esta regra. O 1.º é que sendo a força motriz d'aquellas fabricas, tirada d'uma corrente que depende do dominio publico, só o Chefe supremo do Estado e da Administratação geral tem o direito de fazer concessões d'essa ordem a particulares. O 2.º motivo é que sendo elle encarregado da conservação do rios, incumbe-lhe consequentemente impedir que se faça sobre o curso d'elles alguma empreza, algum estabelecimento que possa obstrui-lo ou diminuir o volume das suas aguas. Essa regra era já consagrada pela antiga Legislação franceza. A moderna não tem pois feito senão conservar cuidadosamente esses principios d'ordem publica e de boa economia social (Macarel).

podem também fim dar-se em França sem as formalidades e condições que exigir a classe, em que forem collocadas, como vimos no Cap. 8.º § 222.

### SECÇÃO III.

#### *Garantias dos objectos fabricados.*

##### § 247.

PRINCIPIOS GERAES — Os Legisladores teem querido proteger os consumidores contra a fraude, prescrevendo regras para garantir as qualidades e lealdade de certos productos. Por isso as *obras d'ouro e prata* são sujeitas a certas precauções administrativas por interesse dos consumidores.

O meio ordinariamente empregado para attestar o *quilate* <sup>78</sup> d'essas materias é uma *marca* especial, adoptada pela Administração, e que se applica por meio d'um pequeno instrumento chamado *buril*.<sup>79</sup>

##### § 248.

LEGISLAÇÃO — Também não é estranha à nossa Legislação a existencia de taes empregados; a qual data pelo menos de 17 de Janeiro de 1735, em que se deu aos Ourives o Regimento a que se refere o Decr. de 17 d'Outubro de 1820. Este Decr. dispõe que

---

<sup>78</sup> O *quilate* exprime a quantidade de metal fino que se contém nas obras e a sua proporção com a liga. A extrema difficuldade que offerecer nos processos das artes uma observancia rigorosa das proporções fixadas para o quilate legal, tem feito admittir uma leve tolerancia que não influa d'um modo sensivel no preço dos objectos.

<sup>79</sup> A garantia do quilate das obras d'ouro e prata é pois realisada por meio de marcas. Estas são applicadas em cada peça, depois d'um *ensaio* ou *tóque* da materia e conforme as regras estabelecidas pela Lei. Ha duas especies de marcas principaes: uma do fabricante e outra do quilate legal.

O ensaio ou tóque das obras d'ouro e prata, a verificação dos quilates, e consequentemente a apposição das marcas officiaes, são feitos per empregados do Estado em estabelecimentos designados pela Lei. Esses empregados chamados *ensaiadores*, a quem os fabricantes apresentam as suas obras d'ouro e prata para serem ensaiadas ou aquilatadas, não devem recebê-las, sem que tenham impressa a marca do fabricante, e estejam em tal estado de adiantamento que acabadas não possa elle fazer alteração alguma n'essa marca (Macarel).

“sendo indispensavel para se evitar a falsificação nas obras d’ouro e prata, e para o perfeito conhecimento das pedras preciosas, a fim de não ser o publico illudido, que houvesse na Côrte do Rio de Janeiro contrastes que afiançassem a pureza legal d’aquelles metaes e a qualidade das sobreditas pedras, ficavam creados na mesma cidade os officios de contrastes d’ouro, prata, e pedras preciosas, para serem servidos por pessoas intelligentes, na fórmula do Regimento dos Ourives e mais disposições convenientes.”<sup>80</sup>

#### SECÇÃO IV.

*Outras restricções á liberdade d’industria.*

##### § 249.

RAZÃO D’ORDEM — Podem-se collocar tambem entre as restricções á liberdade d’industria certas relações existentes entre os mestres e os obreiros: a instituição do *aprendizado*; as regras relativas ao *trabalho dos meninos nas manufacturas*; e a obrigação que se impõe em França aos obreiros de trazerem comsigo suas *cadernêtas*, por interesse da ordem publica e dos fabricantes (Pradier).

Já se tratou do aprendizado no Cap. 8.º Secção I.

Aqui só ha pois a acrescentar algumas observações ácerca do *trabalho dos meninos nas manufacturas*.

##### § 250.

PRINCIPIOS GERAES — Os progressos da industria, as necessidades da concurrencia que obriga a produzir barato, e o aperfeiçoamento das machinas que supprem a força do homem, teem dado importancia ao *trabalho dos meninos* nos paizes manufactureiros. Mas a

---

<sup>80</sup> Pela L. de 22 de Setembro de 1828, art. 2.º § 10.º incumbe ás Camaras municipaes conceder aos constrastes ou augmentar-lhes partidos pelos seus rendimentos (V. o Av. n. 291 de 3 d’Outubro de 1855).

Actualmente porém só ha taes empregados na casa da moeda, onde se verificam essas operações do tóque e ensaio do ouro e da prata; assim como as da fundição, afinação e cunhagem do ouro, mediante o pagamento das respectivas taxas, fixadas pela tabella annexa ao Decr. n. 1,222 de 26 d’Agosto de 1853, já cit. na nota 2.ª ao § 242.

cobiça, explorando essa mina, produziu abusos que indignam a humanidade. Meninos de tenra idade eram encerrados, durante 14, 16, e mais horas por dia, em lugares insalubres, e continuamente ocupados n'um trabalho que sendo sempre o mesmo exigia que seus corpos se conservassem por todo esse tempo na mesma posição. Dahi resultavam para a saúde dos meninos as mais deploráveis consequências: um desenvolvimento incompleto, molestias precoces, e uma compleição deteriorada.

Por outra parte esses meninos, privados de toda a educação religiosa, e expostos quasi sempre á perniciosa influencia das palavradas e dos maus exemplos, cresciam n'uma escandalosa immoralidade. Era pois urgente remediar males tão graves, e fazer intervir a Lei civil onde a natural se tornara insufficiente.<sup>81</sup> O Legislador porém tinha diante de si a liberdade da industria e o patrio poder; ambos certamente muito respeitáveis, mas sujeitos no seu exercicio á acção da Lei que deve reprimir os abusos. Elle procedeu com summa prudencia, estabelecendo os principios gerares e deixando ao poder executivo o cuidado da sua applicação, conforme a experiencia lhe indicasse a necessidade d'ella (Foucart).

#### § 251.

CADERNETAS DOS OBREIROS — A sociedade deve velar sobre uma classe numerosa, muitas vezes errante, sem laços que a prendam ao territorio, e cujas agitações podem perturbar a paz publica. O obreiro póde mudar de officina e de mestre; mas é mister que próve não haver faltado á fé promettida. Póde precisar de adiantamentos pecuniarios para

---

<sup>81</sup> A Lei franceza intervém, marcando o tempo, durante o qual podem os meninos ser empregados nas manufacturas, a fim de lhes assegurar repouso da noite, e o descanso dos domingos e dias de guarda. Ella ainda faz mais; exige que se lhes abra a escola, assim como a officina, collocando no mesmo plano, por uma generosa associação, a intelligencia e a saúde dos meninos. O menino póde pois ser empregado n'uma fabrica, mas sob a condição de se lhe pouparem as forças e cultivar-se-lhe o espirito. Os direitos paternos podem ser delegados ao chefe do estabelecimento que recebe o aprendiz; mas este deve ser protegido, vigiado, e iniciado no trabalho da sua profissão futura (Vivien).

Compulsando a Legislação patria viu-se na que foi citada, quando se tratou do *aprendizado* (Cap. 8. § 220) que alguns ensaios se tem feito entre nós no mesmo sentido; especialmente quanto ás companhias *d'apprendizes menores*, creadas nos nossos arsenaes de guerra e marinha, etc.

ocorrer a necessidades imprevistas, á compra d'instrumentos, ou a alguma d'essas infelicidades domesticas que pesando sobre elle dissipam as suas economias, e absorvem por muito tempo todo o fructo do seu trabalho. Mas é mister que offereça uma segurança ao dono do estabelecimento que lhe faz esses avanços, não tendo elle outros bens senão os seus braços.<sup>82</sup>

§ 252.

LEGISLAÇÃO — O que ha de positivo entre nós n'esta materia, é a L. de 13 de Setembro de 1830, que regula o contracto de locação de serviços, ampliada pela de 14 d'Outubro de 1837, no caso de ser o contracto celebrado com estrangeiro no Imperio, ou fóra para se verificar dentro d'elle; a qual dispõe que obrigando-se o estrangeiro como locador, só póde provar-se *por escripto* o mesmo contracto.

Se o ajuste fôr feito por interferencia d'alguma sociedade de colonisação, reconhecida pelo Governo na Côrte, e pelos Presidentes nas provincias, os *titulos* por ellas passados, e as *certidões* extrahidas dos seus *livros*, teem fé publica para prova do contracto (L. cit. de 1837, art. 1.º).

Findo ou rescindido o contracto por justa causa, é o locatario obrigado a dar ao locador um *attestado* de que está *quite* do seu serviço, sendo compellido a isso pelo Juiz de paz, se fôr preciso. A falta d'esse *titulo* porém é sufficiente para se presumir que o locador se ausentou indevidamente (L. cit. art. 11).<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> A Lei franceza vem pois em auxilio do obreiro; dá-lhe uma caderneta, que é uma especie de conta corrente da sua vida industrial, um diario fiel d'aquillo a que se elle tem obrigado, e do que tem cumprido.

A caderneta não é o ferrete da escravidão, mas o titulo da liberdade; é o penhor da divida do obreiro, se a contrahiu, e a sua quitação, se a pagou; imprime em suas relações com o dono do estabelecimento o cunho da probidade; attesta a lealdade d'um, e desonera o outro de responsabilidades para com os que tivessem empregado anteriormente o mesmo obreiro que munido da sua caderneta não teme suspeitas, nem exprobações (Vivien).

<sup>83</sup> Nenhuma acção, derivada de locação de serviços, se admite em Juizo, não sendo logo acompanhada do *titulo* do contracto. Assim tambem na de petição de soldadas não é

## CAPITULO XI.

### *Dominios, ou Bens Nacionaes*

#### § 253.

PRINCIPIOS GERAES — Em Direito Publico dominio era o nome que se dava particularmente ás terras e outros bens pertencentes á Corôa antes da revolução franceza de 1789. Sob o imperio das instituições actuaes o dominio entende-se de todas as propriedades territoriaes, e de todos os direitos reaes e incorporeos que pertencem á nação.

Compõe-se pois do dominio da Corôa e do dominio nacional. Nem sempre se fez em França distincção entre o dominio do Estado e o da Corôa. O dito de Luiz XIV, — *L'Etat c'est moi*,— achava a sua applicação n'esta materia; porque as expressões *dominio do Estado*, *dominio publico*, *dominio da Corôa*, e *dominio do Rei*, eram synonymas (Pradier).<sup>84</sup>

#### § 254.

DOMINIO OU BENS DA CORÔA — A. revolução franceza de 1789, tendo distinguido o Estado do seu Chefe, logicamente separou o Thesouro Publico do *Erario Real*, o dominio do Estado do dominio da Corôa. Esta grande innovação fez objecto d'uma Lei de 1791.

---

ouvido o locatario sem ter depositado a quantia pedida; todavia não é entregue ao locador, ainda que preste fiança, senão depois de sentença passada em julgado, L. cit. art. final (V. § 220).

<sup>84</sup> Hoje estas especies de dominio são distinctas; e Cabantous as define do modo seguinte, começando pela expressão dominio nacional, que (diz elle) abrange todos os bens que pertencem ao Estado; e divide-se em *dominio publico* e *dominio do Estado* propriamente dito.

O *dominio publico* é o complexo dos bens do Estado, que sendo destinados a um serviço publico não são susceptíveis d'uma propriedade exclusiva e privada.

O *dominio do Estado* propriamente dito é o complexo dos bens que lhe pertencem por um titulo exclusivo e privativo, como poderiam pertencer a particulares.

O *dominio da Corôa* porém é a porção dos bens do Estado, cujo gozo é attribuido ao Soberano, ficando sempre a simples propriedade pertencendo ao Estado.



Nos termos d'essa Lei devia o Rei perceber uma *dotação (liste civile)* abonada pela nação.<sup>85</sup> Essa dotação compreendia: 1.º uma somina annual de 25 milhões; 2.º o gôzo de bens immoveis, como palacios, castellos, quintas e fabricas; e de bens moveis, como diamantes, joias e quadros; tudo expressa e nomeadamente designado.

§ 255.

LEGISLAÇÃO PATRIA. — Entre nós as dotações de SS. MM. II., os alimentos dos Principes e dótes das Princezas, são pagos pelo Thesouro Publico, e entregues a um Mordomo nomeado pelo Imperador. Com o Mordomo se podem tratar as acções activas e passivas, concernentes aos interesses da Casa imperial (Const. art. 114). V. o Av. n. 218 do 1.º de Julho de 1858.

Os palacios e terrenos nacionaes que eram possuidos pelo Senhor D. Pedro I, ficaram pertencendo a seus Successores; e a nação deve cuidar nas aquisições e construcções que julgar convenientes para a decencia e o recreio do Imperador e de Sua Familia (Const. art. 115). São estes pois os bens que hoje se podem considerar do dominio da Corôa entre nós. Além d'isto são assignadas ao Imperador e á Sua Augusta Esposa dotações fixadas em sommas adequadas ao decoro de Suas Augustas Pessoas e á dignidade da nação (Const. arts. 107 e 108)

§ 256.

DOTAÇÃO DA CORÔA. — A dotação do Senhor D. Pedro I, emquanto Principe Regente, foi fixada em 9:200\$ — mensaes para todas

---

<sup>85</sup> Um Senatusconsulta da 1810 regulou a administração da dotação da Corôa, e designou os bens do Estado que deviam ser dados em substituição dos da Corôa, alienados como propriedades nacionaes durante a época revolucionaria.

Os bens do dominio da Corôa em França são *inalienaveis* e *imprescriptiveis*; nem pódem ser permutados senão em virtude d'um Senatusconsulta. O Ministro d'Estado e da Casa imperial administra a dotação e o dominio da Corôa; intenta as acções que lhe são relativas; e contra elle é que são dirigidas (Pradier).

as despesas da sua Casa, por Decr. de 31 d'Outubro de 1821; e depois elevada a 200:000\$ — annuaes pelo Decr. 2.º de 7 de Julho de 1824.

Tendo porém sido aclamado Imperador do Brasil foi a sua dotação fixada em 1,000:\$000 — e a da Imperatriz em 100:000\$ — pela L. de 11 d'Agosto de 1827, arts. 1.º e 2.º — A de S. M. I. O Senhor D. Pedro II em menoridade foi de 200:000\$ — annuaes, pela L. de 15 de Novembro de 1831, art. 1.º § 1.º; e elevada a 240:000\$ — pela L. n. 108 de 26 de Maio de 1840, art. 2.º § 1.º

Foi porém fixada novamente em 800:000\$ — annuaes a dotação de S. M. O Imperador, destinada para todas as despesas de sua imperial Casa, reparos de palacios e quintas, serviço e decóro do Throno, não comprehendendo as despesas da Capella imperial, da bibliotheca publica, e das acquisições e construcções de palacios que a nação julgar convenientes para a decencia e recreio do Imperador e de Sua Augusta Familia; e a dotação de S. M. a Imperatriz foi fixada em 96:000\$— annuaes, comprehendendo-se n'esta quantia toda a despesa da sua Casa e do seu serviço; pela Resolução n. 151 de 28 d'Agosto de 1840, arts. 1.º e 2.º E assim tem continuado até o presente.<sup>86</sup>

#### § 257.

DOMINIO PUBLICO — Este, segundo Proudhon, vêm a ser um ramo do dominio nacional que abrange todos os bens que sem pertencerem a algum particular teem sido civilmente consagrados ao serviço publico da sociedade.

O dominio publico compõe-se: 1.º dos caminhos, estradas e ruas a cargo do Estado, dos rios e correntes navegaveis ou caudaes, das praias e terras d'alluvião, dos portos, enseadas e ancoradouros, e em

---

<sup>86</sup> No estado actual da Legislação, dotação e dominio da Corôa, são expressões quasi synonymas; e segundo a definição dada, o Estado conserva a simples propriedade dos bens da Corôa, ficando ao Soberano somente o gozo d'elles.

geral de todas as porções do territorio que não são susceptíveis de propriedade privada; 2.º das portas das cidades, muros, fossos e muralhas de guerra, e fortalezas; 3.º dos caminhos de ferro e canaes de navegação interior; e 4.º emflm das Igrejas consagradas ao Culto publico.<sup>87</sup>

§ 258.

DOMINIO DO ESTADO — É aquelle de que o Estado, representado pelos poderes constituídos, goza como um simples particular, exclusivamente e como proprietario (Laferrière). Assim pois os bens que fazem parte do dominio do Estado, lhe pertencem como seu verdadeiro proprietario que exerce sobre elles todos os direitos de propriedade.<sup>88</sup>

§ 259.

SUA COMPOSIÇÃO — O dominio do Estado compõe-se de bens corporeos e incorporeos. Os corporeos são moveis ou immoveis. Entre os bens corporeos moveis podem-se enumerar os das estações publicas, as bibliothecas publicas, as collecções scientificas e artisticas, conservadas pelo Estado; os archivos nacionaes, os objectos d'arte ou de luxo, collocados nos palacios imperiaes, etc. Os edificios destinados ao serviço

---

<sup>87</sup> Assim o dominio publico abrange duas classes distinctas de propriedades: umas que *por sua* natureza não podem estar no commercio; e outras que pelo *seu destino* são collocadas fora d'elle. Releva porém observar, para melhor fixar as idéas, que ambas estas classes de propriedades só pertencem ao *dominio publico nacional*, quando a sua conservação está a cargo dos fundos geraes do Thesouro Publico.

Pertencendo pois a todos, quanto ao gozo, os bens que fazem parte do dominio publico, o Estado, guarda dos interesses geraes de todos, tem sobre esses bens aperras direitos de vigilancia e administração. O dominio publico é essencialmente *inalienavel* e *imprescriptivel* (Cod. Civ. Fr. arts. 1598 e 2226). Pertence ao poder discricionario da Administração determinar o destino publico d'uma corrente, d'um edificio ou terreno, e collocá-lo assim no dominio publico: e por consequente as reclamações que podessem nascer d'essa determinação, pertenceriam só a jurisdição graciososa.

<sup>88</sup> Esses bens são alienaveis e prescriptiveis (Cod. Civ. Fr. art. 2227). Toda a alienação d'este dominio deve ser autorisada por Lei, ou delegação do poder legislativo; mas por via de regra a alienabilidade e a prescriptibilidade (das quaes esta é consequencia d'aquella) não se applicam ás grandes porções de bosques e florestas, que são sempre inalienaveis.

das administrações geraes, os bens que deixaram de fazer parte do dominio publico sem todavia passar a ser de propriedade particular por titulo de transferencia ou prescrição; as florestas do Estado, as ilhas e os atterros formados nos rios e nas correntes navegaveis, as successões d'immoveis por falta de herdeiros, os immoveis sem dono, os immoveis legados ao Estado, fazem parte dos bens corporeos immoveis.<sup>89</sup>

§ 260.

ACQUISIÇÃO. — ALIENAÇÃO. — ACÇÕES. — O Estado póde augmentar o seu dominio, adquirindo por titulo gratuito ou oneroso, e pela prescrição: por titulo gratuito, como por doações entre vivos ou testamentarias, aceitas com autorisação do Chefe do Estado; por titulo onerosa, como por compras e permutas. Para estas devem preceder avaliações; e os bens particulares dados em troca devem ser livres de todo o onus de hypotheca.

Em geral não póde o Estado *alienar senão em hasta publica* e mediante concorrência. A administração dos dominios deve *arrendar os immoveis* não destinados a serviços publicos. Quanto aos *direitos nacionaes*, ella mesma os percebe, rege, e administra; e só deve arrendalos, quando a sua percepção acarreta muitas difficuldades. Os arrendamentos tambem são feitos por arrematação com publicidade e concorrência, em fórmula administrativa, e por prazos de 3, 6, ou 9 annos.<sup>90</sup> V. L. de 12 d'Outubro de 1833, art. 3.º

---

<sup>89</sup> A qualidade de proprietario, attribuida ao Estado, traz comsigo actos d'administração, d'acquisição, d'alienação, e o exercicio das acções judiciaes. Quanto á gerencia, os bens do dominio do Estado são pela maior parte destinados ao serviço das differentes administrações geraes, em virtude de Decretos Imperiaes. Essas mesmas administrações pois regem os bens que lhes foram destinados. Quanto aos que não teem sido applicados a serviço algum, são regidos por administrações especiaes, sob a inspecção do Ministro da fazenda.

<sup>90</sup> Sendo o Estado considerado como *individuo*, quando se trata do dominio de que é proprietario, os tribunaes civis são os unicos competentes para conhecer das questões de arrendamentos administrativos; das de posse, propriedade, servidões, etc.

BENS INCORPOREOS. — Fazendo estes parte do dominio do Estado, dividem-se em direitos que podem ser arrendados, e outros que não podem sê-lo. Os direitos

## § 261.

LEGISLAÇÃO — Pela nossa Legislação moderna ainda não se acham bem estremados os bens pertencentes ao *dominio publico*, dos que fazem parte do *dominio do Estado* propriamente dito. Uns e outros se comprehendem sob as denominações de — *fazenda nacional ou publica, bens e proprios nacionaes*; — <sup>91</sup> que são entre nós expressões quasi synonymas, e equivalentes ao genero — *dominio nacional*; — de modo que a predita distincção é para nós mais scientifica do que legal. Todavia o Alv. de 3 de Setembro de 1823 parece não havê-la desconhecido, enumerando separadamente as causas sobre bens da Fazenda nacional ou suas rendas, sesmarias, medições, aguas e terras mineraes; e as causas sobre estradas ou caminhos publicos, fontes e pontes publicas, e de tudo quanto o publico está de posse.

## § 262.

ADMINISTRAÇÃO E ALIENAÇÃO DOS BENS NACIONAES — Á Assembléa geral compete regular a *administração* e decretar a *alienação dos bens nacionaes* (Const. art. 15 § 15). Donde se vê que entre nós os bens nacionaes são alienaveis por acto legislativo.

Assim a renda dos proprios nacionaes consiste no producto, não só dos arrendamentos e *aforamentos*, senão tambem da *venda* dos terrenos, predios e edificios nacionaes (que não são necessarios ao

---

susceptiveis de arrendamento ou arrematação são por ex. os de pedagio, pesca fluvial, passagem de rios, etc. Os direitos não susceptiveis de arrendamento são: o direito de confisco ou apprehensão fiscal por extravio ou contrabando de genero e mercadorias; os de cobrar multas impostas por infracção de Regulamentos, de arrecadar bens do evento, vagos ou heranças jacentes, etc. (Pradier).

<sup>91</sup> Por *bens nacionaes* se entendem em geral todos os que pertencem ao Imperio, somente porque é nação soberana e independente. São porém denominados *proprios nacionaes* especialmente os bens de raiz, e todos os predios rusticos e urbanos que a *Fazenda nacional* adquire por differentes titulos, em virtude de Lei ou contracto, e que se assentam nos respectivos livros depois de incorporados (V. Apontamentos de Direito Financeiro).

serviço publico), e das administrações dos predios e terrenos incorporados nos proprios (L. de 15 de Novembro de 1831, art. 51 § 15).<sup>92</sup>

§ 263.

TERRENOS INCULTOS — Antigamente as terras incultas de volutas eram dadas por sesmarias (Ord. Liv. 4.º Tit. 43, Alv. de 5 d'Outubro de 1795, e Decr. de 22 de Junho de 1808). Mas pela Resolução de Consulta de 17 de Julho de 1822, confirmada por Av. de 6 d'Outubro de 1823, Provisão de 22 do mesmo mez e anno, e Resolução de 5 de Fevereiro de 1827, se suspenderam essas concessões; entendendo-se somente a respeito das novas, e não das já consummadas (Provisão de 14 de Março de 1822, e Portaria de 4 de Setembro do mesmo anno).

Hoje a concessão de terras devolutas regula-se pela L. n. 601 de 18 de Setembro de 1850, e Regulamentos respectivos n. 1,318 de 30 de Janeiro, e n. 98 de 8 de Maio de 1854, etc.

---

<sup>92</sup> Debaixo do titulo de renda ou receita extraordinaria se comprehende tambem a venda dos diamantes, dos vasos de guerra e de transporte incapazes de navegar, e do chá que produz o Jardim botanico da Lagoa, assim como a dos productos dos estabelecimentos e predios rusticos nacionaes; comprehendidos todos sob a denominação generica de venda dos proprios e generos nacionaes, que se lhes costuma dar nas LL. annuas do orçamento geral (V. L. de 13 de Novembro de 1827 § 1.º).

Os Procuradores fiscaes propõem melhoramentos na administração e arrecadação dos bens nacionaes (L. de 4 d'Outubro de-1831, art. 20 § 3.º e art. 77).

As causas movidas sobre elles pertencem ao Juizo dos feitos da Fazenda (Reg. n. 6 de 12 de Janeiro de 1843, art. 2.º § 1.º).

Os Ministros d'Estado são responsaveis por qualquer dissipação dos bens publicos (Const. art. 133 § 6.º e L. de 15 d'Outubro de 1827, art. 6.º).

O Cod. Crim. no art. 178 tambem commina penas a quem destruir, abater, mutilar ou damnificar monumentos, edificios, bens publicos, ou quaesquer outros objectos destinados á utilidade, decoração ou recreio publico.

Os bens provinciaes hão de ser marcados poruma Lei geral que não existe ainda; mas regular a sua administração compete ás Assembléas legislativas provinciaes (Acto Adicional, art. 11 § 4.º).

Sob a qualificação de bens nacionaes se comprehendem: 1.º os terrenos incultos; 2.º os mares territoriaes; 3.º as ilhas; 4.º as marinhas, e seus terrenos; 5.º os bens vagos; e 6.º os do evento. Indicaremos a Legislação relativa a cada uma d'estas especies separadamente, visto ja ter-se tratado d'outras com mais extensão; isto é, das minas, matas e florestas, rios, e estradas.

Tambem se concedem por aforamento perpetuo chãos encravados ou adjacentes ás povoações que sirvam para edificação, L. de 12 d'Outubro de 1833, art. 3.º (V. Av. n. 228 de 6 de Julho de 1857).

Concedem-se igualmente porções de terrenos de marinha, ou para logradouros publicos (L. de 15 de Novembro de 1831, art. 51 § 14; Av. de 20 de Outubro do 1832; e Ordem de 14 de Novembro de 1833): ou por aforamento perpetuo (L. cit. Av. de 25 d'Agosto de 1837, e Ordem de 13 de Dezembro de 1839).<sup>93</sup>

### § 264.

MARES TERRITORIAES — As partes do mar que banham as costas adjacentes, e lhes servem como de fronteiras, são o que os Publicistas chamam *mares territoriaes*. Todos elles reconhecem, e pactos solemnes teem confirmado, ser o mar territorial propriedade da nação, cujas costas banha, sem que todavia lhe attribuem o mesmo fundamento. Assim uns a deduzem do direito de accessão; alguns fundam-na em ser elle circumscripto em estreitos limites e d'um uso exaurivel; e outros no direito de segurança, no de propria defesa territorial que impõe a necessidade de velar sobre as fronteiras do paiz e de exercer todos os actos de soberania (Ortolan, Hautefeuille, Martens).<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> O Av. n. 172 de 21 d'Outubro de 1850 manda incorporar nos proprios nacionaes as terras dos indios que já não vivem aldeados; as quaes se devem considerar como devolutas, e como taes aproveitadas na forma da cit. L. n. 601 de 18 de Setembro do mesmo anno; e que quanto á parte d'essas terras que foram dadas de aforamento ou arrendamento, é mister que sejam averiguados, não só os titulos em que se fundam semelhantes contractos, que de modo algum devem ser renovados, senão tambem as posses que se teem estabelecido, arrecadando-se o producto dos fóros e rendas, e tomando-se contas aos que teem sido encarregados da respectiva administração (V. no mesmo sentido os Avs. n. 273 de 18 de Dezembro de 1852, n. 44 de 21 de Janeiro de 1856, n. 148 de 21 d'Abril de 1857, n. 166 de 31 do mesmo mez e anno, e n. 224 de 21 de Julho de 1858).

<sup>94</sup> Mas, a fim de se definir e fixar esse direito, tem-se assentado na existencia d'uma linha imaginaria, considerada como fronteira maritima artificial, que Sylvestre Pinheiro muito apropriadamente denomina *linha de respeito*. O Alv. de 4 de Maio de 1805 § 2.º fixa o tiro de canhão como o limite dos nossos mares territoriaes.

## § 265.

ILHAS. — As que são de novo descobertas, ou no alto mar, ou no alveo d'um rio navegavel, pertencem ao Estado, se não appareee titulo de pösse contraria. Aquellas porém, que se formam no leito dos nos não navegaveis, pertencem aos proprietarios ribeirinhos em proporção das suas testadas até o meio do alveo; e quando se acham mais proximas d'uma do que da outra margem, pertencem aos proprietarios do lado onde se formam (Cod. Civ. Fr. arts. 500 e 561). V. Ord. Liv. 2.º Tit. 26 § 10.

## § 266.

MARINHAS. — Estas tambem são terrenos nacionaes (Ord. L, 2.º Tit. 36 § 15), pelo principio de serem as praias do dominio publico, estarem-lhe sujeitas e garantidas pela soberania nacional. A certeza d'este direito funda-se nas regras mais incontestaveis do Direito publico e das gentes, corroboradas por uma Provisão de 1567, declarando que as praias do Rio de Janeiro pertencem á Fazenda nacional, e pelos Avs. de 10 de Julho de 1834, 20 d'Agosto de 1835 § 2.º e 30 de Janeiro de 1836, que tiram toda a duvida quanto a serem as marinhas terrenos nacionaes.

## § 267.

TERRENOS DE MARINHAS — Entendem-se por taes os que sendo banhados pelas aguas do mar ou dos rios navegaveis vão até a distancia de 15 braças craveiras para a parte de terra, contadas desde os pontos, onde chega o preamar medio (Instrs. de 14 de Novembro de 1832, art. 4.º Av. de 20 d'Outubro de 1832, e Ordem de 12 de Julho de 1833); não se comprehendendo porém na designação de terrenos de marinhas as margens dos rios d'agua doce, ainda que navegaveis sejam, que fiquem fora do alcance das marés; e bem assim as margens dos igarapés e cambôas, ou sejam d'agua doce ou salgada, ou estejam sujeitas ás marés ou não, estando encravadas ou introduzidas em terrenos de fazendas, chacaras ou quaesquer outras propriedades



particulares, onde não haja servidão publica; devendo-se n'este caso incluir na medição para o aforamento somente a extensão das embocaduras de taes igarapés e cambôas que estiverem na beira-mar dos rios, onde ordinariamente chega a maré (Ordem de 20 d'Agosto de 1830).<sup>95</sup>

#### § 268.

BENS VAGOS — São assim chamados aquelles cujo dono morreu sem deixar parentes até o 10.º grau, contado segundo o Direito civil, e *ab intestato*; ou morrendo com testamento, os respectivos herdeiros repudiaram a herança. Taes bens devolvem-se á Fazenda nacional, na conformidade das Leis vigentes (Reg. n. 160 de 9 de Maio de 1842 <sup>96</sup> art. 3.º § 2.º e n. 422 de 27 de Junho de 1845, art. 3.º additados pelos Decretos n. 501 de 18 de Novembro de 1848, e n. 2,433 de 15 de Junho de 1859, art. 11 § 2.º).<sup>97</sup>

<sup>95</sup> Não são porém considera dos terrenos de marinhas os que casual ou artificialmente acrescerem ás 15 braças, contadas do lugar, onde chegam as marés medias; sendo por conseguinte absolutamente prohibido, sob as penas da Lei, aos foreiros de marinhas fazer obras, ou uso exclusivo do terreno que por qualquer fórma lhes crescer, salvo obtendo concessão do poder competente (Av. n. 42 de 3 de Fevereiro de 1852).

Ficaram á disposição das Camaras municipaes os terrenos de marinhas que ellas reclamarem do Ministro da fazenda na Côrte e dos Presidentes nas provincias para logradouros publicos (L. de 15 de Novembro de 1831, art. 51 § 14; c Av. de 20 de Outubro de 1835): devendo porém marcar-se para logradouros publicos sómente os terrenos de marinhas que estando inteiramente devolutos fôrem precisos para embarques, desembarques, e mercados publicos de comestiveis (Ordem de 14 do novembro de 1833).

Os terrenos de marinhas são aforados perpetuamente, ou pelo Ministro da fazenda ou pelos Presidentes das provincias (L. cit. Av. de 25 (d'Agosto de 1837, o Ordem de 13 de Dezembro de 1830); não devendo porém ser aforadas as porções d'esses terrenos que são do logradouro publico (L. cit. Avs. de 20 d'Outubro de 1832, e n. 126 de 25 do Novembro de 1816); nem tão pouco podem ser tomados de aforamento pelos procuradores fiscaes na mesma provincia em que servirem (Ordem de 22 de Julho de 1842).

Declara porém o Av. n. 256 de 15 de Novembro de 1852, que a cit. L. admite as concessões feitas de marinhas puras e isentas da obrigação de fôro, etc.

<sup>96</sup> Escapou n'este Reg. mencionar a successão dos cônjuges (Consolidação das Leis, nota ao § 5.º do art. 959).

<sup>97</sup> São tambem considerados *vagos*: 1.º Os moveis e de raiz a que não é achado senhor certo (Reg. cit. do 1842, art 3.º § 1 º); 2.º os denominados *do evento* no municipio da Côrte (Reg. e art. cit. § 3.º); 3.º o producto de todos os predios e quaesquer bens vagos, ou heranças jacentes, ainda *litigiosas*, que por falta de senhores ou herdeiros

§ 269.

BENS DO EVENTO. — Taes são os escravos ou bestas, achados sem se saber do senhor ou dono a quem pertençam; cujo producto liquido deve ser recolhida á Recebedoria no municipio da Côrte, e às Thesourarias nas provincias (Reg. cit. arts. 44 e seguintes; dito n. 2,433, art. 85).

A L. n. 586 de 6 de Setembro de 1850, art. 14, dispoz, que o rendimento do evento ficava pertencendo á receita provincial.

O rendimento dos bens do evento ou vacantes consiste no producto de todos os bens de que se não sabe o dono (Ords. Liv. 2.º Tit. 20 § 17, Liv. 3.º Tit. 94, e Av. n. 245 de 10 de Novembro de 1853).<sup>98</sup>

## CAPITULO XII.

### *Dos Impostos.*

### SECÇÃO I.

#### *Dos Impostos em geral.*

§ 270.

PRINCIPIOS GERAES — O *imposto* é a parte consignada pela Lei ao Governo na distribuição da riqueza publica como retribuição dos serviços que elle presta em nome da sociedade.

De feito todo o agente que concorre para a *produção* das rendas, deve ter parte na sua distribuição. É este um principio

---

certos se devolvem á Fazenda nacional (Reg. e art. cit. § 4.º); 4.º todas as embarcações que se perderem, o dêrem á costa nas praias do Imperio, e seus carregamentos, sendo de inimigos ou corsarios (Reg. e art. cit. § 5.º dito n. 2.433, art. 11, §§ 1.º, 3.º e seguintes).

<sup>98</sup> Finalmente pela Legislação antiga reputavam-se nacionaes e da Corôa os bens doados ás comunidades ecclesiasticas, seculares ou regulares, pelos grandes doadores que representavam como senhores de feudos (Decr. de 24 d'Outubro 1796).

Os bens dos extinctos Jesuitas tambem se mandaram sequestrar e incorporamos da Corôa como vacantes, lançando-se no livro dos proprios (C. R. de 19 de Janeiro de 1759, e Alv. de 25 de Fevereiro de 1761).

fundamental era Economia politica: este mesmo principio vêm a ser a base legitima do imposto, como diz Rossi.

Primeiramente o Governo toma parte na producção da riqueza nacional pela protecção que presta em nome da sociedade aos productores sobre todos os elementos da producção, e pelos trabalhos d'utilidade geral que emprenhe, e dirige. Em 2.º lugar elle facilita as permutas, e assegura-lhes os effeitos. Em 3.º lugar garante as transmissões hereditarias por essa mesma protecção social de que é elle o instrumento sempre activo. Logo, participando o Estado da producção, deve como todos os outros agentes, ter parte tambem na distribuição: tal é a base scientifica do imposto.<sup>99</sup>

#### § 271.

##### JUSTIFICAÇÃO DO IMPOSTO INDIRECTO OU DE CONSUMMO.

— Este tem a mesma haso ; é o tributo pago por todos, e principalmente pela classe mais numerosa, em vista da protecção que mantém a ordem na sociedade, que dá ao trabalho meios de exercicio, e cria instituições de soccorro publico, e d'instrucção para a classe operaria. Póde pois ser considerado como uma justa compensação do imposto que pagam os proprietarios de terras. "Os impostos indirectos, diz M. de Tracy, pesam principalmente sobre o pobre; mas são contrabalançados pelos que recahem unicamente sobre os proprietarios de bens de raiz, e os *justificam*."

Emfim os impostos de transmutação sobre os capitaes permutados entre as pessoas, ou transmittidos d'uma geração a outra,

---

<sup>99</sup> N'esse concurso do Estado para a producção, para as permutas e transmissões, é que se acha a razão do imposto geral sobre as rendas e do imposto especial sobre os capitaes. O imposto é pois o preço da protecção prestada pelo Governo em nome da sociedade. Esse preço é pago pelos proprietarios territoriaes e pelos rendeiros á conta das rendas liquidas das suas terras; pelos capitalistas das differentes classes á conta dos seus productos presumidos; pelos trabalhadores industriosos, commerciantes e mercenarios, á conta dos seus lucros e salarios presumidos. Tal é o imposto geral e directo sobre as rendas.

são igualmente o preço da protecção social que concorreu para a formação e circulação do capital, e que garante a sua transmissão.<sup>100</sup>

§ 272.

CONTRIBUIÇÃO, O QUE SEJA — Entende-se por contribuição em geral a porção tirada das fortunas particulares, a fim de *contribuïrem* para os encargos publicos. Se porém essa deducção é considerada, não quanto ao seu fim, mas quanto á obrigação que se impõe aos particulares, as contribuições tomam o nome d'impostos. Assim *contribuição* e *imposto* vêm a ser duas expressões synonymas, que se referem a dons aspectos differentes.

§ 273.

SUA DIVISÃO — Em geral dividem-se as contribuições em duas grandes classes: directas e indirectas. As 1.<sup>as</sup> são percebidas por meio d'um arrolamento nominal; as 2.<sup>as</sup> o são sem elle. Seria pois melhor chamar-lhes contribuições nominaes e não nominaes. As qualificações que ellas conservam, teem a sua origem e explicação na opinião dos Economistas francezes do seculo 18.<sup>o</sup> acerca do typo e da essencia dos valores.<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> No momento em que o capital apparece, e se manifesta poi um emprego productivo ou por uma transformação territorial, é que se faz o lançamento em proveito da sociedade que protege a transacção.

No momento em que o herdeiro consanguineo ou o successor testamentario vae aproveitar-se do capital, para cuja formação não concorreu, é que a sociedade reclama uma especie de premio de seguro para o futuro, uma deducção que vem a ser o preço antecipado da garantia publica (Laferrière).

O imposto é pois *justificado* pela utilidade publica. O estabelecimento da forra publica, a conservação e actividade de todas as molas do Governa, exigem subsidios que devem ser considerados por cada cidadão como uma divida sagrada.

Montesquieu definia o imposto "*uma porção que cada cidadão dá dos seus bens para obter a segurança dos outros, e gozar d'elles mais agradavelmente.*" Considerado como divida industrial deve o imposto racaliir, não só sobre a propriedade senão tanibem sobre a industria, o consummo, os gozos, e a própria existência dos indivíduos. Todos estes bens são com effeito producto da vigilancia do Governo sobre todos os ramos da Administração. Devem pois ser todos sujeitos ao imposto.

<sup>101</sup> Segundo esses Economistas, o sólo constituia o unico valor real, de que todos os outros eram apenas transformações, mais ou menos desnaturadas. Por consequencia o

## § 274.

LEGISLAÇÃO — Entre nós as contribuições também são directas ou indirectas: directas as que se estabelecem para serem lançadas directamente sobre as pessoas, suas propriedades, profissões e empregos de todo o genero; indirectas as que sem dependencia de lançamento ou arrolamento nominal recahem sobre generos e mercadorias de consummo, e vêm por conseguinte a ser indirectamente pagas pelos contribuintes ou consumidores. Umas e outras assentam sobre a propriedade, profissões, empregos, transacções, successões e consummo.

É da attribuição do poder legislativo fixar annualmente as despesas publicas e *repartir a contribuição directa* (Const. art. 15 § 10). Ninguém é isento de *contribuir* para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres (art. 179 § 15).

Todas as contribuições directas, á excepção das que já estão applicadas aos juros e amortização da divida publica, devem ser annualmente estabelecidas pela Assembléa geral legislativa: mas

---

imposto que recahe sobre o sólo, attingindo directamente o verdadeiro valor, devia ser qualificado d'imposto directo. Todos os outros impostos, attingindo somente transformações do valor real, deviam ser qualificados d'impostos indirectos; mas prevaleceu o uso do chamar também directos áquelles d'entre esses impostos que estavam sujeitos a mesma forma d'arrecadação que o imposto sobre o sólo.

Hoje os progressos da sciencia economica teem plenamente demonstrado o erro dos Economistas francezes do seculo passado, e collocado na mesma linha que a terra, entre as fontes primordiales da producção, o capital e o trabalho; mas, como muitos vezes acontece, o effeito sobreviveu á causa: o erro em que assentava a distincção das contribulções em directas e indirectas, desvaneceu-se: mas ficou a distincção.

Consideradas em relação ao seu objecto as contribuições directas são as que attingem a riqueza adquirida, e recahem sobre os seus possuidores actuaes, as indirectas attingem certos factos de producção, circulação ou consummo da riqueza, independentemente dos autores d'esses factos. Dahi deriva a necessidade para as 1.<sup>as</sup> d'uma relação nominal dos devedores; e para as 2.<sup>as</sup> d'uma tarifa de taxação (Cabantous).

As contribuições directas o indirectas teem de commum o não poderem ser estabelecidas senão por uma Lei, e a sua cobrança ser realisada pelos meios coactivos. Differem porém em que as contestações relativas ás contribuições directas são da alçada da Administração; pelo contrario as que se referem ás contribuições indirectas, são da competencia dos tribunaes civis quo as julgam definitivamente (Pradier).

continuam, até que se publique a sua derogação; ou sejam substituídas por outras (Const. art. 171).<sup>102</sup>

## SECÇÃO II.

### *Impostos directos.*

#### § 275.

PRINCIPIOS GERAES — O principio que domina todo o systema dos impostos, é que nenhuma contribuição directa ou indirecta póde ser arrecadada, sem que a sua arrecadação tenha sido *formal* e *anualmente* autorizada pelo poder legislativo. Assim a Lei do orçamento de cada anno contém a enumeração completa e especificada de todos os impostos autorizados. É mister igualmente uma Lei para estabelecer um imposto novo ou alterar os existentes. A unica excepção a esta regra resulta dos tratados de commercio feitos pelo Imperador, e que teem força de Lei, quanto ás modificações da pauta que n'elles são estipuladas (Cabantous).

#### § 276.

LEGISLAÇÃO. — As principaes contribuições directas prediaes entre nós são: a sisa dos bens de raiz, a decima urbana, a decima adicional das corporações de mão-morta, e o imposto sobre as datas mineraes.

A sisa dos bens de raiz é uma contribuição que se paga dos contractos de compra e venda, das arrematações, permutas, e dações *in solutum* d'esses bens. O Alv. de 3 fe Junho de 1809 foi a Lei que creou o imposto da sisa no Brasil. A sua quota era de 10 por 100 sobre os

---

<sup>102</sup> As contribuições indirectas tambem são anualmente decretadas nas leis do orçamento que autorizam a arrecadação das já anteriormente estabelecidas, ou as substituem, e alteram, como convém (LL. de 14 de Novembro de 1887, art. 6.º; de 8 d'Outubro de 1828, art. 6.º; de 15 de Dezembro de 1830, art. 30; de 15 de Novembro de 1831, art. 51; de 24 d'Outubro de 1832, art. 51; de 24 d'Outubro de 1832, art. 74; de 8 d'Outubro de 1833, art. 30; de 12 d'Agosto de 1834, etc.)

referidos contractos e arrematações, sem isenção de pessoas ou corporação alguma. Hoje porém acha-se reduzida a 6 por 100, geral e indistinctamente, pela L. de 28 de Outubro de 1848, art. 9.º § 22.

Nas trocas dos bens de raiz por outros da mesma natureza cobra-se a sisa somente da differença dos valores permutados (L. de 31 d'Outubro de 1835, tit. 2.º cap. 1.º § 9.º).<sup>103</sup>

### § 277.

DECIMA URBANA — Esta é uma contribuição que se cobra dos proprietarios dos predios urbanos que estam em estado de ser habitados. A sua quota é de 10 por 100 do rendimento liquido, ou os predios estejam alugados, ou occupados pelos proprios donos, com abatimento de 10 por 100 da sua importancia para falhas e concertos. Este imposto foi creado no Brasil pelo Alv. de 27 de Junho de 1808, ampliado e declarado pelo de 3 de Junho de 1809.

A L. de 27 d'Agosto de 1830 estabeleceu novo methodo d'arrecadação do mesmo imposto. A de 15 de Novembro de 1881, art. 51 § 5.º isentou da decima as villas e povoações que não tiverem mais de 100 casas dentro do arruamento; e no § 6.º concedeu aos hospitaes de

---

<sup>103</sup> Não tem lugar o pagamento da sisa nos casos de desapropriação para incorporação nos proprios nacionaes (Av. n. 28 de 29 de Março de 1842). D'antes nem as Administrações provinciaes, nem as Camaras municipaes, eram isentas do pagamento da sisa pelas compras ou desapropriações de predios, feitas em seu beneficio, ainda que os comprassem para serem demolidos; pois nenhuma corporação era isenta d'este imposto.

Actualmente porém o são, assim as provincias como as municipalidades, ou quaesquer autoridades, pelas compras que fizerem de terrenos ou predios para abertura, alargamento, ou prolongamento d'estradas, ruas, praças e canaes; ou para a construcção d'edificios publicos, pontes, fontes, aqueductos, portos, caes, pastagens, e quaesquer ouras ou estabelecimentos, destinados á commodidade, decoraçào, e salubridade publicas (L. n. 719 de 28 de Setembro de 1853, art. 21).

Especialmente a Fazenda provincial ficou isenta do pagamento da sisa dos bens de raiz, comprados ou vendidos por conta dos cofres provinciaes, e d'outros impostos especificados pela Resolução n. 776 de 6 de Setembro de 1854. Pelo art. 12 da Lei n. 939 de 26 de Setembro de 1857 foi o Governo autorizado a organizar um novo Regulamento para a arrecadação do imposto da sisa, substituindo a multa do Alv. de 3 de Junho de 1809 pela de 10 a 30 por 100 do valor da coisa vendida, repartidamente entre o comprador e o vendedor, e imposta pelos chefes das estações d'arrecadação.



caridade o mesmo indulto outorgado às casas de misericórdia a respeito dos seus predios urbanos.

A L. n. 40 de 3 d'Outubro de 1834, arts. 36 e 39, tornou provincial este imposto. O Decr. n. 152 de 16 d'Abril de 1842 deu novo Regulamento para a arrecadação da decima urbana; o qual é o que hoje vigora, alterado e additado pelo de n. 409 de 4 de Junho de 1845.<sup>104</sup>

§ 278.

DECIMA ADDICIONAL, E IMPOSTO SOBRE AS DATAS MINERAES — As corporações de mão-morta pagam decima dobrada pelos respectivos predios (Decrs. de 7 de Novembro de 1831, e de 23 d'Outubro de 1832 § 3.º; e Reg. n. 152 de 10 d'Àbril de 1812, art. 19). Mas continua a pertencer á receita geral (L. de 3 d'Outubro de 1834, art 30).

Na Côrte e nas provincias da Bahia, Pernambuco, e Maranhão, é arrecadada pelas Recebedorias; nas demais pelas Alfândegas; e onde as não ha, pelas Mesas de rendas (Reg. de 30 de Maio de 1830, arts. 76,-78).

Não se cobra porém da santa casa da misericórdia, conforme os Alvs. de 27 de Junho de 1808 § 1.º, e de 3 de Junho de 1809, e a Resolução de 23 d'Outubro de 1832, art. 1.º § 2.º Também a não pagam os predios das Camaras municipaes; porque não são corporações de mão-morta, segundo a Circular de 15 de Janeiro de 1844.

Pela L. de 28 d'Outubro de 1848, art. 33, cobra-se para os cofres geraes o imposto de 2\$000 pelo titulo de cada data mineral, que

---

<sup>104</sup> A decima urbana nas cidades do Rio do Janeiro e Nitheroy estende-se até uma légua além da demarcação que estava feita para o pagamento d'ella (Resolução de 23 d'Outubro de 1832).

A demarcação doa limites das cidades e designação dos lugares notaveis, cujos predios são sujeitos á imposição da decima urbana, devem ser fixadas de 4 em 4 annos por uma comissão composta do administrador da Recebedoria, do inspector das obras publicas ou seu ajudante, e d'um Vereador da Camara municipal, proposto por esta e approvedo pelo Governo (Dec. Reg. n. 409 de 4 de Junho de 1845, art. 1.º)



desde então tenha sido concedida, e pela ratificação que se haja feito ou de fazer da medição de cada uma das já concedidas anteriormente (V. nota ao § 184 in fine).

§ 279.

IMPOSTO SOBRE AS LOJAS, CASAS DE DESCONTOS, ETC. —

Os impostos referidos nos 3 §§ anteriores são os que entre nós têm alguma analogia com as tres 1.<sup>as</sup> especies de *grandes contribuições directas*, estabelecidas em França, posto que nenhuma das nossas seja propriamente contribuição territorial, nem tenhamos *cadastro*, nem contribuição de portas e janellas, ou do *ar* e da *luz*. Temos porém um imposto muito análogo ao das *patentes* n'aquelle paiz; o qual é o imposto sobre as lojas, casas de descontos, de moveis, etc.

Foi o Alv. de 20 d'Outubro de 1812 § 2.<sup>o</sup> a 1.<sup>a</sup> Lei que estabeleceu o imposto anuual de 12\$800 por cada loja, armazem, ou sobrado onde se vendesse por atacado ou a varejo qualquer qualidade de fazendas e generos, sêccos ou molhados, ferragens, louças, vidros, e maçames: por cada loja de ourives, lapidarios, correiros, funileiros, latoerios, caldeireiros, cerieiros, estanqueiros de tabaco, boticarios, livreiros, botequins e tavernas, sem isenção de pessoa alguma: ficando isentas somente as lojas, botequins e tavernas que n'aquella época já pagavam um igual ou maior imposto; e bem assim todas as lojas de qualquer qualidade, botequins e tavernas estabelecidas nas estradas, nos arraiaes e capellas, e nas pequenas povoações, onde não houvesse magistrado de vara branca.<sup>105</sup>

---

<sup>105</sup> A L. de 22 d'Outubro de 1830, art. 9.<sup>o</sup> § 4.<sup>o</sup> substituiu o imposto estabelecido no citado § 2.<sup>o</sup> do Alv. de 20 d'Outubro de 1812, na Côte; nas capitaes da Bahia, Pernambuco, e Maranhão, pelo imposto de 10 por 100 do aluguel das lojas constantes do mesmo § 2.<sup>o</sup>, fazendo-o extensivo a qualquer casa ou loja que contiver generos expostos á venda, ou seja por grosso ou a retalho; e bem assim ás casas de consignação d'escravos; áquellas em que se vende carne vento; ás fabricas de charutos; ás cocheiras e cavalharices, que contenham seges e cavados d'aluguel; e aos escriptorios dos negociantes, arlvoçados, tabelliães, escrivães, corretores, e cambistas. Nas demais

### SECÇÃO III.

#### *Impostos indirectos.*

#### § 280.

PRINCIPIOS GERAES — *Imposto indirecto* é o que recae, sobre generos ou productos, destinados aoconsummoou ao uso, ou sobre serviços de transporte.

Chama-se hoje *indirecto*, poquie é supportado *indirectamente*, como elemento do preço, pelo consumidor, ou por quem usa da cousa e do serviço tributados (§ 274).

Diz Montesquieu, que “a taxa pessoal ou de capitação é mais natural á escravidão; e que a taxa sobre as mercadorias é mais natural á liberdade, porque se refere á pessoa d’um morlo menos directo.”

O genero, a mercadoria, é o que o imposto tem directamente em vista; a pessoa não é attingida por elle senão indirectamente. Ha duas Leis racionaveis em materia d’impostos indirectos; e o imposto torna-se uma carga oppressiva, se essas Leis são violadas. Graslin (*Ensaio analytico sobre a riqueza e o imposto*) as exprime nos termos seguintes: “Primeiramente a taxa sobre os objectos de consummo não deve ser lançada nos *de 1.<sup>a</sup> necessidade*; em 2.<sup>o</sup> lugar deve ser sempre tanto mais

---

ciudades e villas do Imperio, sujeitas ao antigo imposto, era este cobrado como d’antes; sendo porém extensivo aos novos objectos que ficam indicados.

Finalmente n L. de 21 d’Outubro de 1843, art. 10, elevou o mesmo Imposto ao dobro do que se pagava anteriormente nas cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, e Maranhão; e nas outras cidades e villas do Imperio, e lugares do municipio da Côte fóra da cidade, substituiu-o por uma patente, cujo mimnio é de 12\$800 e o maximo de 40\$000, conforme a importancia commercial dos lugares e estabelecimentos; ficando as typographias tambem sujeitas à patente de 20\$000 até 1:000\$000, segundo; a importancia de cada uma.

O lançamento, arrecadação, e fiscalisação d’estes impostos a que são sujeitas as lojas e casas de commercio, e as outras de diversas classes e denominações, são regulados pelo Der. Reg. n. 361 de 15 de Junho de 1844.

forte sobre os outros objectos, *quanto mais se afastarem da 1.<sup>a</sup> necessidade.*" <sup>106</sup>

§ 281.

CLASSIFICAÇÃO. — A criação de novos impostos, o melhoramento da situação do paiz, e a transferencia de despesas provinciaes para os cofres geraes, proporcionaram a *classificação* da L. n. 514 de 28 d'Outubro de 1848, que abolindo a distincção feita pela L. de 11 d'Outubro de 1837, determinou que as rendas com applicação especial fossem arrecadadas e escripturadas conjunctamente com as rendas geraes; *classificação* que tem sido seguida posteriormente a saber: rendas geraes *ordinarias* e *extraordinarias*.<sup>107</sup> São rendas geraes as que se applicam a despesas da Administração geral, ainda que o seu producto tenha sido realizado em qualquer provincia do Imperio (V. § 58). A receita geral d'este, orçada annualmente na respectiva Lei, é effectuada com o producto da renda geral arrecadada dentro do exercicio da mesma Lei (do 1.º de Julho de cada anno até o ultimo de Junho do seguinte), comprehendendo os direitos d'importação para consummo e outros cobrados nas Alfandegas, os d'exportação, de sello, de chancellaria, dos correios, etc. Trataremos primeiramente das Alfandegas cujos direitos são os mais numerosos e importantes.

---

<sup>106</sup> Seria sem duvida o maior-vicio, que o homem que por qualquer causa que seja, não podesse ganhar senão restrictamente o necessario á vida, fosse sobrecarregado d'algum imposto, ou pela diminuição dos seus meios de subsistencia, ou pelo augmenlo do preço dos objectos de 1.<sup>a</sup> *necessidade*: tal é o fundamento da 1.<sup>a</sup> Lei.

O fundamento da 2.<sup>a</sup> é que o imposto deve ser repartido entre os contribuintes em proporção da sua fortuna. Ora, esta regra d'equidade proporcional será observada, se a taxa sobre cada objecto preciso fôr tanto mais elevada, *quanto mais se afastar a precisão da 1.<sup>a</sup> necessidade* (Laferrière).

<sup>107</sup> Chamam-se remias *ordinarias* as que provém da cobrança regular das contribuições e dos rendimentos dos bens nacionaes, cujo pagamento se faz na conformidade das Leis por uma tarifas estabelecida em tempo ou occasião prefixa, em casos ou por motivos certos e determinados; e *extraordinarias* as que provém d'uma cobrança irregular, muitas vezes eventual independente de tarifa ou época fixada por Lei.

N'outro sentido chamam-se rendas *ordinarias* as que se formam de contribuições e rendimentos, já ha muito conhecidos e usados com suplicação ás despesas *ordinarias*; e *extraordinarias* as que são formadas do producto das contribuições estabelecidas para despesas *extraordinarias* em circumstancias urgentes, ou para fins especiaes a que se não póde occorrer com as rendas *ordinarias*.

## § 282.

ALFANDEGAS. — Chama-se *Alfandega* a administração publica, composta d'empregados encarregados de cobrar os impostos fixados por pautas, estabelecidas legalmente, sobre as mercadorias que n'ellas são designadas, ou na sua sahida e exportação, ou á sua entrada e *importação*, ou nos *entrepastos*, ou por *transito*.<sup>108</sup>

As Leis das Alfandegas não teem somente um interesse fiscal; teem principalmente por fim impedir ou favorecer a importação ou exportação de certos productos, segundo considerações d'Economia politica e do Direito das gentes.

As mesas d'Alfandega são os pontos especiaos onde diversos empregados procedem á verificação das mercadorias, e arrecadam os direitos. No caso de contrabando; isto é, d'importação ou exportação em fraude dos direitos estabelecidos, de generos ou mercadorias que não podem ser introduzidas no paiz ou sahir do territorio, senão depois de pagos esses direitos, os objectos e meios de transporte são apprehendidos.

---

<sup>108</sup> O *entrepasto* é um deposito provisorio de mercadorias que ainda não chegaram ao sen destino. É *real*, quando tem lugar em armazens commuus á Alfandega e ao commercio; é *ficticio*, quando se faz nos armazens do commerciante. O entreposto suspende a applicação dos direitos d'Alfandega. O *transito* é a passagem a travez do territorio de mercadorias que são transportadas d'um paiz para outro. Ouando se faz por mar, chama-se *cabotagem*, e impede a applicação dos direitos d'Alfandega.

Posto que a taxa d'Alfandega seja uma contribuição indirecta, e como tal deva ser estabelecida por Lei, com tudo interessa muito ao commercio e á agricultura que o Governo, protector dos interesses do paiz, possa elevá-la ou abaixá-la *provisoriamente*, prohibir ou permittir a importação ou exportação de mercadorias determinadas, e exercer a esse respeito uma iniciativa exigida pelas necessidades publicas. Estes differentes actos do Governo porém terão apenas um character provisorio que só o Legislador poderá tornar definitivo (Laferrière).

A administração das Alfandegas esclarece o estado do commercio interno e externo, publicando annuamente o quadro geral do commercio paiz com as nações estrangeiras, e fazendo publicas a situação dos entrepostos e a comparação das principaes mercadorias importadas e exportadas no decurso do anno (Pradier).

## § 283.

LEGISLAÇÃO — Até o anno de 1831 as Alfandegas do Imperio foram regidas pelo foral da Alfandega de Lisboa de 20 d'Outubro de 1587.

Hoje o são pelo Reg. de 22 de Junho de 1836; o qual tem soffrido tantas e tão profundas mutilações, ampliações e explicações, que fora impossivel colligi-las todas, de modo que fosse bem comprehendido, e em breve espaço.

Muitos e diversos são os direitos que se arrecadam nas nossas Alfandegas; d'entre os quaes occupam o 1.º lugar os *direitos d'importação*. São assim chamados, e tambem *de consummo*, os que se cobram dos generos e mercadorias estrangeiras, importadas e despachadas para consummo do paiz nas Alfandegas do Imperio.<sup>109</sup>

---

<sup>109</sup> A C. R. de 28 de Janeiro de 1808, abrindo os portos do Brasil ao commercio directo estrangeiro, impoz a taxa de 24% de entrada sobre todos os generos e mercadorias estrangeiras importadas em navios nacionaes ou estrangeiros sem distincção de portos de procedencia das mercadorias, nem de nacionalidade dos navios.

Mas o Decr. de 11 de Junho do mesmo anno, reduzindo a 16 % os direitos d'importação das fazendas e mercadorias portuguezas, transportadas em navios portuguezes, e o Decreto de 28 de Janeiro de 1809, isentando do pagamento dos sobreditos direitos de 24% os generos que os tivessem pagado nas Alfandegas de Lisboa e do Porto; o Decreto de 7 d'Agosto de 1810, estendendo este favor aos generos que tendo pagado os direitos d'importação no Brasil entrassem depois nas Alfandegas de Portugal; o Tratado com a Inglaterra de 19 de Fevereiro de 1810, estipulando que as suas mercadorias pagariam somente 15% d'importação nos dominios portuguezes, revalidado a 17 d'Agosto de 1827; e os Tratados celebrados com a França, Prussia, Austria, Cidades Anseaticas, Dinamarca, Belgica e Estados Unidos, tornaram quasi inapplicavel a disposição da C R. de 28 de Janeiro de 1808, além de causarem grande decrescimento nas rendas publicas: em consequencia do que a L. de 24 de Setembro de 1828 determinou que os direitos d'importação ficariam geralmente taxados em 15% sem distincção d'importadores.

Findo porém o prazo de duração dos Tratados, cuidou logo a Administração em elevar a taxa destes direitos para equilibrar a receita com a despesa, publicando a Tarifa de 12 d'Agosto de 1841, a qual comquanto não fosse inteiramente perfeita abriu uma nova época na nossa politica commercial, não só por ser o primeiro trabalho regular que tivemos n'esta materia, senão tambem porque houve mais liberdade na fixação das taxas em razão de ter expirado o termo dos Tratados, e assegurou ao Thesouro um augmento consideravel nas rendas publicas com os direitos dobrados que creâra.

Abolidos depois pelo Decr. n. 608 de 4 de Maio de 1849 os direitos differenciaes que consistiam em pagarem as mercadorias estrangeiras, importadas no Imperio em navios estrangeiros, e despachadas para consummo, mais um terço dos direitos estabelecidos na Tarifa das Alfandegas, foi necessario reconsiderar a Tarifa de 12 d'Agosto de 1844

## § 284.

DIREITOS DE BALDEAÇÃO E REEXPORTAÇÃO. — Além dos direitos d'importação, objecto do § antecedente, arrecadam-se nas Alfandegas do Imperio os de baldeação e reexportação, franquia, expediente dos generos estrangeiros despachados com carta de guia, dito dos generos do paiz, armazenagem, ancoragem, etc.

As *baldeações e reexportações* são o que n'outros paizes se chama commercio por *deposito* ou de transito.<sup>110</sup> O systema de deposito franco consiste em não se cobrarem os direitos lançados sobre os generos depositados senão quando sahem dos depositos para o consummo, e isentâ-los de quaesquer impostos, quando são reexportados.

## § 285.

FRANQUIA — Chama-se *franquia*, segundo Ferreira Borges, a especie de *entrepoto* ou estancia em que fica um navio arribado por especulação ou desastre, debaixo da fiscalisação da Alfandega sem

---

para melhorar-se o nosso systema financeiro, conforme a theoria das franquizas commerciaes, sem se perderem de vista as circumstancias peculiares do paiz.

Commettendo pois a Administração o seu exame a pessoas habilitadas, mandou finalmente executar a nova Tarifa que acompanha o Decr. n. 1,914 de 28 de Março de 1857 com a modificação de outro Decr. n. 2,034 de 25 de Novembro do mesmo anno: o qual permite a verificação do peso liquido real das mercadorias sujeitas a direitos na razão do peso com abatimento das taras marcadas na Tarifa em vigor, quando o dono da mercadoria ou seus prepostos a requererem, ou o feitor conferente do despacho, ou da conferencia da sahida, a reclamar no interesse da Fazenda publica; e prescreve as regras convenientes para essa verificação (V. tambem os Decrs. ns. 2,248 e 2,250 de 15 de Setembro de 1858; o 1.º dos quaes faz diversas alterações na Tarifa das Alfandegas, e o 2.º altera o modo de qualificar o assucar ode marcar o seu preço médio nas pautas semanaes).

<sup>110</sup> Os entrepostos são, como diz Pardessus, uma espécie de asylo concedido ás mercadorias até o momento em que os proprietarios dispõem dellas, ou para exportação do estrangeiro, ou para consummo: ellas são consideradas por uma ficção, como se não tivessem entrado, ou como se tivessem ficado no paiz donde sahiram de modo que se direitos não existentes na época da sua chegada ao entreposto fôsem estabelecidos, e subsistissem ainda ao tempo em que o entrepositario as entrega ao consummo, seria necessário pagar por ellas esses direitos, como teriam de ser pagos por mercadorias recémchegadas (V. nota ao § 282).

A adopção dos entrepostos poz termo ás maiores desordens... N'essa criação o commercio encontrou a vantagem de espaçar a época do pagamento dos direitos, ate que as mercadorias sejam entregues ao consummo.

despachar para descarregar. O Alv. de 13 de Novembro de 1806 marcava o prazo de dez dias improrogaveis para as embarcações se demorarem em franquia. Esta materia porém é actualmente regida pelos Regulamentos de 22 de Junho de 1830, e de 30 de Junho de 1844 (V. tambem o Decr. n. 1,385 de 20 d'Abril de 1854, arts. 13 e 14).

§ 286.

EXPEDIENTE. — A L. n. 369 de 18 de Setembro de 1845, art. 21, dispõe que se continue a cobrar nas Alfandegas do Imperio o expediente que n'ellas já se arrecadava sobre os generos estrangeiros navegados com carta de guia, que era de 1<sup>1/2</sup> por 100, e que foi substituido por 5 por 100 da importancia dos direitos de consummo, lançados na tarifa, que os mesmos generos teriam de pagar, se não trouxessem carta de guia (V. o cit. Reg. de 22 de Junho de 1836, arts. 311, 312, 313, 315 e 318; Ords. do Thesouro n. 63 de 2 de Julho de 1840, e n. 49 de 18 de Março de 1847).<sup>111</sup>

§ 287.

ARMAZENAGEM — Além d'outros generos especificados no art. 91 do Reg. das Alfandegas, as mercadorias desembarcadas por causa do ruina da embarcação que as houver conduzido, pretendendo-se reembarcâ-las e reexportâ-las, não pagam o *expediente*; ou desembarquem para deposito nos armazens da Alfandega, ou em armazens particulares; mas pagam somente a armazenagem, de que

---

<sup>111</sup> Os generos de producção e manufactura do paiz pagam nas Alfandegas o imposto de 1/2 por 100 em substituição do diversos emolumentos (que foram abolidos pelo art. 8.º do Reg. de 20 de Setembro de 1834), suspenso por Portaria de 20 de Novembro do mesmo anno, e restabelecido pela L. n. 60 de 20 d'Outubro de 1838, art. 14 (Circular de 10 de Novembro do mesmo anno). E pagam este imposto somente os generos que effectivamente entram nas Alfandegas, e são por ellas despachados. Pagam-no os generos du producção e manufactura brasileira, importados d'uma para outra provincia do Imperio, ainda que a materia prima seja estrangeira.

Paga o mesmo imposto o genero nacional que sahe do Imperio, e volta por arribada do navio, se for revendido; e finalmente pagam-no os diamantes pelo art. 4.º do Reg. de 2 de Janeiro de 1847 (V. Ord.de 8 Janeiro de 1848).



trata o art. 102 do mesmo Reg. ficando em todo o caso sujeitas á fiscalisação da Alfandega, sem mais despesa alguma.<sup>112</sup>

§ 288.

ANCORAGEM — A titulo *d'ancoragem* ha tambem uma contribuição sobre a navegação de barra-fóra, que pagavam, assim as embarcações nacionaes, como as estrangeiras que navegavam para portos onde existem Alfandegas; hoje porém só as estrangeiras a pagam. Essa contribuição, cuja taxa era a principio de 10 reis por tonelada, pela L. de 15 de Novembro de 1831, art. 51 § 7.º que a creou, foi successivamente elevada por diversas Leis, até que chegou a ser de 900 reis para os navios estrangeiros, e de 90 reis para os de cabotagem, pelo Decr. Reg. de 20 de Julho de 1844. Mas ultimamente foi reduzida a 300 reis por tonelada para cada embarcação que navega entre os portos estrangeiros e os do Imperio, ficando extincta a que pagavam os navios de cabotagem, pelo Dccr. n. 928 de 25 de Março de 1852.

§ 289.

DIREITOS D'EXPORTAÇÃO —

“Antigamente os generos do Brasil exportados pagavam 2 por 100 de direitos, como um equivalente dos de consulado de sabida; porquanto tendo sido permittida a navegação directa (no que esses generos ficaram isentos dos maiores direitos de consulado que pagavam nas Alfandegas de Portugal), deviam para igualdade do commercio pagar algum direito nas Alfandegas do Brasil por lhes ter sido diminuido

---

<sup>112</sup> Os direitos d'armazenagem são como aluguel dos armazens ou depositas nacionaes, em que os generos se demoram antes de se despacharem para consummo ou reexportação. Só podem porém demorar-se 40 dias sem pagar (L. de 15 de Novembro de 1831, art. 51 § 10). E passados os 40 dias, cobra-se mensalmente 1/4 por 100 do valor dos generos (L. de 8 d'Outubro de 1833, art. 30 § 40).

Este direito calcula-se do mesmo modo que para a baldeação e reexportação, dando-se porém ás mercadorias d'estiva 15 dias livres e ás outras dous mezes, pelo Decr. n. 376 de 12 d'Agosto de 1814. art. 10.

V. tambem L. de 18 de Setembro de 1845, arts. 19 e 20, e Decrs. n. 495 de 16 de Janeiro de 1847, e n. 728 de 9 de Novembro de 1850. E quanto á armazenagem adicional, V. LL. de 11 d'Outubro de 1837, art. 1.º e de 20 d'Outubro de 1838, arts. 16 e 17.



n'aquellas: mas esses generos brasileiros nenhum direito pagavam de consulado de sabida nas Alfandegas de Portugal, quando se reexportavam."

Tal era a disposição do Alv. de 25 d'Abril de 1818 § 6.º assignado no Rio de Janeiro, quando ainda faziamos parte do Reino Unido.

Os 2 por 100 de consulado de sahida eram arrecadados pelas pautas semanarias dos corretores, como se fazia a cobrança dos dizimos (Decr. de 31 de Maio de 1825). O mesmo imposto de 2 por 100 d'exportação dos generos de producção brasileira foi elevado a 7 por 100, abatidos os 5 addicionaes no que pagassem dos dizimos aquelles generos que os pagavam na exportação para fora do Imperio, cessando qualquer outra imposição sobre a mesma exportação, e ficando o resto da quôta dos dizimos pertencendo á renda das respectivas provincias (L. de 31 d'Outubro de 1835, art. 9.º § 6.º).<sup>113</sup>

§ 290.

LEGISLAÇÃO ESSENCIAL Á EXPORTAÇÃO DE CERTOS GENEROS. — O pau-brasil e outros generos de producção nacional que se exportam por conta da Administração geral do Estado, em virtude de ordem do Tribunal do Thesouro, não pagam direitos d'exportatão (Reg. de 30 de Maio de 1836, art. 95).

O café paga 4 por 100 d'exportação pelo cit. Reg. art. 99 § 2.º. A polvora fabricada por conta do Governo paga 2 por 100

---

<sup>113</sup> Eram pois sujeitos ao pagamento do 7 por 100 do seu valor, segunda a pauta semanal, todos os generos de producção nacional em bruto ou manufacturados, que se exportassem para fóra do Imperio; e bem assim os estrangeiros que fossem simiilhantes aos nacionaes, quando não se mostrasse serem com effeito estrangeiros, e haverem pagado os direitos devidos por entrada para consummo: 5 por 100 dos 7 sobreditos eram descontados da quôta dos dizimos nos generos que os pagavam (Reg. de 30 de Maio de 1836, art. 9.º).

Finalmente em virtude da autorização dada pelo art. 12 da L. n. 608 de 11 de Setembro de 1852, o Decr. n. 1.133 de 23 de Março de 1853 reduziu a 5 por 100 a taxa da exportação que pelo art. 9.º § 13 d'aquella L. de 1852 havia já sido reduzida a 6 por 100. Mas foi novamente elevada a 7 por 100 pela L. n. 884 de 1.º d'Outubro de 1856, art. 11 § 1.º para ser cobrada desde o 1.º de Janeiro de 1857 até o fim do anno financeiro de 1858—59.

d'exportação pela L. de 22 d'Outubro de 1836 art. 22; e bem assim o ouro em pó sobre o valor de 3\$600 a oitava, e as barras não sendo fundidas na Casa da moeda (Ordens de 13 e 31 d'Agosto de 1849).<sup>114</sup>

§ 291.

DIREITOS DE REGISTRO — No § 281 que trata da classificação dos impostos indirectos, se enumeraram entre as rendas geraes, além dos direitos d'importação e exportação, os de sello, chancellaria e correios. Os direitos de *sello* correspondem d'alguma sorte aos que em França se denominam de *registro*.

O *registro* é alli uma instituição civil e financeira que consiste na analyse ou Inscrição em registros proprios para isso dos actos e das declarações sujeitas a essa formalidade. Tem por fim assegurar a existencia e data dos actos civis, das transferencias e hypothecas, e haver para o Thesouro uma renda que é ao mesmo tempo o salario da formalidade e um imposto proporcional lançado sobre os valores.<sup>115</sup>

---

<sup>114</sup> O ouro em barra paga 1 por 100 d'exportação pela L. de 28 d'Outubro de 1848, art. 9.º § 14. A prata e o ouro em moeda que pagavam 2 por 100 d'exportação pelo cit. Reg. de 30 de Maio de 1836, arts. 82 e 94, os quaes foram reduzidos a meio por 100 pela L. de 30 de Novembro de 1811, art. 19, são hoje livres de direitos peia L. de 28 d'Outubro de 1848, art. 32.

Os diamantes tambem pagam meio por 100 d'exportação pela L de 2 de Setembro de 1846, art. 13; e o Decr. n. 492 de 2 de Janeiro de 1847 dá providencias sobre a cobrança d'esta porcentagem.

Estes impostos d'exportação, como os d'ancoragem das embarcações estrangeiras e nacionaes de longo curso, e outros, são arrecadados pelas repartições que d'antes se denominavam — Mesas de diversas rendas; — que ora se intitulam — Mesas do consulado; — e se acham reduzidas a três: do Rio de Janeiro, da Bahia, e de Pernambuco. Nos outros portos onde ha Alfandegas, servem estas de Mesas do consulado. O seu Regulamento é o ja citado de 30 de Maio de 1836.

(V. Apontamentos de Direito financeiro).

<sup>115</sup> Não ha porém entre nós semelhante instituição financeira. Os nossos registros são: 1.º o das hypothecas civis, creado pelo art.; 35 da L. n. 317 de 21 d'Outubro de 1843, e regulado pelo Decr. Reg. n. 482 de 14 de Novembro de 1846; e 2.º o registro publico do commercio, creado pelo art. 11 do tit. unico do Código Commercial, e regulado pelo Decr. Reg. n. 738 de 25 de Novembro de 1850, tit. 1.º cap. 7.º secção 4.ª. Mas do nenhum d'estes registros se paga contribuição alguma fiscal, além dos emolumentos que são applicados para os respectivos empregados.

A sua origem remonta ás Leis que pozeram as convenções sob a garantia da autoridade publica. Os direitos de transferencia teem por fim tributar a propriedade no momento em que se transmite d'uma pessoa para outra por titulo oneroso ou gratuito, ou por via do direito de suecessão (Pradier).

§ 292.

SELLO EM GERAL — É o cunho ou carimbo applicado sobre os papeis ou pergaminhos que teem de ser empregados em actos authenticos ou contractos.

A formalidade do sello leve a principio por fim evitar as alterações e antidas dos actos, como resulta da Nov. 44; pela qual Justiniano ordenou aos tabelliães de Constantinopla, que não recebessem os autographos dos actos senão em papel, em cuja frente estivessem escriptos o nome do intendente, a data da sua factura, e o protocollo ou titulo que indicasse a natureza e substancia do acto; mas sendo o sello e protocollo insufficientes para attingir o fim proposto, eslabeleceu-se em França o registro de que trata o § antecedente.<sup>116</sup>

§ 293.

LEGISLAÇÃO PATRIA. — SELLO PROPORCIONAL. — Entre nós tambem se acha adoptada esta providencia fiscal e administrativa do sello pela nossa Legislação.

---

<sup>116</sup> A obrigação de fazer uso do papel sellado nos casos indicados pela Lei deu origem a um imposto indirecto. A contribuição do sello é de duas especies: 1.º o sello de dimensão, pautado, segundo a dimensão do papel de que se faz uso para todos os actos civis e judiciais, e para os escriptos que podem ser exhibidos em Juizo e fazer fé n'elle (sello *fixo*); 2.º o sello *proporcional*, direito creado para os effeitos de commercio, e que é graduado na razão das quantias a exprimir n'esses effeitos. O direito do sello de dimensão (ou *fixo*) varia pois, segundo o destino do papel; e o do sello *proporcional* é graduado, conforme as quantias que representam os effeitos commerciaes. A qualquer é licito servir-se d'outro papel sem ser o fornecido pela Administração, com tanto que o faça sellar. (Pradier).

O Alv. de 17 de Junho de 1809 mandou pagar sello de todos e quaesquer titulos, folhas de livros, e papeis forenses e commerciaes. As taxas antigas foram reguladas pelas Instrs. de 14 de Novembro de 1833. Este imposto foi depois regulado pelos arts. 12 a 15 da L. de 21 d'Outubro de 1843, para cuja execução baixou o Reg. de 26 d'Abril de 1844. Este foi alterado pelo Decr. n. 681 de 10 de Julho de 1850, que mandou executar novo Regulamento do mesmo imposto do sello e de sua arrecadação, e pelo Decr. n. 895 de 31 de Dezembro de 1851 que manda executar outro Regulamento sobre o uso, preparo e venda do papel sellado.<sup>117</sup>

§ 294.

SELLO FIXO — A este são sujeitos: 1.º não só os papeis que já d'antes o pagavam, senão também os processos que correm perante os Delegados e Subdelegados; os livros, proTocollos dos tabelliães e escrivães de qualquer Juizo; e documentos ou papeis de qualquer especie, apresentados em Juizo ou nas repartições publicas. A respectiva taxa é de 60 a \$160 reis por cada meia folha de papel.

2.º As cartas e diplomas que conferem titulos, tratamento, nobreza, brazão, condecorações honorificas, privilegios, ou outra qualquer mercê; as dispensas de qualquer natureza que sejam: licenças do qualquer especie, inclusive para jogos licitos; e os diplomas scientificos e litterarios. A sua taxa é de 1\$ — a 100\$ — reis.

---

<sup>117</sup> O imposto da Sello entre nós também é de duas especies, proporcional e fixo. Ao sello proporcional são sujeitos: 1.º todos os papeis de contractos de dinheiro, como letras de cambio e da terra, escriptos a ordem, e notas promissorias; 2.º credits, escripturas ou escriptos de venda, hypotheca, doação, deposito extrajudicial, e qualquer titulo de transferir a propriedade ou o usufructo; 3.º os quinhões hereditarios ou legados; 4.º as quitações judiciais; 5.º os tratamentos e despachos das Alfandegas e dos Consulados; 6.º as apolices de seguro ou de risco; e 7.º os titulos de nomeação, expedidos pelo Governo ou por empregados da sua escolha, por autoridades ecclesiasticas, e pelas Mesas das Camaras legislativas e das Assembléias provinciaes. Este sello é regulado e cobrado de qualquer valor pelo modo marcado na respectiva tabella, pela cit. L. de 21 d'Outubro de 1843, art. 12 § 1.º; L. n. 555 de 15 de Junho de 1850, art. 18; L. n. 628 de 17 de Setembro de 1851, art. 26; L. n. 840 de 15 de Setembro de 1855, art. 15 § 2. e Decrs. n. 2,314 de 4 de Dezembro de 1858, e n. 2,490 de 30 de Setembro de 1859.

3.º As cartas de jogar, cujo sello é de §160 reis por baralho (L. cit, de 21 d'Outubro de 1843, art. 12 § 2.º).<sup>118</sup>

§ 295.

DIREITOS DE CHANCELLARIA — Em França ha tambem certos direitos denominados de *chancellaria* e *hypothecas*. Os de chancellaria são cobrados por occasião dos differentes actos que se fazem nos tribunaes civis e do commercio. Os direitos de *hypothecas* o são na occasião da inscripção das *hypothecas* e da transcripção dos actos translativos da propriedade (Pradier).

O que ha entre nós com similhante denominação, é a *dizima da chancellaria*; a qual era uma pena que se impunha a quem fazia má demanda; isto é, ao litigante que a perdia; e revertia para o fisco; consistia na 10.<sup>a</sup> parte da cousa que se pedia, e das custas; pena pecuniaria em que o réo era condemnado.<sup>119</sup>

---

<sup>118</sup> Além d'este ha o sello de heranças e legados; o qual é uma contribuição, conhecida tambem pela denominação de decima ou taxa das heranças e legados, que pagam os herdeiros por testamento ou ab intestato e os legatarios, que não são ascendentes nem descendentes dos testadores ou intestados.

Os ascendentes e descendentes nada pagam; os legatarios e herdeiros por testamento ou ab mtestato, parentes do fallecido até o 2.º grau inclusive,, contado na fórmula de Direito canonico, pagam a 10.<sup>a</sup> parte do valor liquido do legado ou da herança; e quando os herdeiros são parentes fora do 2.º grau, pagam a 5.º parte (Alvs. de 17 de Junho de 1809. e de 2 d'Outubro de 1818). E tanto os nacionaes como os estrangeiros estam igualmente sujeitos a essa taxa (L. cit. de 21 d'Outubro de 1843, art. 31). A sua arrecadação e fiscalisação são regidas pelos Regulamentos n. 156 de 28 d'Abril de 1842, e n. 410 de 4 de Junho de 1845. Mas este ultimo imposto pertence actualmente ás rendas provinciaes, e municipaes da Côrte.

<sup>119</sup> O seu regimento interno era de 16 de Janeiro de 1589; e acha-se por extenso e aummentado em Pegas ás Ordenações, Tom. 3.º pag. 468. Foi porém substituida pelo imposto de 2 por 100 que se deve pagar, do valor de quaesquer cousas demandadas, pelas LL. de 31 d'Outubro de 1835, art. 9.º § 2.º, e de 22 d'Outubro de 1836, art. 14 § 21.

A sua cobrança rege-se hoje pelos Regulamentos n. 150 de 9 d'Abril de 1842, n. 230 de 22 d'Outubro do mesmo anno, e n. 413 de 10 de Junho de 1845; dos quaes o 1.º foi additado pelo 2.º e alterado pelo 3.º

## § 296.

CORREIOS. — Os ultimos dos impostos indirectos (referidos no § 281) são o porte das cartas e outras taxas arrecadadas pela administração dos correios.

Os progressos da civilização criam por toda a parte novas relações entre os homens; multiplicam incessantemente os laços de suas affeições e de seus interesses; e impõem ao Governo o dever de estabelecer entre elles communicações mais faciles e frequentes; de approximar por meios mais promptos e exactos as distancias que os separam; de abrir ás suas relações vias mais directas e commodas; em fim do satisfazer a todas as exigencias das suas necessidades, e até somente de suas conveniencias. A sociedade recebe a vida o o movimento pelo contacto perpetuo das idéas e acções dos que a compõem. O serviço dos correios é pois indispensavel para manter o animar a nossa existencia social pela actividade do seu mechanismo, e pelo jogo continuo de suas numerosas molas (Magnitot et Delamarre).<sup>120</sup>

---

<sup>120</sup> A instituição dos correios tem por fim principal o transporte de cartas, jornaes, obras periodicas, e maços de papeis d'um certo peso. Tem pois o Estado o monopolio do correio das cartas, que consiste no direito exclusivo de fazer esse transporte; e por isso quem n'elle se intromette, é punido com penas pecuniarias. O serviço dos correios é confiado a uma administração especial, sujeita ao Ministerio da Fazenda.

A administração dos correios deve respeitar e fazer respeitar o segredo das cartas (Cod. Criminal art. 129 § 9.º e Constituição art. 179 § 27), e remettê-las ás pessoas a quem são dirigidas. O porte é pago, segundo uma tarifa, ou pela pessoa que remette a carta, ou por quem a recebe.

“A taxa ou porte do correio é pois uma contribuição ou paga que se percebe pula conducção das cartas e papeis, regulada pelo peso, e com attenção; ás distancias de mar e terra entre uns e outros correios, donde vêm, e onde se recebem.”

A Legislação que entre nós rege esta materia, é a seguinte: Decr. Reg. n. 399 de 21 de Dezembro de 1844, e Instrucções de 15 de Dezembro de 1847; e Decrs. ns. 637 e 638 de 27 e 28 de Setembro de 1849; que o Governo foi autorisado a modificar pela L. n. 939 de 26 de Setembro de 1857, art. 29 § 8.º, organisando uma secção especial para o serviço postal de fóra do Imperio.

## CAPITULO XIII.

*Encargos do Estado. — Instituições relativas a soccórros publicos.*

### SECÇÃO I.

*Encargos do Estado.*

#### § 297.

PRINCIPIOS GERAES — No Cap. III da 2.<sup>a</sup> Parte se mostrou a differença que ha entro o que *ordena as despesas publicas e o responsavel pela sua execução*; e que nenhuma despesa feita por conta do Estado póde ser paga, sem que tenha sido previamente ordenada, ou por um Ministro ou por agentes secundarios, em virtude de delegação ministerial. Os Ministros são pois, não só os que ordenam, senão tambem os que *liquidam* as despesas publicas. A liquidação consiste no exame dos creditos para admitti-los, rejeitâ-los ou reduzi-los.<sup>121</sup>

#### § 298.

DIVIDA PUBLICA — É a divida do Estado; e comprehende os recursos que o Estado pede ao credito publico, e os abonos em dinheiro ou pensões de que é devedor aos seus antigos servidores (Pradier).

A divida publica, cujos juros formam um dos encargos mais consideraveis da Lei annual do orçamento, divide-se: 1.º em *divida fluctuante*; 2.º *divida inscripta*; e 3.º *divida exigivel*.

---

<sup>121</sup> A qualidade de liquidantes reúnem os Ministros tambem o direito de applicar aos creditos reclamados contra o listado as prescrições em que possam ter incorrido, salvo o recurso para o Conselho d'Estado pelo meio contencioso.

Os encargos do Estado compõem-se das dividas que elle tem contraindo em differentes épochas, e das depezas exigidas pelos serviços publicos d'esta pois examinar em que consiste a divida publica, e quaes sao as despesas que exigem os serviços publicos.

## § 299.

DIVINA FLUCTUANTE — Esta compõe-se das sommas que o Estado é obrigado a tomar emprestadas com alguns mezes de prazo para occorrer aos differentes serviços publicos, em quanto não se realiza a cobrança das contribuições. O seu fim é pois cobrir as anticipações da despesa sobre a receita durante o curso de cada exercicio; ella sustenta além d'isso as despesas votadas no decurso do exercicio que não podem ser imputadas, nem nas verbas e meios do exercicio, nem nos recursos especiaes, e os deficits dos orçamentos anteriores; emquanto não são definitivamente saldados por meio d'emprestimos ou consolidações.<sup>122</sup>

## § 300.

DIVIDA INSCRIPTA — Como indica o seu nome, *a divida inscripta* comprehende todas as partes da divida publica que teem por *titulo* fundamental a sua inscripção nos diversos grandes livros da divida publica. Subdivide-se em *divida fundada*, *fundo d'amortização*, *cauções*, e *divida vitalicia*.

A *divida fundada* ou *consolidada* é a que foi contrahida com a clausula expressa de pagar sómente a renda annal dos capitaes mutuados, o de não se ligar o Estado, quanto á sua restituição, por um empenho formal e exigivel n'uma epocha determinada. Não é pois nem exigivel, nem vitalicia; o seu principal é permanente, e de duração indefinida.<sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> Os fundos da divida fluctuanle provém dos avanços feitos ao Estado pelos recebedores geraes, dos depositos feitos nas caixas economicas, e das apolices do Thesouro, ou effeitos publicos que vencem juros, e pagaveis a prazos, que o Ministro da Fazenda é autorizado pela Lei do orçamento a emittir cada anno até a concurrencia d'uma somma determinada que não pôde ser excedida, senão em virtude d'um Decreto Imperial de que se dá conta na 1.<sup>a</sup> sessão do Corpo legislativo. Não constituindo pois a divida fluctuante um recurso effectivo, e consistindo apenas em emprestimos reembolsaveis a curto prazo, comprehende-se que o Legislador de providencias, para que ella não exceda certas proporções.

<sup>123</sup> O Estado, como qualquer devedor de rendas pôde usar do direito commum de reembolsar o seu credor; mas o capital da renda fundada não é exigivel d'elle. O grande



## § 301.

AMORTIZAÇÃO. — o Estado desonera-se da sua divida fundada, não só pelo reembolso, mas tambem pela amortização. Entende-se por amortização a extincção gradual da divida fundada por meio de resgates suecessivos, feitos por conta e á custa do Estado.

Uma *Caixa* chamada *d'amortização* é encarregada de resgatar as lendas em nome do Estado. O seu fundo compõe-se de diversos elementos. Primeiramente ella recebe uma dotação annual, fixada pela Lei do orçamento; em 2.º lugar, de cada vez que se contrahe um novo emprestimo, é dotado com um fundo de reserva que não póde ser inferior a um por cento do capital das rendas resgatadas; e estas emfim continuam a ser fornecidas á Caixa d'amortização cujas faculdades augmentam.<sup>124</sup>

## § 302.

CAUÇÕES. — A caução é um penhor pecuniario dado pelos responsaveis ao Thesouro, para segurança dos abusos e prevaricações que provenham de facto seu. A caução deve ser prestada pelo funcionario responsavel antes de entrar em exercicio. Em França póde ser prestada em numerario, rendas ou immoveis. As cauções em numerario que se depositam no Thesouro publico, ou por conta do Thesouro nas collectorias, produzem tambem em proveito dos empregados um juro que é pago á apresentação dos certificados d'inscripção.

---

livro da divida publica não vitalicia é o titulo fundamental de todas as rendas inscriptas em proveito dos credores do Estado. Quando se trata da criação de rendas, a inscripção só póde ter lugar em virtude de uma Lei; mas para as transferencias e mutações hasta o concurso de dous agentes responsaveis (Cabantous).

<sup>124</sup> A Caixa d'amortização foi entre nós creada e definida pela L. de 15 do Novembro de 1827; deu-se-lhe regimento a 8 d'Outubro de 1823, alterado como a cit. L. pelo Decr. do 27 d'Abril de 1832. Além das suas disposições que tambem regem as Caixas filiaes nas provincias, há mais a resolução de 26 de Setembro de 1828, as LL. ns. 53 r 98 de 6 e 31 d'Outubro de 1835, art. 7,º § 3.º; n. 7 de 22 d'Outubro de 1836, art. 18; o Reg. de 15 de Janeiro de 1812; n. L. n. 317 de 21 d'Outubro de 1813, etc.

## § 303.

LEGISLAÇÃO. — Entre nós também os thesouros, recebedores, contractadores, exactores, e mais responsaveis a cujo cargo estão a arrecadação e distribuição das rendas publicas, caucionam por meio de hypotheca, fiança, ou deposito. A Fazenda nacional tem além d'isso hypotheca legal em todos os bens d'esses funcionarios desde a data dos contractos ou provimentos; e também pôde ter lugar a convencional, sendo expressamente contrahida por convenção geral ou especial.<sup>125</sup>

## § 304.

CONTINÚA A LEGISLAÇÃO RELATIVA ÀS FIANÇAS FISCAES. — O thesoureiro geral, os pagadores do Thesouro, e os thesoureiros das provincias, devem antes de começar a servir prestar fiança idonea do valor arbitrado pelo Tribunal do Thesouro (Decr. n. 736 de 20 do Novembro de 1850, art. 2.º § 8.º e art. 67); sendo esta attribuição do Thesouro em virtude do cit. Decr. extensiva a todos os thesoureiros e pagadores das outras repartições de Fazenda e a quaesquer exactores ou collectores de rendas geraes.<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> A hypotheca legal da Fazenda é privilegiada; e por isso prefere a mesma Fazenda em virtude d'ella aos credores que tiverem somente a hypotheca geral anterior: a convencional regula-se pelas Leis geraes (Regimento de 17 d'Outubro de 1515, Caps. 81, 159 e 196; e L. de 22 de Dezembro do 1761, tit. 3.º § 3.º). Mas raras vezes é admittida pelas Leis novas. A fiança é o meio mais generico de caucionar, e n'ella consiste a maxima parte das garantias pecuniarias.

São obrigados a prestar fiança os thesoureiros das Thosourarias e de todas as repartições fiscaes; os recebedores, pagadores, colletores, contractadores e quaesquer encarregados, da receita e despesa das rendas publicas; e esta fiança deve ser idonea.

A idoneidade da fiança regula-se coim attenção á importancia das operações, de que são encarregados os afiançados, e ás circumstancias dos fiadores que devem ser de reconhecida abonação e isentos de divida, ou de qualquer encargo para com a Fazenda nacional.

<sup>126</sup> O thesoureiro d'Alfandega presta fiança á satisfação do Thesouro na Côrte, e dos Presidentes e Thesourarias nas provincias, regulada a idoneidade, segundo o maximo presumivel do rendimento nos prazos ordinarios em que o deve remetter á Thesouraria (Reg. de 22 de Junho de 1836, art. 36 § 7.º).

O Inspector geral da Caixa d'amortização deve prestar fiança idonea ou hypotheca pela quantia de 64:000\$ —; o contador é o thesoureiro pela de 48:000\$ — cada um; o

## § 305.

DIVIDA VITALICIA — Esta tambem faz parte da divida *inscripta*, porque é registrada no grande livro da divida publica. A divida *vitalicia*, como indica o seu nome, é aquella cujo capital não exigivel, nem reembolsavel, fica definitivamente amortizado pela morte dos credores. Comprehende as rendas vitalicias em premio d'emprestimos contrahidos pelo Estado, e as *pensões* em recompensa de serviços prestados ao mesmo.<sup>127</sup>

## § 306.

PENSÕES — Todas as *pensões* pagaveis por conta dos creditos da divida publica são inscriptas no livro das pensões. As principaes divisões das pensões imputaveis nos fundos geraes do Estado em França são as seguintes: 1.º pensões civis; 2.º pensões ecclesiasticas; 3.º pensões militares; 4.º pensões a titulo de recompensa nacional, etc.<sup>128</sup>

---

corretor pela de 32:000\$—; os escripturarios pela de 24:000\$ — cada um; e o porteiro pela de 20:000\$ — (L. de 15 de Novembro de 1827, art 51).

Os collectores antes de começarem a servir são obrigados a prestar uma fiança que é regulada pelas Thesourarias das provincias, com attenção as sommas das cobranças de que forem encarregados (Reg. de 14 de Janeiro de 1832, art 29). Igualmente a prestamos thesoureiros das Mesas de rendas (Reg. de 30 de Maio de 1836).

Tem-se tambem admittido no Thesouro publico nacional a caução por meio de deposito em alguns casos; sendo este feito na Thesouraria geral em apolices da divida publica que pelo valor medio do mercado correspondam á importancia em que se calcula a responsabilidade pecuniaria desempregados.

(V. Apontamentos de Direito Financeiro Brasileiro).

<sup>127</sup> As rendas vitalicias são tambem registradas no grande livro da divida publica vitalicia. Esse grande livro é o titulo fundamental de todos os credores vitalicios do Estado. Cada credor é n'elle creditado pela renda vitalicia de que é proprietario; e dá-se-lhe um extracto da inscripção. Os atrasados da divida vitalicia são pagos ao portador do extracto da inscripção e com quitação sua, apresentando tambem um certificado de vida da pessoa a quem pertence a renda.

<sup>128</sup> Dá-se tambem um certificado d'inscripção a todo o concessionario de pensão. Os atrasados das pensões são pagos ao portador do certificado d'inscripção, o qual dá a sua quitação, apresentando igualmente em apoio d'esse titulo um certificado de vida do pensionista, e em caso de morte documentos justificativos dos direitos dos herdeiros (Cabantous).

As pensões impõem ao Thesouro uma divida que obriga tão restrictamente como aquellas cujos fundos recebeu da confiança publica: pois é ella o preço dos serviços prestados, e a recompensa do trabalho exclusivo dos funcçionarios que elle tem empregado (Magnitot et Delamarre).

## § 307.

LEGISLAÇÃO — Ha entre nós diversas especies de mercês pecuniarias, concedidas em remuneração de serviços; que são *tenças*, *pensões*,<sup>129</sup> *aposentadorias*, *refórm*as e *jubilações*, estabelecidas umas pela Legislação antiga e outras pela moderna, e expressamente garantidas pela Const. art. 179 § 28.

## § 308.

APOSENTADORIAS — Concedem-se aos maiores de 70 annos (Ord. Liv. 2.º Tit. 54). O Decr. de 12 de Novembro de 1602 ordenou que não houvesse aposentadoria em lugar maior ou differente d'aquelle que se occupava. As dos empregados das Alfandegas e Mesas do Consulado são regidas pelos respectivos Regs. de 22 de Junho de 1830, art. 31, e de 30 de Maio do mesmo anno, art. 34; e as dos empregados de repartições extinctas, pela L. de 22 d'Outubro de 1836, art. 17.<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> 1.º *Tenças*. Ha somente tarifa e regras para as que se concedem em remuneração de serviços militares (Assento cio Conselho Ultramarino de Portugal de 28 de Março de 1792, confirmado pelo Decr. de 23 de Junho de 1841). As Cartas regias de 31 de Dezembro de 1614 e 6 de Setembro de 1616 declararam que a prohibição de consultar *tenças* não comprehende as viúvas de desembargadores, por ser este o despacho com que costumavam ser contempladas; e a C. R. de 19 de Junho de 1624 declarou ser fora da tarifa conceder *tenças* a viúvas de ministros que, não tivessem sido desembargadores.

Todas as mais *tenças* que se concedem em muitos casos, são regidas pelo razoavel arbitrio do poder executivo, dependente da approvação da Assembléa geral legislativa, na fórma do art. 102 § 11 da Const. com attenção aos serviços e á necessidade de quem as requer. Os requerimentos que se fazem para as justificações com que as *tenças* houverem de passar de pessoa a pessoa, devem ser sempre acompanhados das certidões dos assentamentos dos immediatos antecessores, sob pena de nullidade (L. de 22 de Dezembro de 1761, tit. 2.º § 5.º).

2.º *Pensões*. Estas mercês pecuniarias que até hoje se não distinguem das *tenças*, nem no effeito nem no modo de se expedirem, são concedidas pela mesma fórma e nos mesmos termos.

<sup>130</sup> Além d'essas aposentadorias não ha mais nenhuma estabelecidas e reguladas por Lei geral; e são por isso concedidas aos empregados civis a prudente arbitrio do Governo com dependencia da approvação da Assembléa geral legislativa; attendendo-se ao tempo e á qualidade do serviço e impossibilidade de o continuar. Quanto ao vencimento ordinariamente se regulam as aposentadorias pelo que estabeleceu a L. dei d'Outubro de 1831 nos arts. 94 e 95, para os que então mandou aposentar.

§ 309.

REFÓRMAS E JUUILAÇÕES — As *refórm*as dos militares regulam-se pelo Alv. de 16 de Dezembro de 1790 §§ 18 e seguintes. As *jubilações* dos lentes das Faculdades de direito e medicina, da Escola militar, e da Academia de marinha, regem-se pelos respectivos Estatutos e Regulamentos.

Os outros lentes e professôres das aulas e dos estudos menores e maiores; isto é, d'instrucção primaria e secundaria, não teem direito firmado em Lei geral para serem jubilados em qualquer tempo: mas apezar d'isso é costume serem attendidos com a jubilação em attenção ao tempo do magisterio e aproveitamento com que tem sido exercido, e á impossibilidade de o continuar; dependendo da approvação da Assembléa geral legislativa.<sup>131</sup>

§ 310.

DIVIDA EXIGIVEL — É a que tem por objecto os empréstimos reembolsaveis a prazos fixos, mais ou menos longos, e que foram contrahidos para necessidades não susceptíveis de periodicidade. Todos os annos a Lei do orçamento concede os fundos necesarios no pagamento dos juros d'esses empréstimos e á amortização parcial do seu capital (Cabantous).

O Estado póde achar-se devedor em consequencia ou d'obras feitas por sua conta e ordem, ou de contractos celebrados por elle com fornecedores e emprezarios relativamente a serviços publicos.<sup>132</sup>

---

<sup>131</sup> A jubilação ou aposentadoria tambem tem sido concedida, posto que mui raras vezes, ás dignidades, conegos e beneficiados das Sés, por attenção á avançada idade, molestias graves, e longo tempo do serviço (Conselheiro Maia).

<sup>132</sup> As contestações relativas ás dividas dos Estado podem versar sobre o reconhecimento, a verificação e regulção do credito ou sobre a applicação das prescrições e fixação dos prazos, modo e valores do pagamento. Os principios do Direito commum são necessariamente applicaveis a tudo o que concerne á verificação e regulção das sommas reclamadas; mas o mesmo se não dá a respeito das prescrições

## § 311.

LEGISLAÇÃO. — DIVIDA ACTIVA — No nosso paiz a divida do Estado tambem é activa ou passiva. A cobrança da divida activa fórma uma verba da receita ordinaria no orçamento do Estado, e consiste n'aquillo que no decurso do anno financeiro se cobra judicial ou extrajudicialmente dos contribuintes collectados, contractadôres o mais devedôres da Fazenda nacional que deixaram de pagar nas épochas respectivas dos annos anteriores (L. de 4 d'Outubro de 1831, art. 20 § 2.º Reg. de 14 de Janeiro de 1832, art. 32; Reg. do 8 de Fevereiro do mesmo anno, art. 4.º, e Reg. de 6 de Dezembro de 1834).<sup>133</sup>

Essa cobrança só prescreve no fim de 40 annos (Regimento da Fazenda, Cap. 210; L. n. 243 de 30 de Novembro de 1841, art. 20; Decrs. n. 736 de 20 de Novembro de 1850, art. 80; e n. 857 de 12 de Novembro de 1851, arts. 9.º e seguintes).

## § 312.

DIVIDA PASSIVA. — Sobre os requerimentos ou demandas de dividas passivas da Fazenda nacional, ou indemnisações, além de ser

---

que são reguladas por Leis numerosas o especiaes. A liquidação porém das dividas do Estado pertence exclusivamente á autoridade administrativa. Os tribunaes civis são incompetentes para conhecer das acções que tendem a constituir o Estado devedor (Magnitot et Delamarre).

<sup>133</sup> De 6 em 6 mezes deve-se remetter ao Thesouro um relatorio do estado da cobrança da divirta activa; para o que o fiscal dá no principio do cada mez o relatorio do estado das execuções (Ordem de 27 de Novembro de 1835, e Instrucções de 12 de Janeiro de 1842, art. 9.º). As relações que os fiscaes devem dar, hão de conter a natureza da divida, etc. conforme a Ordem de 29 de Novembro de 1850.

Os devedores da Fazenda a quem se concede pagar em prestações, em virtude da L. de 13 de Novembro de 1827, ou de ordem expressa do Thesouro (porque só este Tribunal póde conceder que os devedores da Fazenda paguem em prestações, Ordem de 20 de Novembro de 1846), devem reduzir as dividas a lettras, aceitas por elles, sacadas e endossadas por fiadores idoneos; e cessa a obrigação dos fiadores anteriores (Ordem de 22 de Fevereiro de 1844).

Desconto de soldo ou ordenado não póde fazer-se, nem a officiaes reformados, nem a empregados aposentados, por dividas que devam á Fazenda (Ordem do 23 de Fevereiro de 1849). É porém permittido o desconto da 5.ª parte do ordenado aos empregados que deverem restituções aos Cofres publicos (Ordem de 23 de Setembro de 1851).

As Instrucções de 10 de Dezembro de 1851 tratam da liquidação da divida activa, o do modo de procedera ella e á sua arrecadação amigavel ou judicial.

mister examinar as disposições das Leis, nos Regulamentos e ordens em que se fundam os pretendentes, cumpre notar-se o seguinte:

1.º Que as dividas contrahidas pelo Governo até o fim do anno de 1826, que deviam ser inscriptas na conformidade da L. de 15 de Novembro do 1827, ficaram prescriptas no fim do anno de 1843 pela disposição do art. 20 da L. de 30 de Novembro de 1841; o qual determinou que não tivesse mais lugar inscripção alguma de divida passiva fluctuante, mandada fundar pela predita L. de 15 de Novembro de 1827, do dia 1.º de Janeiro de 1843 em diante;

2.º Que as dividas provenientes de perdas de particulares por motivo de guerra interna ou externa não podem ser pagas sem autorização da Assembléa geral legislativa (L. de 24 d'Outubro de 1832, art. 31);

3.º Que a divida passiva nacional posterior ao anno de 1826 ficou sujeita, desde o 1.º de Janeiro de 1843 em diante, á disposição do Cap. 209 do Regimento da Fazenda para se não poder requerer o seu pagamento depois de passados 5 annos, se dentro d'elles se não pediram os despachos;

4.º Que as indemnisações devem ser reclamadas perante o Conselho d'Estado, competente para d'ellas conhecer (L. de 23 de Novembro de 1841, art. 7.º § 3.º);

5.º Que sendo os requerimentos feitos por herdeiros, successores, ou cessionarios dos originarios credores, é preciso que se apresentem habilitados nos termos das LL. de 4 d'Outubro de 1831, art. 6.º § 8.º e art. 90, e de 29 de Novembro de 1841 (Reg. de 12 de Janeiro de 1842);

6.º Que não servem para haver o pagamento das dividas da Fazenda nacional as habilitações que os credores tiverem feito para outro qualquer fim (Resolução de 30 d'Agosto de 1821);

7.º Que as habilitações formaes se dispensam a respeito das dividas até 100\$000 reis, bastando legitimarem-se os credores por



documentos authenticos ou justificações (Decr. de 23 de Janeiro de 1801, Ordens de 12 de Setembro de 1837 e de 23 de Novembro de 1840), perante o Juizo dos feitos da Fazenda, conforme a L. de 29 de Novembro de 1841, e Reg. de 12 de Janeiro de 1842, art. 2.º § 2.º (Ordem n. 200 de 29 d'Agosto de 1853);

8.º Que nao sendo as dividas requeridas por qualquer Ministerio evidentemente demonstradas e liquidas por conhecimentos, contas correntes e documentos auttenticos das respectivas repartições; ou suscitando-se duvida a respeito do direito dos credores, devem estes demandar e convencer a Fazenda nacional por acção e em Juizo competente;

9.º Finalmente que, quando algum herdeiro, ou cessionario se pretende habilitar para haver o pagamento de divida da Fazenda nacional, na qualidade de successor representante do credor F. é essencial apresentar titulo d'essa divida liquida e corrente; pois preciso é constar que esse F. era, ou é realmente credor.

As dividas passivas do Estado prescrevem no prazo de 5 annos, contados da abertura do exercicio (cit. Regimento da Fazenda de 17 d'Outubro de 1516, cap. 209; Decr. n. 41 de 20 de Fevereiro de 1840, art. 20; L. n. 243 de 30 de Novembro de 1841, art. 20; Decrs. n. 730 de 20 de Novembro de 1850, art. 80, e n. 857 de 12 de Novembro de 1851, arts. 1.º e seguintes).

### § 313.

DESPEZAS COM OS SERVIÇOS PUBLICOS.— O Estado tambem tem a seu cargo outras despesas exigidas pelos serviços publicos; taes como as dos serviços geraes, Ministerios, administrações, cobrança ou arrecadação d'impostos e rendas publicas; as quantias que se restituem por terem sido recebidas de mais; e emiim as que se dão como premios, etc.



A remuneração das funções publicas é ao mesmo tempo um dever e uma medida de prudencia para todo o Governo. A regra do salario deve predominar nos Estados que conferem o poder ao mais digno, seja qual for a sua origem ou fortuna; e que não autorisam contribuição alguma lançada sobre os cidadãos, sem que seja sancionada pela Lei, o de que se não dê conta regularmente. O pagamento d'um salario pelo Thesouro tem por fim fazer com que o funcionario que representa o poder, não espere do publico a sua retribuição; o que prejudicaria a consideração de que deve gozar, expondo-o a discussões desagradaveis.<sup>134</sup>

---

<sup>134</sup> Ha todavia excepções a respeito dos escrivães, tabelliães, e outros funcionarios que recebem directamente das partes o preço dos actos que lhes são por ellas pedidos, a titulo de emolumentos. Essas excepções assentam na qualidade ou especialidade d'esses funcionarios, cujas funções constituem aliás um officio ministerial, assim como uma função publica. O clero tambem conserva os seus benesses.

Ha salarios fixos e inherentes a quasi todas as funções publicas. Quanto a certos serviços em que o merito do funcionario póde medir-se pelos resultados que elle obtem, addiciona-se um salario eventual ao fixo; e concedem-se ordenados proporcionaes aos empregados de Fazenda, cujo zelo póde augmentar ou assegurar as rendas publicas. Para certos funcionarios ha vantagens materiaes além do ordenado, como casa para morar, etc. Quando a casa é dada para as necessidades do serviço, addiciona-se-lhe a mobilia. Aquelles a quem se não dá casa para sua residencia, são indemnizados em dinheiro.

As despesas de representação dos altos funcionarios são suppridas, ou pela elevação dos ordenados ou por abonos especiaes e indemnisações accidentaes. Quanto á graduação dos salarios, os ordenados ou se elevam progressivamente em cada anno depois de certo tempo de serviço, ou são sujeitos a um termo minimo e a um maximo. Quaes devem ser as bases das remunerações? O Estado não deve guardar parcimona na fixação dos ordenados: é mister que os depositarios da sua autoridade vivam satisfeitos com elle, para que tambem o contentem; e se o Estado tem direito a esperar dos seus funcionarios assiduidade e pontualidade (pois que o funcionario deve exercer pessoalmente o seu cargo e residir na sede das suas funções), probidade, obediencia, e discrição, um character conciliador, uma equidade irrepreensivel, e tambem a firmeza que as circumstancias muitas vezes tornam necessaria; se finalmente tem o direito do exigir dos seus funcionarios, quando o requerem as suas funções, o sacrificio de todo o seu tempo, e a applicação exclusiva do seu espirito, é mister que assegure ao menos a subsistencia aos ultimos agentes, o necessario e o commodo aos que se acham nas classes intermedias, e uma posição elevada aos que occupam os 1.ºs cargos.

Todavia ha um principio que deve dominar estas considerações importantes; e vêm a ser, que *as funções são estabelecidas por interesse do publico, e não dos que as exercem* (Vivien).

§ 314.

LEGISLAÇÃO. — É da competencia da Assembléa geral legislativa crear ou supprimir empregos publicos geraes e estabelecer-lhes ordenados (Const. art. 15 § 16).

Tambem compete ás Assembléas provinciaes legislar sobre a criação e suppressão dos empregos muuicipaes e provinciaes, e estabelecimento dos seus ordenados (Acto Addic. art. 10 § 7.º).

Quando porém forem estabelecidos por Leis geraes, relativas a objectos, sobre os quaes não podem legislar as referidas Assembléas, só o poderão fazer quanto ao numero dos mesmos empregos sem alteração da sua natureza e atribuições (L. Interpretativa n. 105 de 12 de Maio de 1840, art. 2.º).

§ 315.

ORDENADOS — Não devem os thesoureiros pagar a empregado algum, que não apresentar attestation de frequencia, passada pelo respectivo Chefe (L. de 4 d'Outubro de 1831, art. 103). São porém isentos de apresentar a dita attestation os altos funcçionarios do Estado e Chefes de repartições publicas, especificados polo Decr. de 2 de Março de 1833.

Os empregados publicos civis, quando obteem licença para fóra do Imperio, é sem vencimento de ordenado, salvo sendo-lhes concedida por molestia; porque então o percebem por inteiro até seis mezes. Se a licença é para dentro do Imperio, dá-se com metade do ordenado; e só com o inteiro sendo por molestia (L. de 24 d'Outubro de 1832, art. 93).

Os empregados publicos despachados para qualquer provincia, só teem direito aos ordenados do dia da posse em diante, vencendo antes d'isso as ajudas de custo que lhes competirem, á excepção d'aquelles a cujo respeito outra cousa determinar a Lei. (Ordens de 19 de Novembro

de 1833, e de 25 de Fevereiro de 1834; e Decr. de 14 de Março do mesmo anno).<sup>135</sup>

## SECÇÃO II.

### *Instituições relativas a soccorros publicos.*

#### § 316.

RAZÃO D'ORDEM. — As instituições relativas a soccórros publicos são: os asylos ou casas pias, as caixas economicas, os montes-pios, as commissões de beneficencia, os hospícios ou hospitaes; e outras muitas comprehendidas sob a denominação generica de estabelecimentos de caridade. Não permittindo porém os estreitos limites d'esta obra mais do que uma exposição geral das materias administrativas, far-se-ha apenas uma succincta indicação d'esses estabelecimentos, cuja criação e desenvolvimento constituem a primeira divida do Estado.

#### § 317.

PRINCIPIOS GERAES — A expressão *socórros publicos* foi recentemente introduzida na phraseologia administrativa para designar o complexo dos serviços organisados para soccorrer a indigencia.

---

<sup>135</sup> Por via de regra nenhum empregado tem direito aos vencimentos do emprego, se efectivamente o não exerce, não tendo para isso impedimento legitimo. São impedimentos legitimos os de molestia provada, ausencia em serviço publico, e licença legitimamente concedida, para em taes casos se abonarem os ordenados aos empregados (Aviso de 10 de Junho de 1843). Devem porém haver-se tambem por impedidos legitimamente os empregados de Fazenda nos dias do nôjo e gala de casamento, determinados no Regimenlo de 20 de Janeiro de 1812 (Aviso n. 98 de 21 d'Abril de 1849).

Não se podiam antigamente perceber dous ordenados, ainda exercendo-se dous officios ou empregos (Decr. de 29 de Julho e C. R. de M de Setembro de 1688, e L. de 22 de Setembro de 1761). Mas hoje depois do Decr. de 18 de Junho de 1822 tem-se admittido a accumulção dos ordenados a quem effectivamente tem assiduo exercicio nos officios e empregos (Resoluções 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> de 28 de Setembro do mesmo anno, e 4.<sup>a</sup> de 26 de Janeiro de 1826; L. de 22 de Setembro de 1828, art. 2.<sup>o</sup> § 11; o Aviso n. 106 de 17 d'Abril do 1852).

Devem repor os ordenados os que forem mal providos nos officios (C. R. de 3 de Fevereiro de 1640) Pagam-se a mezes depois do vencidos (L. de 31 d'Outubro de 1835, art. 10). Os ordenados constituem alimentos (Resolução de 4 de Setembro de 1813, e Av. n. 43 de 23 de Fevereiro de 1849).

Considerados sob o aspecto legal podem esses soccórros ser *facultativos* ou *obrigatorios*; <sup>136</sup> são municipaes, provinciaes, ou geraes, conforme as diversas autoridades de quem dimanam. Segundo a fórma da sua applicação, são prestados nos *domicilios* ou nos *hospicios* e *hospitaes*.

§ 318.

ASVLOS E CASAS PIAS — São estabelecimentos d'educação onde a tenra infancia recebe os cuidados que reclama o seu desenvolvimento physico e moral. — As suas vantagens consistem em poupar aos pães indigentes tempo e dinheiro, dispondo-os dos cuidados continuos que exigem seus filhos de tenra idade; pensar as crianças com um zelo de que muitas vezes se acham privadas no seio da sua familia; e desenvolver-lhes ao mesmo tempo o corpo e o espirito.

Principalmente nos districtos ruraes a necessidade de se darem aos trabalhos agricolas obriga as mães a deixarem seus tenros filhos entregues a mãos pouco habéis ou negligentes; e accidentes mui numerosos e funestos fazem reconhecer diariamente a necessidade de soecorrê-los. <sup>137</sup>

§ 319.

CAIXAS ECONOMICAS. — São estabelecimentos philanthropicos cujo objecto é receber em deposito as pequenas sommas que lhes são confiadas, vencendo juros, e ajudar assim as pessoas laboriosas a fazer economias.

---

<sup>136</sup> Tem lugar os soccórros obligatorias, quando a Lei concede expressamente ao cidadão o direito de reclamar um soccórro em certos casos determinados por ella. Tal é o systema da organização legal dos soccórros, adoptado na Inglaterra e em alguns Estados da Allemanha o Suisa.

Em França porém são meramente facultativos; isto é, tem a Administração o livre arbitrio de conceder ou negar os soccórros depois de haver colhido informações acerca da posição do reclamante. Todavia ha duas excepções estabelecidas por Leis especiaes haver assentado os soccórros publicos nos principios mais humanitarios e prudentes.

<sup>137</sup> Entre nós toda a propriedade pertencente á extincta Congregação de S. Felipe Nery, estabelecida n'esta Provincia foi incorporada nos proprios nacionaes e consignada para patrimonio d'uma *Casa pia* onde se recolhem, e educam os orphãos e expostas d'ambos os sexos, segundo a possibilidade do mesmo patrimonio, pela C. de L. 2.<sup>a</sup> de 9 de Dezembro de 1830, art. 2.<sup>o</sup>; sendo a sua disposição applicavel á provincia da Bahia no que respeita ao hospicio que alli tinha a Congregação extincta, e doado o respectivo patrimonio á *Casa pia* dos orphãos d'aquella provincia (art. 11).

Ajudar o obreiro ou o proletario a crear um capital é o serviço mais eminente que se póde prestar a essa classe numerosa e importante da sociedade. A criação das caixas economicas é pois uma usança nova e appropriada ás conveniencias da classe operaria.<sup>138</sup>

§ 320.

MONTES-PIOS. — Estes são estabelecimentos d'emprestimo sobre penhores, cujo lucro é applicado om beneficio dos pobres e hospicios; e não podem formar-se sem autorisação do Governo.

A dotação dos montes-pios em França compõe-se dos bens moveis e immoveis destinados para a sua fundação, e d'aquelles de que elles são, ou vierem a ser proprietarios, especialmente por doações e legados; dos rendimentos e saldos verificados por balanços annuaes, e capitalisados; e das subvenções que lhes poderem ser concedidas nos orçamentos municipaes, provinciaes ou geraes. Provê-se ás operações dos montes-pios por meio dos fundos disponiveis da sua dotação, dos que se obteem por via dos empréstimos, ou dos que entram a juros para a sua caixa respectiva.<sup>139</sup>

---

<sup>138</sup> "É, como diz *Lamartine*, uma garantia moral contra a ociosidade, as desordens, a devassidão, e todos os vícios que absorvem as mais das vezes o seu superfluo, e não lhe deixam senão tardio arrependimento, indigencia e desesperação."

"Pelo contrario a frugalidade, a previdencia, e o espirito d'ordem, diz *M. de Salverte*, sao as qualidades cujo habito as caixas economicas fazem o obreiro contrahir dentro em pouco."

"Uma caixa economica é, segundo *M. de Cormenin*, uma instituição essencialmente *antirevolucionaria*; porque associa o proprietario por seu proprio interesse, e sem espoliação nem transtorno, á partilha e aos gozos da propriedade immovel."

"As caixas economicas, diz elle ainda n'outra parte, são escolas de moralidade, onde o trabalho fundado no interesse pessoal domina os vícios das más paixões dos homens."

Um tal accordo elo opiniões prova a utilidade incontestavel das caixas economicas, que teem produzido tão maravilhosos resultados nas cidades onde teem sido organisadas.

<sup>139</sup> Entre nós tambem ha estabelecimentos semelhantes, mas com diversa organização e applicação. Assim o monte-pio da armada militar é uma contribuição consistente na quóta d'um dia do soldo em cada mez que os respectivos officiaes deixam de receber, para que quando falleçam, tenham as suas viuvus, filhas, mães ou irmãs, na falta umas de outras, o meio soldo de suas patentes.

O monte-pio geral de economia dos servidores do Estado foi estabelecido R regulado pelo Decr. de 10 de Janeiro de 1835 que approvou o Plano de 8 do mesmo mez e anno, alterado pelos Decr. e Plano de 22 de Junho de 1836; ao qual se fizeram ainda novas alterações pelo Decr. de 13 de Março de 1844, e a este outras pelo Decr. n. 2,137 de 6 de Julho do 1859.

§ 321.

COMMISSÕES DE BENEFICENCIA. — São assim chamadas certas administrações municipaes, instituidas para distribuirem soccórros domiciliarios e dirigerem os trabalhos prescriptos pela Administração geral com um fim de soccôrro publico. São pessoas moraes que possuem, adquirem, alienam, litigam, e transigem com as mesmas autorisações que os hospícios. O seu activo compõe-se em França de rendas, do dizimo do preço dos bilhetes d'entrada nos espetculos, e d'um direito deduzido da receita nos lugares de reunião ou festa onde se entra por paga; de donativos e legados; e de sommas votadas pelas Municipalidades a titulo de soccórros.

§ 322.

HOSPICIOS E HOSPITAES — São estabelecimentos publicos, creados para n'elles receberem os soccórros de que necessitam, os velhos a quem suas enfermidades não permitem mais grangear meios de subsistencia; os doentes e crianças a quem a miseria tenha deixado ao desamparo.

Muitos d'estes estabelecimentos estão a cargo das Municipalidades; outros ao menos em parte são encarregados á Administração provincial; e finalmente o Estado mantém directamente um pequeno numero de hospícios, dos quaes alguns teem ao mesmo tempo um fim d'instrucção e educação; taes como os institutos de surdos-mudos, de meninos cegos, etc. <sup>140</sup>

---

<sup>140</sup> A direcção e inspecção do serviço interno dos estabelecimentos hospitaleiros, assim como a administração dos bens que lhes pertencem, e que podem consistir em rendas, objectos moveis e immoveis, direitos percebidos dos espetaculos e festas, lucros de montes-pios, pensões; em fim das sommas votadas pelas Municipalidades no caso de insuficiencia das rendas ordinarias, são confiadas a uma comissão administrativa, composta commumente de cinco membros, nomeados pelo Governo; a saber, d'um presidente, thesoureiro, escrivão ou secretario, e vogaes.

Finalmente as officinas de caridade, os asylos de mendicidade, as caixas de soccôrro para a velhice, e outras instituições d'esta ordem, formam o complexo dos meios de auxilio e previdencia, destinados a prevenir no seio do paiz os progressos do pauperismo.

Mas a Administração não se limita a prestar socórros immediatos nos hospícios aos indigentes, sem distincção de patria, a distribui-los nos domicilios, a derramar a instrucção primaria entre as classes pobres, e a preparar o bem estar do operario,

## § 323.

LEGISLAÇÃO — Hoje compete às Assembléas provinciaes legislar sobre *casas de soccórros publicos*, pelo Acto Addic. art. 10 § 10.

Os negocios relativos a *estabelecimentos* pios correm pela Secretaria d'Estado dos do Imperio (L. da Const. Port. de 18 d'Agosto de 1821, art. 2.º em vigor pela L. de 20 d'Outubro de 1823, art. 2.º.) Os estabelecimentos de caridade são vigiados pelos Presidentes das provincias, na fôrma das LL. 5.ª de 20 d'Outubro de 1823, art. 24 § 3.º e n. 38 de 3 d'Outubro de 1834, arts. 5.º e 12. São tambem inspeccionados annualmente por uma commissão de cinco cidadãos probos, pelo menos nomeados pelas Camaras municipaes, para informarem á cerca do seu estado e dos melhoramentos de que precisam (L. do 1.º d'Outubro de 1828, art. 56).<sup>141</sup>

**FIM.**

---

desenvolvendo n'elle o espirito d'ordem e economia; ella alivia o pobre dos onus necessarios que a sociedade impõe aos seus membros (V. Decr. Reg. n. 150 de 9 d'Abril de 1842, art. 10 §§ 3.º e 4.º).

<sup>141</sup> Às Camaras incumbe igualmente cuidar no estabelecimento e conservação das casas de caridade, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se vaccinem todos os meninos dos districtos e adultos que não o tiverem sido, tendo medico ou cirurgião de partido; e quando taes estabelecimentos se achem por Lei, ou de facto, encarregados em alguma cidade ou villa a outras autoridades individuaes ou collectivas, devem as Camaras auxiliá-las sempre quanto estiver da sua parte, para a prosperidade e augmento dos sobreditos estabelecimentos (L. cit. arts. 69 e 70).

As casas de caridade pertencem as penas pecuniarias impostas na L. da responsabilidade dos Ministros e Conselheiros d'Estado de 15 d'Outubro de 1827, art. 57. Fixaram-se em seu beneficio certos impostos sobre embarcações, pelo Alv. de 3 de Fevereiro de 1810, ampliado pela L. de 15 de Novembro de 1831, art. 51 § 8.º Para ellas são tambem applicadas as amostras d'assucar das Mesas de rendas e Consulados, pelo Reg. de 30 de Maio de 1836, art. 156; e certas contribuições sobre mercadorias estrangeiras, que são arrecadadas na fôrma do Reg. de 22 de Junho de 1836, arts. 88 § 9.º, 89, 104, 115 § 15, e 208.

Finalmente a sua fundação justifica a desapropriação por utilidade publica geral ou municipal da Côrte, segundo a Resolução n. 353 de 12 de Julho de 1845, art. 1.º § 2.º (V. nota ao § 172).

**INDICE DAS MATERIAS**  
**CONTIDAS NESTES ELEMENTOS**

---

**PRIMEIRA PARTE**

---

**CAPITULO I**

*Da Administração em geral — Do lugar que ella occupa entre as  
Instituições do paiz. — Do seu triplo character e dos seus Orgãos.*

§ 1.º O Estado e o Governo .....	4
§ 2.º Os dous poderes .....	4
§ 3.º Divisão do Poder Executivo .....	5
§ 4.º Administração .....	5
§ 5.º Leis Administrativas — Sciencia Administrativa. — Direito Administrativo .....	6
§ 6.º Divisão da Administração em activa, consultiva e contenciosa.....	7
§ 7.º Objeto da Administração activa .....	7
§ 8.º Regulamento em materia administrativa.....	8
§ 9.º Quando se abre o meio contencioso .....	8
§ 10. Autoridade da cousa julgada. — Principios geraes do processo.....	9
§ 11. Divisão da Administração activa e dos seus Orgãos .....	10



## CAPITULO II

*Orgãos da Administração Geral — O Imperador considerado como 1.º  
Orgão da mesma Administração.*

§ 12. O Imperador e suas attribuições .....	11
§ 13. Divisão dos Actos do Governo .....	12
§ 14. Actos Organicos ou Regulamentares .....	12
§ 15. Regulamentos d'Administração Publica .....	12
§ 16. Fórmās dos Regulamentos d'Administração Publica .....	13
§ 17. Regulamentos expedidos na fórmula dos d'Administração Publica ....	14
§ 18. O que se entende por Decretos .....	15
§ 19. Meios de recurso contra os actos do Governo .....	15

## CAPITULO III

*Do Conselho d'Estado, considerado como Orgão Auxiliar da Administração Geral.*

§ 20. Conselho d'Estado. — Sua Historia.....	16
§ 21. Serviços do Conselho d'Estado .....	17
§ 22. Composição actual do Conselho d'Estado .....	17
§ 23. Attribuições do Conselho d'Estado .....	18
§ 24. Secções administrativas .....	19
§ 25. Conferencias do Conselho Pleno .....	20
§ 26. Objectos das deliberações do Conselho d'Estado.....	20
§ 27. Conclusão .....	21

## CAPITULO IV

### *Dos Ministros considerados como Órgãos supremos da Administração Geral.*

§ 28. Principios geraes .....	21
§ 29. Nomeação dos Ministros .....	22
§ 30. Divisão das attribuições ministeriaes .....	23
§ 31. Attribuições geraes .....	24
§ 32. Attribuições especiaes .....	25
§ 33. Ministerio dos Negocios do Imperio .....	26
§ 34. Ministerios dos Negocios da Justiça e dos Estrangeiros .....	26
§ 35. Ministerio da Fazenda .....	27
§ 36. Ministerios da Marinha e Guerra .....	28
§ 37. Conselhos .....	28
§ 38. Fórmias dos actos ministeriaes .....	29
§ 39. Contractos .....	30
§ 40. Responsabilidade ministerial .....	31

## CAPITULO V

### ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL

#### *Dos Presidentes de Provincias e das Assembléas Provinciaes.*

§ 41. Razão d'Ordem .....	32
§ 42. Principios geraes .....	32

§ 43. Divisão do territorio em geral.....	33
§ 44. Divisão territorial do Imperio .....	34

## **SECÇÃO I**

### *Dos Presidentes das Privincias*

§ 45. Principios geraes .....	35
§ 46. Creação das Presidencias .....	36
§ 47. Attribuições e prerrogativas presidenciaes .....	36
§ 48. Administração e fiscalização das rendas publicas .....	37
§ 49. Responsabilidade dos Presidentes .....	38
§ 50. Vice-Presidentes .....	38
§ 51. Secretarios do Governo.....	40

## **SECÇÃO II**

### *Das Assembléas Provinciaes*

§ 52. Principios geraes .....	40
§ 53. Instituição das Assembléas Provinciaes .....	41
§ 54. Organisação .....	42
§ 55. Attribuições .....	43
§ 56. Sancção da Presidencia .....	44
§ 57. Fazenda Provincial.....	44
§ 58. Rendas Provinciaes.....	45

§ 59. Despezas Provinciaes.....	46
§ 60. Relações das Assembléas Provinciaes com os Poderes geraes do Estado .....	46

## **CAPITULO VI**

### **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

*Dos Juizes e Camaras Municipaes, considerando como Autoridades administrativas locais.*

#### **SECÇÃO I**

*Dos Juizes Municipaes.*

§ 61. Sua historia e origem.....	47
§ 62. Suas funcções administrativas .....	48
§ 63. Sua substituição .....	49

#### **SECÇÃO II**

*Das Camaras Municipaes.*

§ 64. Sua historia.....	50
§ 65. Principios geraes .....	51
§ 66. Poder municipal e suas funcções .....	51
§ 67. O que é o Município .....	52
§ 68. Atribuições municipaes em geral .....	53
§ 69. Bens municipaes .....	54
§ 70. Contas.....	55

§ 71. Obras .....	56
§ 72. Rendas .....	56
§ 73. Applicaçãõ das rendas municipaes .....	57
§ 74. Sujeiçãõ das Camaras aos Presidentes das Provincias.....	58
§ 75. Organisaçãõ e sessões das Camaras .....	58

## **CAPITULO VII**

### *Dos Orgãos especiaes da Administração, e d'algumas Instituições administrativas*

#### **SECÇÃO I**

##### *Estabelecimentos d'Instrucção Publica*

§ 76. Divisão do ensino .....	60
§ 77. Ensino publico .....	60
§ 78. Estabelecimentos existentes .....	61
§ 79. Ensino particular .....	62

#### **SECÇÃO II**

##### *Da Policia*

§ 80. Definição .....	63
§ 81. Divisão .....	64
§ 82. Policia Judiciaria .....	65
§ 83. Autoridades Policiaes .....	65

### **SECÇÃO III**

#### *Organização Policial*

§ 84. Chefes de Policia .....	66
§ 85. Delegados e Subdelegados .....	66
§ 86. Inspectores de quartelão .....	67

### **SECÇÃO IV**

#### *Organização Judiciária.*

§ 87. Razão d'Ordem .....	68
§ 88. Administração da Justiça .....	68
§ 89. Principios geraes .....	69
§ 90. Jurisdicções judiciais .....	70

### **SECÇÃO V**

#### *Organização Militar*

§ 91. Principios Geraes.....	71
§ 92. Legislação .....	71
§ 93. Quadro do Exercito.....	72
§ 94. Fixação das forças de terra e meios de completâ-las .....	73
§ 95. Organização da força naval.....	74
§ 96. Fixação da força naval .....	75
§ 97. Estações navaes .....	76

## SECÇÃO VI

### *Organisação Ecclesiatica*

§ 98. Razão d'ordem.....	76
§ 99. Legislação .....	77
§ 100. Jerarchia ecclesiatica .....	78
§ 101. Divisão ecclesistica .....	78

---

## SEGUNDA PARTE

### CAPITULO I

#### *Da Administração Contenciosa. — Divisão dos Tribunaes Administrativos.*

§ 102. Razão d'Ordem .....	80
§ 103. Principios geraes .....	80
§ 104. Origem do contencioso administrativo .....	82
§ 105. Justiça administrativa .....	82
§ 106. Sua divisão.....	83
§ 107. Tribunaes administrativos.....	84
§ 108. Sua classificação .....	84
§ 109. Sua competencia .....	85
§ 110. Diversas especies d'actos administrativos .....	85
§ 111. Divisão geral das materias do contencioso administrativo.....	86

§ 112. Materias graciosas administrativas .....	87
§ 113. Acção administrativa e jurisdição graciososa .....	88
§ 114. Materias graciosas e contenciosas .....	88
§ 115. Juizes administrativos .....	89

## **CAPITULO II**

*Dos Juizes Municipaes, Presidentes e Ministros considerados como  
tribunaes administrativos, e outros.*

§ 116. Juizes Municipaes .....	90
§ 117. Presidentes das Provincias .....	90
§ 118. Competencia dos Ministros.....	91
§ 119. Autoridades encarregadas do recrutamento para o exercito .....	91
§ 120. Conselhos da Guarda Nacional.....	92
§ 121. Conselhos sanitarios .....	93

## **CAPITULO III**

*Do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, considerado como Tribunal de contas.*

§ 122. Principios geraes .....	95
§ 123. Definição .....	96
§ 124. Tribunal do Thesouro .....	96
§ 125. Administração da Fazenda Nacional.....	97
§ 126. Arrecadação e distribuição das rendas publicas .....	98
§ 127. Fiscalisação .....	99



§ 128. Escripturação.....	99
§ 129. Organização e attribuições do Tribunal do Thesouro .....	100
§ 130. Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda .....	101
§ 131. Directoria geral da contabilidade.....	101
§ 132. Directoria geral do contencioso.....	102
§ 133. Thesouraria geral .....	103
§ 134. Thesourarias provinciaes .....	103

#### **CAPITULO IV**

*Do Conselho d'Estado, considerado como Tribunal administrativo d'ultima instancia.*

§ 135. Caracter da Jurisdicção do Conselho d'Estado .....	105
§ 136. Processo .....	105
§ 137. Incidentes .....	106
§ 138. Embargos.....	107
§ 139. Como delibera o Conselho d'Estado no contencioso .....	108
§ 140. Prezas .....	109
§ 141. Conflictos .....	110
§ 142. Principios geraes .....	111
§ 143. Relação entre as duas Autoridades, administrativa e judiciaria ..	112
§ 144. O que seja suscitar o conflicto .....	113
§ 145. Conflictos negativos d'attribuições .....	114

§ 146. A quem compete decidir os conflictos d'attribuições.....	114
§ 147. Conflictos de jurisdições administrativas.....	115
§ 148. A quem pertence o direito de suscitar o conflicto.....	115
§ 149. Fôrma de proceder .....	116
§ 150. Conflictos entre empregados de Fazenda .....	117
§ 151. Abusos das Autoridades ecclesiaticas — Recurso á Corôa .....	117
§ 152. Interposição e efeitos do recurso á Corôa.....	118
§ 153. Fôrma do julgamento e sua execução.....	119

---

## TERCEIRA PARTE

### MATERIAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

#### CAPITULO I

*Agricultura. — Alinhamento.*

#### SECÇÃO I

*Agricultura*

§ 154. Razão d'Ordem .....	121
§ 155. Principios geraes .....	122
§ 156. Liberdade do cultivador .....	122
§ 157. Liberdade da cultura .....	123
§ 158. Instituições agricolas .....	123

§ 159. Ensino profissional .....	125
----------------------------------	-----

## **SECÇÃO II**

### *Alinhamento*

§ 160. Definições .....	125
§ 161. Principios geraes .....	126
§ 162. Legislação .....	126
§ 163. Conslusão .....	127

## **CAPITULO II**

### *Caça. — Esgotamento de pantanos.*

## **SECÇÃO I**

### *Caça.*

§ 164. Principios geraes .....	128
§ 165. Legislação .....	129

## **SECÇÃO II**

### *Esgotamento*

§ 166. Principios geraes .....	129
§ 167. Legislação .....	130

## CAPITULO III

*Expropriação por utilidade publica — Servidões militares.*

### SECÇÃO I

*Expropriação.*

§ 168. Principios geraes .....	131
§ 169. Definição .....	132
§ 170. Legislação patria .....	132
§ 171. Legislação franceza.....	134
§ 172. Casos de desapropriação .....	134
§ 173. Verificação .....	134
§ 174. Formalidades .....	135
§ 175. Competencia nos casos de necessidade .....	136
§ 176. Desapropriação para a construção d'estradas de ferro .....	136

### SECÇÃO II

*Servidões militares.*

§ 177. Definições .....	137
§ 178. Determinação dos limites e competencias .....	138
§ 179. Formulas d'esta expropriação .....	139

## CAPITULO IV

*Minas. — Mineiras. — Pedreiras.*

### SECÇÃO I

*Minas.*

§ 180. Principios geraes .....	140
§ 181. Condições d'uma justa Legislação ácerca das Minas.....	141
§ 182. Definição.....	142
§ 183. Direitos e deveres da Administração n'esta materia .....	142
§ 184. Legislação .....	143

### SECÇÃO II

*Mineiras ou Minares.*

§ 185. Principios geraes .....	144
§ 186. Regras especiaes.....	145

### SECÇÃO III

*Pedreiras.*

§ 187. Principios geraes .....	145
§ 188. Legislação .....	146

## CAPITULO V

*Pesca*

§ 189. Principios geraes .....	147
--------------------------------	-----

§ 190. Pesca fluvial .....	147
§ 191. Pesca marítima .....	148
§ 192. Legislação .....	148

## **CAPÍTULO VI**

*Regimen de aguas, florestas e mattas.*

### **SECÇÃO I**

*Aguas.*

§ 193. Principios geraes .....	149
§ 194. Definições .....	150
§ 195. Rios navegaveis e caudaes.....	151
§ 196. Rios não navegavaies nem caudaes .....	151
§ 197. Canaes artificiaes .....	152
§ 198. Legislação .....	152
§ 199. Systema Romano .....	153
§ 200. Direito Feudal .....	153
§ 201. Caracteristicas dos rios publicos e particulares.....	154
§ 202. Continúa a Legislação .....	154

### **SECÇÃO II**

*Florestas e Mattas.*

§ 203. Principios geraes .....	156
--------------------------------	-----

§ 204. Regras comuns a todos os proprietários .....	157
§ 205. Legislação .....	157

## **CAPITULO VII**

### *Vias de Comunicação*

§ 206. Princípios gerais .....	159
§ 207. Estradas.....	159
§ 208. Plantação das estradas.....	159
§ 209. Caminhos vicinaes .....	160
§ 210. Sua declaração. — Classificação. — Creação. — Reparação. — Desclassificação .....	161
§ 211. Despesas d'abertura e conservação.....	161
§ 212. Propriedade. — Política.....	162
§ 213. Caminhos rurais .....	162
§ 214. Legislação .....	163
§ 215. Legislação relativa ao trânsito público.....	165
§ 216. Legislação relativa a estradas de ferro.....	165

## **CAPITULO VIII**

### *Aprendizado — Fabricas perigosas, insalubres ou incommodas.*

### **SECÇÃO I**

#### *Aprendizado.*

§ 217. Razão d'ordem .....	167
----------------------------	-----

§ 218. Definição do aprendizado.....	167
§ 219. Principios geraes .....	168
§ 220. Legislação .....	169

## SECÇÃO II

*Fabricas perigosas, insalubres ou incommodas.*

§ 221. Principios geraes .....	170
§ 222. Classificação dos estabelecimentos industriaes .....	171
§ 223. Legislação .....	172

## CAPITULO IX

*Patentes d'invenção. — Desenhos e marcas dos fabricantes. — Direito de contramarca.*

## SECÇÃO I

§ 224. Principios geraes .....	173
§ 225. Definição.....	173
§ 226. Legislação .....	174
§ 227. Caracter da patente .....	175
§ 228. Prazo da patente .....	175
§ 229. Patentes addicionaes .....	176
§ 230. Cessão.....	176
§ 231. Publicidade .....	177
§ 232. Industria Estrangeira .....	177



§ 233. Nullidade ou perda do privilegio.....	178
§ 234. Contrafação .....	179

## SECÇÃO II

*Desenhos e marcas dos fabricantes. — Direito de contramarca.*

§ 235. Historia. — Principios geraes .....	179
--	-----

## CAPITULO X

*Restricções á Industria Manufactôra.*

§ 236. Principios geraes. ....	180
--------------------------------	-----

## SECÇÃO I

*Monopolios de Estado.*

§ 237. Definição.....	181
§ 238. Moeda .....	181
§ 239. Penalidade.....	182
§ 240. Casa da Moeda.....	183
§ 241. Systema monetario.....	183
§ 242. Legislação moderna .....	184
§ 243. Fabrico da polvora .....	185
§ 244. Legislação patria .....	186
§ 245. Cartas de jogar .....	186

## SECÇÃO II

*Autorisações prévias, necessárias á Fabricas.*

§ 246. Principios geraes .....	187
--------------------------------	-----

## SECÇÃO III

*Garantias dos objectos fabricados.*

§ 247. Principios geraes .....	188
--------------------------------	-----

§ 248. Legislação .....	188
-------------------------	-----

## SECÇÃO IV

*Outras restricções á liberdade d'industria.*

§ 249. Razão d'ordem .....	189
----------------------------	-----

§ 250. Principios geraes .....	189
--------------------------------	-----

§ 251. Cadernêtas dos obreiros .....	190
--------------------------------------	-----

§ 252. Legislação .....	191
-------------------------	-----

## CAPITULO XI

*Dominios ou Bens Nacionaes.*

§ 253. Principaes geraes .....	192
--------------------------------	-----

§ 254. Dominio ou bens da Corôa .....	192
---------------------------------------	-----

§ 255. Legislaçã patria .....	193
-------------------------------	-----

§ 256. Dotação da Corôa .....	193
-------------------------------	-----

§ 257. Dominio publico .....	194
------------------------------	-----

§ 258. Dominio do Estado.....	195
§ 259. Sua composição .....	195
§ 260. Aquisição. — Alienação. — Acções. ....	196
§ 261. Legislação .....	197
§ 262. Administração e alienação dos bens nacionaes.....	197
§ 263. Terrenos incultos .....	198
§ 264. Mares territoriaes .....	199
§ 265. Ilhas.....	200
§ 266. Marinhas .....	200
§ 267. Terrenos de marinhas .....	200
§ 268. Bens vagos.....	201
§ 269. Bens do evento .....	202

## **CAPITULO XII**

### *Dos Impostos*

#### **SECÇÃO I**

##### *Dos Impostos em geral.*

§ 270. Principios geraes .....	202
§ 271. Justificação do imposto indirecto ou de consummo .....	203
§ 272. Contribuição, o que seja .....	204
§ 273. Sua divisão.....	204

§ 274. Legislação .....	205
-------------------------	-----

## **SECÇÃO II**

### *Impostos directos.*

§ 275. Principios geraes .....	206
§ 276. Legislação .....	206
§ 277. Decima urbana.....	207
§ 278. Decima adicional, e imposto sobre as datas mineraes .....	208
§ 279. Imposto sobre as lojas, casas de descontos, etc. ....	209

## **SECÇÃO III**

### *Impostos indirectos.*

§ 280. Principios geraes .....	210
§ 281. Classificação .....	211
§ 282. Alfandegas .....	212
§ 283. Legislação .....	213
§ 284. Direitos de baldeação e reexportação .....	214
§ 285. Franquia .....	214
§ 286. Expediente .....	215
§ 287. Armazenagem.....	215
§ 288. Ancoragem .....	216
§ 289. Direitos d'exportação .....	216

§ 290. Legislação especial á exportação de certos generos .....	217
§ 291. Direitos de registro .....	218
§ 292. Sello em geral.....	219
§ 293. Legislação patria. — Sello proporcional .....	219
§ 294. Sello fixo .....	220
§ 295. Direitos de chancelaria .....	221
§ 296. Correios .....	222

### **CAPITULO XIII**

*Encargos do Estado. — Instituições relativas a soccórros publicos*

#### **SECÇÃO I**

*Encargos do Estado.*

§ 297. Principios geraes .....	223
§ 298. Divida publica .....	223
§ 299. Divida fluctuante .....	224
§ 300. Divida inscripta .....	224
§ 301. Amortização .....	225
§ 302. Cauções .....	225
§ 303. Legislação .....	226
§ 304. Continúa a Legislação relativa ás fianças fiscaes .....	226
§ 305. Divida vitalicia .....	227

§ 306. Pensões .....	227
§ 307. Legislação .....	228
§ 308. Aposentadorias .....	228
§ 309. Refórmias e Jubilações.....	229
§ 310. Divida exigivel .....	229
§ 311. Legislação. Divida activa.....	230
§ 312. Divida passiva.....	230
§ 313. Despezas com os serviços publicos .....	232
§ 314. Legislação .....	234
§ 315. Ordenados.....	234

## SECÇÃO II

### *Instituições relativas a soccórros publicos*

§ 316. Razão d'ordem .....	235
§ 317. Principios geraes .....	235
§ 318. Asylos ou Casas pias.....	236
§ 319. Caixas economicas .....	236
§ 320. Monte-pios .....	237
§ 321. Commissões de beneficencia .....	238
§ 322. Hospicios e hospitaes .....	238
§ 323. Legislação .....	239